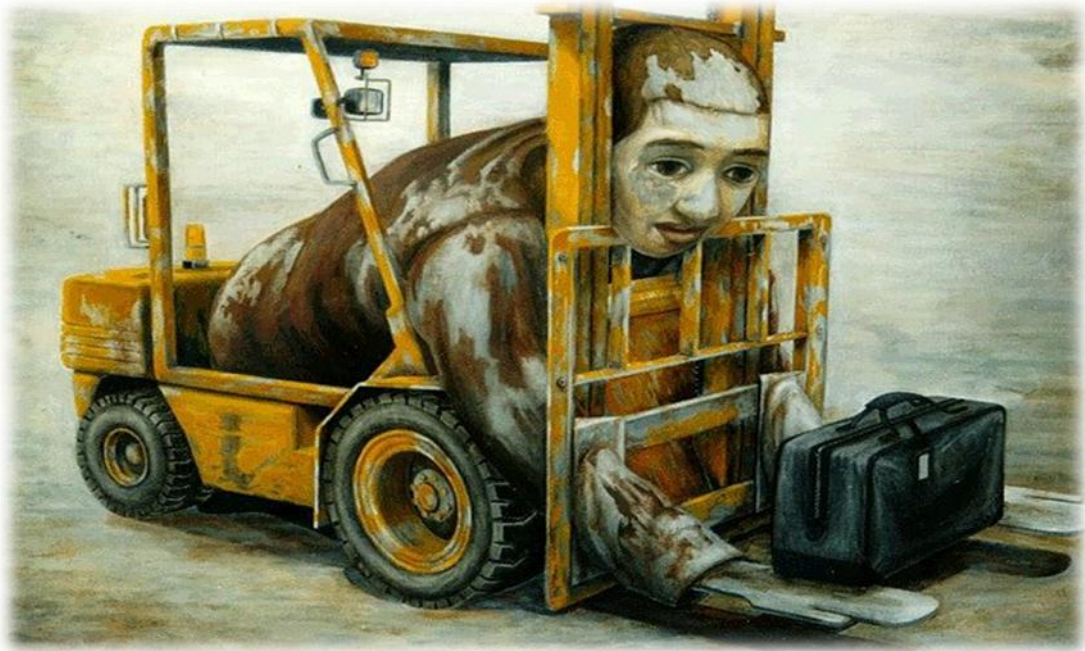




UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS – GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
CURSO DE MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL

CARLA CAROLINE BARISÃO DE SOUZA

DEMISSÕES (IN) VOLUNTÁRIAS DOS TRABALHADORES: uma análise da
desestruturação do trabalho no setor elétrico paraense



BELÉM
2015

CARLA CAROLINE BARISÃO DE SOUZA

DEMISSÕES (IN) VOLUNTÁRIAS DOS TRABALHADORES: uma análise da
desestruturação do trabalho no setor elétrico paraense

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – PPGSS/Curso de Mestrado em Serviço Social do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas/ICSA- Universidade Federal do Pará (UFPA), para obtenção do título de Mestre em Serviço Social, sob a orientação da Profa. Dra. Vera Lúcia Batista Gomes.

BELÉM

2015

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca da UFPA

Souza, Carla Caroline Barisão de

Demissões (in) voluntárias dos trabalhadores: uma análise da
desestruturação do trabalho no setor elétrico paraense / Carla Caroline Barisão
de Souza; Orientadora, Vera Lúcia Batista Gomes.– 2015.

220f.: il.; 30 cm

Inclui bibliografias

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Faculdade de
Serviço Social, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Belém,
2015.

1. Pessoal - Dispensa. 2. Trabalhadores. 3. Trabalho. 3. Energia elétrica
- Distribuição. 1. Gomes, Vera Lúcia Batista, orientadora. II. Título.

CDD 22. ed. 331.11

CARLA CAROLINE BARISÃO DE SOUZA

**DEMISSÕES (IN) VOLUNTÁRIAS DOS TRABALHADORES: UMA ANÁLISE DA
DESESTRUTURAÇÃO DO TRABALHO NO SETOR ELÉTRICO PARAENSE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – PPGSS/Curso de Mestrado em Serviço Social do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas/ICSA- Universidade Federal do Pará (UFPA), para obtenção do título de Mestre em Serviço Social, sob a orientação da Profa. Dra. Vera Lúcia Batista Gomes.

Aprovado em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Orientador (a) Profa. Dra. Vera Lúcia Batista Gomes
Programa de Pós-graduação em Serviço Social- UFPA

Examinador (a) interno (a) Prof. Dra. Solange Maria Gayoso da Costa
Programa de Pós-graduação em Serviço Social- UFPA

Examinador (a) Externo (a) Profa. Dra. Andréa Bittencourt Pires Chaves
Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais – UFPA

À Universidade Federal do Pará, minha *Alma Mater Studiorum*.

Ao meu pai Carlos Alberto, fonte permanente de crescimento em amor e aprendizagem e de orgulho pela seriedade com a qual desenvolve em sua vida, enriquecendo a minha história.

A minha mãe Marta do Socorro, que me legou a persistência, a confiança, a alegria para seguir sempre em frente.

A minha irmã, Camila Carolina, expressão pura do espírito de plenitude e felicidade presente em todas as minhas primaveras.

Ao Alan Brarymi, meu esposo, meu amor, a melhor parte de mim, por todas as formas de apoio incondicionais.

A Márcia Brarymi e Ali Saide Brarymi, meus sogros, por todos os cuidados dedicados a mim, nesse momento;

À Profa. Ma. Francilene Soares, um anjo, especial, nessa caminhada desde os tempos de graduação.

À Profa. Dra. Vera Lúcia Batista Gomes, Ao Prof. Dr. Reinaldo Nobre Pontes e À Profa. Dra. Cilene Lins, por todo conhecimento compartilhado de modo sereno e amigável.

AGRADECIMENTOS

Ao iniciar estes agradecimentos uma frase do memorável Machado de Assis, flutua em meus pensamentos: “Botas, as botas apertadas são uma das maiores venturas da terra, porque, fazendo doer os pés, dão azo ao prazer de as descalçar”, talvez porque sem titubear seja a sensação que toma conta de mim.

Meus agradecimentos primeiros se destinam a classe trabalhadora que esteve presente ao longo desse processo de formação, em especial aos trabalhadores que aderiram o II Programa de Demissão Voluntária, sem os mesmos, jamais esse trabalho teria sido concretizado. Aos professores, servidores técnicos administrativos, e terceirizados, a Universidade pública e de qualidade. Sou grata por todo conhecimento e aprendizado, proporcionado, pois sem a qual não estaria graduada, compondo esta mesma classe com o objetivo de lutar por nossos direitos e por uma sociedade mais justa e igualitária.

Agradeço a minha família como um todo, mas em especial aos meus pais e minha irmã. Obrigada pai, por toda condensação de todos os afetos e da minha alegria de viver. Por ser minha fonte permanente de crescimento em amor e aprendizagem e de orgulho pela seriedade do que desenvolve em sua vida, enriquecendo a minha história. Obrigada minha dedicada mãe, que me legou a persistência, a confiança, a alegria para seguir sempre em frente. E por sempre me estimular a continuar estudando. A minha irmã, síntese de aconchego, generosidade e cumplicidade na vida, e expressão pura do espírito de plenitude por trazer felicidade em todas as minhas primaveras. Ao meu anjo que sempre iluminou meus caminhos na fé, na caridade e no amor que consola. Obrigada pela atenção e oportunidade de crescer junto a vocês, por confiarem em mim, me ensinarem a paciência e o amor incondicional.

Ao meu doce amor, Alan Brarymi, solidário em todos os momentos dessa batalha, que sempre me apoiava e me incentivava a seguir em frente com palavras amorosas de que “tudo vai dar certo no final, fique tranquila”. E aquilo realmente me tranquilizava. Abraçava-me, me fazia serenamente rir, levantar e tomar um café, quando as análises estavam complexas. Aos meus sogros, por todo o abrigo e acolhimento.

Agradeço à querida Mestra Francilene Soares, professora e amiga pela paciência e dedicação, por todos os momentos ricos de reflexão. Aos professores que se dedicaram a ensinar não só uma profissão, mas que foram além e a todo o momento buscaram proporcionar a reflexão crítica sobre a sociedade, por despertar na minha alma e no meu coração um novo olhar para esta realidade complexa e perversa, e ao mesmo tempo, instigar a

esperança através da luta por outra sociedade. Em destaque agradeço Prof.^a Dra. Nádia Fialho que ao ser minha professora desde o início, sempre me despertou o amadurecimento intelectual com bom humor. A Prof.^a Dra. Maria Antônia por me apresentar com dedicação o livro “Relações Sociais e Serviço Social no Brasil”, que me fez acreditar mais do que nunca que eu estava onde sempre quis estar. A Prof.^a Dra. Vera Lúcia Gomes, minha orientadora, meu exemplo maior e melhor de compromisso profissional, que sempre esteve solícita em responder com elegância minhas dúvidas e por toda sua dedicação com a vida acadêmica. Ao Prof. Dr. Reinaldo Nobre Pontes, por todas as serenas palavras, que me fizeram chegar até aqui. A Prof.^a Dra. Andrea Pontes, por todos os seus sorrisos. A Prof.^a Dra. Cilene Braga, fonte de generosidade nessa caminhada.

A Dona Maria e a Ane, do “veropezinho”, por todos os dias, por todos os cafés, por todas as vezes que eu não tinha dinheiro, e que me concederam pagar depois, por toda a confiança e carinho.

Obrigada ainda aos amigos de intercâmbio brasileiros de todos os cantos, espanhóis, bascos e tantas outras nacionalidades pela experiência de vida única e inesquecível que tive o prazer de ter com vocês.

Agradeço aos amigos do Centro de Referência Estadual em Saúde do trabalhador, em Destaque minha colega de classe Nelceli Melo, por tantas reflexões teóricas, risadas e solidariedade nos momentos difíceis, e principalmente, pelo aprendizado singular.

O meu coração fica pleno de felicidade quando me lembro do apoio incondicional e do incentivo permanente ou em momentos decisivos de pessoas profundamente queridas que me ajudaram a persistir nesta caminhada: Daniella Clink (in memoriam) amiga e sempre amiga, amiga que me deu paz, me fez melhor, que sempre me acolheu, que sempre tinha uma palavra, pela madrugada, que me ensinou a lutar pela vida, aquela obrigada da sua bonequinha.

Armando Pegado, meu amigo desde os tempos de educação infantil convividos no Colégio Gentil Bittencourt, obrigado por 30 anos de incentivo para com o meu sonho de estudar.

Amanda Franco por todas as conversas que tivemos e temos, pelas aventuras e pelo sentimento de sinceridade sempre presente em nosso laço de amizade.

A Rafaela Teixeira minha grande amiga e “camarada” de tempos de Universidade, por todos os momentos que compartilhamos em sala de aula, nos congressos, seminários, e no complexo de lazer da UFPA as quintas-feiras.

A Júnior Rios por me ensinar a ser forte, como uma esmeralda e leve como um lírio. A Jorgenei Carneiro, por todas as conversas e trocas infinitas sobre o saber. A Danielly Cristina, obrigado por sempre se lembrar de mim, e dizer “ei você é mais que capaz”.

Termino meus agradecimentos deixando meu muito obrigada à todas as pessoas que de uma forma ou de outra cruzaram o meu caminho provocando a troca de conhecimentos e me fazendo crescer e refletir durante este processo de formação.

A vocês, minha gratidão!

“A vida ri-se das previsões e põe palavras onde imaginávamos silêncios, e súbitos regressos quando pensávamos que não voltaríamos a encontrar-nos” (José Saramago)

RESUMO

O presente estudo, sob a luz da teoria do método materialista histórico dialético, tem o propósito de analisar as transformações ocorridas no mundo do trabalho, a subsunção do trabalho ao capital, assim como a funcionalidade dos programas de demissões voluntárias num cenário de reestruturação produtiva, elemento que possibilita ao modo de produção capitalista na contemporaneidade o reestabelecimento da taxa de lucro frente a crise sistêmica que, desde os anos 1970 é vigente. O conteúdo analisado nesta pesquisa demonstra a adequação do setor elétrico brasileiro e de sua arquitetura produtiva e organizacional ao novo modelo de acumulação flexível ditado pelos ajustes de caráter neoliberal, que promove o desmonte dos direitos trabalhistas, práticas de precarização das condições de trabalho, terceirizações que promovem novas alternativas de dominação e controle que ultrapassam a lógica produtivista e economicista, perpassando a ordem subjetiva e cultural do trabalhador. Centrado na experiência da particularidade do setor elétrico paraense e sua articulação com o sistema metabólico do capital problematiza a reprodução e produção das relações sociais no contexto de desemprego crônico na sociedade. Expõe como os trabalhadores do setor elétrico paraense visualizaram seu ambiente de trabalho, o processo de privatização e reestruturação produtiva, a processualidade do II Programa de Demissão Voluntária, como e suas determinações em sua vida profissional, familiar, e social. Cabe destacar que como resultados que há um processo geral de fragmentação do trabalhador no setor elétrico brasileiro. Assinala-se que apesar do enfraquecimento dos sindicatos, a organização política dos sindicatos desse eixo produtivo, se mantém atuante e organizada. E que se constitui um novo viver tanto profissional quanto familiar e social no cotidiano dos trabalhadores que aderiram o II PDV.

PALAVRAS CHAVES: Trabalho – Reestruturação Produtiva – Setor Elétrico Brasileiro – Programa de Demissão Voluntária.

ABSTRACT

This study, in the light of the theory of dialectical historical materialist method, has the purpose to analyze the changes occurring in the workplace, the subsumption of labor to capital, as well as the functionality of voluntary redundancy programs in a productive restructuring scenario, element that enables the capitalist mode of production in the contemporary front profit rate of reestablishment systemic crisis since the 1970s is effective. The content analyzed in this research demonstrates the suitability of the Brazilian electric sector and its productive and organizational architecture to the new model of flexible accumulation dictated by neoliberal adjustments, which promotes the dismantling of labor rights, precarious practices of working conditions, outsourcing to promote new alternatives for domination and control that go beyond the productivist and economic logic, passing the subjective and cultural order of the worker. Centered on the experience of Pará electricity sector particularity and its relationship with the metabolic system of capital questions the breeding and production of social relations in the context of chronic unemployment in society. Exposes how workers in the electricity sector Para viewing your desktop, the process of privatization and restructuring process, the processuality the Second Voluntary Retirement Program, and how their decisions in their professional, family and social life. It should be noted that as a result there is a general process of worker fragmentation in the Brazilian electricity sector. It is noted that despite the weakening of trade unions, the political organization of trade unions of this production shaft, keep active and organized. And that constitutes a new life both professionally and in everyday family and social workers who adhered II PDV.

KEY WORDS: Employment – Productive Restructuring – Sector Electrical Brazilian – Programme Dismissal Voluntary.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 -	Mapa da riqueza com PIB distribuído à população.	86
Figura 2 -	Número de trabalhadores que morrem por dia, número de trabalhadores demitidos e de acidentes que geram afastamentos do setor elétrico brasileiro.	103
Figura 3-	Desempregados esperam por pão e sopa em uma longa fila durante a Grande Depressão, Nova York, 1930.	109
Figura 4 -	Mostra do número de trabalhadores admitidos e desligados no Pará, segundo o ramo de atividades no ano de 2013.	145
Figura 5 -	Trecho do Diário Oficial da União do Estado do Pará.	147

LISTA DE GRÁFICO

Gráfico 1 -	Evolução das taxas de emprego e desemprego 15 a 24 anos – Portugal em 12 anos.	74
Gráfico 2 -	Percentual de identificação da população desempregada em 2779000 milhões, no começo do ano de 2014 na França.	92
Gráfico 3 -	Percentual dos desempregados de 2011 a 2015 na França.	93
Gráfico 4 -	Apresentação da taxa de desemprego dos Estados Unidos, no período de 1999 a 2011.	95
Gráfico 5 -	Percentual de trabalhadores da Equatorial Celpa que aderiram ao II PDV, no período de 02 a 30 de setembro de 2013, segundo o “benefício”.	158
Gráfico 6 -	Percentual de trabalhadores da empresa Equatorial Celpa que aderiram ao sistema PDV II, segundo o local de trabalho.	160
Gráfico 7 -	Percentual de trabalhadores da Equatorial Celpa que aderiram ao II PDV, segundo o sexo.	160

LISTA DE TABELA

Tabela 1 -	Mostra da taxa de desemprego no Brasil, no período de 1997 a 2010, segundo a organização internacional do trabalho (OIT).	96
Tabela 2 -	Composição da força de trabalho do setor elétrico brasileiro 2003 a 2008.	101
Tabela 3-	Caracterização do número total de empregos nas décadas de 2010, 2011 e 2012 na Celpa Equatorial.	104
Tabela 4 -	Caracterização do número total de empregos na condição de terceirizados nas décadas de 2010, 2011 e 2012 na Celpa.	104
Tabela 5 -	Novas determinações do mundo do trabalho.	121
Tabela 6 -	Apresentação dos valores de Vendas das Empresas Estatais que foram privatizadas.	136
Tabela 7-	Caracterização da situação deficitária das empresas estatais privatizadas.	138
Tabela 8 -	Identificação do quantitativo de trabalhadores existentes antes e depois do processo de privatização.	142
Tabela 9 -	Identificação do comparativo das propostas apresentadas Sindicato X Empresa.	156
Tabela 10 -	Identificação do percentual dos trabalhadores da Celpa que aderiram ao segundo PDV, segundo a Diretoria da empresa.	161
Tabela 11 -	Apresentação do percentual de trabalhadores da empresa Equatorial Celpa que aderiram ao segundo PDV, segundo o tempo de serviço.	162
Tabela 12 -	Comparativo percentual dos que aderiram ao segundo PDV em relação ao tempo médio de serviço e a Idade média.	162
Tabela 13 -	Identificação do quantitativo de trabalhadores terceirizados na Cemar /Equatorial (Maranhão), nos anos 2007, 2008, 2009, 2010, 2011 e 2012.	197
Tabela 14 -	Identificação das exigências da empresa para o registro de frequência ao trabalho.	201

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	18
CAPÍTULO 1: O PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA: conhecendo a realidade dos trabalhadores que aderiram o II programa de demissão voluntária.....	22
CAPÍTULO 2: REPRODUÇÃO SOCIOMETABÓLICA DO CAPITAL E AS INFLEXÕES SOBRE O TRABALHO	44
2.1 As crises macroestruturais do capitalismo no mundo do trabalho.....	66
CAPÍTULO 3: O PROJETO NEOLIBERAL: resposta do capital à crise no novo cenário mundial	85
CAPÍTULO 4: A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E A PRIVATIZAÇÃO: na empresa Celpa Equatorial e suas inflexões sobre os trabalhadores	118
4.1 Privatizações: o desmonte do setor elétrico paraense	1133
CAPÍTULO 5: PROGRAMA DE DEMISSÃO (IN) VOLUNTÁRIA PDV NA CELPA EQUATORIAL: inflexões sobre a vida familiar e profissional dos trabalhadores.....	151
5.1 Trajetórias dos trabalhadores que ingressaram na celpa antes da sua privatização	164
5.2 Trajetória dos trabalhadores que ingressaram na CELPA no ano de sua privatização (1998)	177
5.3 Trabalhadores que ingressaram na rede celpa privatizada	180
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	207
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	212

INTRODUÇÃO

Apresentar este trabalho é concluí-lo. Verdade que um montante de emoções toma conta da alma e do texto. Porque ele é muito mais que uma etapa, é parte ou a maior parte da vida (da autora). Uma parcela da vida que vem sendo construída por muitos anos, que advém de horas de dedicação para com a trajetória profissional e acadêmica, para com os estudos, pesquisas e reflexões, de certas vezes silenciosas. A mostra desse trabalho sem titubear é motivo de alegria, porque as sementes já são frutos. E hoje é o momento de socializar. É [...] tempo de um cantar luminoso e repousado cheio de pensamentos de sonhos [...] (GARCIA LORCA, 1920). Sonho de pesquisar que impulsionou o encontro com a questão do mundo do trabalho, o ritmo de suas metamorfoses no mundo. Mas para tanto foi preciso apreender as contradições que vivificam a história em fluxo - o trabalho e a sociabilidade por ele constituída pela sociedade contemporânea brasileira, em sua vivencia pelos sujeitos sociais, o que exigiu rigor entre o exercício da abstração e a empiria.

Assim, entendeu-se que o: “o real não está na saída nem na chegada: ele se dispõe para a gente é no meio da travessia”, escreveu João Guimarães Rosa no seu livro Grande Sertão: Veredas. A frase explícita por um dos maiores literários do entendimento acerca do dia-a-dia do brasileiro simples, possibilita servir de contexto para uma análise a respeito do desenvolvimento brasileiro. Dessa forma a lógica central teórica de exposição se estrutura em torno do trabalho em seu processo de realização como atividade do individuo vivo: condições, meios, formas materiais assumidas. O trabalho que é expressão dos homens na formulação de respostas às precisões humanas, transformando paralelamente o ser social e a realidade. Todavia, nas condições em que se faz na sociedade do capital é subsumido. A auto-objetivação do ser social transfigura-se em sua particular negação, que vai além do ambiente de produção e se ramifica para outras dimensões do viver, que é reificada através da universalização do processo de dependência em relação à “coisas” materiais, que é equivalida pelo dinheiro, porquanto alienada. O conceber do humano patenteia-se como esvaziamento, assunto em questão que requer um desvendar, os traços que regem o ideário através do qual são formuladas as relações entre os sujeitos no âmbito mercantil – no processo capitalista de produção, como produção de valor com ênfase no trabalhador como objeto do capital.

Sobre isso, Verificou-se que na transição do século XX para o século XXI, não são poucas as análises que ostentaram sobre o processo de reprodução ampliada do capital, que de um lado incorpora, os avanços da ciência e da tecnologia; e, de outro, mantem o modo desmedido de consumo da força de trabalho, por meio de estratégias despóticas de gestão, associadas aos mecanismos extra econômicos de seu domínio que rememoram as origens da industrialização e assinalam para um processo de acirramento das relações de exploração do capital sobre o trabalho humano, impelindo esta condição ao seu nível mais alto de precarização. Desta forma, as múltiplas atividades tidas em segundo plano, e até então descartáveis para o Capital, ressurgem como fundamental para a conservação e reprodução deste sistema.

As relações de trabalho, por meio dos plurais modos de inserção, penetrabilidade e de sobrevivência dentro deste modelo de economia, vem assumindo e elaborando novos mecanismos, ao mesmo instante em que reestabelecem, reproduzem e modificam mecanismos antigos. Em vista disso, modifica-se, também, a realidade, as condições de vida e as relações sociais entre os homens e seus grupos. Portanto, ao opoente do que se tem discutido sobre o fim da centralidade do trabalho, o que será apresentado neste estudo é que o modelo de produção capitalista, certamente através de deliberações políticas econômicas de homens reais, avança de forma intensa acirrando suas práticas de exploração do trabalho humano. Este, o Labor Humano, continua vivo e vivido por homens – trabalhadores reais, que cada vez mais precarizados, cada vez mais “afogados”, cada vez mais informais, mas sobreviventes, inventores, reprodutores e transformadores de realidades, de histórias de vidas; trabalhadores que estabelecem laços com seu meio, que formulam estratégias de vivência e sobrevivência e fazem a realidade alegórica – simbólica e material existir.

O tema dos programas de demissões voluntárias nesse sentido, se faz valioso na contemporaneidade, especialmente porque está localizado dentro da lógica citada acima e em um processo mais extenso, de reconfiguração do trabalho formal, de crise do emprego e do desemprego estrutural tão presente hoje em dia. Portanto a ideia de estudar os programas de demissões voluntárias é aprender a própria modernidade e sua questão social.

Temos como direcionamento central dessa pesquisa o entendimento dos reflexos das metamorfoses no mundo do trabalho a partir de suas consequências na vida em sua totalidade de trabalhadores brasileiros. Essa tessitura analítica foi realizada a partir de um estudo de caso sobre o segmento de trabalhadores do setor elétrico paraense que diante de todo seu quadro de existência inserido em plena dinâmica de reestruturação produtiva do capital na empresa

Celipa Equatorial, optaram por aderir o II programa de demissão voluntária instituído pela mesma.

Mais precisamente o questionamento elementar que este projeto se propõe a responder é: quem são e como atualmente é a vida profissional e familiar, econômica e social dos trabalhadores que aderiram o II Programa de Demissão Voluntária? O esforço de reflexão crítica e análise substanciados, assumem uma visão multidisciplinar, posto que aprofunda o objeto de estudo tanto no eixo básico e complexo do serviço social, quanto nos eixos da Sociologia, Política, História, Economia dentro da tradição intelectual fundada por Marx. No tratamento do tema dar-se notoriedade aos recursos metodológicos o levantamento bibliográfico sobre temáticas pertinentes ao estudo, a abordagem qualitativa da realidade fazendo o uso, pois em nosso entendimento, e de acordo com Minayo, (1994), “a mesma aprofunda-se no mundo dos significados e relações humanas, mostrando-nos a compreensão da realidade vivida socialmente, na qual o quantitativo não dá conta dessa percepção”. (MINAYO, 1994, p. 22-23). Sendo assim, é um modo de ter uma melhor percepção presentes “in loco”.

A pesquisa de campo ocorreu em dois períodos: a) nos anos de 2013 e 2014 que abrangeu visitas ao sindicato dos Urbanitários, seguidas de reuniões e entrevistas com o Diretor Jurídico; e nos anos de 2014 e 2015, em que foram entrevistados 10 trabalhadores homens e mulheres em suas residências e na Universidade Federal do Pará, que aceitaram participar da pesquisa, conforme o termo de esclarecimento livre que consta em anexo. Essa população esteve empregada em sua maioria por mais de 10 anos na mesma empresa, com predominância da função de técnico eletricitário, tem em média mais de 30 anos de idade e a tem predominância masculina. No processo de desenvolvimento da pesquisa com os sujeitos participantes as entrevistas semiestruturadas realizadas ocorreram num clima agradável, possibilitando um conversar rico e sob reserva ética foram gravadas com autorização, posteriormente transcritas, e analisadas em conjunto com as anotações presentes no diário de campo, sempre à luz do encontro com o debate contemporâneo do trabalho no âmbito da tradição marxista, apreendendo o desenvolvimento desigual e a condição subalterna sobre a classe trabalhadora.

O presente estudo consta de cinco capítulos: **1: O percurso metodológico da pesquisa: conhecendo realidade dos trabalhadores que aderiram o ii programa de demissão voluntária; 2: Reprodução sociometabólica do capital e as inflexões sobre o trabalho; 3: O projeto neoliberal: resposta do capital à crise no novo cenário**

mundial; **4: Reestruturação produtiva e a privatização: na empresa celpa equatorial e suas inflexões sobre o trabalhadores** e

5: O II programa de demissão (in) voluntária- pdv na celpa equatorial: inflexões na vida familiar e profissional dos trabalhadores

1 O PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA: Conhecendo a realidade dos trabalhadores que aderiram o II Programa de Demissão Voluntária/CELPA Equatorial

A construção de propostas profissionais pertinentes requer um atento acompanhamento da dinâmica societária, balizado por recursos teóricos metodológicos e possibilitem decifrar os processos sociais em seus múltiplos determinantes e expressões, ou seja, em sua totalidade (IAMAMOTO, 1999, p. 262).

Este estudo foi orientado pela abordagem teórico metodológica material-dialética, a qual possibilitou conhecer o conjunto dos elementos do real que não foram dissertados com base na lógica – formal, ou seja, como simplesmente coisa – fatos sociais, conforme sugere “As regras do método sociológico” de Émile Durkheim (2002, p. 25). Mas sim, como realidade concreta, objetiva/subjetiva, contraditória emanada das relações sociais dos sujeitos orgânicos em sociedade, de suas diversidades culturais e dos conflitos socioeconômicos na perdurável luta de classes através da história, na produção, na acumulação e na distribuição de riquezas. Assim, com base na associação da natureza do capital com os homens - neste há a intenção de estabelecer alguns dos principais elementos da pluralidade das realidades que se firme ao conjunto teórico, ao *corpus teórico* do pensamento marxista e dentre os quais permita-nos perceber o seu movimento dialético e evoluir na sua compreensão do objeto de estudo.

Sabe-se que através dos tempos, a ciência vem se construindo de modo coletivo e histórico. A dialética, o materialismo, são formulações milenares, ou seja, desde o clássico mundo grego, com Sócrates e Heráclito¹. Entretanto, foi na era moderna, por meio do avanço da teoria do conhecimento que essas formulações obtiveram conteúdo e forma, e se fazem presente nas análises da realidade. O que nos leva a pensar que as categorias e seus conteúdos teóricos predominantemente se deslocam, transformam-se, com base na evolução dos modos de produção existentes em determinado momento histórico das sociedades. Certamente assim, a dialética não se aparta do concreto. Mas se compõem de uma totalidade em expansão permanente, de uma busca contra as tentativas de falseamento da realidade, a partir de um intervalo externo e interno de dialeticidade.

A dialética e o materialismo histórico são resultados da contribuição filosófica e científica de inúmeros estudiosos ao longo do movimento da história humana. Porém, um

¹Heráclito de Éfeso, o pensador do tudo “flui”, foi um filósofo pré-socrático, considerado o “pai da dialética”. Entendia o tudo como um grande fluxo perene no qual nada permanece a mesma coisa, posto que tudo se modifica e esta em permanente mutação. Assim, Heráclito aponta a forma do Ser no Devir pelo qual todas as coisas são sujeitas ao tempo e a sua transformação.

conceito preciso sobre a matéria somente foi elaborado no aflorar do século XX, quando Lênin (2004), em sua obra *Materialismo ed Empiriocriticismo: note critichesu una filosofia reazionaria*, descreveu a matéria, como uma categoria de cunho filosófico que o seu devir tinha o propósito de mostrar a realidade objetiva posta ao ser social através da vivência das relações de produção e reprodução que se refletem na vida concreta, independentemente do seu sentir, ou seja, de sua consciência. Neste sentido, o objeto do qual é abstraído o conceito de matéria é a realidade que circunda o homem, é todo o mundo exterior em sua totalidade. Logo, a teoria marxista apreende a matéria, como realidade objetiva que se estabelece fora da consciência, reverberando-se nesta, o mundo externo, em seu todo, como arranjo de todos os modos dos seres, com todas as suas configurações, alegorias e todas as relações que lhes são pertinentes.

Destaca-se, com efeito, em a ciência da lógica, que por sua vez, a dialética sobressai como alfa motor do consentâneo conceito de conceito, posto que, ao surgir como categoria do pensamento puro, a interpretação intenta içar a realidade no tentame de fundação do conceito na qualidade de conceito como ciência. Assim [...] cabe à lógica apoderar-se da realidade no intuito de fazê-la tornar-se conteúdo do conceito. Sinteticamente, a dialética significa a exposição do movimento do lógico do conteúdo que se auto reconhece. A exposição é a interpretação do próprio método [...] (RANIERI, 2011, p. 148, *grifo nosso*). Neste sentido, no todo, o mundo objetivo é semelhante de ações e existências reais. Assim sendo, a partir desse parâmetro a vida se faz análoga ao seu conceito, à ideia converte-se em conceito de ideia que em relação a este é um objeto. Sendo assim, o método é:

[...] não uma forma exterior, mas a alma e o conceito do conteúdo, do qual só difere enquanto os momentos do conceito vêm também neles mesmos, em sua determinidade, a aparecer como totalidade do conceito. Enquanto essa em sua determinidade, ou o conteúdo se reconduz com a forma à ideia, esta se expõe como totalidade sistemática, que é uma ideia, cujos os momentos particulares tanto são em si a mesma ideia como produzem pela dialética do conceito o ser para si simples da ideia. A ciência conclui desse modo, apreendendo o conceito dela mesma como conceito de ideia pura, para qual é a ideia [...] (*idem, ibidem*, p. 149).

Tendo em consideração a premência de depreender as conexões do real, conforme as suas particulares conexões, Marx, exalta a coesão entre pensamento e método, e ainda conforme o autor, esse processo somente se estabelece, pois tanto para esses dois elementos, o pensamento vai conduzir a evolução objetiva da realidade e tão só o seu modo de contemplar tem chance favorável de compreender com o pensamento e reconduzir plenamente estas

conexões desconstruindo-as. Isto exige ter clareza do que se conhece, sendo do simples ao mais complexo— tendo em conta que a evolução da sociabilidade – das diversas sínteses das determinações que compõem a realidade, o concreto não imediato, mas o concreto mediatizado:

[...] O concreto é concreto porque é síntese [*zusammenfassung*] de múltiplas determinações, portanto unidade da diversidade [*mannigfaltig*]. Por essa razão o concreto aparece no pensamento como processo de síntese, como resultado, e não como ponto de partida, não obstante seja o ponto de partida efetivo e, em consequência, também o ponto de partida da intuição e da representação [...] (MARX, 1976, p. 55).

Sob este entendimento, [...] o materialismo dialético não trata a matéria de maneira imutável, mas sim, a raciocina como um infinito em construção, em um terno devir [...] (MARX; ENGELS, 1977). Cada formação material específica não é um poder unificado, altera-se constantemente em todas as épocas históricas, “[...] para dar lugar à multiplicidade de modos de produção fundados uns aos outros numa série contínua, mas de forma a cada um adquirir uma configuração própria e um estatuto ontológico diferente [...]” (GIANNOTI, 1985, p. 183). O seu existir “[...] percorre uma sequência particular de fases de desenvolvimento, independente do querer e do agir dos homens e que até mesmo dirige esse querer e esse agir [...]” (MARX *apud* NETTO, 2012, p.145), a partir de um começo e um fim. Primeiro aparece, ocupa um espaço determinado a partir de uma ideologia também determinada, posteriormente, desaparece, metamorfoseia-se em uma nova formação material.

Assim o capitalismo, por exemplo, não pode ser entendido como algo natural como dissemina os seus ideólogos liberais ou neoliberais. Mas, como um movimento complexo, heterogêneo que cria hegemonias, contrários, negação da negação ao se desenvolver na sociedade. Desta maneira, pensar a realidade em base teórica fundamentada pelo processo lógico dialético possibilita uma larga compreensão das formações materiais, sejam estas passadas como as contemporâneas. À vista disso, metodologicamente, ela é substancial nesta pesquisa, posto que se analisa uma fase histórica da formação capitalista, o movimento do trabalho, da *classe que vive do seu trabalho* (ANTUNES, 2012)², na sociedade na atual etapa contemporânea.

Cabe aqui uma ressalva que sendo o homem um ser genérico que não é compreensível como a coisa, nem sua universalidade é percebida em cada átomo. De modo

²Fala proferida na Palestra “Mundo do Trabalho”, realizada em Dezembro de 2012, no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Universidade Federal do Pará.

inopinoexpecta-se ao contrário “[...] a luta de um contra todos na mais completa negação da sociabilidade [...]” (GIANNOTTI, 1985, p. 22), o que traz a tona que os antagonismos presentes não devem ser pensados a partir de uma reprodução intelectual embasada nos dados imediatos, ou seja, deve-se compreender as contradições no nível mediato, significando a realidade vivida, já que a realidade não se expressa como tal, mas como outra realidade. O que implica considerar que a realidade pesquisada – a atual vida profissional, social e familiar dos trabalhadores que aderiram o II Programa de Demissão Voluntária implementado em agosto de 2013, aqui objeto de pesquisa compreendido como Singularidade Totalizante – é totalização da universalidade e da particularidade, sempre num movimento de ir e vir simultaneamente da contradição. A essência do ser social é, portanto, todo o processo anterior do qual esta mesma é quociente.

Pensar nessa direção implica considerar que o “todo” da realidade não se expressa no imediato, nem corresponde a um conjunto de situações. Pois lembra Kosik (1989):

[...] Totalidade não significa todos os fatos. Totalidade significa: realidade como um totó estruturado, dialético, no qual um fato qualquer pode vir a ser racionalmente compreendido. Acumular (somar) todos os fatos não significa ainda conhecer a realidade, e todos os fatos (reunidos em seu conjunto) não constituem, ainda, a totalidade. O concreto, a totalidade, não, são todos os fatos, o conjunto dos fatos, nem o agrupamento de aspetos coisas e relações. Sem a compreensão de que a realidade é totalidade concreta a medida em que se transforma em estrutura significativa para cada fato ou conjunto de fatos, o conhecimento da realidade não passa de mística [...] (p. 35- 36).

Assim, percebe-se, que o conceito de totalidade no pensamento marxista, é argumentado com base a partir da apreensão racional da realidade e da exteriorização de uma nova qualidade analítico-crítica a respeito da dinâmica assimétricas ou o seu inverso da realidade, já que: “[...] a criação da totalidade como estrutura significativa é, portanto, ao mesmo tempo, um processo no qual se cria realmente o conteúdo objetivo e o significado de todos os seus fatores e partes [...]” (*idem, ibidem*, p. 50). À vista disso, a realidade é, por consequência, uma explanação da materialidade da vida social, e simultaneamente, um ato que é fruto da criação da criatividade humana. Emanada de um conjunto de condicionantes sociais, assim como dos significados dados aos comportamentos, valores, racionalidade e determinadamente das relações de produção.

Note-se, sem embargo, para o materialismo que a realidade social é analisada na sua concreticidade, a partir da captura de sua essência – homem como sujeito histórico social e sua base e superestrutura eliminando-se a pseudoconcreticidade - um olhar simplificado e fetichizado, e entendendo como unidade dialética, em que o homem no âmbito da totalidade,

não é visto como tão só objeto, já que não é um todo perfeito e acabado. A saber, como afirma Kosik:

[...] o homem capta a realidade e dela se apropria com todos os sentidos, como afirmou Marx, mas estes sentidos que reproduzem a realidade para o homem são eles próprios um produto histórico-social. Não criticamos o sociologismo por se voltar para a situação dada, para as circunstâncias, mas por não compreender o significado da situação em si mesma [...] A situação por fora da história, a situação sem sujeito, constitui não só uma configuração petrificada e mistificada, mas ao mesmo tempo uma configuração destruída de sentido objetivo. Sob este aspecto as condições carecem daquilo que é mais importante, também do ponto de vista metodológico, isto é, um significado objetivo próprio, e recebem, ao invés, um sentido ilegítimo conforme as opiniões, os reflexos e a cultura do cientista [...] (*idem, ibidem*, p. 120- 121).

A propósito no livro *Trabalho e Dialética* (2011), Ranieri, refere-se que:

[...] a contradição que é o motor do movimento da realidade não repousa em uma simples petição de princípio, muito menos em um beco sem saída, mas ao contrário, em uma sagaz interpretação de que todo o movimento é, por definição, contraditório, no sentido que todo avanço, sendo ou não sinônimo de progresso, se contrapõe a forças que contradizem. Essa operação é responsável pela definição da identidade de qualquer objeto, **sistemizada entre consciência e materialidade, duas partes que compõem o todo da ontologia do ser social** [...] (p. 12, *grifo nosso*).

Nessa direção, o método dialético – método de natureza qualitativa por pautar a trama das relações contrapostas, e captar as conexões que há entre as leis, os processos, as relações, no intentar da sua transformação, e elegível nessa pesquisa, posto que, entre estabelece consistentemente a aproximação com a realidade social, o objeto-objetivo dessa investigação, singularizando-o, construindo, aproximando vértices de apreensão e compreensão críticos e reflexivos das relações sociais e sujeitos sociais que o circundam, levando em consideração os seus domínios socioculturais e políticos, assim como, a lógica do movimento de correlação de forças (Capital X Trabalho) com os processos macroestruturais, determinados pelo grande capital, pela globalização e pelo neoliberalismo nas microsferas do dia a dia da sociedade:

[...] um esfera precisa; é a esfera do homem concreto. A objetivação que se passa em seu cotidiano é aquela em que o homem faz do mundo o seu ambiente inédito. A vida cotidiana é o conjunto de atividades que caracteriza a reprodução dos homens singulares que por seu turno criam a possibilidade de reprodução social. Isso significa que, na vida cotidiana, o indivíduo se reproduz diretamente enquanto indivíduo e reproduz indiretamente a totalidade social –, [...] (NETTO; CARVALHO, 2005, p. 26).

Complementarmente, segundo Heller (1992), as crises e suas tensões globais ocasionam conflitivas e contradições que alcançam a vida cotidiana, e assim atacam impetuosamente a essência humana, provocando, um processo de ruptura, dissolução, estranhamento da mesma. Pode-se dizer então, que a vida cotidiana é inerentemente plural e extenua sob diversas dimensões, uma vez que, a vida cotidiana não está a parte da história, mas no âmago do vir histórico, o que evidencia que o cotidiano não é uniforme – inalterado e segregado.

O que se quer dizer com isto é que, o cotidiano é relacional com o seu contraditório, com a totalidade das partes orgânicas, “[...] a organização do trabalho e da vida privada [...] a atividade social sistematizada, os lazeres e o descanso, entre outros [...]” (*idem, ibidem*, p. 18), isto é, com o mundo histórico- social. E na medida em que se estabelece essa relação entre esses polos, há a criação de algo novo que se impõe hiatos e acontecimentos adventícios por fato positivos e negativos ao cotidiano de cada ser social. Nesse preciso sentido, percebe-se que se “[...] de um lado a história rompe com a cotidianidade; de outro a cotidianidade subjuga a história, e assim ambas se interpretam [...]” (KOSIK, 1989, p. 70- 71). Sobre isso, Guimarães com base nos estudos de Heller, reflete:

[...] o cotidiano é a vida de todo homem na sua simplicidade e complexidade, na sua diversidade e unicidade. É tudo aquilo que se refere ao dia a dia das pessoas: as vivências, as experiências, as atitudes mecanizadas ou refletidas, os desejos, a ação profissional, [...] (GUIMARÃES, 2000, p. 27, *grifo nosso*).

Assim, a escolha pelo método dialético neste cenário investigativo que se propõe a apreender a vida profissional, social e pessoal dos trabalhadores após a sua saída da empresa via II Programa de Demissão Voluntária, não foi casual, “[...], pois tendo como foco a produção e a reprodução da questão social em suas expressões nacionais, regionais e municipais [...]” (IAMAMOTO, 1999, p. 274), pensando na dimensão política da profissão de Serviço Social, segundo Netto (2009), numa participação política para além da – omissa que é em geral a forma mais consciente de participação política, mas numa participação política com base no movimento político que ao mesmo tempo, que aproxima os nexos – das contradições, os processos de alienação e exclusão, revela a [...] a dimensão da realidade concreta em suas múltiplas manifestações e sua totalidade histórica nas expressos humanas constantes na estruturas, processo, significados e representações. Sobre isso aponta Kosik (1989):

[...] o conhecimento da realidade deve ser um processo de apropriação teórica – isto é, de crítica, interpretação e avaliação de fatos – processos em que a atividade, do

cientista (do investigador social) é condição necessária ao conhecimento objetivo dos fatos. Esta atividade que revela o conteúdo objetivo dos fatos. Esta atividade que revela o conteúdo objetivo e o significado dos fatos é o método científico. É notória a diferença que certos métodos e tendências demonstram para com determinados fatos, em decorrência da incapacidade de ver, naqueles fatos, algo de importante, isto é, o seu próprio conteúdo e significado objetivo [...] (p. 45).

Sob esse entendimento, Ranieri (2011) ilustra, afirmando que:

[...] a realidade se põe como resultado necessário de um processo, o conteúdo de seu desenvolvimento só pode ser reconhecido também enquanto processo, ou seja, gênese. Mas não apenas isso: o empreendimento teórico não pode ajustar-se adequadamente ao real se, nessa adequação, não for respeitado o fato de que de a realidade compõem-se de empiria e reflexão, [...] (p. 15).

Realidade que neste estudo é analisada como um conjunto de elementos de desenvolvimento das dimensões concreto e abstrato que integram o ser – e as determinações que com e sobre ele agem, modificando, em conformidade com as suas características internas.

Dedicar-se a apreender o movimento do real, é compreender que nesse real objetivado, não se constroem atos puros, conduzidos unilateralmente. Cada ato está precisamente anexado e uma reação, em uma lei geral inerente a natureza, da qual o homem, como apenas um eixo integrante desta, não tem como fugir. Há uma interação universal dos fenômenos, das coisas e, por fim, das formações materiais por dentro da história. Em outras palavras, fundamentadas na apresentação teórica hegeliana, o mundo se encontra no ser, assim como o ser também expressamente soma na constituição dessa universalidade exterior – um cultura humano/ mundo que se faz e se desfaz, continuamente mutável, que para ser ter seu conteúdo reflexivo (já superado em sua forma mais imediata de todo o fato ao ser social), exige que o pesquisador a partir do método dialético, paralelamente ao buscar entender seu objeto, entenda sua consciência como objeto de estudo.

Posto que: [...] a consciência está sujeita a um processo de objetivação da subjetividade, uma vez que as transformações do mundo levadas ao efeito por ela necessariamente também suprassumem, pois o aprendido a partir do novo faz com que ela transforme, sempre, em algo diferente daquilo que era antes [...] (*idem, ibidem*, p. 15). É nesse sentido que Marx afirma que [...] pensa e ser são, portanto certamente diferentes, mas [estão] ao mesmo tempo como unidade mútua [...].

Nessa dialética da produção de conhecimento, construída de forma comuta entre sujeito e objeto, e a partir da perspectiva da ação de um sujeito tornado social a partir das relações de produção, Marx aponta que da mesma forma que o apoderar-se social de produção individuais fornecem subsídios para a continuação da humanização da peculiar sociedade capitalista. Isto é, refere-se à concretude da relação entre indivíduo e ser genérico,

[...] Acima de tudo é preciso evitar fixar mais uma vez a sociedade como abstração frente ao indivíduo. O indivíduo é o ser social. Sua manifestação de vida – mesmo que ela também não apareça na forma imediata de uma manifestação comunitária de vida, realizada simultaneamente com outros – é, por isso, uma externalização e confirmação da vida social. A vida individual e a vida genérica do homem não são diversas, por mais que também – e isto necessariamente – o modo de existência da vida individual seja um modo mais particular ou mais universal da vida genérica, ou quanto mais a vida genérica seja uma vida individual mais particular ou universal [...] (RANIERI, 2011, p. 134 *apud* MARX, 2011, p.107).

[...] o homem por mais que seja [...] um indivíduo particular, e precisamente sua particularidade faz dele um indivíduo e uma coletividade efetivo – individual – é do mesmo modo, tanto a totalidade ideal, a existência subjetiva da sociedade pensada e sentida para si, assim como ele também é na efetividade tanto como intuição e fruição efetiva da existência social quanto como uma totalidade e externalização humana da vida [...] (*idem*, 2011, p. 107).

O curso histórico tem evidenciado que recentes possibilidades são organizadas no interior das formações existentes, ou seja, uma principiante formação material encontra-se interna à arcaica, e vai desenvolvendo-se no meio desta. Deve-se, assim, refletir sobre os processos muito além de seu continuísmo, e olhar para estes dialeticamente - ver suas rupturas, é buscar a sua dialeticidade, conforme explicitado anteriormente. Segundo Lefebvre (1975), a realidade não se finda num dilema, quando esses mesmos não são pensados de modo estreito que leva à lógica formal, a uma concepção estática do real e suas relações. A concretude do real é infinitamente rica, apresentando diversas e surpreendentes nuances, associações e transformações de tal modo que muito, raramente, este tende a se encerrar num dilema.

Hegel fez uso da dialética em seu significado mais transcendental no campo da filosofia, expressando o processo que edifica o espírito para o conhecimento do mundo, entendida como *dialética hegeliana*, que apoiar-se em conhecer a indivisibilidade dos contrários e em descortinar o princípio da sua união em uma categoria superior. Assim, toda tese faz referência a uma antítese, encontrando-se ambas, em um período mais denso, entendido como síntese. A dialética hegeliana parte da abstração, em que se vai à matéria havendo o revir da ideia. Mas, o sentido que neste estudo utilizamos, a dialética é baseada em Marx.

Este pensador inverteu a dialética hegeliana, ao partir da matéria, indo ao pensamento abstrato e regressou a matéria. Isto posto, diversamente do postulado hegeliano, é a matéria que dá forma à consciência e não o oposto. Como também não é mais a fração – o indivíduo que elucida o todo, mas é o todo – as relações sociais, históricas de produção e reprodução que deve dilucidar a parte, haja vista que os processos societários se dão de forma

imbricada e não contentam reflexões separadas, individuais, como fatos isolados, devendo ser pensados a partir de uma totalidade, e de suas relações e correlações com as mais numerosas realidades econômicas, políticas, culturais, etc. Estas relações estão, uniformemente, no campo da atividade prática, como mostra Marx, em sua oitava tese em refutação a Feuerbach [...] toda vida social é essencialmente prática. Todos os mistérios que conduzem ao misticismo encontram sua solução racional na práxis humana e na compreensão dessa práxis [...] (MARX; ENGELS, 2007). De certo este será o nosso esforço nesta pesquisa.

A este respeito, as transformações da realidade resultantes de uma intensa reciprocidade da causa *finalis* das coisas, como definia Engels, somente poderão ser admitidas pelo movimento, pois através deste se capta a contradição. Não havendo contradição, não há movimento [...] de um corpo que não se move nada se pode dizer [...] (ENGELS, 2000). A ideia de contradição em Marx é derivada do pensamento hegeliano para expressar todo o movimento e toda materialização de vida. Representa a transformação do objeto que proporciona ao sujeito descobrir em que o objeto se modificou, a partir da negação de determinadas formas do ser por outras. Assim, sublinha-se que a negação é uma categoria que orienta, logo assim, o processo de apreensão lógica do real a partir das determinações correlativas e gerais que assimilam elementos que mesmo organizados em níveis diferentes, estão conectados ao processo de constituição do ser.

Marx e Engels, ao se embasarem no princípio da contradição concebido por Hegel, adotam-no como matriz fundante da dialética ao empregá-lo à realidade social. Aprender esses registros filosóficos de Hegel, Marx e Engels, acerca dos movimentos da história e da natureza são na estrutura deste estudo, um diálogo incessante que busca coesão com a etapa empírica, uma conversa que tem a pretensão de responder aos questionamentos postos para o objeto de estudo proposto na pesquisa que subsidiou esta dissertação, conduzindo o debate teórico-metodológico em volta do materialismo histórico dialético. Para esses autores, as classes sociais representam os eixos opostos da contradição. Em um polo encontram-se os proprietários dos meios de produção e, no outro, os proprietários de sua força de trabalho – os trabalhadores.

Marx e Engels (1998) apontam em sua obra Manifesto do Partido Comunista que a história da humanidade é a história da luta de classes. Ainda no prefácio desta obra inferem com rigor que [...] por burguesia entende-se a classe dos capitalistas modernos, proprietários dos meios de produção social que empregam o trabalho assalariado [...] (MARX; ENGELS, 2007), e por proletário a classe dos trabalhadores modernos que por não possuírem meios

particulares de produção [...] são obrigados a vender a sua força de trabalho para sobreviver [...] (ibidem).

[...] Homem livre e escravo, patrício e plebeu, barão e servo, mestre de corporação e companheiro, numa palavra, opressores e oprimidos, em constante oposição, têm vivido numa guerra ininterrupta, ora franca, ora disfarçada; uma guerra que terminou sempre, ou por uma transformação revolucionária, da sociedade inteira, ou pela destruição das duas classes em luta [...] (*idem, ibidem*, p. 40).

Destarte, na sociedade capitalista existem os que trabalham em variados segmentos produtivos, de circulação e de prestação de serviços, nas indústrias, nos supermercados, nos shoppings, nas minas, nas usinas, etc. que são os trabalhadores, assalariados rurais, lavradores, os camponeses que trabalham com a terra. Há também os que não trabalham duramente: o banqueiro que obtém juros do dinheiro, os latifundiários depredadores do campo, o industrial dono de uma montadora e etc. Existe o exército de reserva que segundo Castel (2013) expressam os desfilados, os *lumpem* proletários que subsumidos ao capital, sobrevivem em condições paupérrimas de extrema pobreza. Portanto, na sociedade de classes, a burguesia é possuidora da propriedade privada e os operários expropriados, não sendo proprietários dos meios de produção, são forçados a trabalhar para o modo de produção capitalista, em troca de um salário que permite a sua sobrevivência.

Neste sentido, Lefebvre (1975) destaca que os debates no marco das relações sociais são inerentemente dialéticos, onde o mais valoroso é identificar estas relações, as mudanças, as associações internas e primordiais de todos os componentes teóricos que as estruturam, de todos os arranjos do pensamento e do real em progresso que está sendo refletido que lhe atribui materialidade; evidentemente, que tendo sempre atenção para não emoldurar características fixas a verdade cuja [...] natureza precisa estar sempre em discussão [...] (*idem*, 1975).

Em consonância com os autores acima citados, entende-se que a correlação de forças estabelecidas pelos ditames do grande capital, sinalizam desgastes generalizados da sociedade com que nos vemos defrontados e desafiados. Se nesta análise pensarmos na materialidade-dialética das relações econômicas e políticas do mundo globalizado, brandamente irá se conceber que o todo está fragmentado, em partes, em alta tensão, assim como interligado no sistema, na rede de acumulação do capital, evidenciando, com certeza, os elevados riscos sociais, as problemáticas econômicas da atual civilização planetária, bem como a colossal fragilidade do Trabalho, onde se firma o sistema capitalista, permeado de contradições, instabilidades socioeconômicas na contemporaneidade.

Com base nessa concepção, na busca de apreender a universalidade da realidade objetiva das relações de trabalho contemporâneas, por meio da particularidade do objeto, para que haja um refinamento, uma intensa aproximação da desmistificação do vasto mundo da relação Trabalho e Capital em sua totalidade, as categorias fundamentais do estudo, vão demonstrar o reconhecimento claro e desavergonhado do caráter explorador do sistema. Objetivamente, propõe-se a entender a relação Trabalho x Capital, expressa nos mais diversos conflitos que nela se inserem no contexto de uma sociedade globalizada, repleta de ideologias, tensionada pela alienação e reduscrida pelo consumismo em massa.

Para tal, considera-se fundamental refletir sobre o conjunto societário que se encontra em “pedaços”, e pensar que as suas concepções, os seus valores, em regra geral, são os ditos pela política neoliberal, pelos burgueses. É pensar que a materialidade da reestruturação produtiva do mundo capital e a sua reprodução sociometabólica “ferem” direta ou indiretamente a natureza³ dos reflexos do ser social. Aprender a lógica das categorias do objeto de estudo ora proposto, conforme a interpretação materialista dialética, é considerar que no campo da história humana, a todo o momento a sua natureza se excita, se move.

Isso significou, pois: compreender as inflexões da crise do capitalismo contemporâneo no processo de reestruturação produtiva na empresa Equatorial Celpa, a refração da questão social que se particulariza na situação de trabalho dos trabalhadores demitidos pelo PDV II, isto é, se os mesmos foram reinseridos ao trabalho ou se os mesmos se encontram desempregados e quais os impactos disso na vida profissional e familiar, entendendo-a como fenômeno social inserido em processo mais amplos que os determinam, objetivamente buscando ultrapassar a imediatividade empírica, aqui pensada.

Para delinear este percurso, reconstituir no pensamento do movimento do real, o objeto desta investigação, a luz da teoria marxiana, eleva-se na busca de uma paisagem da verdade e na liberdade relativa da ciência, esferas em que Lowy (LOWY, 2000, p. 212), compara o cientista social – ao pintor de uma paisagem. Para este autor a obra do pintor procede do lugar de onde pode ver, de que lugar ele estuda – do observatório onde está localizado. Desempenhando esta conduta, o pesquisador – Assistente Social terá possibilidades de conhecer o desenvolvimento objetivo, de transpassar a “zona de consenso”, isto é a imediatividade, na qual se localizam heterogêneas visões de mundo, frequentemente

³Marx, em seu clássico texto “Teses sobre Feuerbach”, nos diz que a natureza (essência) humana não é uma abstração própria a cada ser social – indivíduo. No real ela é o conjunto das relações sociais. Portanto, é possível concluir que a ideologia dominante atormenta, as mentes, “quase naturalmente”.

restritas ao nível mais imediato e mais rasteiro do conhecimento que o “mirante” no prisma mais crítico lhe propícia.

Para Lowy (1987), a hipótese que norteia essa “zona de consenso” é de que não existe nada eterno, nada fixo nada absoluto não existem ideias, princípios, categorias fincadas firmemente. Tudo que existe na vida humana e social está em perpétua transformação, tudo é possível, tudo está sujeito ao fluxo da história. Continua este autor:

[...] Todo pensador necessariamente encontra-se em um “mirante” ou “observatório” cujo ponto mais alto é o mirante da classe proletária; - os limites estruturais do horizonte não dependem da boa ou má vontade do observador [cientista social], mas da altura e da posição em que se encontra; - o mirante não oferece se não a **possibilidade objetiva de uma visão determinada da paisagem** [...] (p. 204, *grifo nosso*).

Ainda sobre a sociologia crítica do conhecimento, Lowy (2000)

[...] Mais um “mirante” ou “observatório” (isto é do ponto de vista de classe) é elevado, mais ele permite ampliar o horizonte e perceber a paisagem em toda a sua extensão; as cadeias de montanhas, os vales, os rios não conhecidos dos observatórios inferiores não se tornam visíveis senão do cume. É evidente que a paisagem como painel não depende somente do observatório, mas também do próprio pintor, de tal forma de olhar e de sua arte de pintar [...] (p. 212-213, *grifo nosso*).

Com base nessa visão, percebe-se que as implicações desta reflexão, levam o Assistente Social – pesquisador- a apropriar-se do desafio sócio histórico e intelectual de apreender que, a categoria mediação para apreender, por conseguinte as categorias ontológicas e reflexivas que baseiam este estudo. Segundo Lukács, citado por Pontes (2010) mediação é uma categoria ontológica que representa o concreto, síntese de determinações. Pontes, com base nas formulações de Lukács (1978), ao analisar as características da categoria mediação refere-se: [...] a categoria mediação não é uma estrutura nascida nas “maquinações do intelecto”, mas de fato, ela é componente estrutural do ser social [...] (PONTES, 2010, p. 77).

É um complexo constituído de outros complexos subordinados, ou seja, toda parte é também um todo um complexo de forças com relações diversas que agem em conjunto. Enquanto categoria tem uma dupla dimensão. Sendo ontológica é presente em qualquer realidade independentemente do sujeito conhecê-la; sendo reflexiva se constitui como movimento intelectual da razão em busca de reconstruir o movimento da realidade. É reflexiva porque a razão, para ultrapassar o plano da imediaticidade (aparência) em busca da essência, necessita construir intelectualmente mediações para reconstruir o próprio movimento do objeto, que não se trata, simplesmente, de opor ou substituir interpretações.

Trata-se então, de ir até ao fundo “[...] das relações, dos processos e das estruturas apanhando, inclusive e necessariamente representações ideológicas ou teóricas construídas sobre o objeto e impregnadas nele [...]” (IANNI, 1982, p.15). “[...] Busca captar a legalidade histórica imanente aos processos históricos, que não são separados por “muros rígidos”, mais organicamente vinculados por esta legalidade sistemática – histórica [...]” (PONTES, 2010, p. 66).

Por conseguinte, o pleno reconstruir ideal do objeto pela consciência dos homens é um trabalho de muito esforço, íngreme, em concordância com o qual eles podem fazer conhecer, mediatemente, a orbe de que é parte essencial⁴ – portanto entre a consciência e o mundo objetivo não há ruptura ontológica. Para essa relação ontológica, Marx estabelece a práxis como elemento componente primordial da especificidade do ser social, que proporciona o entendimento da ordem burguesa, a maneira de ser e reproduzir-se do ser social no cerne de um modo histórico concreto.

Desse modo, destaca-se que a práxis apresenta-se como Mediação que equivale a investigação, na totalidade sócia histórica (que é a ordem burguesa), as totalidades ontologicamente mais densas, para, posteriormente, analisar o teor referente, as mais significativas do movimento (processo de produção e reprodução) do ser social. A legalidade desse movimento só pode ser apreendida com o exame da estrutura de cada complexo constitutivo da totalidade social e das mediações que entretetece, na sua dinâmica, com os outros complexos – singularidade, particularidade universalidade (NETTO, 2004, p.38).

Para tal fim, partiu-se do abstrato para o concreto, do singular para particular dentro de uma universalidade, o que proporcionou uma aproximação sucessiva da realidade estudada. Ao elaborar a análises dos dados obtidos na pesquisa de campo foi efetuada a interpretação dos mesmos, na perspectiva da totalidade social, evidenciando as determinações mais gerais da instituição do PDV II, o que de certo terá como base as contrações sociais decorrentes da relação capital x trabalho inerente da relação de classes antagônicas materializadas nas relações de produção e reprodução do capital hegemônico *versus* trabalho no processo de apropriação da riqueza:

[...] Tal orientação firma-se na leitura da realidade como uma totalidade constituída de diversas determinações, dinâmica (em incessante modificação) e sujeita a ser compreendida pela razão, ainda sempre de modo parcial e consecutivo, uma vez que

⁴ Essência esta compreendida como “momento de um complexo dinâmico no qual essência, fenômeno e aparência convertem-se ininterruptamente uns nos outros [...] mostrando possuir uma natureza primordialmente ontológica” (LUKÁCS, 1979, p. 88).

é constantemente mais valorosa do que podemos projetar. Nesse sentido trata-se de um mecanismo racional substantivo e crítico que permitira a pesquisa proposta [...] o conhecimento que supera a imediatez em dois níveis: 1) um conhecimento que vá além da aparência imediata; 2) um conhecimento que vá além da sua utilização imediata, que não seja meramente instrumental, operatório, mas ao contrário, que parta do empírico, e mediatizado pela razão dialética busque reproduzir em nível de pensamento a lógica de constituição dos fenômenos e processos reais, da maneira mais aproximada possível [...] (GUERRA, 2002, p.60).

Trata-se, portanto, de:

[...] uma apreensão do processo social como totalidade, reproduzindo o movimento do real em suas manifestações universais e particulares e singulares em seus componentes de objetividade e subjetividade, em suas dimensões econômicas, políticas, éticas, ideológicas e culturais, fundamentando em categorias que emanam da adoção de uma teoria social crítica [...] (ABESS, CEDEPSS, 1996, p. 152).

Nestes termos, entende-se que a realidade social investigada é um processo que não pode ser visto unilateralmente e não se revela a si própria de modo natural, portanto, torna-se importante frisar que:

[...] A pesquisa tem de captar detalhadamente a matéria, analisar as suas várias formas de evolução e rastrear sua conexão íntima. Só depois de concluído esse trabalho é que se pode expor adequadamente o movimento real. Caso se consiga isso, e espelhada idealmente agora a vida da matéria, talvez possa parecer que se esteja tratando de uma construção **a priori** [...] (MARX, 1988, p. 26, *grifo nosso*).

Sob esse entendimento, Marx (1988) enfatiza que enquanto sujeito do conhecimento, o homem, não possui acesso real ao conhecimento da realidade - dos objetos, desvinculado das bases materialistas históricas, haja vista que estas possibilitam uma interação mediada por diversas relações do mundo que rodeia o indivíduo, com o todo de significações e ressignificações que este também inserido. Aprofundar a análise e a interpretação dos dados através da lógica dialética sobre a concretude e suas especificidades do movimento da reprodução sociometabólica do capital, sob o comando da burguesia e seu atual movimento de barbárie crescente sobre trabalho e os trabalhadores, que segundo Marx (1980), implica em perceber a essência da objetivação – da força de trabalho destituída dos meios de produção e sua relação de dependência e subordinação com o capitalismo.

Seguramente é o trajeto mais apropriado para o estudo ora proposto - pensar as reais condições de existência dos trabalhadores assalariados que vendiam a sua força de trabalho para a empresa Equatorial Celva, que foram demitidos pelo II PDV. Trata-se, então, de compreender a reconfiguração da organização do trabalho na contemporaneidade,

ultrapassando o reducionismo economicista que a tudo reifica e naturaliza (Braga, 1996), para, em seguida, examinar os principais nexos causais, desmistificando os contrários presentes no debate.

Para contemplar esse movimento de captura do real, a referida pesquisa concernente ao tema/problema acima mencionados têm cunho de natureza quanti – qualitativa. A metodologia qualitativa tem tido uma um papel relevante no Serviço Social, por propiciar investigações que compreendam [...] complexos sistemas de percepção e interpretação, nos quais os dados empíricos qualitativos requerem processos de interpretação hermenêutica, bem como pretendem revelar as conexões objetivas entre estruturas, para proceder a uma análise de determinadas situações sociais e dos contextos de ação individual ou coletiva [...] (HOPF, 1991 *apud* LISBOA, 2003b, p. 11, *grifo nosso*).

Com efeito, faz com que aconteça uma [...] aproximação fundamental e de intimidade entre sujeito e objeto, uma vez que ambos são da mesma natureza: ela se envolve com empatia aos motivos, às intenções, aos projetos dos atores a partir dos quais as ações, as estruturas e as relações se tornam significativas [...] (MINAYO, 1995, p.04). Igualmente, a abordagem qualitativa evidencia e condecora a perspectiva dos sujeitos nela envolvidos para entender, reconstruir e explicar os processos sócios histórico-culturais. A propósito refere-se a autora, que a pesquisa qualitativa:

[...] Responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo dos significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis [...] (*idem*, 1994, p. 21-22).

Dessa forma, entende-se que a pesquisa qualitativa é uma atividade racional que tem como objetivo estudar o ser social e o mundo em que ele se reproduz. Ademais, aqui quando se contempla esse modelo de investigação para o objeto desta pesquisa social, ao mesmo tempo considera-se que esse mesmo objeto (construído), está em pleno movimento dinâmico com suas metamorfoses e que é integrante do real vivenciado socialmente. Assim, no sentido aqui apresentado esta abordagem é pensada [...] não como um conjunto de regras fixas, mas como processo teórico metodológico que implica uma aventura intelectual [...] (FALEIROS, 2002) que se estrutura em torno de dois eixos respectivamente, propiciando uma interpretação mais precípua das características e limites de cada sujeito – pesquisado demitido pelo II Programa de Demissão Voluntária envolvido com o processo de reestruturação produtiva, já

que permite ao pesquisador, atentar para o seu objeto e para o seu objetivo, a partir da perspectiva do sujeito pesquisado, ao considerar que:

[...] consiste em descrições detalhadas de situações com o objetivo de compreender os indivíduos em seus próprios termos [...] estes dados não são padronizáveis como os dados quantitativos, obrigando o pesquisador a ter flexibilidade e criatividade no momento de coletá-los e analisá-los. Não existindo regras precisas e passos a serem seguidos, o bom resultado da pesquisa depende da sensibilidade, intuição e experiência do pesquisador [...] (GOLDENBERG, 2004, p. 53).

Sendo assim Martinelli (2005) refere-se que:

[...] pesquisar na perspectiva qualitativa, e sempre em articulação com a pesquisa quantitativa [...] é [...] contemplar de modo pacientemente impaciente o que se pretende pesquisar [...] é pôr em prática [...] o olhar rigoroso, crítico, atento [...], esforçando-se para tentar encontrar [...] o desvendamento crítico da realidade em análise, com vistas a uma intervenção mais qualificada [...] (p. 10).

Dessa forma, a pesquisa qualitativa se torna adequada, na busca do entendimento do objeto deste estudo, haja vista que se tentou relacionar harmonicamente o racional com os elementos empíricos descobertos e percebidos. Ou seja, buscou-se saber se os trabalhadores após demissão (in) voluntária se inseriram ou não em outro trabalho, que tipo de trabalho realizam e como vivem atualmente. Adiciona-se a isso a tentativa de capturar os acontecimentos cotidianos, as rápidas mudanças sociais, a diversificação do mundo, que vêm revelando ou não novos contextos e perspectivas sociais na vida dos sujeitos pesquisados. Sendo assim a pesquisa qualitativa procurou buscar explicar o porquê das “coisas”, das coisas no viver dos sujeitos sociais, sem se submeter à prova dos fatos, pois não tem preocupação com a representatividade numérica, centrando-se na apreensão e explicação da dinâmica das relações sociais - do aprofundamento do entendimento, do movimento do real, seja este macro estrutural de uma sociedade ou de particularidades de grupo de sujeitos sociais.

Como explica Minayo (2001), a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. Sendo assim, foi efetuado um recorte das falas, dos depoimentos dos pesquisados que mais possibilitara a compreensão do objeto de estudo, aqui proposto. Assim destaca-se que no processo de organização da pesquisa a abordagem qualitativa oferece possibilidades para o pesquisador identificar as motivações que levaram os sujeitos da mesma, a aderirem o Programa de Demissão Voluntária II, associada à compreensão sobre o contexto político econômico e social que determinara a instituição deste

programa e suas implicações nos arranjos da atual condição de vida desse segmento da classe que vive do seu trabalho.

A pesquisa nesta abordagem passa a ver o pesquisador de forma simultânea como sujeito e objeto da pesquisa, [...] uma vez que ambos são da mesma natureza: ela se envolve com empatia aos motivos, às intenções, aos projetos dos atores, a partir dos quais as ações, as estruturas e as relações tornam-se significativas [...] (MINAYO; SANCHES, 1993, p. 244). A propósito, o desenvolvimento da pesquisa é algo que não se pode prever, já que o conhecimento por mais consistente que possa ser, ainda será parcial e limitado, o que possibilita, ao pesquisador, observar o fenômeno a partir da perspectiva do sujeito envolvido no mesmo. Assim,

[...] O principal interesse dos pesquisadores qualitativos é na tipificação da variedade de representações das pessoas no seu mundo vivencial. As maneiras como as pessoas se relacionam com os objetos no seu mundo vivencial, sua relação sujeito-objeto, é observada através de conceitos tais como opiniões, atitudes, sentimentos, explicações, estereótipos, crenças, identidades, ideologias, discurso, cosmovisões, hábitos e práticas. Esta é a segunda dimensão, ou dimensão vertical de nosso esquema [...]. As representações são relações sujeito-objeto particulares, ligadas a um meio social. O pesquisador qualitativo quer entender diferentes ambientes sociais no espaço social, tipificando estratos sociais e funções, ou combinações deles, juntamente com representações específicas [...] (BAUER; GASKELL, 2002, p. 57).

Sob este entendimento a abordagem qualitativa se afirma na compreensão [...] das relações e atividades humanas com os significados que as animam é radicalmente diferente do agrupamento dos fenômenos sob conceito e/ou categorias genéricas dadas pelas observações e experimentações e pela descoberta de leis que ordenariam o social [...] (MINAYO; SANCHES, 1993, p. 244). Nesses termos, o objetivo do modo de análise qualitativo é de elaborar, informações aprofundadas e ilustrativas: seja ela pequena ou grande, o que importa é que ela seja capaz de produzir novas informações (DESLAURIERS, 1991, p. 58). Logo, ao longo deste estudo, o conteúdo do objeto⁵ foi investigado com base nos fenômenos, fatos e concretude, a partir do movimento do real, para que, assim, a pesquisa pudesse tocar a sua “verdade”, não desarticulada das leis fundamentais da dialética, da inter- penetrabilidade dos contrários presentes no modo de produção capitalista, no desenvolvimento social desigual e na centralidade do trabalho.

⁵O conteúdo de uma matéria, de acordo com os aportes do materialismo dialético, baseia-se no fato de que, alterando-se consecutivamente e passando de um estado qualitativo a outro, ela já não é absoluta, não pode ser mais a mesma, isto é, não há ações puras, conduzidas unilateralmente. Cada ação está necessariamente associada a uma reação (CHEPTULIN, 1982).

É indispensável esclarecer, também que as chamadas metodologias qualitativas tratam com ênfase, de modo geral, o estudo intensivo dos dados, tanto na sua extensão quanto na sua profundidade, os métodos qualitativos examinam os objetos sociais investigados como totalidades, que muitas das vezes, desafiam o pesquisador, cuja preocupação fulcral é a elaboração de uma explicação pertinente para o caso ou casos, ou seja, a máxima aproximação a realidade estudada, de impeli-los a declarar da maneira mais absoluta verossímil, abrindo-se à realidade social para com mais acerto compreendê-la, tendo, sempre, no [...] horizonte, o valor social da pesquisa, seu retorno ao campo de intervenção e aos sujeitos que dela participaram [...] (MARTINELLI, 2005, p. 10).

Diante disso e, para isso privilegiou-se um comportamento ético do pesquisador no âmbito da produção do conhecimento. Pois considera-se de suma importância que o pesquisador não envolva os sujeitos pesquisados e nem os manipule para conseguir alcançar seus objetivos, introduzindo aflições e rupturas não tão somente no sujeito – pesquisado, mas no ser e ainda no não – ser do homem. Neste sentido, convém lembrar Simone de Beauvoir que menciona que o cientista social necessita ter em mente a todo tempo que a relação que se dá entre pesquisador e observado é uma relação social e política que deve proporcionar um conhecimento fidedigno que traga benefícios a esses sujeitos encorajando-os, enquanto sujeitos emancipados, aptos a traçar um projeto de classe que desmitifique as ideologias existentes, e concatene instrumentos para desvendá-la. Desta forma, os pesquisados foram esclarecidos sobre os objetivos do estudo. Apresentou-se aos mesmos o termo livre e esclarecido para, informar que as suas falas, somente foram usadas neste. (em anexo)

Na mesma direção, Diniz (1999) conduz sua reflexão ao dizer que a pesquisa qualitativa [...] é o exercício simultâneo da reflexão traduzido nas mais diversas formas de ação coletiva, orientada em função da solução dos problemas que são vivenciados, visando objetivos de mudança e transformação social dos sujeitos [...] (p. 11). De acordo com Minayo (1999), este tipo de pesquisa quanti-qualitativa preocupa-se com o grau da realidade que não pode ser quantificado, ou seja, trabalha com um conjunto de significados, o que referencia um espaço mais firme das relações, dos processos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Vale evidenciar, portanto, que a pesquisa qualitativa aqui, possibilitou ao pesquisador – Assistente Social, ultrapassar qualquer resquício que ainda possa haver de uma prática subserviente, atuando na qualidade de profissional pensante criativo dialético, descortinando a realidade contraditória e desigual, reestabelecendo o desafio de operacionalizar o seu projeto ético – político.

A tentativa de aprofundar a compreensão do objeto de estudo levou a, a utilização da pesquisa documental e bibliográfica. Segundo Oliveira (2007) a pesquisa documental é muito próxima da pesquisa bibliográfica. Contudo, o componente que as diferencia está localizada na particularidade das fontes, pois:

[...] a pesquisa bibliográfica aponta para as contribuições de distintos autores sobre a temática, olhando sempre com atenção as fontes secundárias, ao passo que a pesquisa documental recorre a obras que ainda não foram tratadas de modo analítico, ou seja, as fontes originárias - primárias. Essa é a substancial distinção entre a pesquisa documental e a pesquisa bibliográfica. Porém evidenciamos que [...] na pesquisa documental, o trabalho do pesquisador (a) requer uma análise mais cuidadosa, visto que os documentos não passaram antes por nenhum tratamento científico [...] (*idem, ibidem*, p. 70).

Sob este entendimento, a pesquisa bibliográfica foi efetuada com base em livros, artigos, dissertações, teses e pesquisas e estudos a cerca do capitalismo contemporâneo, o Estado Neoliberal, processo de reestruturação produtiva e privatização no Brasil e suas inflexões nas mudanças no mundo do trabalho, visando problematizar as implicações destes processos para os trabalhadores, no qual se destacam a população alvo desta pesquisa.

A pesquisa documental teve por base os planos e os relatórios do PDV da Equatorial Celpa, relatórios do sindicato dos urbanitários e consulta aos processos de homologação de rescisão de contratos dos trabalhadores que aderiram o PDV II, SEPOF (estatísticas locais e nacionais), Observatório do Mercado de Trabalho, Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), Pesquisa Mensal de Emprego (PME), Anuário da Relação Anual de informações Sociais (RAIS), Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), Pesquisa de Amostra por Domicílio (ano 2012), Censo Demográfico (2010), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), e outros decorrentes de fontes internacionais como o *Observatorio Del Trabajo Del Mercosur* (OMTM), da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que possibilitem configurar a problemática social do trabalhador brasileiro e suas condições de vida, haja vista que:

[...] o documento⁶ constitui uma fonte extremamente preciosa para todo pesquisador nas ciências sociais. Ele é, evidentemente, insubstituível em

⁶Segundo os estudos de Appolinário, documento é [...] Qualquer suporte que contenha informação registrada, formando uma unidade, que possa servir para consulta, estudo ou prova. Incluem-se nesse universo os impressos, os manuscritos, os registros audiovisuais e sonoros, as imagens, entre outros [...] (APPOLINÁRIO, 2009, p. 67).

qualquer reconstituição referente a um passado relativamente distante, pois não é raro que ele represente a quase totalidade dos vestígios da atividade humana em determinadas épocas. Além disso, muito frequentemente, ele permanece como o único testemunho de atividades particulares ocorridas num passado recente [...] (CELLARD, 2008, p. 295).

Esta fase de apreciação dos documentos teve o propósito de contribuir para a produção do conhecimento visando aprofundar a concretude do objeto de estudo. Desta forma cabe ao pesquisador a tarefa de interpretá-los, compendiar as informações, buscando sempre realizar a inferência, segundo May (2004), os documentos não existem isoladamente, mas precisam ser situados em uma estrutura teórica para que o seu conteúdo seja entendido.

Paralelamente aos dados obtidos por meio da análise documental, foram também coletados dados primários por meio da pesquisa empírica a qual teve como principal instrumento a entrevista, pelo sua dinamicidade de convergir à relação de ida e vinda entre teoria e empiria, movimento que serve de referencial explicativo para captação dos resultados, ou seja, [...] movimento dialético do pensamento, passando do empírico para o concreto, e uma vez claramente estabelecido os conceitos, com recurso da teoria, volta ao empírico para compreendê-lo em toda amplitude e complexidade de suas determinações [...] (FRANCO, 1988, p. 78). A entrevista é:

[...] um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de um determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional. É um procedimento utilizado na investigação social, para a coleta de dados de um problema social [...] (LAKATOS; MARCONI, 1986, p. 70).

Nesse sentido, a comunicação oral possibilita que os sujeitos da pesquisa revelem com mais naturalidade suas histórias individuais e coletivas, pois [...] ao narrar, o sujeito revela, organiza sua memória relata sua história [...] (MARTINELLI, 2005, p. 121). Assim a entrevista⁷ utilizada nesta pesquisa foi a do tipo semi – estruturada visando possibilitar o aprofundamento dos dados. Para tal foi utilizado um roteiro de questões abertas e fechadas, em razão da facilidade de captar as expressões de opiniões de forma livre dos sujeitos da pesquisa em uma conversa, a qual proporcionou a descoberta de algo além das informações

Conceito este que segue a mesma linha de pensamento da Associação de Arquivistas Brasileiros, [...] o documento define-se como qualquer informação fixada em um suporte [...] (AAB, 1990).

⁷Nesta investigação as falas somente serão divulgadas, mesmo que de forma anônima, se consentidas pelo público alvo da pesquisa, a concordância com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Demonstrando que os objetivos antes propostos e depois alcançados foram estudados com compromisso e posicionamento ético.

basilares. Portanto, analisando a entrevista como: uma rica técnica de coleta de dados, entende-se que a mesma não é uma simples conversa descomplicada, mas sim um diálogo que conduz um objetivo assente que, através de questionamentos (perguntas), levou os sujeitos a dissertar sobre o objeto de estudo, o que possibilitou a elaboração deste trabalho.

Tem-se neste estudo, a entrevista como um processo qualificado de escuta sensível do sujeito e da sua fala que compõem sobre a sua vida, pois no momento da escuta dos sujeitos e a disponibilidade para um diálogo com atenção singular, propiciou a capacidade de ambos: sujeito entrevistado e pesquisadora a desenvolver processos de reflexões, a partir da escuta sobre a realidade dos mesmos, compreendendo mais verdadeiramente as relações sociais.

Desse ponto de vista, Para Goode e Hatt, a entrevista [...] consiste no desenvolvimento de precisão, focalização, fidedignidade e validade de certo ato social como conversação [...] (GOODE; HATT, 1969, p. 237). Com base em Thompson (1992) e Burke (1977) *apud* Biasoli-Alves (1998), pode se dizer que,

[...] a entrevista é uma ferramenta imprescindível para se trabalhar buscando-se contextualizar, fazendo a sua articulação com os sentimentos, valores, crenças e permitindo, sobretudo, que se obtenham dados sobre, no passado recente ou longínquo, de maneira explícita, porém tranquila, e em comunhão com o seu entrevistador que deverá inicialmente, transmitir atitudes que se transforme em transferência e troca mútua de confiabilidade [...] (p. 144, *grifo nosso*).

Desta forma para captar o conhecimento do objeto investigado neste estudo, o que significa construir, desconstruir, descrever sua manifestação e revelação, para assim atingir a sua essência, tomamos, como instrumento a entrevista semi-estruturada, em que nesse caso, os questionamentos, foram elaborados com intuito de permitir que o entrevistado disserta se o seu pensamento, as suas ponderações e reflexões sobre o objeto em foco.

[...] nesta entrevista questões gerais são levantadas. As questões nesse caso são abertas e devem evocar ou suscitar uma verbalização que expresse o modo de pensar ou de agir das pessoas face aos temas focalizados. Devem visar, também, facilitar as lembranças dos informantes e que eles principiem a falar sobre o tema, para que se instalem, aí, noções, de credibilidade. Cada um deverá compor uma sequência particular e abordar com mais ou menos detalhes um fato, da maneira que melhor lhe convier. Tornam-se entrevistas longas, que irão permitir tanto a análise, quantitativa das respostas as questões que abordam pontos objetivos, quanto, e em especial, uma análise qualitativa da **fala** dos informantes [...] (DIAS DA SILVA *apud* BIASOLI-ALVES, 1998, p. 14, *grifo nosso*).

No processo investigativo, em que se buscou o transcender do senso comum, uma compreensão contextualizada do objeto antes desconhecido, ao longo da pesquisa se tornou um momento relacional, específico e prático, tendo como referência o mundo da vida, a partir dos dados colhidos nas entrevistas.

As entrevistas foram gravadas, (com a autorização dos entrevistados que assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, em anexo), objetivando descrever a verbalização de suas vivências sobre o objeto de estudo (gravadas em áudio e transcritas na íntegra, reunindo silêncios e espaços para refletir, possibilitando assim, desenvolver o fazer analítico). Com o intuito de demonstrar o máximo do material coletado, houve um cuidado constante na manutenção e originalidade de cada resposta.

A pesquisa empírica foi realizada no final do ano de 2014 e começo do ano de 2015 teve como sujeitos um diretor Sindicato dos Urbanitários e 10 trabalhadores que aderiram o II Programa de Demissão Voluntária. Desse total de trabalhadores 05 trabalhadores que ingressaram na empresa, quando a mesma ainda era estatal, via concurso público, 01 trabalhador que ingressou na empresa, via concurso público no ano da privatização 1998 e 04 trabalhadores que ingressam depois da privatização.

2 REPRODUÇÃO SOCIOMETABÓLICA DO CAPITAL E AS INFLEXÕES SOBRE O TRABALHO

Além das misérias modernas, oprime-nos toda uma série de misérias herdadas, decorrentes do fato de continuarem vegetando modos de produção arcaicos e ultrapassados, com seu séquito de relações sociais e políticas anacrônicas. Somos atormentados não só pelos vivos, como também -pelos mortos. *Le mortsaistilevif!*(MARX, 1983 p. 12).

É sobre o fluxo do capital, diz Harvey, no preâmbulo de seu livro *O enigma do capital e as crises do capitalismo*, que:

[...] O capital é o sangue que flui através do corpo político de todas as sociedades que chamamos de capitalistas, espalhando – se, às vezes como um filete e outras vezes como inundação, em cada canto e recanto do mundo habitado. É graças a esse fluxo que nós, que vivemos no capitalismo, adquirimos nosso pão de cada dia, assim como nossas casas, carros, telefones celulares, camisas, sapatos e todos os outros bem necessários para garantir a nossa vida no dia a dia [...] (HARVEY, 2011, p. 7).

Assim, a perspectiva desse estudo, entende que esse dia a dia é subordinado cada vez mais, pois o trabalhador se obriga, porque se vê obrigado a trabalhar além dos limites da sua capacidade física e mental devido o aumento da intensidade do trabalho decorrente das exigências impostas pelo movimento incessante de valorização do capital. Condição indispensável para multiplicar mais rápido possível o capital destinado a produção, o capital produtivo, para o enriquecimento da burguesia e, portanto, para explorar comprar, explorar a força de trabalho. Ou seja, o crescimento incessante do poder do trabalho acumulado sobre o trabalho vivo, o controle da classe burguesa sobre a classe trabalhadora.

Logo com base nesse pensamento, o intento desse trabalho é compreender as repercussões das demissões dos trabalhadores via o II Programa de Demissão Voluntária instituído pelo Grupo Equatorial – Celpa, na vida dos mesmos, no cerne da totalidade dinâmica da reprodução sociometabólica do modo de produção capitalista, passando pela triplicidade, ou seja, entendendo que “[...] essa singularidade totalizante não suprime nem a particularidade nem a universalidade, mas se nutre continuamente da contradição, é esta mesma na aparente quietude do círculo vivo em intenso movimento [...]” (GIANNOTTI, 1985, p. 25).

Assim, a partir da lógica do controle sociometabólico hierárquico e explorador do capital, optou-se em encetar pelo - O muito afamado “Prefácio de Marx” à sua *Contribuição a*

crítica da economia política de 1859 é de integral monta para o quadro contemporâneo societário. Esse *textdinky* nos coloca algumas asserções com igualdade de relevância. Primeiro ganha vista, a estrutura sociometabólica do capital que há muito constituída é o fatal modo de reprodução social antagônico na história humana; segundo, as condições materiais para sobrelevar o antagonismo estrutural do arranjo socioeconômico então dominante são estas mesmas postas no âmago da ordem da sociedade burguesa dada.

[...] As relações de produção burguesa são a última forma contraditória do processo de produção social, contraditória não só no sentido de uma contradição individual, mas de uma contradição que nasce das contradições de existência social dos indivíduos. No entanto as forças produtivas que se desenvolvem no seio da sociedade burguesa criam ao mesmo tempo as condições materiais para resolver essa contradição [...] (MARX, 1983, p. 25).

É emblemático ressaltar que, condições essas criadas para resolver essa contradição, que na sua essência, fazem a manutenção do controle das personificações mais que ávidas do capital, por meio de relações reformáveis de dominação ubíqua que subsumi a esmagadora maioria da sociedade, com base na racionalidade específica de cada formação social.

Como podemos ver, o Capital é relação social, “[...] não uma simples relação social, mas um processo, em cujos vários momentos sempre é capital [...]” (PANAGIO, 2012, p. 21), e vis-à-vis as relação sociais são contiguidades conspícuas históricas: são mutáveis e transformáveis. Surtidas dos atos dos homens, suscitam sobre estes cerceamentos e coerções, ocasionando danos e conseqüências que são esparsos de sua vontade; contudo, com tal característica, são modificáveis e trasmudáveis pelo o bel-prazer coletivo e organização das classes sociais – como sustenta Marx (1997) “[...] os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado [...]” (p. 21).

Desse modo a história do desenvolvimento do capital, de suas etapas mais originais até no presente, mostra, como acentua Mészáros, “[...] que o capital é um modo de controle e não um título de controle [...]” (MÉSZÁROS, 2002, p. 368; p. 450). Manifesta-se nos bens constitucionalmente sancionados, mas não tem neles a sua aurora. Assim “[...] não se pode tratá-lo como uma entidade material ou um mecanismo igualmente neutro que possa estar na posse de um ou outro indivíduo aleatoriamente, pois o capital é sempre uma relação social [...]” (*idem, ibidem*, p. 713; p. 837). Uma relação social sustentada no trabalho social, no trabalho assalariado, que tem como “lei” histórica a plena dissolução - a ruptura da unidade –

do trabalho vivo e o estado objetivo de suas atividades produtivas. O capital acha seu pilar de existência sobre a subserviência do trabalho vivo, no mesmo momento em que somente pode expor-se como contrapartida, ou seja, como trabalho acumulado, objetivado e alienado, do ser social que trabalha. E continua ele,

[...] De fato, esta separação alienada e – em relação ao sujeito que trabalha – implacavelmente dominadora / adversa constitui a própria essência do capital como um modo de controle social. Assim, nenhum economista político ou filósofo que se identifiquem com o ponto de vista do capital pode concebivelmente divisar a reconstituição da unidade em questão, já que esta última *ipso facto* implicaria não apenas terminar com a dominação do capital sobre a sociedade, mas simultaneamente também a liquidação do ponto de vista a partir do qual eles constroem seus sistemas teóricos [...] (MÉSZÁROS, 2002, p. 351- 352; p. 431).

Desta forma, evidencia-se, na perspectiva desse estudo, que o capital não é uma *aliquid*, todavia uma *sui generis* relação social de produção, congruente a uma determinada formação histórica⁸ da sociedade que passa a ter talhe - em formato material, que lhe verte um traço social particular. O capital é a somatória dos meios de produção, transfigurados em capital. É o grupamento dos meios de produção sorvidos somente por uma determinada parcela da sociedade, dos agentes produtores, e das condições do processo de trabalho da força produtiva “[...] substanciadas frente à força de trabalho viva e ao antagonismo que se personifica como capital [...]” (MARX, 1975, *apud* IAMAMOTO; CARVALHO, 2004, p. 31).

É neste sentido, que se sustenta a historicidade do homem: um apanágio prevalecente do gênero humano, da existência humana na sua indistinção e pluralidade. Existência esta que não se restringe tão somente a orbe da produção material, contudo abrange a totalidade de suas atividades vitais, isto é, compreende a filosofia, a ciência, a religião, o trabalho, e etc. Logo, por conseguinte a natureza humana a apreensão materialista dialética não se fixa em determinações inconvertíveis e presas em um único ponto, avulsas do processo histórico em fluxo, mas como um desenvolver no movimento das relações entre os sujeitos sociais por esses – criadas por esses, no decurso da história humana. Sobre isso, Márkus Gyorgy em sua obra Teoria do Conhecimento no Jovem Marx (1974), argumenta que o conceito de essência

⁸A história é o processo pelo qual o homem se forma e se transforma a si mesmo, graças á sua própria atividade, ao seu trabalho; e a característica maior do homem é precisamente a sua atividades espontânea que modela a sua subjetividade, em consequência da qual ele se encontra em um eterno movimento do vier a ser (IAMAMOTO, 2011, p. 44).

humana, não pode se afastar da história, já que esta é a abstração da história, é uma relação em que o ser social, a realiza na realidade efetiva e no pensamento, no caso do pensamento refletido, portanto os modos de ser, as determinações de existência.

A natureza humana, portanto é em si inerentemente histórica e por isso totalmente imprópria para o congelamento arbitrário da dinâmica do desenvolvimento socioeconômico real visando atender à conveniência do modo de reprodução sociometabólico do capital. Por isto, essa Historicidade, com base na razão dialética, que não ser percebida com qualquer forma metafísica ou teleológica da ontologia, é que nos leva a compreender a natureza genética ontológica das categorias determinantes do sistema do capital, da reprodução, isto é das determinações do próprio real no plano do pensamento. Nesse sentido explica Mézáros:

[...] O papel socialmente dominante do capital em toda história moderna é óbvio. No entanto, é necessário explicar como é possível que, sob certas condições, uma dada 'natureza' (a natureza do capital) se desdobre e se realize de acordo com sua natureza objetiva, com suas potencialidades e limitações inerentes seguindo suas próprias leis internas de desenvolvimento (apesar até dos antagonismos mais violentos com as pessoas negativamente afetadas por seu modo de funcionamento), desde a forma subdesenvolvida até a maturidade [...] (MÉSZÁROS, 2002, p.184).

Engels (1977), em estudo sobre a constituição da humanidade socializada – em que o homem modifica a natureza e a obriga a servi-lhe, domina-a – historicamente construída no decorrer do tempo e por isso nesse mesmo tempo interina, refere-se que é no bojo da divisão do trabalho que essa se dá, na qual o trabalho coletivo é distribuído quantitativamente qualitativamente de modo desigual, assim como o produto deste. Portanto, o engenho da trajetória da humanidade sociabilizada, peculiar à ordem capitalista origina um tipo especial de nexos social, entre individualidade social e trabalho “[...] a produção de cada indivíduo depende da produção de todos, mas [também] a transformação de seu produto em meios de vida passa a depender de todos [...]” (MARX, 1980, p.85).

Assim, diz Marx (1973):

[...] O caçador e o pescador individuais isolados, a partir dos quais partem Smith e Ricardo, pertencem a concepções sem imaginação dos robinsonianos do século XVIII, as quais de forma alguma expressam apenas uma reação contra a sofisticação exacerbada e um retorno a uma vida natural mal compreendida, como os historiadores culturais imaginam. Também se baseia o tal naturalismo o contrato social de Rousseau, que coloca sujeito autônomos, naturalmente independentes, em relação e conexão mediante contrato. Esta é a semelhança, aquela meramente estética, dos robinsonianos,

grandes e pequenos. É, antes, a antecipação da sociedade civil, em preparação desde o século XVI e andando a passos largos em direção à maturidade no século XVIII. Nessa sociedade de composição aberta, o indivíduo aparece separado dos laços naturais etc., os quais em períodos históricos anteriores o converteram em acessório de um conglomerado humano definido e limitado. Smith e Ricardo ainda se apoiam com os dois pés sobre os ombros dos profetas do século XVIII, em cujas imaginações esse indivíduo do século XVIII – o produto da dissolução das formas feudais da sociedade e das novas forças de produção desenvolvidas desde o século XVI – aparece como ideal, cuja existência eles projetam sobre o passado. Não como um resultado histórico, mas sim como o ponto de partida da história. Como indivíduo natural apropriado de sua noção de natureza humana, não surgindo historicamente, mas depositado pela natureza. Essa ilusão tem sido comum a cada nova época até os dias atuais [...] Somente no século XVIII, na sociedade civil, as várias formas de interconexão social, entendendo que o ser humano no sentido mais literal é um *zoonpolitikon*, não um mero animal gregário, mas um animal que pode se individuar apenas em meio à sociedade [...] (p. 83 e 84).

Desta forma não é demais, evidenciar que as diversas formas de interconexão social são estabelecidas pelo trabalho no modo de produção capitalista, confrontam o indivíduo, para além de mero meio para seus fins privados, a partir de um ponto de vista mais geral das relações sociais, com base na relação capital X valor-trabalho.

A propósito, compreender a individualidade e a sociabilidade humana na sociedade mercantil, é apreender a dimensão genérica do ser social que é dada pelo trabalho como atividade coletiva (ato, que se incorpora a vida, aos modos pensar, de ver e criar a realidade) é, sobretudo histórico-social, que se figura em particular no fato de que o homem somente pode efetuar-lo por meio da relação com iguais homens. Sem demora é perceptível observar que o modo de reprodução, que se afiança na sociedade mediocrata – mediocraciade acordo com Iamamoto (2011), explicitamente manifesta um formato histórico próprio tanto de desenvolvimento humano coletivo, quanto de alienação dos sujeitos sociais, isto é, uma forma intrínseca de produção da vida humana, de sociabilidade, manipulada e falsificada na temporalidade do capital.

Registra-se nessa direção, que a temporalidade do capital é um processo acentuado no modo burguês que mistifica a veraz essência da reprodução social que leva o capital a ser o produtor da riqueza e mediador/ controlador do sociometabolismo. Como bem se deduz, interessa sublinhar que a partir disso, há um círculo vicioso que se estabelece na auto - justificação do capital como o uno elemento produtivo, por meio da substância do trabalho acumulado que lhe dá origem e é a sua força histórica. Em função disso sublinha, Mészáros:

[...] Do ponto de vista do capital visto como modo de controle, a questão importante não é a sua forma contingente, é a necessidade de uma expropriação do **trabalho sob formato de trabalho objetivado e alienado, que reproduz sistematicamente a ampliação do capital e reiterando o fetichismo do sistema, que endossa a acumulação.** De uma forma ou de outra, sua forma, sua forma contingente deve ser modificada, menos nos parâmetros estritamente capitalistas, no curso da inexorável autoexpansão do capital, de acordo com as variações de intensidade e escopo da acumulação de capital possível na prática sob as circunstâncias históricas dadas [...] (MÉSZÁROS, 2002, p. 368 e 451, *grifo do autor*).

E em sua, materialidade – o trabalho, decursivo dessa historicidade coletiva, compreende um valor, que conjectura formas, desdobradas em capital e dinheiro, trazendo à tona formas de produção e reprodução entre o ser social, sem antepositivos. Essa Materialidade é mediatizada quando estas formas assumem um determinado tipo de valor – valor de troca que tem autonomia diante do indivíduo singular e coletivo, encobrindo as suas reais relações sociais, tributando a estas uma caráter fetichizado em meras coisas sociais, entretecendo um alargo processo de reificação.

Marx (2011) desde o prelúdio dos seus estudos reconhece que os valores – de – uso, dão formas a substancia material da riqueza – seja qual for forma social dessa – os valores – de – uso, são concomitantemente, os veículos materiais do valor – de – troca. Diante dessas constatações segundo o mesmo autor, se prescindirmos do valor – de – uso das mercadorias, tão só haverá como resíduo uma propriedade, a de ser produto do trabalho, onde estes produtos surgem no seu modo social universal como trabalho humano abstrato socialmente vital para a produção de mercadorias. Á vista disso, as mercadorias se tornam a cristalização do trabalho.

Assim, segundo Marx (2002), a categoria trabalho é essencial para apreender, analisa a sociedade capitalista, visto que a mesma apresenta sua base na produção e venda de mercadorias e, como tal, tem no trabalho sua centralidade, sendo a pertinente *Arbeitskraft*(força de trabalho) – o próprio homem, seu corpo, sua energia, sua inteligência, seu conhecimento, ela mesma, uma mercadoria que a organização do capitalismo se apropria (compra) e enquadra no movimento para a produção e reprodução de diversas outras mercadorias.

Além disso, este autor de forma precisa reconhece que a categoria trabalho admite um duplo caráter; quando se exprimi como valor, não apresenta mais as mesmas propriedades que lhe próprias como gerador de valores – de – uso e que o homem só realiza como a singular natureza, ou melhor, dizendo, alterando as formas da matéria, continuamente ajudado

pelas forças naturais. Não, conforme o pensamento clássico de William Petty (1886) “[...] o trabalho humano á sui generis “mina” dos valores – de – uso que formula a riqueza material [...] é o pai, o principio ativo da riqueza, assim como as terras são as mães desta [...]” (p. 54).

Dessa forma, evidencia-se a natureza como a influente fábrica de toda a riqueza material, visto que o homem desta faz parte e é um dos elementos que constituem o que esta produz - condutor de vigor e inteligência que movimenta em benefício próprio e transforma em diversos pontos essa natureza, concomitantemente que por ela é alterado. Esse quadro de ideias deixa claro e explícito o papel e a centralidade do trabalho na reprodução social dos homens e de seu elo social para a permanência e reprodução da sociabilidade humana, por meio do trabalho, pois é por meio deste que altera, transforma a natureza e como toda essa natureza estabelece uma estreita relação, sendo fundamental tanto em seu formato ontológico como histórico, evidentemente essencial ao modo como a sociedade se desenvolve.

Ancorado em Marx, Lukács (1979) explora o significado ontológico da teleologia do trabalho em sua ontologia do ser social, esclarecendo que, através dele, ocorre uma dupla transformação, tanto da natureza, em meios, objetos úteis e matérias-primas, quanto do próprio homem. Segundo este autor, “[...] o próprio homem que trabalha é transformado pelo seu trabalho; ele atua sobre a natureza exterior e modifica, ao mesmo tempo, a sua própria natureza; desenvolve as potências nela ocultas [...]”(p. 16). E com base nos apontamentos de Netto e Braz (2007), entende-se dessa forma que em, seu processo de desenvolvimento histórico, o ser humano amplia suas necessidades, diversificando a forma de atendimento às mesmas, ou seja, o homem cria novas formas de objetivações que se autonomizam do trabalho, embora este permaneça como objetivação fundante e necessária do ser social, de que são exemplos: a ciência, a filosofia, a arte, a práxis educativa, dentre outras. Entretanto, é importante considerar que a forma como o homem se relaciona com a natureza, como produz sua própria existência, varia historicamente. Marx (1988), ao se debruçar em estudos sobre a gênese, funcionamento e desenvolvimento do modo de produção capitalista, esclareceu-nos que o capitalismo é, antes de tudo, produção e reprodução de relações sociais determinadas.

Estas relações na sociedade capitalista conformam uma forma particular de sociabilidade, desvendadas por Marx em sua teoria do valor trabalho. Afirma este autor que, inicialmente, a riqueza das sociedades aparece “[...] como uma imensa coleção de mercadorias [...]” (MARX, 1988, p. 45); contudo, como forma elementar da riqueza, as mercadorias escondem seu duplo caráter - a de serem valor de uso e valor de troca, manifestos nos conceitos de trabalho concreto e de trabalho abstrato. No primeiro caso “[...] enquanto valor de uso –, o que explica o valor da mercadoria é sua qualidade ou utilidade como coisa

que satisfaz as necessidades humanas, sejam elas do estômago ou da fantasia [...]” (ibidem, p.45). Aqui, trata-se do trabalho concreto, voltado à produção de valores de troca para atender necessidades sociais determinadas, através do qual o homem se desenvolve enquanto ser social, diferenciando-se da natureza, por um processo histórico de humanização.

Portanto o desenvolvimento da materialidade do trabalho expressa na maturidade histórica da sociedade capitalista, e encontra-se diretamente relacionada à produção dos indivíduos sociais, por meio do que o valor de troca projeta, “[...] a universalidade da alienação do indivíduo frente a si mesmo e frente aos demais, quanto à universalidade e a multilateralidade de suas relações e habilidades [...]” (MARX, 1980, *apud* IAMAMOTO, 2011, p. 55).

Ou seja, o trabalho do ser social produtor assume traços tão unilaterais quanto multilaterais, frente as suas necessidades, servindo-lhe como um recurso de troca – valor de troca, estabelecido por meio do mercado, haja vista que é nesse âmbito que se estabelece a coesão social a troca valor de uso que respondem às necessidades sociais, fruto da produção do indivíduo, por um lado, e de valor universal. Como acentua Rubin⁹:

[...] Somente sobre a base da economia mercantil, caracterizada por um amplo desenvolvimento de troca, uma transferência em massa de indivíduos de uma atividade a outra e a indiferença do indivíduo para com a forma concreta de trabalho, é possível desenvolver-se o caráter homogêneo de todas as atividades de trabalho, enquanto trabalho humano em geral [...] (RUBIN, 1987, p. 153).

Nessa direção, Mészáros (2009) assinala que essas formas de valor na contemporaneidade implicam no estabelecimento de hierarquias estruturais de dominação e subordinação como arranjo necessário da reprodução sociometabólica. Assim, podemos inferir que as formas que o valor admite - como mediações de segunda ordem, do ponto de vista do mesmo autor, podem ser resumidas em destaque como:

[...] Os meios de produção alienados e suas personificações por meio das quais o capital adquire vontade férrea e consciência rígida, estritamente de mandado a impor sobre todos a conformidade com relação às exigências objetivas desumanizantes da ordem sociometabólica dada;
O dinheiro assumindo uma multiplicidade de formas mistificantes e progressivamente mais dominantes no curso do desenvolvimento histórico,

⁹Isaak Rubin (1987), diz que o fundamento dialético completo da teoria de Marx sobre o valor só pode ser exposto sobre a base de sua teoria do fetichismo da mercadoria, que analisa a estrutura geral da economia mercantil.

chegando ao domínio total do sistema monetário internacional dos dias de hoje;

Trabalho estruturalmente divorciado da possibilidade de controle, seja nas sociedades capitalistas, nas quais deve funcionar como trabalho assalariado coagido e explorado pela compulsão econômica, seja sob o controle pós-capitalista do capital sobre a força de trabalho politicamente dominada;

Variedades de formação de Estado do Capital em seus terrenos globais, nos quais podem confrontar-se uns contra os outros (por vezes com os mais violentos meios, deixando a humanidade á beira da autodestruição), como Estados nacionais orientados a si mesmo;

E o descontrolado mercado mundial em cuja estrutura os participantes, protegidos por seus respectivos Estados Nacionais por meio de relações de poder dominantes, devem se acomodar às precárias condições de coexistência econômica enquanto se empenham em obter a mais alta vantagem praticável para si ao ludibriar suas contrapartes concorrentes, aqui lançando inevitavelmente as sementes de mais conflitos destrutivos [...] (*idem, ibidem*, p. 193).

Assim ao cabo dessas determinações, ressalta-se a essência processual do capital – valor que tem de se valorizar, “[...] valor em valor de uso e valor de troca, do trabalho em trabalho concreto e trabalho abstrato, do capital em capital fixo circulante [...]” (BENSAID, 2010, p. 22) e se é “[...] valor que se valoriza, a utilidade que este determina deve se relacionar com esta sua capacidade de reproduzir, assim a única utilidade que um objeto pode ter para o capital, é conservar ou aumentar este [...]” (MARX, 1974, p. 181 e 183), e tendo de aumentar seu volume, logo, capital “[...] grande vampiro moderno [...]” (BENSAID, 2010, p. 17), é movimento, açulado pelas suas contradições.

O conteúdo deste movimento é dado pela autovalorização do valor uma substância; em processo contínuo, que se move por si próprio é capital como relação – como sujeito usurpador, que não conhece limites, como bem expressa Marx em os Grundrisse, “[...] seu automovimento de produção de si, não perde sua substância – trabalho objetivado – antes se transforma sempre em outras substâncias, se realiza em uma totalidade das mesmas [...]” (MARX, 1974, p. 172). Enfatiza Marx:

[...] A natureza não produz de um lado possuidores de dinheiro e de mercadorias e, de outro, meros possuidores das próprias forças de trabalho. Essa relação não faz parte da história natural nem tampouco é social, comum a todos os períodos históricos. Ela mesma é evidentemente o resultado de um desenvolvimento histórico anterior, o produto de muitas revoluções econômicas, da decadência de toda uma série de formações mais antigas da produção social [...] (*idem, ibidem*, p. 140).

E a partir desse momento em que os meios de vida se convertem em valores de troca e em que a vital força de trabalho se transforma em mercadoria¹⁰, as relações sociais de produção e troca se intercorrem como relação entre coisas, alienando o valor de uso dos meios de vida e reprodução do ser social e alienando o peculiar trabalho humano, como sendo uma dessas coisas. Esta ulterior colocação de modo abrangente dá razão a Wolff (1998), quando projeta a hipótese fulcral de seu livro: que cada vez mais o capital vem se revigorando, construindo de métodos que utiliza para furtar aos trabalhadores suas potencias criativas intelectuais e espirituais intrínsecas à sua força de trabalho humana, ou seja, a coisificação do trabalhador não somente permanece, mas também se agrava. Trata-se aqui do trabalho como miséria absoluta: “[...] a miséria não como carência, senão como exclusão plena da riqueza objetiva [...]” (MARX, 1974, p. 203).

[...] O operário - **trabalhador** torna-se tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção cresce em poder de volume. O operário torna-se uma mercadoria tanto mais barata quanto mais mercadoria cria. Com a valorização do mundo das coisas cresce a desvalorização do mundo dos homens em proporção direta. O trabalho não produz apenas mercadorias; produz a si próprio e o operário como uma mercadoria, e com efeito na mesma proporção em que produz mercadorias em geral. Este fato não exprime senão: o objeto que o trabalho produz, o seu produto, enfrenta-o como um ser estranho {*ein fremdes Wesen*}, como um poder independente do produtor. O produto do trabalho é o trabalho que se fixou num objeto, se coisificou, ele é a objetivação do trabalho. A realização do trabalho é a sua objetivação. Esta realização do trabalho aparece na situação nacional-econômica, como a desrealização do operário, a objetivação como perda do objeto e servidão ao objeto, a apropriação como alienação {*Entfremdung*}, como desapossamento {*Entausserung*} [...] (MARX, 2004, p. 95, *grifo do autor*).

É fundamental, também observar neste processo, as consequências do fato de o trabalhador se relacionar com o produto de seu trabalho, como com algo estranho, assim anuncia Marx (1964), [...] a realização do trabalho surge de tal modo como desrealização que o trabalhador se invalida até à morte pela fome. A objetivação revela-se de tal maneira como perda do objeto, que o trabalhador fica privado dos objetos mais necessários, não só à vida, mas também ao trabalho [...] (p. 159). Logo, o trabalho metamorfoseia-se em objeto, que ele somente pode alcançar com o máximo esforço e sem que haja hiatos inesperados.

¹⁰Elemento este que evidência claramente os apontamentos dos Grundrisse, que consistem em que de um lado esteja o capital e de outro o trabalho, estes mesmos como forma autônoma e contrapostas, ambos, pois, idem reciprocamente alheios. Os extremos aqui acaroados são inerentemente distintos. (MARX, 1974, p. 177).

Acrescente-se que é nesse processo que apropriação do objeto se apresenta em tal caso como alienação que quanto mais objetos o trabalhador produzir tanto menos ele pode possuir e mais se subsumi a dominação do capital. Assim o trabalhador perde a sua racionalidade, e é exposto a uma irracionalidade, isto é, a condição tão somente inorgânica, material e artificial. Segundo Basbaum (1977), ele se “[...] coisifica, anula-se nesse processo: é a máquina, ou um apêndice de máquina, uma estranha máquina cujo óleo combustível, é constituído de proteínas [...]” (p. 25). Conseqüentemente há uma intensa negação da constituição das faculdades que é própria do homem. Ademais esse homem, tem saqueado a sua capacidade de reflexão é “[...] apenas uma peça de engrenagem, que quando gasta pelo uso, pode ser substituída, ele está desomizado [...]” (*idem, ibidem*, p. 25).

Nessa condição, o trabalhador ao mesmo tempo, quanto mais se dedica ao seu trabalho, mais este o mantém oprimido.

[...] Por isso, o trabalhador acaba por se tornar um servo dos objetos que produz. A alienação do trabalhador no objeto exprime-se assim nas leis da economia política: quanto mais o trabalhador produz, tanto menos tem de consumir; quanto mais valores cria, tanto mais sem valor e mais indigno se torna; quanto mais refinado o seu produto, tanto mais deformado o trabalhador; quanto mais civilizado o produto tanto mais bárbaro o trabalhador; quanto mais poderoso o trabalho, tanto mais impotente se torna o trabalhador; quanto mais brilhante e pleno de inteligência o trabalho, tanto mais o trabalhador diminui em inteligência e se torna servo da natureza [...] (MARX, 1964, p. 161).

Ao que vimos e podemos deduzir com essa caracterização demonstrada por Marx, é que esse mesmo quadro se manifesta no cenário de crise do setor elétrico brasileiro, a partir do desmonte dos postos de trabalho, via demissão direta e ou programas de demissão voluntária. Dado isso, compreende-se que o trabalho, no caso específico da organização produtiva capitalista, é responsável do pôr em vigor a riqueza capitalista. O valor tomado como elemento que é particular da organização capitalista e versado a partir da perspectiva da produção e apropriação do excedente econômico, explana, pontualmente, a relação de proveito subsumido entre trabalho assalariado e capital. Esse valor de troca que se consolida sob esse padrão de organização produtiva, *idem*, demonstra essa relação de exploração, posto que as categorias econômicas coligadas a esse âmbito engrenam o ciclo das transformações do capital por meio das “faces” sociais e das relações que essas estabelecem junto e entre si.

Conferido estas ideias, convém ressaltar que é com base nesses termos que o conceito de classe social de Marx, exterioriza, “[...] no e pelo movimento do capital [...]”

(BENSAID, 1999, p 153). Portanto, entender o caráter mais substancial do movimento do capital: a determinação teórica do conceito de classe social, como uma fonte de legitimidade, a partir de uma posição teleológica ideal, pensada, que só se torna uma posição real, objetivando transformá-la em realidade material no âmbito da práxis de uma reflexão crítica constante é desmistificar, as mistificações que permeiam o ciclo do capital, é perceber a intrínseca relação entre o trabalho e o valor – instaurado na produção do excedente que se fundamenta em uma produção que tem por meta o lucro e que se torna público, desigual, uma vez que não possibilita e não consente uma troca de quantidades iguais de trabalho.

Logo, nesse interior do modo de produção capitalista, existe claramente um movimento oscilatório, que por si só, faz do trabalho a medida de valor. Por conseguinte, a geração e a apropriação do lucro somente se torna viável, pelo o trabalho que é a medida de valor das mercadorias; o quê faz que, qual fosse distinta medida de valor não aprovisionaria esse resultado. A lei do valor trabalho é uma esfera da organização produtiva que depende da restituição do lucro – em forma de excedente econômico que é produzido por uma classe e tomado posse por outra. O valor dos produtos do trabalho demarcado pelo tempo de trabalho, somente tem lógica se seu propósito fora produção do excedente econômico, como se evidenciou acima. Tão certo não existiria a precisão de este ser a medida de valor, se a troca vislumbrasse distinto alvo que não a acumulação da riqueza abstrata por uma das classes sociais. Assim sendo, o trabalho, na qualidade de medida de valor, é manifestação da contradição de classe vigente e com distribuição desigual do produto entre trabalhadores e o patronal.

Nesse decurso de distribuição desigual entre trabalhadores e proprietários, considera-se que para além do trabalho na qualidade de medida de valor, três são ainda os elementos de exploração utilizados pelo capital, que aprofundam essa troca desproporcional: o aumento da jornada de trabalho, o aumento da intensidade do trabalho e o pagamento do salário abaixo do valor da força de trabalho. Nas palavras de Marini (1973),

[...] nos três mecanismos considerados, a característica essencial está dada pelo fato de que são negadas ao trabalhador as condições necessárias para repor o desgaste de sua força de trabalho: nos dois primeiros casos [aumento da jornada de trabalho e aumento da intensidade de trabalho], porque lhe é obrigado um dispêndio de força de trabalho superior ao que deveria proporcionar normalmente, provocando assim seu esgotamento prematuro; no último [salário abaixo do valor da força de trabalho], porque lhe é retirada inclusive a possibilidade de consumo do estritamente indispensável para conservar sua força de trabalho em estado normal [...] (p. 156).

Nesse contexto, destaca-se a diferenciação do valor trabalho do valor da quantidade de trabalho estabelecido em uma mercadoria que afixa uma medida constante de valor, a saber, o tempo de trabalho fundamental para a fabricação de uma mercadoria. Essa medida concede à disputa a liberdade essencial que necessita para intervir na extração de mais ou menos excedente econômico. Desta forma, o tempo de trabalho [...] como medida de valor torna-se desta maneira a lei de uma depreciação contínua do trabalho [...] (MARX, 2004, p. 49). Essa igualdade quantitativa proporciona uma medida similar regular a todas as mercadorias. A concorrência e todo o *technical progress* que essa é capaz de subsumir, tendo à disposição esse elemento comum a todas as mercadorias, firmam nessa direção, uma escala comparativa entre as diversas jornadas de trabalho de produtos plurais, tanto quanto, compele uma mercadoria de “XXXX” horas a ser vendida a um preço tacanho quanto à mercadoria de “XX”, quando diz respeito a produtos homogêneos. O preceito medular no qual a concorrência se organiza, se sintetiza em um [...] mínimo de tempo no qual a mercadoria é suscetível de ser produzida [...] (idem, *ibidem*, 2004, p. 49).

Dessa forma, o trabalho pertencente aos indivíduos produtores tende a cingir um modelo antitético de trabalho na sua mostra exatamente social. Como todas as mercadorias evidenciam seu valor no similar, é fortalecida a fictícia aparência de que o objeto, no qual se exibi a grandeza do valor dos demais, comporta a função de equipolente, para além dessa relação, tal como fosse um fundamento natural de caráter social. Interessa acentuar que ao consentir que o caráter social do trabalho se afirme no mundo de relações entre as mercadorias, dissimula-se para os indivíduos, reificando-o, conforme especificamente padrão de coisas e, à vista disso, externo ao homem que a manufatura. Conforme podemos ver, resultado do trabalho é o trabalho que se firmou num objeto, fez-se coisa, é a objetivação do trabalho. Ou ademais, “[...] a exteriorização do trabalhador em seu produto tem o significado não somente de que seu trabalho se torna um objeto, uma existência externa, mas, além disso, se torna uma existência fora dele, independente dele e estranha a ele [...]” (MARX, 2004, p. 81). Convertendo-se em um poder soberano de si, diante dele, que a vida que ele propiciou ao objeto se lhe refila invasiva e estranha. Logo se constata que:

[...] A igualdade dos trabalhos humanos assume a forma material de igual objetividade de valor dos produtos do trabalho; a medida do dispêndio do trabalho humano, por sua duração no tempo, assume a forma de grandeza de valor dos produtos do trabalho. Finalmente, as relações que se estabelecem entre os produtores, em que aquelas características sociais de seus trabalhos são ativadas, assume a forma de grandeza de valor dos produtos de trabalho [...] (IAMAMOTO, 2011, p. 53).

O processo capitalista de produção conjectura a existência do trabalhador por inteiro despossuído dos meios de vida precisos à sua reprodução. Esta condição histórica iguala o trabalhador a um pobre virtual. Pobreza não deduzida tão somente como produto da distribuição de renda, sendo exiguidades. Pobre como trabalhador alijado de toda a riqueza objetiva e excluído de sua realização objetiva. Em outras palavras, na análise do processo de produção como processo de formação de valor, para o trabalhador, o processo produtivo sobrevir através de uma relação de estranhamento, em que a universalidade das coisas lhe é alheio “[...] os materiais que elabora, os instrumentos com que trabalha e o próprio trabalho vivo, sua manifestação vital específica que foi cedida ao capital para uso durante a jornada de trabalho [...]” (*ibidem*, p. 77). O trabalhador, por conseguinte, se imbrica com seu ofício como algo alheio, subalterno ao controle e aos objetivos de outrem, trivial meio de valorização de valores presentes materializados em situações de labor, que tiranizam o trabalho vivo. Assim o trabalho não mais que é de posse do sujeito produtor como “suor”, mas como “[...] substância criadora de valor é propriedade do capital [...]” (MARX, 1974, p. 18).

Em resultante,

[...] O produto apresenta-se como uma combinação de material alheio, instrumento alheio, e trabalho alheio: como propriedade alheia. Finalizada a produção, a capacidade de trabalho empobreceu-se, pela força vital gasta. Porém deve recomeçar a tarefa penosa e fazê-lo como capacidade de trabalho existente de maneira puramente subjetiva, separada de suas condições de vida [...] (MARX, 1890, *apud* IAMAMOTO, 2011, p. 77).

Destarte, a dominação do capitalista sobre o trabalhador é, em vista disso, o arbítrio da coisa sobre o homem, do trabalho esmarrido sobre o trabalho vivo. “[...] E o processo de produção e reprodução do capital é o processo de produção e reprodução dessa alienação [...]” (IAMAMOTO, 2011, p. 77). Esta é vivenciada de modo diverso pelo “Senhorio” do Capital e pela classe que vive do seu trabalho. Nesse processo, o capital efetivo seu único fim – a valorização do capital investido e neste reaver sua satisfação, por estar em função das coisas que rege. É nesta direção o trabalhador torna-se fêmulu do capital, sujeitando seu ser a extrair da mais-valia, para a autovalorização do capital. Logo, o objetivo imediato do capitalista é produzir mais-valia, “[...] a função específica do capital é, pois, a produção de mais-valia, e esta [...] não é outra coisa que a produção de trabalho excedente, apropriação no curso do processo de produção real de trabalho não pago, que se objetiva como mais-valia [...]” (MARX, 1978, p. 9). Por isso, afirma Marx, que o trabalhador estabelece um correferir com,

[...] seu próprio trabalho como uma expressão da sua vida que, embora lhe pertença a ele, é alheio a ele e dele é roubado. ...Capital, portanto, é a existência do trabalho social – a combinação do trabalho como sujeito e também como objeto, mas esta existência existe independentemente e oposta a seus momentos reais, conseqüentemente, ela própria é uma existência particular isolada deles. Por sua parte, o capital aparece, então, como sujeito predominante e dono do trabalho alienado, e sua relação é ela própria uma contradição tão completa como o é a do trabalho assalariado [...] (MÉSZÁROS, 2002, p. 837; p. 972).

De certo, fica-nos explícito e compreensível como e de que lugar vem a fonte de acumulação e de manutenção do capital. Nesse sentido, a teoria do valor-trabalho estabelece o trabalho é insigne categoria que assegura valor para o capital, isso é empreendido de modo preciso, uma vez que o trabalho como parte constituinte do processo produtivo no qual incide a mais-valia. Logo, a mais-valia não tende a realizar-se unicamente no chão da fábrica, mas em outros espaços sócios ocupacionais, na escola, no hospital, no teatro, nas empresas de serviços, etc. Assim como na Celpa Equatorial. A propósito, nos dizeres de Marx, citado por a mesma autora com base em Marx, refere-se que:

[...] um mestre escola é um trabalhador produtivo, se ele não apenas trabalha as cabeças das crianças, mas extenua a si mesmo para enriquecer o empresário. O fato de que este último que tenha investido seu capital uma fábrica de ensinar, me vez de uma fábrica de salsichas, não altera em nada na relação **de exploração da força de trabalho** (MARX *apud* TAVARES, 2003, p. 95, *grifo do autor*).

Dessa forma, a mais-valia além de sobrevir com a prossecução da jornada de trabalho, se dá atualmente de forma intensificada por meio dos novos padrões tecnológicos. Assim, respectivamente raciocina-se, mais- valia absoluta e relativa:

[...] A mais valia resulta do fato de a força de trabalho produzir mais produtos do que recebe como salário. Pode assumir a forma de: a) Mais-Valia ABSOLUTA: se realiza com o prolongamento da jornada de trabalho além do ponto em que o trabalhador produz para garantir a sua subsistência, com a apropriação pelo capital do trabalho excedente; b) Mais-Valia RELATIVA: se realiza com o prolongamento do tempo de trabalho excedente e a condensação do trabalho necessário, possíveis pelo uso da tecnologia que permiti produzir em menos tempo o equivalente ao salário [...] (GRANEMANN, 1999, p. 157).

Portanto, o quê do ponto de vista do capital se expressa como mais-valia, na ótica do trabalhador, se manifesta exatamente como mais trabalho, algo mais à frente das suas necessidades. Ou melhor, para além da necessidade subitânea para guarda de sua condição basilar. Isto posto, o desenvolvimento das forças produtivas sociais do trabalho vem se realizando contraditoriamente, já que o efeito de ampliar a produtividade do trabalho não dispensa o trabalhador do labor, todavia medra o trabalho excedente para o capital, acondicionando o trabalho sob o seu mando. O prosperar das forças produtivas opulenta o capital e não os sujeitos que trabalham, alargando, dessa forma, o poder do capital sobre o trabalho. Os meios de produção, a absorção dos meios de sustento pelo trabalhador, é vista, igualmente, como uma relação de poder do capital sobre o labor, embora que esta relação não realize no processo de trabalho, e sim nas cercanias deste. Sendo assim:

[...] O capital mesmo é contradição em processo [pelo fato de] que tende a reduzir a um mínimo o de tempo de trabalho, enquanto, por outro lado, coloca o tempo de trabalho como única medida da riqueza. Diminui, pois, o tempo de trabalho na forma de tempo de trabalho necessário, para aumentá-lo na forma de tempo de trabalho excedente; põe, portanto, o trabalho excedente como condição – *question de vietmort* – do necessário. De uma parte, desperta todos os poderes da ciência e da natureza, assim como da cooperação e do intercâmbio do trabalho empregado nela. De outra parte, propõe-se a medir com o tempo de trabalho essas gigantescas forças sociais criadas dessa maneira a reduzi-las aos limites requeridos para que o valor já criado conserve-se como valor. As forças produtivas e as relações sociais – umas e outras aspectos diversos do desenvolvimento do indivíduo social – aparecem ao capital unicamente como meios, e não são para ele mais do que meios para produzir fundando-o em uma mesquinha base [...] (MARX, 1980, p. 598).

Há, no modo de produção capitalista “[...] um movimento oscilatório que, por si só, faz do trabalho a medida de valor [...]” (MARX, 2004, p. 59). O tecer e o confiscar do excedente somente são permissíveis, porquanto o trabalho é a medida de valor das mercadorias; qualquer que fosse outra determinação de valor não conceberia este resultado. A lei do valor trabalho é seção de uma organização produtiva que depende do excedente econômico que é feito por uma classe e mantido na posse de outra. O valor dos artefatos do trabalho determinado pelo tempo de trabalho, exclusivamente tem lógica se é necessária à produção de um sobejo econômico nesses termos, acima descritos. Sequer haveria precisão de ele ser a mensuração de valor, se a troca tivesse diverso, foco que não o acúmulo da riqueza por uma das classes sociais.

Desse modo, o trabalho na qualidade de medida de valor, é expressão vivente do antagonismo de classe presente e com o provento desigual do produto entre trabalhadores capitalistas. E mais, sob a tirania da lei do valor, o trabalho, no cerne da estrutura do sistema do capital, é a forma vital de “[...] legitimar valores de uso, correspondentes às necessidades humanas é produzir mercadorias que assegurem os lucros, sob o imperativo da acumulação de capital sempre crescente [...]” (MÉSZÁROS, 2009, p. 202), em provento de uma minoria, proprietária dos meios de produção, em detrimento da vida do trabalhador, implicando a extensão de miséria e desigualdades,

O que antes tinha um fim central do ser social, transfigura-se em núcleo de subsistência. A força de trabalho vem a ser mercadoria¹¹ que se destina a criar novas mercadorias e valorizar o capital, se comutando em meio e não na primeira necessidade humana. Nestes termos, se dá uma relação de compra e venda de mercadorias, em que sua força de trabalho é mercantilizada, haja vista que o “*Arbeiter*”¹², passa a receber uma forma de remuneração – salário equivalente ao preço de qualquer que seja outra mercadoria, adentrando sua atividade no circuito do valor, sendo o seu trabalho em atividade subordinada à classe capitalista. Assim, assinala em seu *Leviathan*, Hobbes¹³ (1991), um dos economistas mais antigos e dos mais inusitados filósofos da Inglaterra: “[...] O valor de um homem é, como para todas as outras coisas, o seu preço, isto é, o que se pagaria pelo uso de sua força [...]” (HOBBLES *apud* ANTUNES, 2004, p. 86).

[...] O regime capitalista pressupõe a separação entre os operários e a propriedade das condições de realização de seu trabalho. Quando já se move por seus próprios pés, a produção capitalista não só matem a separação, como reproduz e acentua em uma escala cada vez maior. Portanto, o processo que engendra o capitalismo pode ser apenas um: processo de dissociação entre o operário e a propriedade sobre as condições de seu trabalho, processo que de um lado transforma em capital os meios sociais de vida e de produção, enquanto do outro transforma produtores diretos em operários assalariados. A chamada acumulação primitiva nada mais é que o processo histórico de dissociação entre produtor e os meios de produção [...] (HOBBLES *apud* ANTUNES, 2004, p.655).

¹¹Levar em conta o trabalho como mercadoria é, na práxis, observá-lo como um instrumento de produção que pode arrecadar o ínfimo primordial para a sua manutenção. Por isto, o embolso do salário não figura o período total gasto na produção e o valor é anexado a mercadoria com base na exploração do trabalho. Portanto, “[...] o valor relativo medido pelo tempo de trabalho é fatalmente a fórmula da escravidão moderna do operário [...]” (MARX, 1974, p. 46).

¹²Termo em Alemão que faz referência a categoria trabalhador.

¹³Thomas Hobbes (1588-1679), filósofo inglês, empírico, ideólogo da nobreza aburguesada. Defendeu o poder ilimitado do Estado em suas obras, sobretudo no *Leviathan*, escrito em 1651, que foi queimado em público, após a restauração Stuarts.

Neste sentido, a realização do trabalho manifesta-se a tal ponto como desrealização que o trabalhador é desrealizado até a morte, o seu tempo todo é consumido pelo trabalho estranhado. A objetivação ergue-se de tal maneira, como carência do objeto que o trabalhador é desapossado dos objetos mais vitais não somente da vida, igualmente, dos objetos de trabalho. Sendo assim, o próprio trabalho torna-se um objeto, do qual o trabalhador tão só, pode tomar com o sumo excelso de esforço ou com as mais imprevisíveis ocorrências. O apoderamento do objeto aparece, certamente, como alienação que quanto mais mercadorias o trabalhador produz tanto menos ele detém e por tão mais permanece sob a dominação do seu produto, do capital que o aliena - que avassala a “[...] possibilidade de desenvolvimento humano e pessoal destes indivíduos sociais como um ser humano genérico [...]” (ALVES, 2009, p. 9).

Assim, deve-se notar que a partir do já sublinhado, o imperativo absoluto da auto reprodução do capital, impossibilita ao extremo o trabalhador de realizar uma “práxis” produtiva como sendo uma “práxis” criadora, que segundo Vázquez (1990), com base em Marx, faz com que o mesmo, se limite a um trabalho mais impessoal e mais inconsciente possível, posto que o trabalhador tampouco reconhece a si, em seu produto, sendo mero executor do processo de trabalho, suprindo as exigências capitalistas de máxima captação de lucro, como bem explica Vázquez ao referir-se que as mãos do trabalhador não são humanas, já que são esvaziadas de criatividade, potencialidade, já que somente executam sem reflexão e liberdade. Gonçalves (1994) comenta:

[...] os artesãos da Idade Média ainda tinham uma ligação viva com seu trabalho, no qual imprimiam seu ser total. Na época do Renascimento, o homem ainda é criador e tem um vínculo direto com o produto de seu trabalho [...] (GONÇALVES, 1994, p. 20).

Gonçalves pontua ainda que

[...] o operário moderno tornou-se indiferente em relação a seu trabalho, perdendo a ligação afetiva com o produto de suas mãos. As suas mãos e todo o seu corpo ‘esvaziam-se’ do espírito, para poder realizar maquinalmente a tarefa que lhes é imposta [...] (*idem, ibidem*, p. 21 e 22).

Desta forma,

[...] Para que a mão possa ser posta nessa relação de exterioridade é preciso que deixe de ser uma mão concreta, humana, e se torne abstrata, indeterminada; é preciso que seja idêntica à do outro e se encontre com

outras num universo comum de ações perfeitamente medidas e definidas, tanto no que concerne à sua forma, quanto a seu ritmo e duração. É necessário que minha mão não me pertença, que se separe dela tudo aquilo que minha mão a une à minha consciência [...] (VÁZQUES, 1990, *apud* FERNANDES, 2006, p. 131).

Em consequência, o ser humano é reduzido a fator de produção, mercadoria. Neste processo, não é o trabalhador quem opera os meios de produção, são os meios de produção que operam o trabalhador. Nunca é o trabalhador que se satisfaz no trabalho como seu elemento objetivo; é o trabalho que se perpetua e cresce pelo absorvimento do trabalhador, devido a qual se tornar em um valor que se valoriza, em capital, e como tal funciona. Os meios de produção delineiam-se de modo exclusivo como dominadores da maior quantidade possível de trabalho. Este se externa tão só como meio de valorização de valores existentes e, assim sendo, de sua capitalização. Com efeito,

[...] A alienação do operário - trabalhador no seu objeto exprime-se, segundo as leis nacionais econômicas, em tal modo quanto mais o operário produz tanto menos ele tem para consumir [...] quanto mais formado o seu produto mais deformado o operário, em quanto mais civilizado o seu objeto tanto mais bárbaro o operário, em quanto mais poderoso o trabalho tanto mais impotente o operário [...] (MARX, 2012, p. 97).

Com base nos manuscritos Econômico-Filosóficos de Marx (1983) se torna clara a representação da subsunção ao Capital do trabalhador que se reduz a uma mercadoria, tornando-se um sujeito estranhado, um simples espaço da sua existência individual. O que teria intenção de ser matriz da humanidade se converte na não realização do ser social, alienação de homens e mulheres trabalhadores. O que significa dizer, que mesmo havendo uma luz da dimensão intelectual no trabalho como acrescentou Gramsci, sob o capitalismo, o trabalhador frequentemente não se satisfaz no trabalho, mas se degrada não se reconhece, e diversas vezes se recusa e se desumaniza.

Marx, epiteta, o Fetichismo da Mercadoria, que esconde as relações sociais sob as quais os valores de troca são frutificados, que atam a população ao trabalho “[...] que produz obras maravilhosas aos ricos, mas produz despojamento para o operário – trabalhador. Produz palácios, mas cavernas para o operário [...]” (MARX, 2012, p. 97), como as correntes de Héfenos agrilhoam Prometeu ao Rochedo na linda metáfora de Marx que sonega a exploração e a alienação do trabalho e a tomada de posse do capital sobre os meios de vida. Por cúmulo, torna-se evidente que esse arquétipo de medida do valor de troca de uma mercancia,

florescido pela economia política, firma a igualação qualitativa dos trabalhos realizados, subtraindo a atividade humana que passa a dezoar tão somente quantitativamente, pois:

[...] Para medir os valores de troca das mercadorias pelo tempo de trabalho que contém, é necessário que os diferentes trabalhos sejam eles próprios reduzidos a um trabalho não diferenciado, uniforme, simples, em suma, a um trabalho que seja qualitativamente o mesmo e apenas se diferencie, portanto qualitativamente. [...] De fato, o trabalho assim medido pelo tempo, não aparece como trabalho de indivíduos diferentes, antes os diferentes indivíduos que trabalham aparecem normalmente com simples órgãos do trabalho. [...] Este trabalho simples constitui de longe a parte mais importante da sociedade burguesa [...] (*idem*, 1983, p. 34 *grifo nosso*).

Vale a pena ressaltar que o trabalho além de ser o elemento mais significativo da ordem burguesa é tem preponderância no interior dos ciclos de crise, e no curso das recomposições processo real de produção na contemporaneidade em que há um aumento de miséria e desigualdades, que a vida do trabalhador assalariado, veem sendo duramente subsumida e precarizada, se tornando cada vez mais uma mercadoria funcional adquirida pelo capitalista - seu verdadeiro trunfo de acumulação e valorização. De acordo com Kehl (2004), a fórmula mais famigerada e clara do fetichismo da mercadoria é a de que este é fruto de atividades que ocultam, sob a ilusória paridade objetivas das mercadorias, as dissemelhanças - sob os arranjos de dominação e exploração – a partir e entre os homens que as geraram.

Ou seja, [...] cada mercadoria que circula no mundo capitalista e que pode ser trocada por outras, equivalentes em seu valor – equivalência que veio a ser simbolizada pela mercadoria mais abstratas de todas, o dinheiro [...] (KEHL, 2004, p. 75), transporta em si própria o relato de um operário de um capitalista, de um ser que cedeu em troca de dinheiro a força de trabalho, e de outro que a comprou, isto é [...] do tempo de vida que um sujeito despossuído de qualquer outro bem teve que entregar ao capitalista para garantir a sua sobrevivência, e assim continuar vendendo seu tempo e produzindo mais mercadorias [...] (*Ibidem, idem*, p. 75).

A despeito deste, é ponderoso evidenciar as observações de Netto (1981) postas em seu livro *Capitalismo e Reificação*, que ressaltam que a forma mercadoria não é meramente o elemento constitutivo econômico do sistema orgânico burguês¹⁴, pois é a fonte principal que

¹⁴Mészáros se fundamenta em Marx para conceituar o sistema orgânico: [...] enquanto no sistema burguês completo toda relação econômica pressupõe cada uma das outras em sua forma econômico burguesa, e tudo que é posto é, portanto, também um pressuposto, o mesmo acontece com todo o sistema orgânico. Este mesmo sistema orgânico, como totalidade, tem seus pressupostos, e seu desenvolvimento para a sua totalidade consiste precisamente em subordinar todos os elementos da sociedade a si mesmo, ou criar os órgãos de que ainda carece. Historicamente é assim que ele se torna uma totalidade [...] (MARX, GRUNDISSE *apud* MÉSZÁROS, p.621 e 725)

comporta e sonega a base dos processos alienantes que estão em percurso nesta sociedade. Ocorre que, [...] os sujeito que intercambiam mercadorias, e que medem o valor de umas pelas outras, assim como se medem uns pelos outros e terminam por medir seu próprio valor pelo valor das mercadorias que trocam precisam acreditar que essas mercadorias significam riquezas [...] (KEHL, 2004, p. 76 - 77), nessa direção, entretanto, devem obliterar (mesmo tendo consciência) o que essas ocultam. Destarte, não é por outra razão se não por esta, que o homem – trabalhador não se reconhece no produto de seu trabalho, não desfruta de liberdade criativa em seu feito, e o produto não dispusera para o mesmo talvez nenhum proveito.

Sobre o objeto, fruto deste trabalho, argumenta Marx:

[...] Este fato nada mais exprime, senão: o objeto que o trabalhador produz, o seu produto, se lhe defronta com um ser estranho, como um poder independente do produtor. O produto do trabalho é o trabalho que se fixou num objeto, fez-se coisa, é a objetivação do trabalho. Esta efetivação do trabalho aparece ao estado – nacional – econômico como desefetivação do trabalhador, a objetivação como perda do objeto e servidão ao objeto, a apropriação como estranhamento e alienação [...] (MARX, 2004, p. 81).

E deste plano, em que o trabalhador se encontra com o produto de seu trabalho como se lhe fosse algo obscuro, acresce as adjacentes consecutórias:

[...] Na determinação de que o trabalhador se relaciona com o produto de seu trabalho como (com) um objeto estranho estão todas estas consequências. Com efeito, segundo este pressuposto está claro: quanto mais o trabalhador se desgasta trabalhando, tanto mais poderoso se torna o mundo objetivo¹⁵, alheio que ele cria diante de si, tanto mais pobre se torna ele mesmo, seu mundo interior, e tanto menos o trabalhador pertence a si próprio. Por conseguinte, quão maior essa atividade, tanto mais sem objeto é o trabalhador. Ele não é o que é o produto de seu trabalho. Portanto, quanto maior este produto, tanto menor ele mesmo é. A exteriorização do trabalhador em seu produto tem o significado não somente de que seu trabalho se torna um objeto, uma existência externa, mas, bem, além disso, que se torna uma existência, que existe fora dele, independente dele, que a vida que ele concedeu ao objeto se defronta hostil e estranha [...] (MARX, 2004, p. 81).

Esse processo é obduco por uma larga mistificação do capital: como o trabalho está submetido ao capital – no cerne do processo de produção, prontamente, está corporificado ao capital como seu membro constitutivo – todas as formas as forças produtivas sociais do

¹⁵[...] Como um modo de controle sociometabólico, o sistema do capital é singular na história também no sentido em que é, na verdade, um sistema de controle sem sujeito. As determinações e os imperativos objetivos do capital sempre devem prevalecer contra dos desejos subjetivos – para não mencionar as possíveis reservas críticas do pessoal, controlador que é chamado a traduzir esses imperativos em diretrizes práticas. É por isso que as pessoas ocupam os altos escalões da estrutura de comando do capital – sejam eles capitalistas privados ou burocratas do partido – só pode ser consideradas Personificações do capital, independente do maior ou menor entusiasmo, como indivíduos particulares, ao pôr em execução os ditames do capital. Neste sentido, graças à estrita determinação de sua margem de ação pelo capital, os próprios atores humanos como controladores do sistema estão sendo de modo geral controlados e, portanto, em última análise, não se pode afirmar a existência de qualquer representante humano autodeterminante no controle do sistema [...] (MÉZAROS, 2002, p. 66 e 125-126).

trabalho mostram-se ao revés, que nem forças produtivas do capital, como propriedades imanentes ao trabalho materializado, como poderes que regulam o trabalhador. A ardilresultância, então, é a reprodução das contradições de classes e da consciência alienada que possibilita essa igual reprodução em níveis ascendentes. Igualmente, os surgimentos de contemporâneas forças produtivas que são incitadas por esse processo, revolucionam a materialização da vida em sociedade, formulando, ao mesmo tempo, as condições mais efetivas de hegemonia do capital sobre o trabalho, esmerando-se e dando-lhe o formato acertado, e as condições reais de um “atual” modo de produção, ao tecer as bases materiais para uma vida social, que de forma explorada, mas resignada de maneira nova. O que também desencadeia a relação e as condições históricas de sua dissolução, o que encerra, por isso, a possibilidade, e somente a possibilidade, das crises.

Por esta determinação dialética e concreta, e por muitas outras pertinentes, o capitalismo não se finda apenas em ser história, mas este carrega consigo a sua peculiar biografia, que enquanto totalidade histórica não acabada em processo de realização: advinda da progressiva reificação das categorias econômicas, cujas origens se encontram na produção mercantil e de mudanças executadas, não tão somente à reprodução dos meios de produção, isto é, da força de trabalho e dos meios materiais de produção, assim como por meio de mecanismos que lhe são particulares, e que situam as diferenças específicas da “questão social”.

[...] Ao longo de sua existência, **o capital**, moveu-se (move-se) e transformou-se e (transforma-se); mobilidade e transformação estão sempre presentes nele, graças ao rápido e intenso desenvolvimento das forças produtivas que é a sua marca. A expressão sociopolítica das suas contradições, que surge nas lutas de classes, permeia e penetra todos os passos da sua dinâmica. A história **do capital** – a sua evolução –, portanto é produto da interação da imbricação da intercorrência do desenvolvimento das forças produtivas, de alterações nas atividades estritamente econômicas, de inovações tecnológicas e organizacionais e de processos sociopolíticos e culturais que envolvem as classes sociais em presença numa dada quadra histórica. E todos esses vetores não só se transformam eles mesmos: as suas interações também se alteram no curso do desenvolvimento do modo de produção capitalista [...]. (NETTO; BRAZ, 2007, p. 169, *grifos nosso*).

Enfim, com base no entendimento desses pressupostos, a cerca da reprodução sociometábolica do capital os quais nos propiciam pensar o sistema do capital, suas estratégias de hegemonia e as relações fundadas na exploração do trabalho e na reprodução contínua da desigualdade social, se aflora para compreender o sentido da realidade do trabalho na contemporaneidade brasileira, a qual será tratada a seguir. Por isso, é preciso aproximar-se do entendimento do arranjo das crises macroestruturais do capital e as suas

repercussões no mundo do trabalho, de suas mediações históricas econômicas e a condição para ir adentro na complexidade que é a forma, para fazer conhecer o seu movimento contraditório, indo além do imediato da sua aparência. O desafio é, pois, compreender o,

[...] Modo como o capital articula essa diversidade de relações, trazendo para as determinações de seu tempo, isto é, do seu ritmo e de sua reprodução ampliada, os tempos de diferentes relações que foi reproduzindo na sua lógica ou mesmo reproduzindo, **atualizando fetichismos e mistificações que acobertam as desigualdades e sua reprodução social** [...] (MARTINS, 1989, p. 20, *grifo nosso*).

2.1 As crises macroestruturais do capitalismo no mundo do trabalho

Conforme foi tratado no capítulo I deste trabalho, historicamente, o que se percebe é que o sistema capitalista entre em crise (s) frequentemente, crise (s) esta que por sua vez, além de incentivar novos conflitos, também traz a tona novos consensos, isto é, desacordos e concordância de ideias que se tornam mundiais. Tensões que encontram sua ascendência na natureza antagônica inerente a estrutura do sistema capitalista – o antagonismo entre “sugadores” da riqueza e produtores, presente em toda sociedade de classe e que se torna mais forte na “fina flor” capitalista, gera uma determinada oposição de interesses, que [...] faz com que as lutas que travam as classes antagônicas se constituam em verdadeiro motor da história [...] (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 113). Contudo Marx, no Dezoito do Brumário, afirma, [...] os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que eles se defrontam diretamente [...] (MARX; ENGELS, 1977, p. 203).

Nesse lastro analítico, o ponto de partida é perceber que a partir do fortalecimento do comando da produção pelo capital, o vir a ser do desenvolvimento do capitalismo como sujeito não antropomórfico, nos conduz a considerar que a sua história real e concreta, densa de contradições, não tão só as replicam, mas também as iteram de modo ampliado. Trata-se, então da história de uma sucessão de crises econômicas, uma vez que, estas deslocam, modificam o capitalismo, sublinhando a coesão de sua continuidade, que também expressa à história da auto-alienação humana. De 1825 até as proximidades da Segunda Guerra Mundial, as etapas de bonança econômica, passo a passo foram entremeadas por crises, dessa forma quando se ergue o olhar para a história mundial, chega-se a conclusão que as crises são recorrentes, e vale inferir, diferentes, em origem, duração, frequência.

A literatura econômica é profusa no que se refere às crises econômicas. Compuseram-se de forma variada um grande volume de textos sobre as crises de 1873, 1929, 1945, 1973 esta que deflagrou inconstâncias na sociedade até a década de 1980 não tendo abalado deveras os sistemas econômicos capitalistas. Com o “susto” econômico mundial iniciado em setembro de 2008, e as suas inconstâncias na sociedade até hoje, debates sobre o tema crises, surgiram e outros ressurgiram, em decorrência da magnitude e importância do assunto para a produção capitalista de maneira global.

Ainda com base nessa rica literatura as grandes crises sistemáticas que confrangeram o modo de produção capitalista em sua maioria foram originadas, núcleo do sistema imperialista estadunidense, o qual tem o poder de levar desequilíbrios, a outros países, ainda que tenham determinado poderio.

Sobreleva-se que as crises sistêmicas do grande capital de 1873, 1929 e 2008 são de grandiosidade rara, estando enleadas a uma cadeia de fatores institucionais, políticos, econômicos e sociais específicos e agrupados dispostos em contextos - ciclos de contrações, caracterizados pelo crescimento das taxas de desemprego, falências empresarias, diminuição das balanças de exportação e importação e instabilidade política e social. Sobre a recessão de 1873:

[...] O Pânico de 1873 tem sido descrito como "a primeira crise verdadeiramente internacional", seguida pela que ficou conhecida como “A mais Longa Depressão” enfrentada pelo sistema capitalista. Foi uma crise econômica de dimensão mundial experimentada na segunda metade da época vitoriana, que se fez sentir principalmente na Europa e nos Estados Unidos, que por sua vez vinham experimentando um forte crescimento econômico impulsionado, respectivamente, pela Segunda Revolução Industrial e pela conclusão da Guerra Civil Americana [...] CURVO, 2011, p.55).

Dessa forma:

Na Grã-Bretanha resultou em duas décadas de estagnação, pois o país esteve em contínua depressão entre 1873 a 1896, durante a qual perdeu sua liderança econômica mundial. A Grã-Bretanha é usualmente considerada como tendo sido o país mais atingido, pois durante esse período, perdeu alguns de seus parques industriais para as economias da Europa Continental, principalmente para a Alemanha. Nos Estados Unidos, o período depressivo, que se seguiu ao Pânico de 1873, se estendeu de 1873 a 1879, Com 65 meses é contração com maior duração identificada pelo NBER (The National Bureau of Economic Research), [...] (*idem, ibidem*, p. 55).

Constata-se então que:

[...] Em Berlim, o império de transporte ferroviário de Bethel Henry Strousberg faliu, estourando a bolha de especulação local. A contração da economia alemã, conhecida como “Gründerkrach”, foi agravada pelos

pequenos pagamentos de reparações de guerra da França à Alemanha, em setembro de 1873. O cenário financeiro volátil levou consigo a bolsa de Viena, que, a partir do dia 08 de maio até o dia 10 de maio de 1873, entrou em colapso, quando foi fechada por três dias, na tentativa de diminuir o pânico entre seus investidores [...] (*idem, ibidem*, p. 61).

A situação produziu explosões de violência nas grandes cidades, como em Nova Iorque, Boston e Chicago. Na Tompkins Square, Nova Iorque, em 1874, a polícia entrou em conflito com a multidão, espancando milhares de homens e mulheres. Um dos mais sangrentos conflitos da história americana aconteceu nos campos de carvão da Pensilvânia em 1875, quando operários foram massacrados por uma força privada encomendada pelo Estado. Uma greve dos ferroviários em 1877 levou as multidões a destruírem as estações ferroviárias em Pittsburgh, Chicago e Cumberland, especialmente na Pensilvânia e no grande entroncamento ferroviário de Chicago. O Presidente Rutherford B. Hayes enviou tropas federais na tentativa de conter os ataques. Combates entre grevistas e tropas federais levaram a mais de 100 óbitos. A tensão entre os trabalhadores, os banqueiros e os proprietários de indústrias continuou mesmo com o fim da depressão na primavera de 1879 [...] (*idem, ibidem*, p. 64).

Crise esta que foi:

[...] A tragédia da Bolsa de Nova Iorque culminou em um colapso total e irreversível (crash) em 29 de outubro de 1929, conhecido como a terça-feira negra. Quando todos em total pânico, inclusive os banqueiros que adquiriram ações na quinta feira anterior, procuravam vender suas ações, a crise se alastrou para todos os mercados mundiais com gravíssimas consequências 85. Nesse dia, foram negociadas 16 milhões de ações e a baixa foi tão grande, que em um único dia, foram anuladas as elevações dos últimos doze meses. Os piores desempenhos do dia foram juntamente os dos papéis dos consórcios de investimentos, que tinham muita culpa na constituição daquele cenário. A Goldman Sachs, que terminara a segunda-feira cotada a US\$ 60, fechou a US\$ 35 e seu fundo de investimento Blue Ridge, que no começo de setembro era negociado por US\$ 24, não valia mais do que três dólares a ação no fechamento da terça-feira negra. O resultado foi a Grande Depressão, que se estenderá pela década de 30, produzindo uma formidável retração da produção, consumo e emprego principalmente durante o período de 1929 a 1933, quando mudanças de condução da política econômica começaram, de maneira muito lenta e não linear, a reverter o quadro [...] (*idem, ibidem*, p. 89).

Mais recentemente:

[...] A crise de 2008, iniciada nos Estados Unidos tal como as outras crises sistêmicas, se disseminou com imensa velocidade, em consequência da globalização da economia e do comércio mundial. O canal de transmissão foi sem dúvida a interconexão não regulada das instituições que formam os mercados financeiros de alta alavancagem e especulação em derivativos. As medidas indicam que um em cada seis trabalhadores estava desempregado ou subempregado em dezembro de 2009. Se retornarmos a dezembro de 2007, a economia americana entrava no que inicialmente se acreditava ser uma recessão suave, porém a situação começou a piorar e nos primeiros oito meses de 2008 havia uma perda média de 137 mil empregos/mês. Em setembro de 2008, com o colapso financeiro, a recessão foi substancialmente

agravada e ao longo dos últimos quatro meses de 2008 e no primeiro mês de 2009 a economia perdeu uma média de 544.000 empregos/mês. Média comparável ao período de desmobilização do fim da Segunda Guerra Mundial.

Deste modo:

A crise de origem financeira se transmitiu para a economia real interna norte-americana e para o restante do mundo de forma rápida e forte, provocando recessão e declínio do comércio e queda nos níveis de confiança. O FMI estimou que o PIB mundial se retraísse em torno de 1,1% em 2009 relativamente ao ano anterior, sendo que nas economias avançadas a queda esperada era 3,4%. Relatando ainda que o custo estimado da crise no setor bancário de 2007 a 2010 tenha sido reduzido de US\$ 2,3 trilhões para US\$ 2,2 trilhões, houve um retrocesso em direção à estabilidade financeira global desde abril, quando veio à tona a crise da dívida soberana em vários países europeus, como a Grécia [...] (*idem, ibidem*, p. 187).

As crises que se revelaram no fim dos anos 1920 e começo dos anos 1970 são específicas de superprodução, superacumulação e subconsumo - que determinam um elevação do exército industrial de reserva em resultância do desemprego generalizado. A crise da década de 1930, cujo clímax do esgotamento econômico afluiu entre 1929 e 1932, igualmente foi da mesma forma como as mencionadas acima, e por outra também se constituiu como uma crise de legitimidade político-ideológica do capitalismo, já que se deu em um cenário político bastante particular, em que o levante Bolchevique era vitorioso, figurando a União Soviética como primeira experiência socialista, o que muito atemorizava e colocava em risco o modo de produção capitalista. Isto, indubitavelmente, somado as ameaças políticas do movimento dos trabalhadores, despertou uma resposta nas alas capitalistas, no sentido de levantar caminhos que pudessem neutralizar os efeitos da crise.

Em poucos menos de um centenário, como se atesta no passar do século XX para o século XXI, mencionado acima, na era da mundialização financeira, em que o capital absorve grupos industriais, ligados a organismos financeiros, que passam a nortear o conjunto da concentração da acumulação, a atividade capitalista assoalhou-se sobremaneira instável, com épocas de expansão e crescimento da produção sendo abruptamente golpeados por depressões – Crises, estas que assumem cada vez mais “[...] a representação de um *continuum* depressa, que exhibe as características de uma crise cumulativa, endêmica, mais ou menos permanente e crônica, com a perspectiva última de uma crise estrutural cada vez mais profunda [...]” (ALENCAR, 2011, p. 113), evidenciam falimentos, aprofundamento das distâncias e desigualdades entre países do centro e da periferia e, no que toca aos trabalhadores, desemprego e miséria. Além de que estas, de certo modo,

[...] apoiadas pelas políticas imperialistas ditadas pelos organismos multilaterais, o capital subordina, aos seus fins de valorização, toda a organização da vida em sociedade: a economia a política e a cultura. Potencia as mistificações – o mundo dos seus fetichismos – tornando opacas as relações de exploração e subordinação política que mantém com os trabalhadores (e suas lutas), que nutrem o processo de acumulação e sua desagregação[...] (IAMAMOTO, 2012, p. 53).

O que implica em indagar mais a crise, a sua própria dinâmica estrutural no sistema capitalista, a forma pela qual se avança de uma fase ou etapa para outra fase ou o modo de funcionamento. De fato, isto implica questionar pela sucessão de crises. Desta forma, é preciso compreender a crise em uma perspectiva histórica, refletindo os seus fundamentos e seu abaloamento na vida dos trabalhadores. A argumentação torna-se primordial, diante de atos de elucidações que são dispersados por grupos que detém o controle do conjunto dos meios de comunicação e que, em sua direção “quadrada” e cordial com os interesses dos grandes conglomerados financeiros, industriais e comerciais, busca difundir o ideário de que o “mais grave já se foi”. Porém, uma leitura atenta leva-nos a perceber que as condições de vida dos trabalhadores no mundo não melhoraram e que as ameaças de desemprego e pobreza persistem e se agravam.

A recomposição do capital vem reiterando práticas no sentido de fragilizar objetivamente e subjetivamente, as resistências da classe trabalhadora. As contradições estão mais nítidas “[...] o destino social do homem não está em harmonia com o destino essencial do cidadão [...]” (MENDELSSOHN, 1784 *apud* BENSaid, 2010, p. 13). A radicalização da questão social, passa nesta ocasião, por nova composição histórica, originária das repercussões da crise estrutural do capital e seus impactos na esfera do trabalho e da relação entre Estado e sociedade civil.

O que nos permitir observar que as transformações primordiais que se constata no mundo do trabalho, no Brasil, vêm delineando um atual e outro olhar à essa temática. As contradições saltam a vista, em decorrência dos vigentes modos de organizar a produção e à gestão do trabalho. Isto posto, tendo presente essas premissas teóricas preliminares e com o desafio constante de avançar no trabalho da desmistificação crítica da realidade, em que o capital procura a todo tempo restabelecer a expansão dos níveis de lucratividade, a sua hegemonia econômica e política no contexto mundial, procura-se avançar na direção dos principais aspectos históricos e contemporâneos da Crise Estrutural do Capital no marco da sua mundialização:

[...] A nossa parte nisso tudo é trazer o velho mundo inteiramente à luz do dia e dar uma conformação positiva ao novo mundo. Quanto mais os eventos

derem tempo à humanidade pensante para se concentrar e à humanidade sofredora para juntar forças, tanto mais bem formado chegará ao mundo o produto que o presente carrega no seu ventre [...] (MARX, 1843, p. 69).

A organização “racional” econômica e social do capital não é resultado de uma ascensão independente e particularizada, mas de uma mudança cultural em que o seu todo é composto por diversas partes externas, dialeticamente históricas das condições de existência materiais que peculiarmente são condicionadas pela desagregação das bases (disposições) do funcionamento do sistema capitalista. Mandel (1983), em seu estudo intitulado *La teoria marxista de las crisis y la actual depresion econômica*, retrata que há uma discordância permanente entre essas disposições econômicas, seus “agentes” (ordem burguesa x proletariado¹⁶) e o mundo. Segundo o seu ponto de vista, há um falso entendimento em relação ao pressuposto de que a condição moderna capitalista determinaria um comportamento econômico “racional” de onde o homem poderia desfrutar vantagens dessa sociedade “desenvolvida”.

Igualmente, Harvey (1998) refere-se que os modos lógicos das organizações sociais do pensamento do projeto moderno prenunciavam a “libertação” das irracionalidades do uso arbitrário do poder, assim como o lado sombrio na própria natureza humana, porém, a acumulação capitalista é pautada na expropriação do *homo economicus* que tem sua estrutura de consciência temporal moldada conforme as exigências objetivas do sistema econômico e, sua finalidade singular: o proveito monetário do lucro máximo, extraído da mais valia do seu trabalho vivo e alienado.

A compreensão desta dinâmica sob a lógica de mutações do modo de produção capitalista se faz presente na necessidade de se compreender o papel histórico dos processos de crises, como fez Marx (2000), em sua obra *Manifesto do Partido Comunista* ao longo do seu desenvolvimento, o que implica entender a materialidade sócio produtiva do capital.

Marx (1996) no terceiro livro de *O Capital*, refere-se que as crises são fatos singulares ao capitalismo, produtos de uma superprodução e de um subconsumo, expressando um desequilíbrio estrutural do processo de acumulação do sistema, haja vista que o capital fica comprometido quando não se adquire valor de troca capitalistamente produzido, havendo

¹⁶Engels em 1847 definia o proletariado como “a classe que retira sua subsistência unicamente da venda de seu trabalho”, e mais à frente: “A classe dos que não possuem absolutamente nada, que são obrigados a vender aos burgueses seu trabalho, para receber em troca meios de subsistência necessários à sua manutenção” (ENGELS, 2001, pp. 103 e 105). Com base nessa citação, entendo por proletariado – “a classe dos trabalhadores assalariados modernos, que, não tendo meios de produção próprios, são obrigados a vender sua força de trabalho para sobreviver” (MARX; ENGELS, 2001, p. 66, n. s/n). Esta é uma passagem de uma nota acrescentada por Engels à edição inglesa de 1888 do *Manifesto*.

uma desvalorização da transformação da mais valia no elemento lucro. Essa relação mediada pelo *habitus* do sistema capitalista, resultado da condição econômica moderna apresenta uma desigualdade de ritmo de seu desenvolvimento, em todas as classes e aumenta a clivagem das mesmas.

Na pesquisa de Marx (1996), a explicação das crises se encontra relacionada com a Lei Tendencial do declínio da taxa de juros, expressão concreta das contradições do modo de produção capitalista e cuja equação pode ser objetivamente resumida nos seguintes termos: a produção da mais-valia (quantidade de trabalho excedente materializado em mercadorias e extorquido no processo de trabalho) sendo apenas a primeira fase do processo produtivo. A segunda fase é a venda dessas mercadorias que contém a mais valia. Haja vista que as condições de produção da mais-valia não são iguais com as de sua realização, há existência de um descompasso entre os dois momentos, criando bases objetivas para o aparecimento de crises (MARX, 1996, p. 27).

Preponderantemente, as crises exprimem um desajuste entre produção e o consumo, implicando a organização e a realização do capital, portanto, comprometendo a transformação da mais-valia em riqueza (lucro), processo que apenas é realizável quando há a venda de mercadorias produzidas. Assim, [...] quando são produzidas mais mercadorias do que a população pode comprar, o processo de acumulação é afetado. [...] Para isso não basta produzir mercadorias, estas precisam ser transformadas em dinheiro [...] (MOTA, 2009, p. 52.). Para com rapidez restituírem ao processo de acumulação do capital. As crises do modo de produção capitalista (das crises capitalistas, só resultam exatamente o mesmo capitalismo¹⁷) são totalmente diferentes. Em uma crise pré-capitalista, é a subtração da força de trabalho, (podendo ser causada por diversos fatores naturais ou por uma epidemia como a peste negra¹⁸), que origina a diminuição da produção. Na crise capitalista ocorre precisamente

¹⁷A substituição do capitalismo por uma outra forma de organização econômico-social só pode ser o produto de uma ação coletiva fundada numa vontade política que expresse o interesse histórico dos trabalhadores. Com efeito, “as crises são a mais nítida manifestação da contradição fundamental do regime (capitalista) e o aviso periódico de que está condenado a morrer tarde ou cedo. Mas não morrerá jamais de morte automática. Será sempre preciso dar-lhe um piparotezinho consciente para o condenar definitivamente, e esse piparote é [...] ao movimento operário que compete dar-lhe” (MANDEL, 1978, p. 69).

¹⁸**Peste negra** é a designação pela qual ficou conhecida, durante a Baixa Idade Média, a pandemia de peste bubônica que assolou a Europa durante o século XIV e dizimou entre 25 e 75 milhões de pessoas sendo que alguns pesquisadores acreditam que o número mais próximo da realidade é de 75 milhões, um terço da população da época. Em Avinhão, na França, vivia Guy de Chauliac, o mais famoso cirurgião dessa época, médico do Papa Clemente VI. Chauliac sobreviveu à peste e deixou o seguinte relato: A grande mortandade teve início em Avinhão em janeiro de 1348. A epidemia se apresentou de duas maneiras. Nos primeiros dois meses manifestavam-se com febre e expectoração sanguinolenta e os doentes morriam em três dias; decorrido esse tempo manifestou-se com febre contínua e inchaço nas axilas e nas virilhas e os doentes morriam em 5 dias. “Era tão contagiosa que se propagava rapidamente de uma pessoa a outra; o pai não ia ver seu filho nem o filho a seu pai; a caridade desaparecera por completo”. E continua: Não se sabia qual a causa desta grande

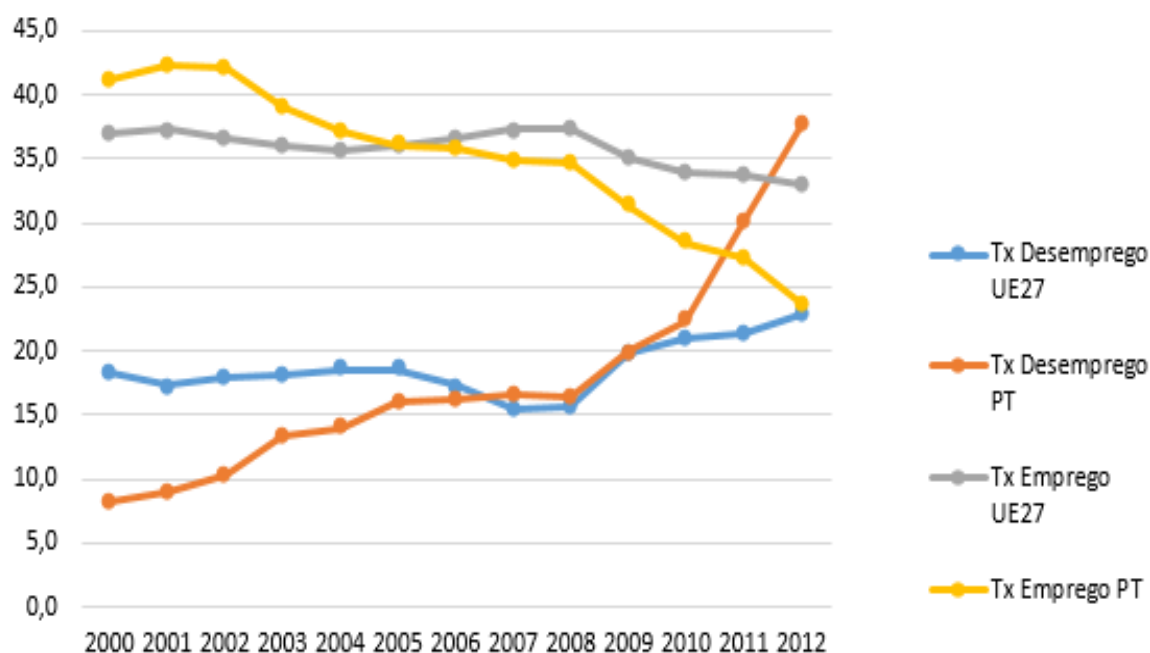
o inverso: é a redução da produção que suscita a diminuição da força de trabalho empregada, ou seja, o desemprego. Além dessa diferença, existe outra essencial: a crise capitalista irrompe contrariamente à crise pré-capitalista, na forma de uma superprodução de valores de uso – mais exatamente:

[...] Não há insuficiência na produção de bens, não há carência de valores de uso; o que ocorre é que os valores de uso não encontram escoamento, não encontram consumo que possam pagar o seu valor de troca e, quando isto se evidencia, os capitalistas tendem travar a produção; na crise capitalista, a oferta de mercadorias torna-se excessiva em relação à procura (demanda) e, então restringe-se ao limite a produção – **inerentemente restringindo a força de trabalho do trabalhador e sua totalidade material histórica de condição de sobrevivência** [...](NETTO, 2007, p. 158, *grifo nosso*).

Uma das consequências do processo de crise – a desumanização do trabalho nos conduz a um cenário contemporâneo desalentador, em que os direitos do cidadão com um trabalhador são minimamente reconhecidos. A figura abaixo veiculada em uma matéria do Observatório das Desigualdades Sociais do Centro de Investigação e Estudos de Sociologia do Instituto Universitário de Lisboa, especializado em assuntos que tratam de economia e finanças, evidencia com clareza as ideias de Netto (2007).

mortandade. Em alguns lugares pensava-se que os judeus haviam envenenado o mundo e por isso os mataram. Ver: McNeil, William. *Plagues and Peoples*. Anchor Books, 1976 e <http://drauziovarella.com.br/drauzio/a-pestes-negra/>. Acesso: 22 de Novembro de 2013.

Gráfico 1- Evolução das taxas de emprego e desemprego 15 a 24 anos – Portugal em 12 anos.



Fonte: Texto base apresentado no colóquio “Conversas sobre as Oficinas de Segurança Social no âmbito do Observatório sobre Crises e Alternativas / CES”, realizado a 25 de Março de 2014, na Fundação Calouste Gulbenkian.

Entre 2008 e 2012 a economia portuguesa perdeu 522,8 mil empregos¹⁹, o que significa uma redução de 10,7%. Verifica-se que até 2008 a taxa de emprego em Portugal demonstrava uma métrica bem aproximada da estimativa de 70%, estando sempre à frente da média europeia. Porém a partir desse mesmo ano esse percentual decresceu chegando em 61,8%. Conforme a figura acima. Nota-se que o desemprego²⁰ jovem se concentrava abaixo dos 10 % e a taxa de emprego era acima dos 40%, nos últimos anos estas percentagens invertem-se quase completamente, chegando em 37,7% desemprego e os 23,6% na taxa de emprego. Demonstrando que há em vigência uma reconfiguração bem sintomática, que demonstra perfeitamente umas das consequências sociais mais acentuadas da atual crise econômica – financeira.

Em síntese: [...] todo ou parte do valor de troca criado na produção não pode ser realizado (através da venda no mercado): as mercadorias [...] não podem ser vendidas por seu valor, tendo em vista a insuficiência da demanda [...] (SALAMA; VALIER, 1975), e frente a isso, os capitalista, rapidamente, tratam de refrear ou até mesmo interromper o montante da produção. A crise é, assim, a expressão do caráter, particularmente, contraditório assumido pela acumulação do capital. É contraditório porque os interesses do capitalista entram em

¹⁹ Considera-se a população empregada com idade compreendida entre os 15 e os 64 anos.

²⁰ A taxa desemprego mede o peso da população desempregada sobre o total da população ativa; a taxa de emprego permite definir a relação entre a população empregada e a população entre os 15 e 64 anos.

frequente oposição, mais ou menos aguda, com seus interesses enquanto integrantes da classe capitalista.

Vejamos um exemplo: se o capitalista “A” vê cair sua taxa de lucro, ele pode, inicialmente, dispensar trabalhadores e aumentar a intensidade do trabalho, esperando, assim, diminuir os custos e reencontrar suas margens de ganho. Mas, se muitos capitalistas fizerem o mesmo – e o capitalista “A” não pode impedi-los de fazê-lo -, a meta buscada não é alcançada. Longe de se restabelecer, a taxa de lucro cai e a crise se generaliza. O capitalista “A” obtém o inverso do que busca, precisamente porque não domina as leis do mercado e essas se voltam contra ele. A criação do desemprego, resultante da sua ação e daquela de seus imitadores, não permite – embora diminua provisoriamente seus custos – que as mercadorias sejam vendidas pelo seu valor. A mais-valia não se realiza ou não se realiza integralmente.

O crescimento do desemprego significa menos dipêndio com o custo de salários e, portanto, menos possibilidades de escoar mercadorias. A forma dinheiro é insuficiente em relação à forma mercadoria, impedindo que essa seja escoada pelo seu valor de uso (*idem, ibidem*). As manifestações mais simbólicas das crises são as diminuições das transações comerciais, acúmulo de mercadorias armazenadas, compressão e interrupção da produção, declínio dos salários e preços, crescimento excessivo do desemprego e pauperização generalizada da classe trabalhadora. Suas causas podem ter múltiplas diversidades, como por exemplo, a desordem da produção, a disputa intercapitalista, tendo como consequência a redução da taxa de lucro, o subconsumo de massa, ou, ainda podem ter sido deflagradas por um fato econômico ou geopolítico.

As crises são destituídas de ser um processo iminente natural, revelando as contradições do modo de produção capitalista, dentre as quais a basilar que se estabelece entre a produção socializada e a apropriação privada da mais-valia (riqueza), de modo igual reproduzem e criam outras contradições que existem entre:

[...] (1) A racionalidade da produção em cada empresa e a irracionalidade do conjunto da produção e dos mercados capitalistas; (2) a maximização dos lucros de cada corporação empresarial e suas refrações na concorrência, ocasionando a tendência à queda da taxa de lucros; (3) o crescimento da produção de mercadorias e a estagnação ou redução da capacidade de consumo [...] (MOTA, 2009. p. 03).

As crises em sua temporalidade histórica incitam contradições elementares no modo de produção, atingindo assim consistentemente o *lôcus* político e suas correlações entre as classes sociais. Deste ponto de vista das contradições orgânicas, os produtos dos processos históricos de crise divergem entre as classes sociais. Então, a questão de classe é pautada para

os operários via submissão de sua força de trabalho ampliada e intensificada, e para os capitalistas, na perda do monopólio de dominação da produção.

Em consequência, o processo histórico de crises assume um caráter restaurador, modernizador -“conservador”, interferindo nas relações sociais de produção e reprodução e incorrendo para um novo desenho de modelos legais e institucionalizantes da regulação da produção material e da gestão da força de trabalho, assim como da política econômica. Em linhas gerais, se mantém a garantia da acumulação do capital, combinado com a particularidade histórica de cada formação societária, onde as relações do Mercado são objetivamente reconfiguradas, no cerne dos ajustes econômicos, associados a reformas e contras reformas do Estado:

[...] através delas o capital se recicla, reorganizando suas estratégias de produção e reprodução social. Pode-se dizer que as crises econômicas são inerentes ao desenvolvimento do capitalismo e que, diante dos esquemas de reprodução ampliada do capital, a emergência delas é uma tendência sempre presente [...] (*idem*, 1995, p. 37).

O capitalismo, nesse sentido, não recusou a essência de avivar o passo da mais-valia, contudo acentuou extensivamente as contradições fundamentais, juntamente a novos elementos contraditórios da processualidade do trabalho e da valorização do capital. Objetivamente este movimento concretiza-se na formulação de modernas formas de produção das mercadorias, através da racionalização do trabalho vivo pela utilização frequente da ciência e da tecnologia, dirigido pela implantação de novos processos de organização e gestão do trabalho, permitindo aos conglomerados capitalistas o aumento da produtividade e a redução dos custos da produção.

Assim, ao pensar sobre as metamorfoses do mundo do trabalho, claramente, inseparáveis às de caráter econômico e social, consegue-se notar os seus incontáveis resultados negativos alastrados por todas as regiões, até mesmo as que concentram os países centrais²¹. Toda a condição de precarização das relações sociais e de trabalho - é produto de

²¹A Faculdade de Saúde Pública (FSP) promoveu, no último dia 21 de novembro, a conferência “A crise econômica europeia e as repercussões nos sistemas de saúde: o caso da Espanha”. Na conferência, o professor da Escuela Andaluza de Salud Publica, Luis Andres Lopez Fernandez, expôs um panorama de como está a crise econômica que assola a Europa e, particularmente, a Espanha, suas consequências sociais e impactos na área de saúde pública. O conferencista discorreu sobre como o Sistema Nacional de Saúde (SNS) na Espanha se formou, há cerca de trinta anos, e comentou que o mesmo se fortaleceu durante este período, basicamente com financiamento público, aumento progressivo da cobertura, fusão de serviços, melhora dos recursos, com profissionais de saúde assalariados pelo Estado, descentralização coletiva da gestão, criação de uma atenção básica sólida com formação de 25 mil médicos de família e modernização dos hospitais. Desde 2007, com o início da crise econômica, todos os avanços históricos do SNS estão sendo ameaçados, com a precarização dos serviços, a privatização de serviços da saúde pública, diminuição dos pagamentos dos profissionais de saúde e aumento de suas horas de trabalho. Segundo Fernández, a perda de qualidade do SNS, aliada aos problemas

um arranjo decorrente de diversos processos históricos e evolutivos de crescimento do capitalismo, próprios da sua particularidade de atenção ao seu regime de propriedade privada, da acumulação de riqueza que deve ser muito mais expansiva que a taxa de capital investida, a busca do lucro máximo e incessante via mais – valia. Dessa forma, o grande capital é sempre um valor que se enriquece, valor em processo de autoexpansão que necessita de uma ação ininterrupta para sua reprodução, levando-o a criar estratégias para tal. Em sua fase contemporânea, o capital criou estratégias para responder a mais uma crise que se inicia nos anos 1970, reestruturando os processos produtivos e as formas de gestão da força de trabalho, sob a égide do neoliberalismo.

O atual regime de acumulação flexível, conforme explicações de Harvey (1993), torna-se amplo a partir da nova etapa de crise capitalista (manifestada primeiramente em 1973, com a crise do petróleo) até os dias vigentes, é consequência do encontro de variadas e novas configurações que dão forma a uma renovada conjuntura do capitalismo mundial, o que possibilitará ao capital realizar uma intensa e vasta reestruturação sistêmica. Assim, no que concerne ao Modo de Produção Capitalista configura importante contradição fundante, ou seja, o permanente efeito de ampliar a socialização da produção, entremeado também por um grau cada vez maior da posse privada da produção e de seu lucro.

Essa contradição, isto é, a síntese do processo de produção de mais-valia, leva, conforme Marx (1996) o capital movimentar-se para aumentar sua composição orgânica, substituindo o capital variável por constante. Sendo um pendor da Lei Geral da Acumulação Capitalista, também, leva à uma constante expulsão da força e trabalho, criando uma população desempregada cada vez maior.

Vale ressaltar que não é suficiente à produção capitalista somente a força de trabalho disponível pelo *update*, natural da população, pois necessita de um exército industrial de reserva, que se constitua em massa excedente [...] proporciona o material humano a serviço das necessidades variáveis de expansão do capital e sempre pronto para ser explorado [...] (MARX, 1988, p. 733 e 734). É ela que põe em movimento a lei da oferta e demanda de trabalho em conjunturas auspiciosas ao capital, traduzindo-se em razão de enriquecimento

sociais que a crise econômica está causando na população, é preocupante, pois os serviços de atendimento em saúde pública tornaram-se precários para atender aos problemas causados pela crise, como o aparecimento dos “novos pobres”, que representam uma parte da população que dispunha de bom poder aquisitivo, mas que com a crise, está em situação de mendicância, causada pela perda de emprego de 25% da população. Disponível em: <http://www.usp.br/imprensa/?p=26434>. Acesso em: 08/04/2014.

individual do capitalista, aligeirando sua peculiar reprodução no percurso da acumulação do capital. Ou seja, esta é fundamental à Lei Geral da Acumulação,

[...] Quanto maiores à riqueza social, o capital em função, a dimensão e energia de seu crescimento e conseqüentemente a magnitude absoluta do proletariado e da força produtiva de seu trabalho, tanto maior o exército industrial de reserva. A força de trabalho disponível é ampliada pelas mesmas causas que aumentam a força expansiva do capital. A magnitude relativa do exército industrial de reserva cresce, portanto com as potências da riqueza, mas, quanto maior este exército industrial de reserva em relação ao exército ativo, tanto maior a massa da superpopulação consolidada, cuja miséria está na razão inversa do suplício de seu trabalho. E, ainda, quanto maiores essa camada de lázaros da classe trabalhadora e o exército de reserva, tanto maior, usando-se a terminologia oficial, o pauperismo. Esta é a lei geral, absoluta da acumulação capitalista [...] (*idem, ibidem*, p 747).

Dessa forma, na sociedade burguesa, o processo capitalista de produção entende a existência do trabalhador toda aquém dos meios de vida indispensáveis à sua reprodução e de sua família, livre, até então, de demais elos de dependência pessoal, logo tão só sujeito a “servidão” econômica.

O trabalhador liberto dono de si próprio e, conseqüentemente, de sua força de trabalho, vê-se constrito, para existir, isto é, para permanecer vivo, [...] a vender por um determinado período de tempo, aos proprietários dos meios e condições de trabalho, a sua própria energia vital, sua capacidade de trabalho inscrita em sua corporalidade física e mental [...] (IAMAMOTO, 2012, p. 378 e 379). A venda dessa força de trabalho – como uma mercadoria – é a parte ímpar para os ganhos em dinheiro à sua subsistência, [...] necessidades sociais do estomago ou da fantasia [...] (*idem, ibidem*, p. 55), e de sua família, pressuposto infindo de força de trabalho necessária à constância do funcionamento de reprodução capitalista. O que implica considerar, como já alertava Marx (1988), que há uma indivisível relação entre os a produção de bens materiais e o modo econômico-social em que é materializado, ou seja, a universalidade das relações entre os homens em uma sociedade historicamente singular regulada pelo crescimento das forças produtivas do trabalho social.

Pelo exposto cabe destacar que o aumento de trabalhadores desempregados e dos arranjos que intensificam o processo de precarização do trabalho e das relações de trabalho são pré-condição para a expansão das contradições do capital. Como afirma Marx (1988), toda forma de movimentação da indústria moderna deriva, da frequente mudança da fração da população trabalhadora em braços desempregados. Essa redução relativa de seu elemento variável, acelerado pela multiplicação do capital global, e que é mais vertiginoso que seu singular crescimento, mostra-se em outra direção, como meios de produção (*ibidem*). A massa

trabalhadora produz em tamanho crescente, os meios de sua intrínseca redundância relativa. E como produto vital da acumulação e do crescimento da riqueza com base no capitalismo, essa [...] superpopulação - uma população trabalhadora excedente torna-se, por sua vez, a alavanca da acumulação capitalista, até uma condição de existência do modo de produção capitalista [...] (*idem*, 1980, p. 713).

Portanto, potencialmente cabe frisar que o capital – constituído pelo valor dos meios de produção, e pelo valor da força de trabalho (capital variável), tem necessidade continuamente da valorização do valor para que germine mais capital e, assim, adiante. Logo, para que isso se materialize o capital aditado, acrescentado, expropriado como mais – valia feita no processo de produção através do trabalho não pago ao trabalhador é aplicada no capital nos meios de produção (capital constante), para que se avive o processo de acumulação com a crescente de produtividade. Nesta dinâmica, quanto maior o capital global, mais haverá o investimento em tecnologias, máquinas e meios de produção, e, avessamente ao alargamento do capital constante, perdurar-se-á um declínio do capital variável, quer dizer, do emprego da força de trabalho que não é vislumbrado, no entanto, em números totais, mas equivalente às elevações da acumulação do capital global.

A citação que se segue, condensa de modo primoroso, o processo contraditório do desenvolvimento do capital, o que comprova que:

[...] O capital mesmo é a contradição em processo [pelo fato de] que tende a reduzir a um mínimo o tempo de trabalho, enquanto, por outro lado, coloca o tempo de trabalho como única medida de riqueza. Diminui, pois, o tempo de trabalho na forma de tempo de trabalho necessário, para aumentá-lo na forma de tempo excedente; põe, portanto, o trabalho excedente como condição – *question de vie de mort* – do necessário. De uma parte, desperta todos os poderes da ciência e da natureza, assim como da cooperação, e do intercâmbio sociais, para fazer com que a criação da riqueza seja (relativamente) independente do trabalho empregado nela. De outra parte, propõe a medir com o tempo de trabalho essas gigantescas forças sociais criadas dessa maneira e reduzi-las aos limites requeridos para que o valor já criado conserve-se como valor. As forças produtivas e as relações sociais – umas e outras aspectos diversos do desenvolvimento do indivíduo social – aparecem ao capital unicamente como meios, e não são para ele mas do que meios para produzir, fundando-se em sua mesquinha base. De fato, constituem as condições materiais para fazer explodir esta base pelos ares [...] (*idem, ibidem*, p. 598).

Os argumentos apresentados acima revelam que o capital atua sobre os dois lados ao mesmo momento. Se, por um lado, a acumulação desenvolve extraordinária requeri do trabalho, por outro, intensifica a oferta de trabalhadores, por sua liberação, durante, ao mesmo tempo em que, a pressão dos sem ocupação obriga os ocupados a dispor de mais trabalho em

tudo aquilo que fazem, por conseguinte torna a oferta de trabalho independente da oferta de trabalhadores. Essa população integra um exército industrial de reserva que está à disposição que pertence ao capital de modo pleno como se o mesmo tivesse concebido a suas precisas expensas. A partir dessa perspectiva todo trabalhador que se encontra em situação total ou parcial de desemprego faz parte da superpopulação relativa. Está tem existência em diversas formas. As etapas alternadas do ciclo de produção fazem-na aparecer ora em forma incisiva nas crises, ora em forma permanente nos períodos de estagnação.

Partindo dessa contradição e seus efeitos, o capitalismo vem se desenvolvendo ciclicamente, apresentando as seguintes etapas [...] estabilidade, animação crescente, prosperidade, superprodução, *crash*, estagnação, estabilidade [...] (*idem, ibidem*, p. 416, *grifo nosso*). Quer dizer, os ciclos capitalistas, de acordo com Mandel (1977) [...] desembocam sempre numa crise geral, o fim de um ciclo e o começo de outro [...] (p. 735), esses ciclos na atualidade, configuram-se seguindo, um período de auge e prosperidade [...] onde todos os capitais fluem para a produção e comércio [...] (*idem, ibidem*, p. 324), [...] aumentando o investimento, a produção e o consumo, e a criação de novas empresas assim como de mais postos de trabalho [...] (*idem, ibidem*, p. 330), posteriormente, seguindo uma fase de superprodução devido o demasiado crescimento da produção em sua generalidade, há maior oferta de mercadoria do que real procura. Assim sendo, uma parcela das mercadorias confeccionadas não será vendida, e terá de ser negociadas a pequenos preços, ocasionando o declínio da taxa de lucratividade. Consequentemente, deflagra-se um período de crise e depressão, com a baixa dos preços, e o desemprego, reduzido salários, elevando-se a taxa de mais – valia. Encolhem-se as aplicações de capitais nas atividades produtivas e comerciais, levando uma porção significativa de capital para a atividade financeira.

E por fim, ainda conforme Mandel (1977), irrompe-se uma nova etapa de recuperação econômica: com a diminuição do potencial produtivo em decorrência da crise, os excedentes de mercadorias minguaram e/ou foram quase que por completamente consumidas, como consequência a demandada por bens de consumo sobreleva-se a oferta; alcançam-se preços mais elevados para as mercadorias, aumenta-se a taxa de lucros, logo por cúmulo se amplia o reinvestimento no processo comercial e produtivo, crescendo, igualmente, o fluxo de empregos. No que se refere especialmente ao caracol da crise, Mandel destaca alguns elementos funcionais desta, dentre estes, chama atenção para a criação e utilização de tecnologias avançadas na otimização dos lucros, assim como, postula que como função elementar, a crise tem por objetivo assegurar que a lei do valor se imponha:

[...] no início de cada ciclo [...] há racionalização, intensidade crescente do trabalho, progresso técnico acentuado [...] em uma economia mercantil, a alta acentuada de produtividade significa sempre a baixa do valor unitário das mercadorias [...], no entanto, é justamente em um período de “superaquecimento” que os capitalistas proprietários de mercadorias-sobretudo os industriais que já aplicaram as técnicas mais avançadas-podem com mais ou menos sucesso manter os preços antigos em vigor, o que lhe assegura abundantes superlucros. A venda insuficiente, a superprodução, a ruptura brutal do equilíbrio entre a oferta e a procura consistem o mecanismo que gera a baixa dos preços, isto é, que impõem os novos valores das mercadorias que resultam do aumento da produtividade, provocando uma grande perda de lucros e uma excessiva desvalorização de capitais para os capitalistas [...] (MANDEL, 1990, p. 213 *apud* NETTO; BRAZ, 2007, p. 161-162).

Resultantes dos argumentos apresentados e o foco da crítica revelam que a natureza das crises constitutivas, torna o capitalismo atreito a produzir períodos de [...] superacumulação, superprodução de valores – de – uso e subconsumo, de maneira que a oferta de mercadorias torna-se excessiva em relação a procurar [...] e, então se restringe ao limite da produção [...] (NETTO; BRAZ, 2007, p. 158), instaurando-se a crise. Em efeito grande, expande-se o desemprego, aumenta-se o excedente capital – dinheiro, o excedente de mercadoria, dentre outros, resultando em um quadro de depressão econômica, o acume da crise. Diante dessas circunstâncias é que,

[...] A história real e concreta, do desenvolvimento do capitalismo, a partir da consolidação do comando da produção pelo capital, é a história de uma sucessão de crises econômicas de 1925 até as vésperas da Segunda Guerra Mundial, as fases de prosperidade econômicas foram catorze vezes acompanhadas por crises; a última explodiu em 1937/1938, mas foi interrompida pela guerra. Em pouco mais de um século, como se constata, a dinâmica capitalista revelou-se profundamente instável, com períodos de expansão e crescimento da produção sendo bruscamente cortados por depressões, caracterizadas por falências, quebraadeiras, e, no que toca aos trabalhadores, desemprego é miséria [...] (*idem, ibidem*, p.156).

Revela-se, assim, que as fases de crise são na compreensão marxiana:

[...] Crise de superprodução e crises de superacumulação. Uma crise de superprodução é, segundo Mandel (1982), uma interrupção do processo de reprodução ampliada do capital ocasionada por uma queda da taxa de lucro, determinando redução dos investimentos e do nível de emprego. Isso se deve a relação desequilibrada entre a maior capacidade de produzir e a menor capacidade de a população comprar mercadorias a preços que garantam o lucro esperado. Por seu turno a crise de superacumulação representa o período em que o excesso de capital é de tal ordem que não pode ser investido completamente, garantido a taxa de lucro esperada [...] (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 184).

Destarte, as crises - ou etapas de interrupção de superacumulação – desorganizam a sociedade. São crises por superabundância de produção à frente das necessidades sociais não atendidas, isto é, são crises ocorridas como consequência de demasiada produção e oferta de produtos por parte dos capitalistas e limitada capacidade de consumo das massas trabalhadoras. À medida que há um saldo positivo de mercadorias e moedas, a classe trabalhadora padece com a carência delas. É a real contradição da acumulação capitalista que não subtrai a sua ambição pela escassez do trabalho, acometendo, majoritariamente os trabalhadores, que são compelidos ao desemprego e à miséria. Como diz Harvey: [...] essas crises são tipicamente registradas como excedentes do capital (em termos de mercadoria, moeda e capacidade produtiva) e excedente de força de trabalho lado a lado, sem que haja aparentemente uma maneira de conjuga-los lucrativamente a fim de realizar tarefas socialmente úteis [...] (HARVEY, 2004, p. 78).

Entretanto, a crise não retrata um acontecimento imperfeito ou morbo do Modo de Produção Capitalista, esta é elemento pertencente da dinâmica capitalista e desempenha duas funções: em princípio, a crise é [...] um resultado, uma consequência intrínseca do próprio desenvolvimento capitalista [...] e secundariamente [...] a crise é a causa, o motor da recuperação econômica e da retomada da taxa de lucro [...] (MANDEL, 1977, p. 326).

A crise é inerente ao capitalismo. A natureza e os antagonismos entre os eixos constitutivos desse modo de produção o engendram-no, assim. Ou, como explicam Netto e Braz, [...] a crise é constitutiva do capitalismo; não existiu, não existe e não existirá capitalismo sem crise [...] (2007, p. 157). A propósito Harvey (2004), recupera três condições que deram forma ao capitalismo, as quais, em seu ponto de vista, são incongruentes para manter o seu progresso em constante equilíbrio e, por fim, ocasionando as crises desse modo de produção. A primeira é a sua perspectiva para o crescimento, como forma para assegurar lucros e fortalecer a acumulação do capital. A segunda é a multiplicação dos valores reais, alicerçado na exploração do trabalho vivo da produção, a partir da diferença entre o que o trabalho gera e aquilo de que ele se usurpa. A terceira é o seu dinamismo organizacional e tecnológico para o controle do mercado e o comando do trabalho.

Neto e Braz (2007), *idem*, baseados nos aportes marxianos, notabilizam três contradições do capitalismo que despontam as crises. A primeira que se destaca é a anarquia da produção, isto é, ainda que cada parte produtiva isoladamente esteja devidamente organizada, o todo da produção capitalista, em um momento ou outro não vai condescender com o mesmo. O segundo momento contraditório é o declínio da taxa de lucro como

consequência do agir do maior número de capitalistas para redobrar-triplicar os seus lucros, contradizendo os interesses de cada um separadamente.

No entendimento desses autores, o terceiro elemento contraditório é o alargamento da produção de mercadorias sem que possa haver uma capacidade de aquisitiva paritária da classe trabalhadora. Importa considerar que, esses apontamentos não são novos, já que o processo de acumulação capitalista tem sua materialização efetiva na crescente concentração dos meios de produção a uma parcela de classe cada vez mais diminuta, que passa a competir a todo esforço entre si, tendo em vista uma maior amontoação de capital, como nos aponta Marx (1980). Trata-se do momento de consolidação do primado liberal.

Neste ponto, está-se, pois diante do caráter público do enfrentamento da Questão Social. Questão Social - enquanto conjunto de expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem como fundamento geral a produção social veemente coletiva, o trabalho feito de modo extensivamente social e a apropriação privada de seus rendimentos – é constitutiva do progresso do capitalismo como o resultar sociopolítico da relação capital x trabalho, conforme Marx (1980). Neste sentido, como fundamento estrutural – a exploração de uma classe por outra, apoiada no fato de que o produtor está apartado, alienado, dos meios para produzir, que constitui o que se denomina de “questão social”, logo,

[...] a “questão social”, está relacionada como o movimento e as modificações que experimenta a composição do capital no curso do processo de acumulação, pois, o crescimento do capital implica crescimento de sua parcela variável ou convertida em força trabalho disponível [...] (*idem, ibidem*, p. 713).

Em outros termos, já não se parte da simplória diferenciação entre a classe pobre e a classe rica, estabelecida nos modos precedentes de organização da produção e da sociedade norteado pela divisão do trabalho, proemial ao capitalismo industrial. Portanto a “questão social”, para além do pauperismo do século XIX, que era pauta de “querelas” da burguesia quando [...] lamentavelmente para a ordem burguesa que se consolidava, os pauperizados não se conformaram com a sua situação [...] configurando uma ameaça real às instituições sociais vigentes [...] (NETTO, 2001, p. 43), nesta dinâmica se atribui a questão social um caráter de classe *sui generis* que esta conexas aos seus desdobramentos políticos que constitui as relações sociais, sob o “senhorio” do capital:

[...] A questão social não é se não as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo o seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da

contradição²² entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir todos os tipos de intervenção, mas além da caridade e da repressão. O Estado passa a intervir diretamente nas relações entre o empresariado e a classe trabalhadora, estabelecendo não só uma regulamentação jurídica do mercado de trabalho, através da legislação social e trabalhistas específicas, mas gerindo a organização e prestação de serviços sociais, como um novo tipo de enfrentamento da questão social [...] (BOLORINO, 2012, p. 21 *apud* IAMAMOTO, 198, p. 77).

Yazbek (2001), referindo se ao desemprego estrutural de longa duração, pobreza absoluta, violência urbana, trabalho infantil, criminalização de famílias pobres, desmonte das relações de trabalho, trabalho informal, desigualdade extrema, educação e saúde precárias e etc., como crônicos problemas sociais, identifica que, na atualidade, a “questão social” se redefine, porém conserva-se a mesma por se tratar de uma dimensão estrutural. Manifesta-se, presentemente, [...] novas configurações e expressões com a transformação nas relações de trabalho e a perda da proteção social dos trabalhadores e setores mais pauperizados [...] (p. 33). A autora refere-se também que as resultantes da “questão social”, materializadas na exclusão, pobreza e subalternidade, [...] indicadores de uma forma de inserção na vida social, de uma condição de classe e de outras condições de reiteração da desigualdade (gênero, etnia, procedência, etc.), expressa as relações vigentes na sociedade [...] (*idem, ibidem*, p. 33). O que para Netto, representa:

[...] a emergência de novas expressões da ‘questão social’ que é insuprimível sem a supressão da ordem do capital. A dinâmica societária específica dessa ordem não só põe e repõe os corolários da exploração que a constitui medularmente: a cada novo estágio de seu desenvolvimento, ela instaura expressões sócio-humanas diferenciadas e mais complexas, correspondentes à intensificação da exploração que é a sua razão de ser [...] (NETTO, 2001, p.48).

3 O PROJETO NEOLIBERAL: Resposta do capital à crise no novo cenário mundial

Conforme os estudos de Anderson (1995), o neoliberalismo nasceu na região da Europa e da América do Norte, posteriormente, à Segunda Guerra Mundial, sendo uma resposta teórica e política intensa contra o Estado intervencionista e de Bem-Estar Social. Ao estudar o tema Anderson (1995) também constata que o desígnio da política neoliberal desde a sua origem era hostilizar o Keynesianismo e sua postura solidária dominante e organizar as bases de outro tipo de capitalismo, rigoroso e liberto de regras para o futuro.

A ideologia neoliberal, que sustenta a necessidade de reduzir o Estado e cortar seus gastos, explica a agressão que o grande capital vem tecendo contra as dimensões democráticas da intervenção do Estado na Economia. Todavia, os portadores do capital monopolista têm consciência de que a economia capitalista, jamais pode ser executada sem o intervencionismo estatal; conseqüentemente, o grande capital não cessa suas demandas ao Estado. Certamente, a meta do capital não é a redução do Estado, mas a redução de seus encargos coesivos, correspondentes aos direitos sociais. Assim, ao exibir a ideia de um Estado mínimo, os detentores dos meios de produção, objetivam precisamente um Estado mínimo²³ para o trabalho e máximo para o capital:

[...] Na proteção dos seus mercados consumidores [...]; na garantia de acesso privilegiado (via contratos públicos em setores estratégicos de alta tecnologia) [...]; na obtenção de incentivos fiscais [...]; no apoio e assistência regulatória (comercial, diplomática, política e cobertura militar); e no apoio [...] para condicionar os países hospedeiros ou consumidores [...] (DREIFUSS, 1996, p.226-227).

Constata-se, então, que o Estado apoiado nas ideias neoliberais defende os interesses do capital, favorecendo classes capitalistas monopolizadas, em detrimento da classe trabalhadora, realidade esta nublada por uma explicação de direitos individuais - tem-se então a naturalização da desigualdade social, a busca de eficácia e da disputa no mundo globalizado. O que segundo Sposati (2000), impacta diretamente no desmonte dos direitos trabalhistas, na redução de salários e o aumento do desemprego e, traz, consigo uma indiferença com os excluídos:

[...] Cinco anos depois do início da crise econômica mundial, marcada pela quebra do banco norte-americano Lehman Brothers, os indicadores financeiros seguem apontando para uma concentração da riqueza ao redor do

²³ Cf. SPOSATI, Aldaíza. VII Congresso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de La Administración Pública, Lisboa, Portugal, 8-11 Oct. 2002. Disponível no link: <<http://unpan1.un.org/intrados/groups/public/documents/clad/clad0044509.pdf>> (Acessado em: 11 nov. 2012).

globo. De acordo com o relatório "CreditSuisse 2013 WealthReport", um dos mapeamentos mais completos sobre o assunto divulgados recentemente, 0,7% da população concentra 41% da riqueza mundial [...] Os pesquisadores da CreditSuisse também fizeram uma projeção sobre o crescimento dos milionários ao redor do mundo nos próximos cinco anos. [...] Polônia e Brasil, com 89% e 84% respectivamente, são os países que mais vão multiplicar seus milionários até 2013. No mesmo período, os Estados Unidos terão um aumento de 41% do número de milionários, o que representa cerca de 18.618 de pessoas com o patrimônio acima de 1 milhão de dólares[...] Em valor acumulado, a riqueza mundial atingiu em 2013 o recorde de todos os tempos: US\$ 241 trilhões. Se este número fosse dividido proporcionalmente pela população mundial, a média da riqueza seria de US\$ 51.600 por pessoa. No entanto, não é o que acontece²⁴[...] (OPERAMUNDI, 2013, p.1).

A tentativa de compreensão a cerca da concentração de riqueza no mundo, conduziu-nos a evidenciar projeção de cada país, se o PIB fosse dividido entre a população mundial, conforme mostra o mapa abaixo:

Figura 1- Mapa da riqueza com PIB distribuído à população.



Fonte: Global Wealth, Credit Suisse, 2013.

Conforme evidencia o mapa, os indicadores seguem apontando para uma concentração da riqueza ao redor do globo. De acordo com o estudo da “*Credit Suisse – Wealth Report 2013*”, 0,7% da população mundial concentra 41% da riqueza mundial. E ainda segundo estudos dessa instituição o valor acumulado dessa riqueza no ano de 2013

²⁴Disponível: <http://www.brasildefato.com.br/node/26343>. Acesso: em 20 jun. 2014.

atingiu seu recorde: US\$ 241 trilhões. Se esse montante fosse dividido de modo simétrico pela população mundial, a média da riqueza seria de US\$ 51.600 por pessoa.

A face econômica do ideário neoliberal, expressa nas instituições internacionais, possui poder de decisão que justapõe, na maioria das vezes, as aspirações de governos dos países em desenvolvimento. Por exemplo, se um país não puser em prática as exigências impostas pelo FMI, este se rejeita a conceder recursos. Obrigados a empregar as políticas impostas por essas instituições, os países em desenvolvimento se ajustam aos modos de relações econômicas inexoráveis, que não permitem debates, que exigem sujeição imediata e renunciam parcela de sua soberania, atendo-se vulneráveis aos interesses do capital em tempos de fetiche. Assim, as políticas neoliberais têm uma orientação contrária à necessidade de um Estado ativo na organização da economia nos seus países. Para a classe que conduz a acumulação global, os mercados liberais são os ideais devido a função que exercem como administrador econômico. Desta forma:

[...] Algumas das características “clássicas” do Estado-Nação parecem modificadas, ou radicalmente transformadas. As condições e as possibilidades de soberania, projeto nacional, emancipação nacional, reforma institucional, liberalização das políticas econômicas, ou revolução social, entre outras mudanças mais ou menos substantivas em âmbito nacional, passam a estar determinadas por exigências de instituições, organizações e corporações multilaterais, transnacionais ou propriamente mundiais, que pairam acima das nações [...] (IANNI, 2000, p. 59).

A compreensão das regras de constituição do Estado neoliberal exige inicialmente, situá-lo no centro da crise do capitalismo ocorrido na década de 1970. De acordo com as reflexões de Behring e Boschetti (2008), a etapa de expansão do capitalismo maduro, a partir do fim dos anos 1960 e a abertura dos anos 1970, apresentaram seus indícios exaurientes, [...] rompendo com o pacto dos anos de crescimento, com o pleno emprego Keynesiano-fordista e com o desenho socialdemocrata das políticas sociais [...] (p. 112), estruturando-se, dessa forma, um novo ciclo de crise – quando o mundo capitalista tombou em uma demasiada recessão, conciliando pela primária ocasião pequenas taxas de crescimento com elevadas taxas de inflação, a chamada estagflação. Eleva-se, então, um distinto projeto de “reintegração social”, com diretrizes diferentes daquelas que entravam em declínio no final na década de 1970. Conforme Tavares (2009), nessa arquitetura econômica - política os:

[...] pobres passam a ser uma nova categoria classificatória, alvo das políticas focalizadas de assistência, mantendo sua condição de “pobre” por uma lógica coerente com o individualismo que dá sustentação ideológica a esse modelo de acumulação: no domínio do mercado existente, “naturalmente”, **também trabalhadores destituídos de seus postos de**

trabalho por políticas compensatórias como os programas de demissão voluntária, ganhadores e perdedores, fortes e fracos, os que pertencem e os que ficam de fora [...] (p. 13, *grifo nosso*).

Sendo assim, a ofensiva neoliberal é a ardil arte encontrada pelo capital para enfrentar a crise e se manifesta em rearranjos institucionais no plano político, econômico e social, a partir de 1979 – com a propaganda era Thatcher na Inglaterra e Reagan nos Estados Unidos, nos anos 80. A programática neoliberal sublima a concepção onde [...] o mercado é entronizado como instancia mediadora por excelência no plano econômico e no plano político, sacralizando o Estado mínimo [...] (NETTO, 1996). Isto é, o neoliberalismo é uma forma [...] radical de liberalismo econômico, contrária a qualquer tipo de intervenção do Estado no plano econômico social [...] (PEREIRA, 1996).

O neoliberalismo tem em seu cerne teórico – ideológico e político, a tradição histórica do pensamento liberal, isto é, profundamente conservador, originalmente, defendido desde os anos 1940 do século XX pelo economista austríaco F. Hayek (1899-1992) que compartilhou, em 1974, o Prêmio Nobel de Economia com Gunnar Myrdal. O seu referencial de ideias e ações baseiam-se na fixação de que é o mercado a única jurisdição mediadora societária invencível e que não pode ser superável, de onde se executa a lógica do desenvolvimento econômico capitalista. Assim,

[...] o que se pode denominar ideologia neoliberal compreende uma concepção de homem (considerando atomisticamente como possessivo, competitivo e calculista), uma concepção de sociedade (tomada como um agregado fortuito, meio de o indivíduo realizar seus propósitos privados) fundada na ideia da natural e necessária desigualdade entre os homens e uma noção rasteira de liberdade (vista como função da liberdade de mercado) [...] Vulgarizando as formulações de Hayek, a ideologia neoliberal, maciçamente generalizada pelos meios de comunicação social a partir dos anos oitenta do século passado, conformou uma espécie de senso comum entre os serviços do capital (entre os quais se contam engenheiros, economistas, administradores, gerentes, jornalistas, etc.) e mesmo entre os significativos setores da população dos países centrais periféricos [...] (NETTO, 2007, p. 226).

Essa ideologia, veemente, legaliza de modo preciso o projeto do capital monopolista de romper com as restrições sociopolíticas que determinam limites a sua liberdade de movimento. Seu primeiro objetivo foi ordenado pela intervenção do Estado na economia:

[...] O Estado foi demonizado pelos neoliberais e apresentando como um trambolho anacrônico que deveria ser reformado – e, pela primeira vez na história do capitalismo, a palavra reforma perdeu o seu sentido tradicional de conjunto de mudanças para ampliar direitos; a partir dos anos oitenta do século XX, sob o rotulo de reforma (s) o que vem conduzido pelo grande

capital é um gigantesco processo de contra – reforma, destinado à supressão ou redução dos direitos e garantias sociais [...] (*Idem, ibidem*, p. 227).

Pelo exposto, deduz-se, então, que os ajustes neoliberais não é de maneira exclusiva uma reforma econômica, haja vista que esta implica na redefinição das esferas político-institucionais e das relações sociais. Trata-se de um movimento contraditório das relações de produção e de reprodução social, com base na reorganização global conservadora, cujo propósito é adequar o Estado aos projetos conjunturais do capital, oportunizando condições para aprofundar os conflitos entre as classes, trazendo a tona o agravamento das desigualdades.

Por isso, se torna imprescindível apreender a realidade “globalizada”²⁵ do Brasil que na sua dinâmica de valorização do capital nacional, condizente sempre com a indiferença ante a conjectura das necessidades sociais e dos valores de uso, produz essencialmente capital, gera a invisibilidade do trabalho, leva à potenciação da exploração e precarização do trabalho, ao desemprego, como núcleo duro do fosso da desigualdade no país. Assim por seu turno Mandel (1985) inferi que para que se possa entender de fato a execução da intensificação do fetichismo pela lógica do capital, oculta e dissimulada, [...] que é a expressão de uma história da auto – alienação humana [...] (IAMAMOTO, 2012, p. 48), ou seja, é preciso compreender as condições reais de vida dos trabalhadores – força produtiva do trabalho social (os quais são incorporados como propriedade objetiva do capital) como relação social, já que estes não são uma coisa material, mas,

[...] uma determinada relação de produção social, pertencente a uma determinada formação sócio – histórica da sociedade que se representa numa coisa e dá um caráter especificamente social a essa coisa. O capital não é a soma dos meios de produção materiais produzidos... São os meios de produção monopolizados por determinada parte da sociedade, os produtos autonomizados em relação à força de trabalho viva e às condições de atividade exatamente dessa força de trabalho, que são personificados no capital por meio dessa oposição [...] (MARX, 1985 *apud* IAMAMOTO, 2012, p. 58 e 59).

²⁵Segundo Finelli (2003), o ponto de vista ideológico de globalização, como categoria fabulosa do capitalismo, publiciza o mercado único, a propagação das tecnologias da comunicação por meio das quais as empresas têm a possibilidade de produzir e vender em quase todos os lugares, e a um valor substancialmente análogo, a mesma mercadoria. Explicita uma economia sem barreiras territoriais que ultrapassaria o tempo e os limites do Estado Nacional e harmonizaria os contrastes e desigualdades econômicas e geopolíticas entre as distintas regiões do planeta, como resposta da força expansiva e padrão das mercadorias. Contudo, oculta que o capital se expande a partir de si mesmo através da exploração, em primeiro lugar, das dissimilaridades de classe e de todas as disparidades existentes. Dessa forma, a realidade camuflada por traz de uma noção *clichê* de globalização e de sua firme habilidade ecumênica e apaziguadora demonstra que se ampliam, ao mesmo tempo, as fissuras, as contradições, os sentidos de suas lutas, [...] as diferenças econômicas e culturais das condições gerais de vida entre as classes, países, raças e continentes de nosso globo [...] (FINELLI, 2003, p. 104 e 105).

Assim, as décadas 1990 e 2000 podem ser caracterizadas como anos perversos, à medida que se constata o aumento das taxas de desemprego, combinadas com a precarização das situações de vida. O mercado de trabalho brasileiro, memoravelmente, composto por elementos diferentes, desigual e austeramente excludentes, mostra-se nos anos 1990 fortemente plural, no que concerne às formas de contrato de trabalho, tais como: assalariados com e sem carteira assinada, trabalho autônomo, subcontratação, trabalho temporário, trabalho irregular, parcial, em domicílio, aparecimento de ocupações atípicas em condições de trabalho precário e desemprego, inclusive, por um longo período. Na realidade, vem ocorrendo uma contínua desestruturação do mercado de trabalho no mundo todo, com a evolução do desemprego, assim como, o agravamento da precarização do trabalho expresso na supressão dos empregos formais (com registro) e no aumento das ocupações nos setores não regulados da economia, portanto em Tempos de “não aplausos”. A exemplo deste cenário podem ser citadas as situações dos seguintes países:

1) ITÁLIA: A partir do final do mês de julho de 2011, passou a viver essa crise, que por sua constância e “força”, não há antecedentes em sua história republicana. As medidas adotadas pelo governo para bloquear a temerosa ameaça de falência do País, foi à introdução de transformações importantes no trabalho, no direito do trabalho e em todo o sistema de relações de trabalho em especial as industriais;

2) ESPANHA: Segundo uma pesquisa referente à população ativa, do *Instituto Nacional de Estadística*²⁶ (INE - ES), correspondente ao primeiro trimestre de 2012, havia na Espanha 5 milhões e 639 mil pessoas desempregadas, o que equivale a 24,44% da PEA, portanto, nessa mesma época o desemprego cresceu em 374 mil. O índice de desemprego entre os jovens (de 16 a 25 anos) chegou a 52%. O quantitativo de famílias com todos os seus membros desempregados ultrapassou a cifra de 1,7 milhões (a Espanha tem em torno de 46 milhões de habitantes). Conforme estimativas oficiais e de distintos organismos, essas taxas se mantiveram em 2013 e 2014 – a situação social dos trabalhadores é insuportável;

3) ALEMANHA: Com as inúmeras mudanças na estrutura do mercado de trabalho que obedeceram as decisões políticas e suas medidas tributárias, em consequência da crise das dívidas soberanas, notavelmente, também deterioraram a situação da classe trabalhadora deste país. Segundo dados Do *Startseite – Statistisches Bundesamt*²⁷ (DESTATIS) o número de trabalhadores em jornada integral reduziu de 25,5 milhões, em 2001, para 23, 6 milhões, em

²⁶Disponível em: <http://www.ine.es/inebmenu/mnumericalab.htm>_Acesso: 12 de maio de 2014.

²⁷Disponível em: <https://www.destatis.de/DE/Startseite.html>_Acesso: 13 de Maio de 2014.

2010/2011, o que levou a um aumento dos chamados “empregos marginais”, ou, *minijobs*, em dezembro de 2010. Assim, 7,4 milhões de pessoas tinham um *minijobs*, nos quais se paga no máximo 400 euros por mês e são considerados do ponto de vista formal, como “bicos” e não como empregos lícitos, pois não criam direitos previdenciários de nenhuma espécie e direitos trabalhistas bastante limitados;

4) GRÉCIA: Em consequência do conseguinte conjunto de medidas de austeridade impostas pelos governos da TROIKA (União Européia, Fundo Monetário Internacional e Banco Europeu), o desmesurado desemprego de longa duração (mais de 12 meses) nesse país também vem se alastrando, atingindo patamares somente vistos em períodos históricos que ocorreram desastres nacionais ou guerras. Em setembro de 2011, 356.495 pessoas perderam seus empregos e 60.000 empresas fecharam, conforme divulgou o *National Statistical Service of Greece*²⁸ (ELSTAT), que é conhecido como *Hellenic Statistical Authority*. Explicita o ELSTAT desde 2009, até fevereiro de 2013 sendo de 27%, a taxa de desemprego triplicou. Segundo o relatório da organização *Solidarity for All*²⁹ (2013) a Confederação de Profissionais, Artesão e Comerciantes da Grécia (ΓΣΕΒΕΕ), “quase 40% dos agregados familiares têm pelo menos um desempregado”;

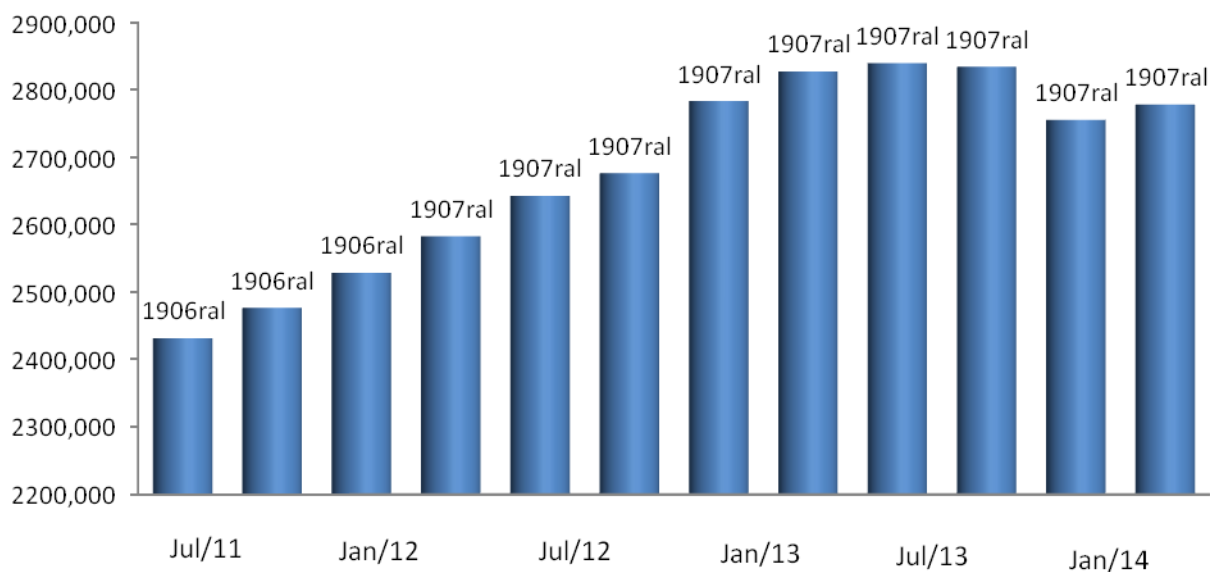
5) FRANÇA: A taxa de desemprego nesse país tanto no primeiro, quanto no segundo semestre do ano de 2013 também avançaram para um nível não visto desde os anos 1998 que teve máxima geral de 11,2%. Segundo os dados apresentados pelo *Institut National De La Statistique Et Des Études Économiques*³⁰ (INSEE – FR), o número de desempregados inscritos nos centros de emprego na segunda maior economia da zona do euro era de 3,2 milhões de pessoas que não exerciam qualquer atividade remunerada e que estava, (e ainda podem estar) a procura de emprego, conforme evidencia o gráfico abaixo:

²⁸Disponível em: http://www.statistics.gr/portal/page/portal/ESYE_ Acesso: 13 de Maio de 2014.

²⁹Disponível em: <http://www.solidarity4all.gr/>. Acesso: 13 de Maio de 2014.

³⁰Disponível em: <http://www.insee.fr/fr/> Acesso: 14 de Maio de 2014.

Gráfico 02- Percentual de identificação da população desempregada em 2779000 milhões, no começo do ano de 2014 na França.



Fonte: Trading Economics³¹ (2015).

A Organização Internacional do trabalho informou que hoje, o número de desempregados no mundo supera os 200 milhões. A expectativa é que, ao final de 2015, esse número chegue a 208 milhões em seus relatórios do ano de 2014. Esses relatórios demonstram que o número de pobres cresceu entre 2010 e 2011 em 14 das 26 economias desenvolvidas, incluindo EUA, Espanha, Dinamarca e França. Nessas nações, elevou-se consistentemente a taxa de desemprego de longa duração, associado a deterioração das relações e condições de trabalho. Na França a precariedade econômica social faz parte do cotidiano de muitas famílias, nas quais pelo menos um dos integrantes a Mãe ou Pai, esta associado a um modo de contrato – emprego incerto inseguro, com menos regalias sociais, salários baixos. Esse cenário vem fazendo com que as famílias vivam em situações de riscos sociais, já que o tipo de trabalho que estão ligadas não permite que a elas, assegurar todas as suas despesas econômicas no cotidiano, provocando o aparecimento de novos pobres.

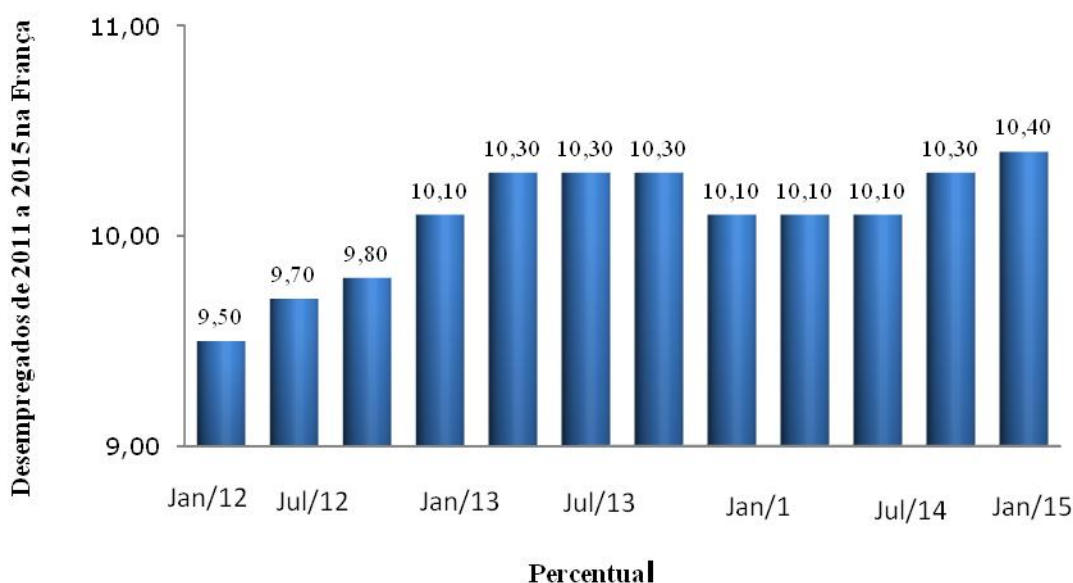
Segundo Castel (1995), trata-se de processo de “desestabilização dos estáveis”, o que representa um movimento em que uma parcela da classe trabalhadora - classe média vem perdendo seus postos de trabalho, seus altos salários e sua estabilidade, estes sendo substituídos pela insegurança, ordenados baixos. Se tratando da classe média baixa a situação se torna mais crítica, já que os salários são menores.

³¹Disponível: <http://pt.tradingeconomics.com/indicators>. Acesso: 16 de maio de 2014.

O mesmo autor explica que há uma desestabilização geral da sociedade, ou seja, há um esboroamento da condição salarial (p. 401), uma precarização mais larga da vida do trabalhador. É importante ressaltar que para o autor uma sociedade salarial [...] não é apenas uma sociedade em que a maioria da população activa é assalariada. É sobretudo uma sociedade na qual a imensa maioria da população acede à cidadania social a partir, antes do mais, da consolidação do estatuto do trabalho[...] (CASTEL, 2003, p. 31). Kovács, com base em Castel (2002), explica que se vive um quadro em que cada vez mais o quantitativo de trabalhadores cai na teia da precariedade econômica e social, e acrescenta:

[...] nunca o trabalho foi mais central no processo de criação de valor. Mas nunca os trabalhadores foram mais vulneráveis, já que se converteram em indivíduos isolados subcontratados numa rede flexível, cujo horizonte é desconhecido inclusive para a mesma rede [...] (KOVÁCS, 1999, p. 18).

Gráfico 3- Percentual dos desempregados de 2011 a 2015 na França.



Fonte: Trading Economics³² (2015).

O aumento do desemprego tem ocorrido também em outros países da Europa ocidental, a exemplo, em Portugal, a situação de deterioramento das relações de trabalho, não divergem daquelas que foram explicitadas acima. Segundo o Observatório das Desigualdades do Centro de Investigação e Estudos de Sociologia do Instituto Universitário de Lisboa (CIES-IUL), há quase uma década que a taxa de desemprego no referido país vem aumentando. Até 2008, de forma gradual, porém nos últimos quatro anos, essa tendência

³²Disponível: <http://pt.tradingeconomics.com/indicators>. Acesso: 16 de maio de 2014.

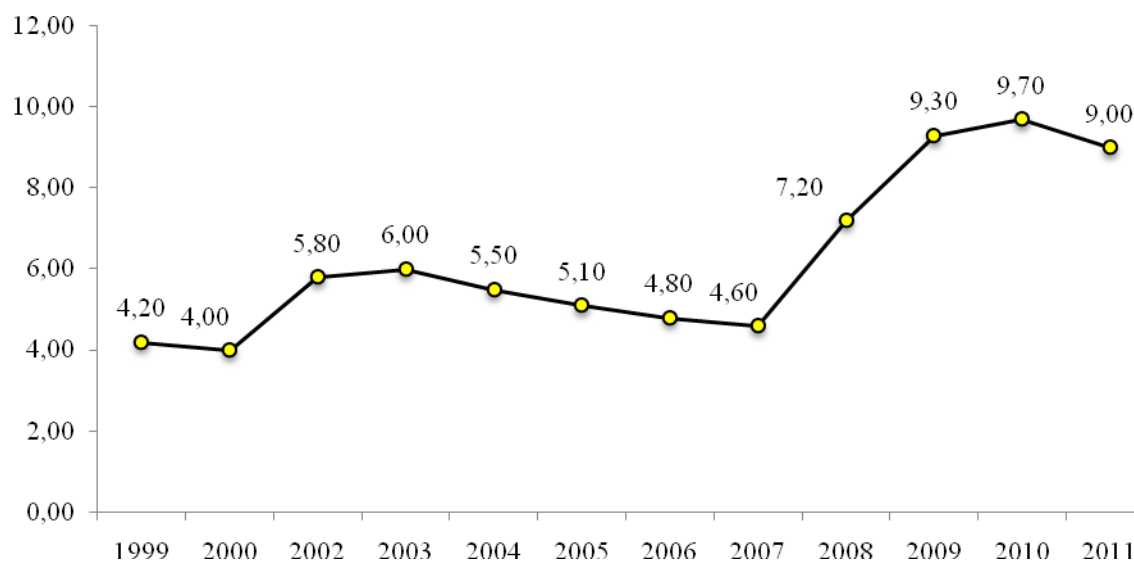
agudizou-se. Entre 2008 - ano marcado pela falência dos bancos e seguradoras norte-americanas - e 2010 o quadro de desempregados nesse País aumentou 40,5%, ou seja, 175 mil pessoas ficaram desempregadas; atualmente, a população desempregada é estimada em 952,2 milhões³³. Esta situação implica diretamente nas receitas do Estado, uma vez que aumenta as despesas com proteção social, assim como, multiplica o risco de pobreza dos trabalhadores e de suas famílias.

No núcleo orgânico do sistema mundial do capital senil, não se vive somente a crise financeira decorrente do estouro da bolha imobiliária, em 2008, mas junto com esta, há também uma crise social provocada pela ampliação do desemprego e da precariedade laboral. De acordo com os números do *Bureau of Labor Statistics* (BLS), no ano de 2008 havia 8,8 milhões de pessoas desempregadas – a maior em quatro anos, superando em 1,6 milhões o do ano de 2007. Em consequência, nesse mesmo período, 40 milhões de estadunidenses estavam mais pobres, tendo acesso a rendimentos inferiores à metade da linha da pobreza, que era de US\$ 17.600 por ano, para uma família composta por três pessoas. Segundo dados da *United Nations Conference on Trade and Development UNCTAD Statistics* relativos ao Índice de Segurança Econômica norte-americano, naquela época uma casa com cinco estadunidenses teve sua renda subtraída em 25% ou mais, em 2009. Acrescenta-se a isso, o fato de que:

[...] quatro milhões e meio de empregos na área industrial foram perdidos nos Estados Unidos desde 2000, e uma geração inteira de recém-graduados encara agora a mais alta mobilidade descendente da história do país. Desde 1987, afro – americanos perderam mais da metade de seu patrimônio líquido; os latinos inacreditáveis dois terços [...] (DAVIS, 2012, p.43).

³³Ver: 2013: Ano Internacional da Estatística. Promover, à escala mundial, o reconhecimento da Estatística ao serviço da Sociedade. www.statistics2013.org.

Gráfico 04 - Apresentação da taxa de desemprego dos Estados Unidos, no período de 1999 a 2011.



Fonte: Trading Economics³⁴ (2015).

O gráfico acima evidencia o aumento da taxa de desemprego nos Estados Unidos, sobretudo nos anos de 2009, 2010 e 2011, o que não se constitui uma particularidade somente desses países, pois, conforme foi tratado aqui, os países centrais do capitalismo avançado da zona do Euro: como, Espanha (24,44%); Grécia (27%); Portugal (40,5%); França (11,2%) da PEA que se encontram desempregados.

O quadro de aumento do desemprego vem aumentando no mundo inteiro, e a realidade do Brasil, também segue esta esteira. Em consequência, torna-se fundamental refletir sobre os movimentos universais do modo de produção capitalista na contemporaneidade que se manifestam, materialmente, no nível das formações sociais singulares, para que se possam compreender as diferentes expressões da “questão social” em cada contexto, importando aqui, nesse em particular, a questão da precariedade do trabalho e as suas consequências na vida do trabalhador na realidade brasileira.

³⁴Disponível: <http://pt.tradingeconomics.com/indicators>. Acesso: 16 de maio de 2014.

Tabela 1- Mostra da taxa de desemprego no Brasil, no período de 1997 a 2010, segundo a organização internacional do trabalho (OIT).

	Taxa Mensal de Desemprego												
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Med
1997													10.2
1998													11.1
1999													12.0
2000													12.0
2001													12.1
2002	10.8	11.1	12.9	12.5	11.9	11.6	11.9	17.7	11.5	11.2	10.9	10.5	12.6
2003	11.2	11.6	12.4	12.4	12.8	13.0	12.8	13.0	12.9	12.9	12.2	10.9	12.3
2004	11.7	12.0	13.1	13.1	9.87	11.7	11.2	11.4	10.9	10.5	10.6	9.6	11.4
2005	10.2	10.6	10.8	10.8	10.2	9.4	9.4	9.4	9.6	9.6	9.6	8.3	9.8
2006	9.2	10.1	10.4	10.4	10.2	10.4	10.7	10.6	10.0	9.8	9.5	8.4	9.9
2007	9.3	9.9	10.1	10.1	10.1	9.7	9.5	9.5	9.0	8.7	8.2	7.4	9.3
2008	8.0	8.7	8.6	7.9	7.9	7.8	8.1	7.6	7.6	7.5	7.6	6.8	7.8
2009	8.2	8.5	9.0	8.8	8.8	8.1	8.0	8.1	7.7	7.5	7.4	6.8	8.1
2010	7.2	7.4	7.6	7.5	7.5	7.0	6.9	6.7	6.2	6.1	5.7	5.3	6.7

Fonte: OIT: Disponível em: <http://www.ilo.org/global/statistics-and-databases/lang-es/index.htm>. Acesso 22 de maio de 2014.

Conforme pode ser constatado, no quadro 1 descrito abaixo, a situação de desemprego no país vem aumentando nas últimas décadas, no entanto, os órgãos oficiais do governo brasileiro apresentam um percentual que negam esta tendência. Dados da Organização Internacional do Trabalho (2013) expressam que desde o ano de 1997 as taxas de desemprego cresce no Brasil e estimam que no ano de 2015, o número de desempregados atinjam 500 mil. Segundo ainda a OIT (2013), não por acaso ao final de 2012 e 2103 respectivamente, o país somava 6,5 e 6,9 milhões de desempregados, sendo que, hoje, esse número aumentou para 7,08 milhões de trabalhadores. Desta forma, percebe-se que o desemprego, [...] na condição de categoria reflexiva, tem sua gênese no mesmo contexto sócio histórico em que se gesta o debate sobre a “questão social” [...] (SANTOS, 2012, p. 172), em que no Brasil uma das suas expressões se manifesta pela exaspera pulverização do emprego no Brasil.

Acrescenta-se a isso, o fato de que certos estudiosos da área do trabalho persistem em difundir a ideia de que o eminente problema do mercado de trabalho brasileiro não é falta de empregos, mas, sim, a qualidade dos empregos ofertados. A propósito, ao longo desses anos, no Brasil, foram re-editadas diversas políticas públicas³⁵ fragmentadas, imediatas e

³⁵O PLANFOR é um dos projetos prioritários do governo federal, integrante do Brasil em Ação desde 1995, bem como dos programas Mãos à Obra em Ação (1995-2002), Avança Brasil (1999-2002), sendo incluído, também, no Plano Plurianual 2000-2003. Criado em 1994 e efetivado em 1996, é um dos mecanismos da Política Pública

paliativas voltadas para a qualificação da mão-de-obra, e exacerbou-se a flexibilização de contratos, a democratização do crédito público, dentre outros, incapazes de minimizar o aumento do desemprego. Em consequência, vem aumentando de forma significativa o trabalho informal, [...] que se apresenta como uma estratégia de sobrevivência, mas nada do que isso; não pode ser visto como o futuro da ocupação [...] (POCHMANN, 2000, p. 19). Os dados apresentados no Jornal Folha de São Paulo revelam essa realidade:

[...] A economia informal movimentou R\$ 578 bilhões no Brasil em 2009, o equivalente a 18,4% do PIB (Produto Interno Bruto, soma das riquezas produzidas no país), aponta pesquisa divulgada pela FGV (Fundação Getúlio Vargas) e pelo Etco (Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial) nesta quarta-feira. A cifra corresponde ainda a um valor próximo ao PIB da Argentina. O resultado da participação de economia subterrânea do país, que compreende a produção de bens e serviços não reportados ao governo, mostra um avanço em relação a 2003 [...] (FOLHA DE SÃO PAULO³⁶/2010).

Assim o trabalho informal abriga um gigantesco número de desempregados que não têm acesso mais aos postos oficiais de trabalho. Calcula-se que atualmente, “30 milhões de brasileiros garantam sua sobrevivência pelo exercício de atividades dessa economia paralela” (MAGNOLLI, 1999). Esse percentual demonstra que a informalidade acomoda uma parcela significativa da massa dos excluídos, que ocasionaria um caos social sem dimensão se sua sobrevivência não estivesse associada a esta economia ou até mesmo a economia formal ou outras formas de geração de renda, funcionando para o Estado brasileiro como uma “trava” capaz de evitar um colapso social. O Economista Roberto Sena, com bases nas formulações de Singer (2000), em uma entrevista ao Jornal O Liberal (2008), ao analisar as características do Trabalho Informal nos diz:

[...] Trabalho informal é aquele desenvolvido sem carteira assinada, que opera as margens das leis trabalhistas, privando os trabalhadores de direitos essenciais, tais como: Férias remuneradas, 13º salário, Previdência Social, Fundo de Garantia do Trabalhador por tempo de serviço (FGTS), seguro desemprego, salário mínimo e, outros [...] (JORNAL O LIBERAL, 2008, p. 12).

de Trabalho e Renda do Brasil e faz parte das ações de articulação e coordenação da política de educação profissional da Secretaria de Formação Profissional (SEFOR) do Ministério do Trabalho e Emprego. Assim, as políticas propostas por este Ministério para a educação, estratégias no âmbito das políticas de emprego, têm-lhe conferido um papel de destaque no cenário nacional.

³⁶Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2010/07/770228-economia-informal-movimenta-r-578-bi-e-equivale-ao-pib-da-argentina.shtml>

Como bem expressa a Organização Internacional do Trabalho (OIT), no que se refere ao Brasil:

[...] A porcentagem de ocupações precárias, informais e de baixa qualidade sobre o total de emprego aumenta 40,6% a 46% no Brasil entre 1990 e 2001 (dados da PNAD elaborados pela OIT); nesse conjunto se incluem ocupados nas microempresas, os trabalhadores por conta própria com exceção dos profissionais e técnicos, os trabalhadores familiares não remunerados e o serviço doméstico [...] (OIT, 2003, p. 18).

Na mesma direção, Azevedo conduz a sua reflexão:

[...] O trabalho informal é considerado uma alternativa para remediar o desemprego nas grandes cidades que obriga uma grande massa de trabalhadores (especializados ou não) a adentrar ao mercado informal como uma forma de aliviar a pressão exercida no núcleo familiar pela ausência de renda oriunda do trabalho estável [...] (AZEVEDO, 1990, p. 173).

Além do desemprego, que procede do fracasso da economia brasileira nas últimas décadas, colaboraram para aumentar os indicadores de informalidade, as fortes mudanças da dinâmica populacional ocorridas no Brasil no decorrer do último quartel do século XX, que aligeiraram o processo de urbanização e “asfixia” da oferta de trabalho estável. A elevação demográfica das cidades brasileiras foi significativa neste período, se constituindo em um dos maiores processos de deslocamentos populacionais da história contemporânea mundial³⁷, fazendo com que a pobreza transforme-se em fenômeno tipicamente metropolitano, nas cidades do país.

De acordo com os estudos de Pochmann, e de outros autores que analisam a conjuntura de mercado de trabalho nacional, presencia-se a constituição de uma ordem do trabalho negativa para os países em desenvolvimento, como principalmente para as economias periféricas, conforme aponta Pochmann (2000):

o desemprego está se concentrando cada vez mais nas nações pobres, sobretudo naquelas que aderiram à globalização de maneira descontroladas, sem políticas internas, sem projetos nacionais, como é nosso caso, que tem internalizado seus piores efeitos(p. 18).

As informações da Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED, do mês de março do ano de 2011 em algumas regiões metropolitanas incluindo a capital, demonstram que essa realidade é latente. O total de desempregados no conjunto das sete regiões pesquisadas foi

³⁷Ver link <<http://www.cosif.com.br/publica.asp?arquivo=celsfurtado>>Acessado em: 12 nov. 2012.

estimado em 2.451 mil pessoas, 133 mil a mais do que no mês anterior. A taxa de desemprego total cresceu, ao passar de 10,5% (janeiro), para 11,2% (fevereiro). Em março, o nível de ocupação reduziu-se em 1,1%. A eliminação de 207 mil postos de trabalho, diante da saída de 73 mil pessoas da População Economicamente Ativa, elevou o número de desempregados em 133 mil pessoas. O total de ocupados, nas sete regiões investigadas, foi estimado em 19.455 mil pessoas e a PEA, em 21.907 mil.

Dados do Boletim Estatístico Regional da Previdência Social³⁸ mostram que a PEA da Região Norte, em dezembro de 2013 foi de 8.073.771 milhões habitantes, sendo que só o estado do Pará apresenta 3.847.979 da PEA regional, isto é, 47,66%. Apesar dessa capacidade, somente 94,20% PEA encontra-se ocupada, o que equivale a 3.625.039. Se observado do ponto de vista estritamente econômico, pode-se inferir que o estado detém uma vasta capacidade produtiva sem emprego. Porém, do ponto de vista sociológico fica claro que há o alastramento do desemprego, distanciando-se de ser somente um dado estatístico, à medida que tal situação provoca a busca de distintas formas de luta pela sobrevivência e o agravamento das expressões da questão social, especificamente, face aos processos de exclusão social³⁹.

A propósito do desemprego em relevo, Marx (1983) anota: [...] a acumulação capitalista sempre produz, e na proporção da sua energia e de sua extensão, uma população trabalhadora supérflua relativamente, isto é, que ultrapassa as necessidades médias da expansão do capital, tornando-se, desse modo, excedente [...]. Sendo assim,

[...] Um imenso contingente de trabalhadores assalariados, força de trabalho disponível, não pode jamais ser absorvida hoje, pelos nichos de produção de capital. Enfim, na era da globalização, o sistema produtor de mercadorias tornou-se incapaz de absorvê-los como produtores de valor. Para eles, o tempo parou e pertencem a um limbo do não trabalho na sociedade do trabalho [...] (ALVES, 2005, p. 1)⁴⁰.

³⁸Disponível em: http://www.previdencia.gov.br/wp-content/uploads/2013/05/BERPS_dez13_final.pdf_Acesso: 20 de Abril de 2013.

³⁹[...] Vale ressaltar o significado da categoria exclusão social: não significa que o contingente de sócio – relacionadas, e a imersão da precariedade de vida que não permite a realização trabalho esteja fora da dinâmica do capitalismo, fora do sistema econômico [...] o capitalismo perversamente, busca incorporar essa população via consumo e via ciclos marginais de atividades e formas de vida dos excluídos: formas incipientes de trabalho, pontuais, itinerantes, extremamente precárias [...] vidas no limite, desamparo social, ruptura de laços sociais. Logo a exclusão social significa não ter mais acesso aos mais elementares bens, serviços e rede humana [...] (SALAZAR, 2008, p. 90 – 91).

⁴⁰ALVES, Giovanni. *O futuro do trabalho*. Revista Autor. Ano V - nº 50 – Agosto/2005. Disponível em: <http://www.revistaautor.com.br/artigos/2005/50gal.htm>. Acesso em: 21 de Outubro de 2013.

Desta forma, entende-se que sob a égide da globalização do capital a condição de força de trabalho excedente desse Homem, se traduz em numa das mais centrais expressões da “questão social”.

[...] silhuetas incertas às margens do trabalho e nas bordas das formas de troca socialmente consagradas desempregados de longa duração, habitantes das periferias desperdadas, beneficiários da renda mínima de inserção, vítima das reconversões industriais, jovens em busca de emprego e que perambulam de um estágio a outro, pequenas tarefas em ocupação provisória quem são eles, de onde vêm como chegaram lá, o que irão se tornar? [...] (CASTEL, 1995, p. 13- 15).

Em que pese, neste país, o Ministério do Trabalho tenha comemorado o aumento dos postos de trabalho com carteira assinada, o que possibilita o acesso a certos direitos trabalhistas e previdenciários, contudo, há que se questionar sobre esses dados oficiais. Assim, o estudo deste tema/objeto se faz valioso, haja vista que o mesmo se situa em um processo mais amplo, expresso pela reconfiguração das bases do trabalho formal, pela crise do emprego e do desemprego, pelo aumento do trabalho precário e da flexibilização dos direitos dos trabalhadores, tão presente na atualidade, fazendo com que a [...] experiência do desemprego chegue sem bater na porta e anunciando mortes, crises de subsistência, Pessoas passam fome [...] novas problemáticas podem insistir impor sua presença [...] (THOMPSON, 1981, p. 17).

Assim, nesse trajeto ao se pensar este cenário sob hegemonia das finanças e seu fetiche, vislumbra-se que é importante realizar um tento de crítica teórica, observando os contrastes de tempo e lugar, o desdobramento dialético real, do redimensionamento da força produtiva do trabalho e seu desenvolvimento, o que muito concisamente nós permite voltar para a precariedade das relações de trabalho experimentadas pelo operariado inglês no século XIX, que Chaves (2000) aponta com base em Engels:

[...] cerca de 200 mil trabalhadores perdem seus empregos em função do fechamento, venda e reorganização das empresas públicas, agravando consideravelmente o processo galopante de concentração de renda, as condições de vida da população, e levando sua parcela ainda maior a viver em condições cada vez mais críticas [...] a consolidação de uma nova ordem mundial como que repete episódios do passado, como a ‘desindustrialização’ promovida por D. Maria, a Louca, determinando o fechamento e a destruição das manufaturas que já se propagavam no Brasil, no início do século XIX, devido um acordo de comércio e amizade com a Inglaterra, decisão que pode ser definida como a integração de uma onda de alinhamento internacional que reforçou o destino agrário do país no período seguinte [...] (p. 72).

No Brasil, denuncia Pochmann (2000), edificou-se, nestes anos perversos, o mito de que o custo do trabalho no Brasil é muito alto, com rebatimentos desfavoráveis sobre o grau

de competitividade empresarial, sendo um dos elementos responsável pelo desemprego. Esta falácia baseado em um discurso conservador, articula os gastos das empresas com a diminuição da oferta de empregos e o aumento da precarização das relações de trabalho e condições de trabalho, no país. Estimar que as problemáticas econômicas do país fossem suplantadas com a redução dos encargos trabalhistas, descompondo marcantes conquistas trabalhistas, unicamente, cerceou, ainda mais, as condições de vida e de trabalho da classe trabalhadora do país.

Nessa perspectiva, em nome da flexibilidade, do aumento da competitividade e visando recuperar as margens de lucro, o capital vem deteriorando as condições de vida e de trabalho dos que vivem da venda de sua força de trabalho, em particular, os eletricitários no Brasil. Segundo dados da Eletrobrás – Centrais Elétricas Brasileiras, o número de trabalhadores demitidos no período de 1996 a 2004, foi de 81.117, ou seja, os 168.380 postos de trabalho ativos no setor, foram reduzidos a 87.203, representando um corte de 51,7%, em 8 anos. Ainda conforme os dados da Eletrobrás, hoje, mais de 60% de trabalhadores do setor elétrico são terceirizados.

Tabela 2 - Composição da força de trabalho do setor elétrico brasileiro 2003 a 2008.

Ano	Trabalhadores Próprios	Trabalhadores Terceirizados	Força de Trabalho
2003	97.399	39.649	137.048
2004	96.579	76.972	173.551
2005	97.991	89.238	187.229
2006	101.105	110.871	211.976
2007	103.672	112.068	215.735
2008	101.451	126.333	227.784

Fonte: Fundação Coge, Relatório de Estatísticas de Acidentes no Setor Elétrico Brasileiro 2006 a 2008.

Conforme evidencia a tabela, atualmente mais da metade da força de trabalho do setor é composta por trabalhadores terceirizados. Segundo o quantitativo total apresentado observa-se que 55% da força de trabalho no setor elétrico é terceirizada. No ano d 2008 dos 227,8 mil trabalhadores desse setor, 126,3 mil eram terceirizados. O quantitativo geral desses trabalhadores nesse setor é aproximadamente o dobro do número de empregados apontados

pela RAIS de 2008, que correspondia a 117,3 mil trabalhadores para as atividades de geração, transmissão, comércio atacadista e distribuição de energia elétrica. Logo se deduz para esta dessemelhança é que o valor obtido através da RAIS nas categorias de atividades associadas ao setor elétrico diz respeito apenas dos empregados do quadro próprio.

Na CEMIG – Distribuidora de Energia de Minas Gerais essa porcentagem de trabalhadores terceirizados é de 73%. Jeová Oliveira, representante do Sindicato dos Urbanitários, no Distrito Federal, aponta que havia no ano de 1989, 3 mil eletricitários trabalhando na Companhia Energética de Brasília, atendendo, mais ou menos, cerca de 380 mil usuários. Todavia, na atualidade, a mesma companhia atende um milhão de clientes com menos de mil funcionários.

Em entrevista concedida para o *site* Movimento dos Atingidos por Barragens⁴¹, Jeová afirma que [...] Os trabalhadores do setor são substituídos a cada 6 meses ou no máximo um ano e não se tem a preocupação de capacitar e qualificar o trabalhador que entra na empresa. Em consequência os trabalhadores não têm segurança no trabalho. A categoria dos eletricitários é a que mais morre no país [...].

Segundo os dados do Relatório de Estatísticas de Acidentes no Setor Elétrico Brasileiro, em 2011, da Fundação COGE, 139 empregados do quadro próprio das empresas do setor elétrico brasileiro morreram em acidentes fatais típicos, enquanto que no quadro das contratadas, foram 609 mortes. Ocorreram 8940 acidentes que resultaram em afastamentos, entre os quais se inclui um elevado número de mutilações, conforme evidencia a ilustração abaixo:

⁴¹Disponível em: <http://www.mabnacional.org.br/noticia/qualidade-da-energia-quest-vida-ou-morte>. Acesso 15 de Agosto de 2014.

Figura 02 - Número de trabalhadores que morrem por dia, número de trabalhadores demitidos e de acidentes que geram afastamentos do setor elétrico brasileiro



Legenda: No Brasil, modelo energético adotado na década de 1990, custa caro para população; trabalhadores do setor elétrico são os que mais morrem no país.

Fonte: Relatório de Estatísticas de Acidentes no Setor Elétrico Brasileiro em 2011, da Fundação COGE.

Nesse contexto o setor elétrico paraense também vem perdendo um número significativo de trabalhadores, nos últimos 12 anos⁴². No ano de 2010 a Celpa tinha um número total de [...] 2.158 empregados, em 2011 2.221, em 2012, 2.136 [...] (RELATÓRIO DE RESPONSABILIDADE SOCIO AMBIENTAL – CELPA EQUATORIAL, 2012), e em 2013 passou a ter somente 1.800 trabalhadores efetivos, quantitativo este que se reduziu ainda mais quando a referida empresa instituiu como meta do processo de reestruturação produtiva economizar R\$65 milhões do custo operacional com a folha de pagamento dos trabalhadores, demitindo mais 131 trabalhadores via programa de demissão “voluntária” [...] (SINDICATO DOS URBANITÁRIOS, 2013). Como bem mostra o quadro a seguir:

Tabela 3 - Caracterização do número total de empregos nas décadas de 2010, 2011 e 2012 na Celpa Equatorial.

⁴²Ver: <http://diário.dopara.diarioonline.com.br/N-169536>. TRABALHADORES +DA+ CELPA+ ENTRAM+ EM+ GREVE+HOJE.html. Acesso em 15 de Agosto de 2014.

Informações Gerais	2010	2011	2012
Número Total de Empregados	2.158	2.221	2.136
Empregados até 30 anos de Idade	20%	18%	15%
Empregados com Idade entre 31 a 40 anos (%)	43%	43%	42%
Empregados com Idade entre 41 a 50 anos (%)	24%	24%	26%
Empregados com Idade Superior a 50 anos (%)	11%	13%	16%
Número de Mulheres em Relação ao Total de Empregados (%)	31%	31%	30%
Mulheres em Cargos Gerenciais- Em Relação ao Total de Cargos Gerenciais (%)	24%	26%	13%
Empregados Negras (Pretas e Pardas)- Em Relação ao Total dos Empregados (%)	18%	18%	19%
Empregados Negros (Pretos e Pardos)- Em Relação ao Total dos Empregados (%)	44%	44%	19%
Empregados Negros (Pretos e Pardos) em Cargos Gerenciais- Em Relação ao Total dos Empregados (%)	35%	50%	30%
Estagiários em Relação ao Total de Empregados (%)	1%	3%	2%
Empregados do Programa de Contratação de Aprendiz (%)	2%	3%	3%
Empregados Portadores de Deficiência	74	133	131

Fonte: Relatório de responsabilidade socioambiental – Celpa equatorial, 2012

Ressalta-se que nesses mesmos anos, o quantitativo de trabalhadores terceirizados mais que dobrou, isto é, em 2010 haviam 2.038 trabalhadores terceirizados, em 2011 esse número equivalia a 1.925 e no ano de 2012 se tinha 4.445 trabalhadores terceirizados, número que confirmam os dados acima mencionados cuja fonte é a Eletrobrás. Assim observa-se no quadro, a seguir.

Tabela 4- Caracterização do número total de empregos na condição de terceirizados nas décadas de 2010, 2011 e 2012 na Celpa.

Trabalhadores Terceirizados	2010	2011	2012
Número de Trabalhadores Terceirizados/Contratados	2.038	1.925	4.445
Custo Total (R\$ mil)	68.649	112.569	9.275
Trabalhadores Terceirizados/ Contratados em Relação ao Total da Força de Trabalho	0,48%	20,4%	48%
Perfil da Remuneração- Identificar a Percentagem de Empregados em cada Faixa de Salários			
Até 3 Salários Mínimos	ND	ND	ND
De 3 a 5 Salários Mínimos	ND	ND	ND
De 5 a 10 Salários Mínimos	ND	ND	ND
Acima de 10 Salários Mínimos	ND	ND	ND
Perfil da Escolaridade- Em relação ao Total de Terceirizados- (Discriminar em %)			

Ensino Fundamental	ND	ND	ND
Ensino Médio	ND	ND	ND
Ensino Superior e Pós-Graduação	ND	ND	ND
Índice TG (Taxa de Gravidade) da Empresa no Período, para Empregados.	155	96	72
Índice TG (Taxa de Gravidade) da Empresa no Período, para Terceirizados/Contratados.	5.450	2.889	3.597

Fonte: Relatório de responsabilidade socioambiental – Celpa equatorial, 2012.

Segundo Pochamann (2004):

[...] As razões das diferentes dinâmicas no funcionamento do mercado de trabalho, que apresenta uma evolução dependente do desenvolvimento mais geral e econômica, não deve ser buscadas apenas e tão somente nas variáveis endógenas do mercado, é preciso ir além, procurando entender como as mudanças no padrão de desenvolvimento no modo de inserção internacional e nas políticas macroeconômicas, afetam o nível de composição ocupacional, os rendimentos e mesmo as **diversas estratégias do uso da força de trabalho**. Sem isso, as análises tendem a ser insuficientes e inconsistentes, redundando, na maioria das vezes em diagnósticos e propostas equivocadas [...] (p. 2, *grifo nosso*).

Esse cenário pode ser explicado por uma política agressiva de enxugamento do quadro de pessoal instituída, a partir dos anos 1990, no Brasil com o objetivo de aumentar os investimentos de infraestrutura, cuja estratégia das empresas do setor elétrico, para tal tem sido, em geral, as políticas de gestão do trabalho que contemplam os programas de incentivo à aposentadoria e às demissões “voluntárias”, acompanhados da intensificação do processo de terceirização das atividades organizacionais. Em alguns casos, esse processo se dá pela contratação de trabalhadores demitidos por essas empresas, para realizarem atividades que, anteriormente, desenvolviam como trabalhadores efetivos das mesmas. Essas estratégias têm sido adotadas pela empresa do setor elétrico no estado do Pará, a empresa Equatorial Celpa.

Nestes termos, o neoliberalismo configura-se, portanto, como um projeto conservador que de forma estratégica é arquitetado pela direita na luta pela hegemonia das classes dominantes. Em resumo, é determinado pelos seguintes propósitos: política monetarista, retardamento do Estado em minorar com corte nos gastos sociais, exoneração de servidores públicos e demissões, via estratégia dos programas de demissões voluntárias e expansão da economia de mercado [...] traduzida no menos Estado e mais sociedade civil e transferência de renda e patrimônio público para o capital privado [...] (ABRAMIDES, 1995). Destarte, o Estado neoliberal é a forma política de Estado que deriva da mundialização do capital, a qual determina a precarização do trabalho imposta pela necessidade de reprodução do capital. Então, o neoliberalismo:

Não é apenas uma forma de governo, mas uma forma de Estado político. Por isso é que, entra governo e sai governo, a dinâmica neoliberal continua se impondo. A constituição da precariedade e o processo de precarização do trabalho é reflexo da nova estabilidade política neoliberal que surge com o capitalismo global. O Estado é o Estado político do capital nas condições de sua crise estrutural. Ele incorpora em si elementos de crise de legitimidade [...] o Estado neoliberal é uma estabilidade política carente de justificação histórica, na medida em que é incapaz de assumir a efetividade ampla as tarefas históricas impostas pelo processo civilizatório (ALVES, 2007, p. 149- 150).

Em consonância com o pensamento do autor acima referido e com os estudos de Luxemburgo (1984), entende-se que “o capitalismo é uma contradição histórica viva”, haja vista que em todas as suas formas imagináveis e aceitas historicamente conhecidas, é totalmente incompatível com suas próprias projeções de universalidade globalizante (MÉSZAROS, 2003). Conseqüentemente, essa é a razão pela qual se articula numa rede de contradições ininterruptas, que só consegue administrar temporariamente, mas não superar em definitivo (IDEM). Todavia, as recentes transformações processadas no cerne da economia mundial, em decorrência da crise fenomênica do padrão de acumulação fordista, têm explicado, de certo, [...] a necessidade de gerar um novo modelo de produção que supere as ruínas da destrutiva e dispendiosa subordinação das energias e forças produtivas da sociedade ao capital em função de suas perversas necessidades de auto-expansão (*idem*, 1983).

É com esse propósito de reestruturação econômica, que se instituíram as novas bases produtivas para assegurar a sucessão lógica expansiva da acumulação capitalista. Instaure-se, então, o processo de reestruturação produtiva tendo por base as formulações neoliberais, através de uma série de inovações produtivas – técnicas organizacionais – que demonstram, em veracidade um novo perfil de valorização do capital, se constituindo as mais notáveis manifestações políticas, ideológicas e econômicas do novo desenho da acumulação do capital:

[...] A estabilidade monetária deveria ser a meta suprema de qualquer governo. Para isso seria necessário uma disciplina orçamentária com a contenção dos gastos com bem – estar, e a restauração da taxa natural de desemprego, ou seja, a criação de um exército de reserva de trabalho para quebrar os sindicatos. Ademais, re-formas fiscais eram imprescindíveis, para incentivar os agentes econômicos. Em outras palavras, isso significa reduções de impostos sobre os rendimentos mais altos e sobre as rendas. Dessa forma uma nova e saudável desigualdade iria voltar a dinamizar as economias avançadas [...] (ANDERSON, 1995, p.11).

Constata-se, então, que o processo de reestruturação produtiva remete a um novo modelo complexo de organização econômica e política, o qual corresponde ao esforço dos capitalistas reagirem à referida crise estrutural. Ou seja, segundo Andrade (2000), trata-se de uma nova frente ofensiva do capital sobre o trabalho, no decurso do qual o neoliberalismo torna-se visível como superestrutura ideológica – política hábil e apta a legitimar o

desenvolvimento do capitalismo em uma nova fase de acumulação. Segundo Alves (1998), o neoliberalismo representa a expressão de natureza política, porém com derivações estruturais da nova etapa de acumulação do capitalismo mundializado.

Segundo Harvey (2008), é pertinente que compreendemos que as contemporâneas “*outlines*” adotadas pelo capital se dão pela financeirização e pelo tecer de um sistema internacional de livre comércio responsável pelas oscilações de valorização e de acumulação via espoliação. Conforme as ideias do autor, para que propriamente esse quadro fosse materializado, era primordial uma abordagem [...] radicalmente distinta da maneira como o poder do Estado, sempre um grande agente da acumulação, deveria se desenvolver. O surgimento da teoria neoliberal e a política de privatização a ela associada simbolizaram grande parcela do tom geral dessa transição [...] (HARVEY, 2004, p. 129).

Dentre os caminhos vislumbrados pelo capital, ganharam relevância aqueles dirigidos para a reativação do emprego e do consumo. A tática para proporcioná-los foi um pacto – social firmado no pós-segunda guerra, envolvendo o estado, segmentos do movimento organizado dos trabalhadores e líderes dos setores capitalistas. Este pacto estruturou-se por meio de condições históricas imprescindíveis, o quê significa, em volta do padrão de acumulação fordista e modo de regulação keynesiano e beveridgiano que proporcionou ao modo de produção capitalista, no ínterim de trinta anos, crescimento econômico, taxas largas de emprego e consolidação dos sistemas de proteção social, refletindo na formação do estado social, em muitos países do capitalismo avançado, de acordo com suas histórias e condições, e por derivação reproduzindo as relações sociais, perpetuando o *status quo*, garantindo, assim, a hegemonia da burguesia.

Nesta esteira, Gough (1978), a partir de suas análises sobre o estado social, vai afirmar o traço contraditório deste, por obedecer às ambições de acumulação e de proteção social:

[...] el Estado tende a actuar com el fin de asegurar las condiciones que reproduzcan esse modelo y las relaciones de exploración dentro de el, que bajo el capitalismo significa asegurar la acumulación continua de capital [...] el Estado del Bienstar engloba una actitud racional que también se opone a la del mercado. Em algún sentido actúa para satisfacer las necesidades y extender los derechos y haciendolo asi, contradisise los simples requerimientos directos del sistema de economia capitalista [...] esta é, pue, la, razón por la que nosotros caracterizamos el Estado del Bienstar como um fenómeno contradictório [...] (GOUCH, 1978, p. 66).

Discorrendo detidamente sobre essa temática, Offe (1984), explica que o *welfare state Keynesiano*, a datar do término da primeira guerra mundial, não foi meramente um modo de política legitimado como ato de caridade pública. Contudo, este modo, na tentativa de agregar a inconstante relação do capitalismo com a democracia e de prover serviços que garantissem as necessidades vitais do ser humano e da família, assegurando direitos fora do mercado, foi a personificação plena do processo de expansão das responsabilidades estatais. Neste sentido, objetivamente o *welfare state* foi elemento partícipe do extenso movimento civilizatório e modernizante decursivo do desenvolvimento do [...] sistema capitalista de tipo industrial, da extensão gradual da cidadania por entre os direitos civis no século XVII, direitos políticos no século XIX e direitos sociais no século XX, [...] (MARSHALL, 1967), e de [...] experiências históricas, principalmente com o aparecimento do formato democrático partidário competitivo [...] (OFFE, 1984).

A partir do *welfare state* de Keynes, implantado sob os “30 anos gloriosos” do capitalismo nos países avançados,

[...] Os mínimos sociais passaram a ter uma conotação mais alargada, incluindo, além de políticas de manutenção de renda – geralmente sob a forma de uma rede de segurança impeditiva do resvala de cidadãos social e economicamente vulneráveis para baixo de uma linha de pobreza legitimada pela sociedade –, outros mecanismos adicionais de proteção social, como: serviços sociais universais (saúde e educação, por exemplo), proteção ao trabalho (em apoio ao pleno emprego) e garantia do direito ao acesso a esses bens e serviços e ao seu usufruto. Esta foi a fase de ouro das políticas de proteção social [...] (PEREIRA, 2002, p. 112-13).

A formulação de *welfare state* expressa uma política nacional, efetiva e coerente de serviços sociais que envolvem as distintas necessidades humanas e, fundamentado nas diretrizes dos direitos, busca responder positivamente a imediatividade da totalidade da população com o objetivo de estimular sua emancipação. É muito mais labiríntico [...] que o conceito “política social”, abrangendo uma gama muito maior de instrumentos de igualdade [...] (ALMEIDA, 2003). [...] Esta acepção foi utilizada vastamente no pós-Segunda Guerra Mundial [...] (ARRETCHE, 1995), sobretudo após o advento do [...] Relatório Beveridge (Report on Social Insurance and Allied Services) na Inglaterra em 1942 [...] (FIORI, 1995). A rica competência do relatório foi o pioneirismo no plano político concreto, ao deflagrar proposições de reformas sociais abrangentes e universalistas. Destarte, teve forças para alvitar a implantação de um regime de proteção social, que atendesse toda a população mediante um esforço conjunto do Estado e da sociedade obtendo ampla aceitação e repercussão (PEREIRA, 2008).

O relatório designava que o governo deveria proporcionar serviços de saúde com qualidade e gratuidade, garantir meios para a reabilitação profissional e instigar a manutenção do emprego. Segundo o Relatório Beveridge, impedir o desemprego em massa era a condição para o êxito do seguro social. O plano tinha ainda receios com a taxa de natalidade e mortalidade, amparo à infância, proteção à maternidade, reforma do sistema previdenciário, preocupação com doenças e incapacidade, além de despesas especiais como aluguel, nascimento, casamento, viuvez e morte (BERVERIGDE, 1942). O que muito bem explicita a figura abaixo:

Figura3 - Desempregados esperam por pão e sopa em uma longa fila durante a Grande Depressão, Nova York, 1930.



Fonte: Bettmann/Corbis/LatinStock

Assim, por conseguinte, em concordância com as necessidades do crescimento histórico do capitalismo da época, e em busca de uma alternativa para responder, por meio de uma maior regulação estatal, os efeitos destruidores da [...] “questão social exigindo também, *um determinado ambiente, uma determinada estrutura social (ou a vontade de criá-la) e um determinado tipo de Estado*” [...] (GRAMSCI, 1968, p. 388), o Estado de Bem Estar-Social elevou-se como forma de regulamentação social, substituindo o mercado no controle e planejamento econômico, político, social. Logo, representando, um incremento nos direitos dos trabalhadores. Gramsci, no seu ensaio Americanismo e Fordismo, fora um dos primeiros a perceber a relevância da gestão taylorista-fordista para o processo de harmonização social nos EUA, o quê nos faz entender que a coerção [...] pode ser sabiamente combinada com a

persuasão e o consentimento e isto pode ser obtido, nas formas adequadas de uma determinada sociedade, por sua maior retribuição que permita um determinado nível de vida, capaz de manter e reintegrar as forças desgastadas pelo novo tipo de trabalho [...] (IBID, p. 405). Para ele, o ganho com essa nova gestão da produção viabilizou,

[...] racionalizar a produção e o trabalho, combinando habilmente a força (destruição do sindicalismo operário de base territorial) com a persuasão (altos salários benefícios sociais diversos, propaganda ideológica e política habilíssima) para, finalmente, basear toda a vida do país na produção. A hegemonia [do capital] vem da fábrica e, para ser exercida, só necessita de uma quantidade mínima de intermediários profissionais da política e da ideologia [...] (GRAMSCI, 1968, p. 381-2).

Portanto, um Estado capitalista do tipo regulador, ao qual fora chamado de Estado de Bem-Estar (*Welfare State*) ou Estado Social, entra em cena, através da garantia, administração e financiamento do seguro social e atividades afins, tendo afirmação explícita na Grã-Bretanha, na década de 1940, com a seguinte conotação: de proteção social básica, como um direito de todos, independentemente da renda dos cidadãos e da sua capacidade de contribuição para o financiamento do sistema, (PEREIRA, 2002). O Estado teve como suporte teórico e político- a doutrina de John Maynard Keynes- o keynesianismo - modelo mais prestigiado de regulação da atividade econômica que o sistema capitalista vivenciou, e que foi o pilar fundamental ao regime de produção fordista⁴³.

[...] Divergindo da teoria econômica clássica, defensora da auto-regulação do mercado e, portanto, da ideia de que havia uma ‘mão invisível’ assegurando o equilíbrio entre oferta e procura, Keynes pregava o contrário [...] A doutrina keynesiana estimulou a criação de medidas macroeconômicas, que incluíam: a regulação do mercado; a formação e controle dos preços; a emissão de moedas; a imposição de condições contratuais; a distribuição de renda; o investimento público, o combate à pobreza, etc.[...] (PEREIRA, 2002, p. 32).

Todavia é importante que analisemos esta questão com mais vagar e rigor, porque não nos parece que ser este o caso em que nos termos assinalados o Estado restrito desdobre-se plenamente em Estado Ampliado ou ao Estado Social para transformar os interesses apenas da classe trabalhadora, sua luta por melhores condições de vida e de trabalho, tendo como horizonte o fim da sociedade burguesa. Isso porque, Estado não pode ser conhecido como um elemento estático, mas, sim como uma estrutura social que sofre alterações espaciais e temporais. Como destaca Teixeira (2008) [...] o Estado não pode ser visto como um valor

⁴³Segundo Mattoso (1995), o paradigma produtivo fordista projetou a ampliação dos lucros e dos ganhos de produtividade que tornaram viável os aumentos dos salários reais vigentes no período, como também a elevação dos lucros e da acumulação do capital, em um espaço de tempo de 30 anos. A disseminação de tal método, agregado á introdução de máquinas e equipamentos complexos, possibilitou a taxa de produtividade nos principais países desenvolvidos nos anos 1950 e 1960.

universal, um ideal abstrato, uma forma fixa, irregular e aleatória. Contrariamente, o arranjo estatal acata e executa as leis que trazem marca da história, [...] em articulação orgânica com as formas assumidas pelo ser social na produção e na reprodução social [...] (p. 93), buscando anular as interferências classistas sociopolíticas dos trabalhadores, e funcional aos interesses da acumulação e dominação capitalista, arraigado no vigor do Estado de Bem – estar.

Todo esse debate nos leva a perceber que o Estado (moderno) é seção - membro interveniente da ordem burguesa e não externo à ela. É uma corporação, concebida, aperfeiçoada e chefiada pela cúpula burguesa, à vista disso, uma instituição inserida e produzida pela sociedade capitalista, resultando da luta de classes, não podendo ser apartado do sistema sócio econômico e político que o fez, “aparelho” vital do arranjo burguês, patrono da propriedade privada, da liberdade individual (burguesa), das relações sociais, igualmente espaço de progresso de direitos sociais. Bem como retrata Engels, [...] o Estado, o regime político, é o elemento subordinado, e [...] as relações econômicas, é o elemento dominante [...] (MARX, ENGELS, 1975, p. 111). Assim o Estado, este seria um mecanismo benfeitor à classe burguesa:

[...] O Estado deixa então de lhe parecer apenas como a encarnação formal e alienada do suposto interesse universal, passando a ser visto como um organismo que exerce uma função precisa: garantindo a propriedade privada, o Estado assegura e reproduz a divisão da sociedade em classes (ou seja, conserva a “sociedade civil”) e, desse modo, garante a dominação dos proprietários dos meios de produção sobre os não proprietários, sobre os trabalhadores diretos. O Estado, assim, é um Estado de classe: não é a encarnação da Razão Universal, mas sim uma entidade particular que, em nome de um suposto interesse geral defende os interesses comuns de uma classe particular [...] (COUTINHO, 2008, p. 19-20).

O Estado do ponto de vista marxista deve ser compreendido, conforme Mandel, em conformidade com a sua relação orgânica e dialética com o capital; por isso caracteriza o mesmo como: [...] capitalista total ideal [...] servindo aos interesses de proteção, consolidação e expansão do modo de produção capitalista, como um todo [...] do capitalista total real constituídos pelos muitos capitais do mundo real [...] (MANDEL, 1982, p. 336). Deste modo, a categoria Estado é apreendida, neste estudo, como uma exteriorização da luta de classes, o qual defende em primeiro plano os interesses da classe dominante, porém, absorve, também moderadamente, a exigência dos trabalhadores, tornada explícita na luta de classes. Segundo Yamamoto:

[...] É importante acentuar o papel que cumpre ao Estado nesse modo de dominação. O Estado tem o papel chave de sustentar a estrutura de classes e as relações de produção. O marxismo clássico já estabelecia as funções que pertencem ao domínio do Estado: criar condições gerais de produção que não podem ser asseguradas pelas atividades privadas de grupos dominantes: controlar as ameaças das classes

dominadas, através de seu braço repressivo (exército, polícia, sistema judiciário e penitenciário); e integrar as classes dominantes, garantindo a difusão de sua ideologia para o conjunto da sociedade. Essas funções coercitivas se unem às funções integradoras, destacadas pela análise gramsciana, exercidas pela ideologia e efetivadas por meio da educação, cultura, dos meios de comunicação e categorias do pensamento. Para Mandel (1985) as funções repressivas e integradoras se entrelaçam para providenciar as condições gerais da produção [...] (IAMAMOTO, 2012, p. 120).

Destaca-se que esse caráter do Estado, sob a configuração própria do capitalismo no mundo contemporâneo, exacerba-se, mesmo ao arcar com funções distintas das assumidas em outros momentos, já que sempre se encontra sob julgo do capital, como bem demarca Iamamoto (2012) concordando com Ianni (2004):

[...] A mundialização não suprime as funções do Estado, de reproduzir os interesses institucionalizados entre as classes sociais, mas, modifica as condições de seu exercício na medida em que aprofunda o fracionamento social e territorial. O Estado passa a presidir os “grandes equilíbrios” sob a vigilância estrita das instituições financeiras supranacionais, consoante a sua necessária submissão aos constrangimentos econômicos, e em primeiro lugar sem que, desapareçam suas funções de regulação interna [...] (IAMAMOTO, 2012, p. 121).

E efetivamente em segundo lugar, sem que se desvaneça o seu valor, a sua utilidade, que sempre objetivada para as demandas de expansão do capital, deve se conformar, para o desempenho de novos mercados e novos modos de produção, no contexto da crise social global do capitalismo, que é ostentada como da sociedade e posta face a face contra esta, e tem desencadeado a desestruturação sócia, traduzida nas derrotas sociais e na excisão da mente, do corpo, da capacidade de luta do trabalhador, e do trabalhador.

Assim, ao se discutir, hoje, a relação entre trabalho X capital é fundamental compreender que a reprodução é a perpetuidade do processo social de produção, todavia, [...] uma continuidade que não se reduz à mera repetição. É uma continuidade no decorrer da qual o processo se renova, se cria e recria de modo peculiar. As condições de produção são, pois, as de reprodução [...] (IAMAMOTO; CARVALHO, 1998, p. 46). A lógica desta assertiva situa-se no traço progressivamente mais social da produção oposto ao apoderamento privado do trabalho, dos meios e dos produtos, que se fabricam e se reproduzem como “tesouro” distante, ou seja, como supremacia que tiraniza os produtores, em suma como capital. Tais reflexões fazem com que percebemos que a reprodução ampliada do capital, a todo tempo, para garantir seu movimento de mais-valia, emerge na sociedade processos que a recriam e a negam ao mesmo tempo.

Na transição da década de 1960 para a década de 1970, o capitalismo, dá início a um novo fluxo de criar, recriar e negar, estratégias para a exploração da força de trabalho e mecanismo mistificadores de sua legitimação, assim como, ingressa em uma nova etapa de

crise, manifestada primordialmente, pela decisão dos Estados Unidos de desvincular o dólar do ouro (violando o acordo de *Bretton Woods*), pela elevação das taxas de inflação, pela alta dos preços do petróleo, em 1973 e, pela recessão econômica generalizada entre 1974 e 1975. Assim, naquela época o padrão de acumulação e regulação Fordista/Keynesiano adentrou em colapso. Ou, no entendimento de Mandel (1982), o período de acumulação acelerada, a onda longa expansiva, esgotou-se, isto é, a economia dos países de capitalismo avançado emergiu num tempo de estagnação, em que as taxas de lucro declinaram como enfatiza Netto e Braz (2007):

[...] entre 1968 e 1973, ela a taxa de lucro, cai na Alemanha Ocidental, de 16.3 para 14.2%, na Grã-Bretanha, de 11.9 para 11.2%, na Itália, de 14.2 para 12.1%, nos Estados Unidos, de 18.2 para 17.1% e, no Japão, de 26,2 para 20,3%. Também o crescimento econômico se reduziu: nenhum país capitalista central conseguiu manter as taxas do período anterior [...] (NETTO; BRAZ, 2007, p. 213).

A queda da taxa de lucros nesses países, também aviltou outras regiões do globo, como a África, Ásia Ocidental e América Latina, conduzindo a maior da parcela de sua população a cair na pobreza nos anos de 1980 e 1990. Dessa forma [...] os problemas que tinham dominado a crítica ao capitalismo antes da guerra, e que a Era de Ouro em grande parte eliminara durante uma geração - pobreza, desemprego em massa, miséria, instabilidade - , reapareceram depois de 1973 [...] (HOBSBAWN, 2004, p. 396).

Essa situação também atingiu a União Soviética, que a todo custo tentando combater as contradições internas e os duelos externos impostos pela concorrência internacional, experimentou árduas transformações. Convém recordar que as alterações tanto no pensamento quanto nas ações de toda sociedade “vermelha” realizada pela *перестройка* (reestruturação), em conjunto com a *гласность* (transparência) tinham como sustento um discurso contraditório do secretário Mikhail Gorbachev. Seguindo a procura de manter a URSS como superpotência e de solucionar o problema expansão e estagnação, Gorbachev, clamava pela reestruturação do socialismo, defendendo o mercado desregulado. Nesse quadro as economias das nações do Leste Europeu desmantelaram-se por completo após o ano de 1989.

Neste sentido, vale referir à fala de Mészáros, [...] o colapso soviético só pode ser entendido como parte integrante da crise do sistema estrutural do sistema do capital [...] (MÉSZÁROS, 2009, p. 61). Sobre isso muito bem declara a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD) dentre alguns dos seus informes de destaque, quando publicou um marcante para a época e intitulado: “The Welfare state in Crisis”:

[...] The rapid growth of social programmes in the 1950 and 1960s in OECD countries was closely related to high rates of economic growth and, thus, to the successful management of the OECD economies. The lower growth performance of the OECD economies since the early 1970s was bound to disrupt the continuing extension of programmes and the growth of benefits – and in that sense the financial crisis of social security is closely related to high rates of unemployment not only because of the growing burden of unemployment compensation, but because unemployment has an impact on a wide range of social expenditures. Moreover, it begins to be argued that some social policies have negative effects on the economy, even to the extent of partly inhibiting the return to non-inflationary growth [...] (OCDE, 1981, p. 5).

Desta forma, o *Welfare State* declina a uma crise econômica ocasionada por elementos como: altos índices inflacionários, uma agenda política baseada em cortes nos gastos sociais, os quais previam a limitação do papel do Estado, a entrada de países, especialmente, a Alemanha e o Japão, no cenário do mercado mundial disputando com os USA, o que implicou na restrição da sua autoridade. O Japão e as economias européias adentraram nos processos de rivalidade intercapitalista, tendo posses de mecanismos tecnológicos, dos quais o “império” norte-americano não usufruía.

Em síntese, apoiando-se em Marx e Mandel, deduz-se, então, que, em decorrência das contradições gestadas no marco do capitalismo tardio, estabeleceu-se, dessa forma, uma crise estrutural do modo de produção capitalista que se caracteriza tanto pelo desenvolvimento maciço das forças produtivas, assim como pela plena incapacidade de universalizar as múltiplas potencialidades desse desenvolvimento.

Nesse contexto, o significado atual da crise é o de ser uma crise estrutural/geral perene ao capital que tem se concentrado, segundo Mészáros (2009), devido a sua natureza estrutural permanente cumulativa. Logo, assim, a atual crise é estrutural do sistema capitalista, e tem como núcleo vivo o excesso de capacidade de produção que não acha compensação nas vendas, o que no começo da década de 1970, provoca uma ardorosa queda da taxa de lucro, por isto, propagando-se em várias manifestações e outras crises específicas.

O capitalismo, nesse sentido, não recusou a essência de avivar o passo da mais-valia, contudo, acentuou extensivamente as contradições fundamentais, juntamente a novos elementos contraditórios da processualidade do trabalho e da valorização do capital. Objetivamente, este movimento concretiza-se na formulação de modernas formas de produção das mercadorias, através da racionalização do trabalho vivo pela a utilização frequente da ciência e da tecnologia, dirigido pela implantação de novos processos de organização e gestão do trabalho, permitindo aos conglomerados capitalistas o aumento da produtividade e a redução dos custos da produção.

É nesse cenário que se emoldura processo de reestruturação do capital na atualidade vem organizando e erguendo um novo arranjo de ordem mundial, trazendo como consequência mudanças de ordem política, econômica, cultural. Transformações estas que auspiciam um duelo cada vez mais ardente entre trabalho capital, de modo particular entre as nações centrais e as que se localizam na periferia do núcleo hegemônico do capital, o que vem suscitando, nesse sentido, muitos processos de desigualdade social - peça progressivamente útil ao sistema.

No tempo do capital fetiche, no contexto de reestruturação das condições materiais e políticas do capital industrial e financeiro internacionalizado e do controle sobre o trabalho, Mézaros, em *O século XXI, socialismo ou barbárie?*(2009), elucida com clareza o antagonismo da luta contemporânea do capital sobre o trabalhador, dizendo que se trata, conseqüentemente, da coisa sobre o homem, da conversão do sujeito em objeto e vice-versa: A forma mais apologética desse fetiche aparece de acordo com o autor:

[...] sob as noções sociedade pós-industrial e sociedade do conhecimento' que expressam a tese de que a ciência, a técnica e as novas tecnologias nos conduziram ao fim do proletariado, à emergência do cognitariado e, conseqüentemente, à superação da sociedade de classes, sem acabar com o sistema capital –pelo contrário– tornando-o mais eterno. [...] produção e controle; produção e consumo; produção e circulação; competição e monopólio; desenvolvimento e subdesenvolvimento (ou seja, a divisão entre norte e sul, tanto globalmente quanto no interior de cada país); produção e destruição; dominação estrutural do capital sobre o trabalho e sua dependência insuperável do trabalho vivo; produção de tempo livre (sobretrabalho) e sua paralisante negação como imperativo de reproduzir e explorar o trabalho necessário; forma absolutamente autoritária de tomada de decisões no processo produtivo e a necessidade de sua implementação 'consensual'; expansão do emprego e geração do desemprego; impulso de economizar recursos materiais e humanos combinado ao absurdo e desperdício deles; tendência globalizadora das empresas transnacionais e restrições necessárias exercidas pelos Estados nacionais contra seus rivais; contradição econômica entre a regulação econômica e política de extração de sobretrabalho [...] (MÉSZAROS, 2009, p. 20).

Pelo exposto, torna-se necessário ressaltar a diferença entre o processo de reestruturação capitalista e o processo de reestruturação produtiva, Oliveira (2003), ao tratar da diferenciação entre os dois conceitos, categoricamente diz que:

[...] Por reestruturação capitalista compreende-se o atual estágio de desenvolvimento do modo de produção capitalista em todas as suas dimensões: econômicas, políticas, culturais e, sobretudo sociais. Enquanto que por reestruturação produtiva compreendem-se as alterações ocorridas no processo produtivo, abarcando mudanças tecnológicas, organizacionais e gerenciais. A distinção entre os dois conceitos é importante para compreender as reais dimensões do problema. A questão educacional, pretensamente colocada como resposta às demandas da reestruturação produtiva tem, na verdade, respondido aos ditames do capital no seu processo de reestruturação [...] (p. 234).

Desse modo, conforme Chesnais (1997) este processo, dinamizou, ultimou a implantação de um padrão de desenvolvimento do capitalismo, distinto dos anteriores, novo e firmemente caracterizado pela ascendência da produção flexível e do capital mundialmente financeirizado, o quê muito modificou os processos de produção e trabalho. Isto é,

[...] O capital financeiro é uma força tão considerável, pode dizer-se tão decisiva, em todas as relações econômicas e internacionais que é capaz de subordinar, e subordina realmente, mesmo os Estados que gozam da independência política mais completa, como veremos seguidamente. Mas, compreende-se, a subordinação mais lucrativa e ‘cômoda’ para o capital financeiro é uma subordinação tal que traz consigo a perda da independência política dos países e dos povos submetidos [...] (LENIN, 1916, p. 1) ⁴⁴.

Este autor, ao raciocinar a respeito do mundo do trabalho e suas tenacidades e desacordos em decorrência da flexibilização dos processos de trabalho, tal como do “reduzir em pedaços” das problemáticas sociais nos anos 1990 e 2000, nos aponta que é sumariamente importante considerar os atuais elementos que deixaram mais complexo o capital-imperialismo desde seu momento inicial: o capitalismo liberal e competitivo do século XIX, bem distinto da primeira etapa do século XX definido pelo monopólio da segunda parte desse século neoliberalista imperialista, e, do vigente momento no século XXI, e por isso se o conceito de imperialismo deve ser apreendido em separado, mas não fragmentado, do conceito de globalização:

[...] O capitalismo, na sua fase imperialista, conduz à socialização integral da produção nos seus mais variados aspectos; arrasta, por assim dizer, os capitalistas, contra sua vontade e sem que disso tenham consciência, para um novo regime social, de transição entre a absoluta liberdade de concorrência e a socialização completa [...] A produção passa a ser social, mas a apropriação continua a ser privada. Os meios sociais de produção continuam a ser propriedade privada de um reduzido número de indivíduos. Mantém-se o quadro geral da livre concorrência formalmente reconhecida, e o jugo de uns quantos monopolistas sobre o resto da população torna-se cem vezes mais duro, mais sensível, mais insuportável [...] (LENIN, 1916, p. 1) ⁴⁵.

Sob o imperialismo ao término do século XX, tornam-se mais intensas e graves as formas de exploração e dominação capitalista com vista á reprodução mais acrescida e ampla do capital. Esse processo de reestruturação do capitalismo, assim como o vemos, é também chamado comumente e ideologicamente como globalização. Como mostra Leher (1998):

⁴⁴LENINE, V.I. **O Imperialismo, fase superior do capitalismo**. Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/lenin/1916/imperialismo/cap1.htm>. Acesso: 01 Setembro de 2013

⁴⁵LENINE, V.I. **O Imperialismo, fase superior do capitalismo**. Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/lenin/1916/imperialismo/cap1.htm>. Acesso: 01 Setembro de 2013

[...] As teses que preconizam uma nova era, a globalização, na perspectiva do capital, ou a revolução científico-tecnológica, na ótica da sociologia e da economia do trabalho, bem como da área trabalho-educação, compartilham a crença de que tais marcadores são *descontínuos* em relação ao período taylorista-fordista, instaurando um ponto zero, a partir do qual se podem contar os anos a montante de a justante. Neste escopo, o *conhecimento* (e não as classes e a exclusão estrutural) é tido como decisivo para o futuro do trabalho. [...] a nova era não é um conceito, mas uma construção em processo, como pode ser evidenciado por meio da análise dos pressupostos adorados pelas teses em questão. O conceito fundamental do capitalismo, o tempo-mercadoria, não foi alterado e, por isso, não está em curso nenhuma alteração essencial na estrutura do tempo como pretendem as mencionadas proposições. A idealização de um novo sistema de datação presta-se a ocultar a gravidade da crise estrutura e o movimento de polarização da economia mundial que amplia o fosso entre os países do centro e os das periferias [...] (p. 3).

Assim, é possível percebermos que a:

[...] globalização e imperialismo se inter-relacionam. Sendo assim, o processo de globalização com práticas imperialistas seria uma das características do capitalismo contemporâneo, um novo imperialismo que aprofunda e acirra o desenvolvimento desigual, ampliando relações assimétricas historicamente construídas de dependência econômica nos países da periferia capitalista [...] **bem como a dominação da classe trabalhadora a um quadro de dependência e exploração crescente** [...] (VENTURA, 2008, p.39, *grifo nosso*).

Dessa forma, o grande capital é sempre um valor que se enriquece, valor em processo de autoexpansão que necessita de uma ação ininterrupta para sua reprodução, levando-o a criar estratégias para tal. Em sua fase contemporânea, o capital criou estratégias para responder a crise que se inicia nos anos 1970, reestruturando os processos produtivos e as formas de gestão da força de trabalho, sob a égide do neoliberalismo. Toda a condição de precarização das relações sociais e de trabalho - é produto de um arranjo decorrente de diversos processos históricos e evolutivos de crescimento do capitalismo, próprios da sua particularidade de atenção ao seu regime de propriedade privada, da acumulação de riqueza que deve ser muito mais expansiva que a taxa de capital investida, a busca do lucro máximo e incessante via mais – valia. Assim, ao pensar sobre as metamorfoses do mundo do trabalho, claramente, inseparáveis às de caráter econômico e social, consegue-se notar os seus incontáveis resultados negativos alastrados por todas as regiões, até mesmo as que concentram os países centrais⁴⁶.

⁴⁶A Faculdade de Saúde Pública (FSP) promoveu, no último dia 21 de novembro, a conferência “A crise econômica europeia e as repercussões nos sistemas de saúde: o caso da Espanha”. Na conferência, o professor da Escuela Andaluza de Salud Publica, Luis Andres Lopez Fernandez, expôs um panorama de como está a crise econômica que assola a Europa e, particularmente, a Espanha, suas consequências sociais e impactos na área de saúde pública. O conferencista discorreu sobre como o Sistema Nacional de Saúde (SNS) na Espanha se formou, há cerca de trinta anos, e comentou que o mesmo se fortaleceu durante este período, basicamente com financiamento público, aumento progressivo da cobertura, fusão de serviços, melhora dos recursos, com profissionais de saúde assalariados pelo Estado, descentralização coletiva da gestão, criação de uma atenção básica sólida com formação de 25 mil médicos de família e modernização dos hospitais. Desde 2007, com o início da crise econômica, todos os avanços históricos do SNS estão sendo ameaçados, com a precarização dos

4 A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E A PRIVATIZAÇÃO NA EMPRESA CELPA EQUATORIAL E SUAS INFLEXÕES SOBRE OS TRABALHADORES

Conforme foi tratado no capítulo II, o modo de produção capitalista, sem cessar, careceu para a sua própria conservação, instaurar recursos que proporcionassem avivar na produtividade como meio de assegurar a ampliação das taxas de lucro, embora em determinados momentos históricos, naturalmente, a sua propensão seja a queda das referidas taxas. Com a crise dos anos 1970, inaugura-se uma [...] onda longa recessiva [...] (MANDEL, 1985) que caracterizou um elenco de transformações societárias. Nessa conjuntura, a estruturado sistema capitalista, mesmo sustentando as suas particularidades vitais, experimentou mudanças de forma sequencial.

Deste ponto de vista, entre as contradições orgânicas, os produtos dos processos históricos de crise divergem entre as classes sociais. Então, a questão de classe é pautada para os operários via submissão de sua força de trabalho ampliada e intensificada e, para os capitalistas, pela perda do monopólio de dominação da produção. Assim, em linhas gerais se mantem a garantia de acumulação do capital, combinado com a particularidade histórica de cada formação societária, onde as relações de mercado são objetivamente reconfiguradas, no cerne dos ajustes econômicos, associados às reformas e contrarreformas do Estado. A propósito, Mota (1995) refere-se que [...] o capital se recicla, reorganizando suas estratégias de produção e reprodução social.

Esse cenário denotou uma organização global de reestruturação do processo produtivo que, em conformidade com o ideário neoliberal, foi centro gerador da crise do Estado – de – Bem Estar Social – nos países em que atuou como elemento [...] organizativo de todo o desenvolvimento da vida social [...] assim como [...] da produção material [...] da produção de uma nova ideologia - o americanismo e, logo, da formação da consciência social e do senso comum [...] (IAMAMOTO, 2012, p. 510) – nos países de inserção tardia no capitalismo com traços particulares imersos na mecânica capitalista de dependência⁴⁷, de

serviços, a privatização de serviços da saúde pública, diminuição dos pagamentos dos profissionais de saúde e aumento de suas horas de trabalho. Segundo Fernández, a perda de qualidade do SNS, aliada aos problemas sociais que a crise econômica está causando na população, é preocupante, pois os serviços de atendimento em saúde pública tornaram-se precários para atender aos problemas causados pela crise, como o aparecimento dos “novos pobres”, que representam uma parte da população que dispunha de bom poder aquisitivo, mas que com a crise, está em situação de mendicância, causada pela perda de emprego de 25% da população. Disponível em: <http://www.usp.br/imprensa/?p=26434>. Acesso em: 08/04/2014.

⁴⁷Marini refere-se que a participação da América Latina no mercado mundial, mais do que responder às necessidades físicas induzidas pela acumulação nos países industriais, contribuirá para que o eixo da acumulação

extração colonial-escravista via prussiana, e subordinação na ordem da divisão internacional do trabalho, onde historicamente, o moderno se associou com o arcaico; e a supremacia da iniciativa privada se impeliu sobre a dignidade da pessoa humana e dos direitos dos trabalhadores.

A despeito desta particularidade histórica de cada etapa da dominação externa, a dependência ocasiona um efeito global nas nações latino-americanas comuns a todas as etapas. Sendo assim, segundo os estudos de Florestam (1981), não há país que detenha uma economia uniforme e um controle organizativo de desenvolvimento autossustentado estável, certamente, assim, a [...] dominação externa, em todas as suas formas, produz uma especialização geral das nações como fontes de excedente econômico e de acumulação de capital para as nações capitalistas avançadas [...] (FERNANDES, 1981, p. 20).

Posto que, atrelados as práticas de dominação de classe e de exploração aguda do trabalho, de subsunção do trabalho ao capital, que combinado às vanguardistas formas e processos de trabalho, delimitaram um arranjo social de grande concentração de renda, avolumando um exaspero das desigualdades sociais, por meio de estratégias de ultra seletividade de rotatividade⁴⁸, e de utilização lato e penosa trabalho humano, com um sobejo da força de trabalho, sem uma certa propensão de colocação no mercado formal de trabalho, que para, literalmente, sobreviver reduz-se ao mundo das relações precárias de labor, destituída de proteção social, e desferindo como ressalta Chomsky [...] uma plutonomia que designa a economia conspícua de produtos de luxo em nichos globais, as singularidades na situação social de um proletariado cada vez mais precarizado [...] (CHOMSKY, 2011⁴⁹, *grifo nosso*).

De acordo com os ensinamentos de Fernandes (1981), a burguesia brasileira utiliza-se do Estado como uma das suas substanciais armas na luta de classes. É para este aparelho político e administrativo que convergem às distintas “cobiças” da classe burguesa e nela se

se desloque da produção da mais-valia absoluta à mais-valia relativa, isto é, que a acumulação passe a depender mais do aumento da capacidade produtiva do trabalho do que simplesmente da exploração do trabalhador. No entanto, o desenvolvimento da produção latino-americana, que permite à região coadjuvar esta mudança qualitativa nos países centrais, dar-se-á, fundamentalmente, com base numa maior exploração do trabalhador (2000, p. 113).

⁴⁸Corresponde a alternância de períodos de trabalho e períodos de desemprego, ocasionando para o trabalhador, exiguidade de condições que permitiriam um planejamento para a sua vida, até para projetos particulares como um melhor aperfeiçoamento profissional (afigurando um abalo psicológico), que vem impedindo a fruição dos seus reais direitos trabalhistas, e refletindo desfavoravelmente sobre o Fundo de Amparo do Trabalhador (FAT), já que a rotatividade onera para cima as despesas com o seguro desemprego. Os dados acima são encontrados na [pesquisa da CUT/DIEESE](http://www.sinttel.org.br/downloads/dossie_terceirizacao_cut.pdf) publicada em: http://www.sinttel.org.br/downloads/dossie_terceirizacao_cut.pdf. Acesso: 23 de julho de 2014.

⁴⁹Disponível em: <http://blogdaboitempo.com.br/category/colaboracoes-especiais/noam-chomsky/>. Acesso: 20 de julho de 2014.

consolidam como uma classe contraditoriamente coadunada. No que concerne à esta argumentação, o autor descreve a sociedade brasileira a partir do que Gramsci chamou de uma sociedade oriental, na qual a sociedade política (o Estado estrito senso) é muitíssimo progressista e atua em todas as esferas e a sociedade civil é “franzina” e moderadamente desenvolvida. Tanto o nascimento da nação quanto a manutenção do *status quo* são observados como fruto da intervenção demiúrgica do Estado, executado pelos interesses das classes dominantes.

Ainda para Fernandes o processo de revolução burguesa no Brasil, formou no cerne das classes dominantes brasileiras uma mentalidade extremamente conservadora, já que foi conduzido a partir da combinação dos princípios de uma consciência burguesa com os elementos originais da consciência oligárquica. Estas posicionam seus interesses econômicos privados de classe acima do interesse nacional, não conseguindo ascender ao nível corporativo de consciência. Como aponta Florestan (1968):

[...] A burguesia de uma sociedade capitalista subdesenvolvida concentra o melhor de suas energias, de seu talento e de sua capacidade criadora na luta por sua sobrevivência econômica. Apenas, incidentalmente, transcende esse plano, projetando-se, historicamente, como uma classe que domina e modifica a estrutura ou o curso dos processos econômicos. Na verdade, seus interesses univocamente econômicos definem-se segundo esquemas tão emaranhados, instáveis e incertos que o chamado ‘egoísmo de classe’ se alimenta de puras contingências econômicas e só se transfigura em política sob a pressão de imperativos de autodefesa num plano imediatista e mais ou menos estreito [...] (p. 90 e 91).

Em vista disso, registra-se como característica ontogênica do capitalismo brasileiro, da natureza qualitativamente da hegemonia burguesa no Brasil:

[...] o modo oligárquico-patrimonialista de organização da exploração da força de trabalho, com a “Casa Grande” continuando sendo movida insaciavelmente pela busca desenfreada de lucros (o que explica a ânsia da terceirização como estratégia de rebaixamento salarial e espoliação de benefícios trabalhistas). Ao mesmo tempo, a nova etapa histórica do capitalismo flexível, no plano do mercado mundial, reforça – afirma e valida – o traço estrutural do capitalismo brasileiro [...] (ALVES, 2014, p. 01⁵⁰).

Certamente, com objetivo proeminente de que a sua riqueza, [...] o seu reino do capital fetiche na plenitude de seu desenvolvimento e alienação [...] (IAMAMOTO, 2012, p. 107) – não fosse tocada, adensou-se uma fase de flexibilização – fragmentação da produção e esfacelamento dos direitos trabalhistas, em outros termos – um novo movimento drástico dos processos de expropriação do trabalhador em prol da extração da mais – valia absoluta ou

⁵⁰Disponível em: <http://blogdaboitempo.com.br/2014/08/11/terceirizacao-e-neodesenvolvimentismo-no-brasil/>
Acesso: 20 de julho de 2014.

relativa. As expansões das taxas de lucro não representaram o retorno das taxas precedentes – como na designada onda longa expansiva – nos anos dourados⁵¹ da acumulação capitalista que iniciou nos Estados Unidos nos anos 1940, no Japão e na Europa, em 1948. Igualmente, o aumento das taxas de lucro, não viabilizou uma ascensão simétrica das taxas de crescimento, assinalando uma larga era de marasmo econômico, explicitando assim, claramente a escolha pela subsunção real da sociedade ao capital, tornando mais aguda a exploração do trabalho, isto é:

[...] a produção do capital subordina, assimila a si, progressivamente, todo o espaço e todo o sentido da vida individual e coletiva, tornando-a funcional à produção de si como lucro ampliado. Ou seja, o capital se faz totalidade e enquanto totalidade é, ao mesmo tempo, produção de mercadorias, produção de classes, isto é, de relações sociais desiguais, que terminam por se tornar opostas, e produção de consciência moral, enquanto princípios de uma visão de mundo [...] (FINELLI, 2003 *apud* IAMAMOTO, 2008, p. 52).

Conforme ilustra a citação acima, trabalhadores do moderno e precário mundo do trabalho topam com um recente eixo legal de contratos de trabalho flexível permitindo que as empresas tenham a sua disposição um conjunto farto de alternativas de modalidades de contratações atípicas. Os ajustes via flexibilização das relações de trabalho no cenário brasileiro nos anos 1990, tiveram como consequências o invento do contrato de trabalho por tempo determinado, contrato de trabalho por tempo parcial, lei da terceirização, colocando a “mesa” uma gama de opções flexíveis para a exploração e expropriação da força de trabalho. Assim evidencia o quadro a seguir:

Tabela 5 - Novas determinações do mundo do trabalho

Jornada de Trabalho em Tempo Parcial (até 25 horas semanais)
Contato de Trabalho por Prazo Determinado e Banco de Horas (Lei Nº 9601/98)
Trabalho Temporário (Lei Nº 6019/74)
Trabalho por Projeto ou Tarefa
Contrato por Teletrabalho
Terceirização (Lei Nº 5764/71)

⁵¹Segundo Hobsbawm (1995), a “era de ouro do capitalismo” período compreendida entre o pós Segunda Guerra Mundial e o começo da década de 1970, representou aproximadamente trinta anos de enorme crescimento econômico e mudanças societárias, até determinado momento não semelhante com qualquer outra época da história.

Cooperativa de Trabalho (Lei Nº 5764/71)
Suspensão Temporária de Contrato de Trabalho - Bolsa Qualificação (lay-off)

Fonte: CHAHAD, 2003.

Com base nos dados da pesquisa Intitulada “Trabalho e nova precariedade salarial no Brasil. a morfologia social do trabalho na década de 2000”, desenvolvida por Alves (2012), houve um grande aumento nos espaços de trabalho das empresas privadas e públicas, modos instáveis do salariedade, ou seja, novas formas de contrato de trabalho na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) ou no serviço público, com alterações no âmbito dos direitos e na forma de admissão do trabalho. Situação esta que se alarga e conforme as análises de Chahad (2003) no início da década de 2000, cerca de 68% das empresas no Brasil faziam uso de um ou mais tipos atípicos de contratos já estabelecidos na CLT (vide quadro abaixo) ou subcontratação (56%), em que o percentual de (21%) e (10%) respectivamente referente a contrato temporário e de trabalho por prazo determinado eram os modelos mais utilizados.

Assim, na contemporaneidade, presencia-se os rebatimentos dessa crise, cujo modo de produção capitalista não se encontra isento assim que surja uma possibilidade, que como observa Netto com base em Mézaros, [...] pode ser explorada diferencialmente, seja sob a fecunda ótica de uma ontologia da sujeição ao trabalho, seja à luz da saturação das formas fetichizadas da produção de mercadorias [...] (2001, p. 68-69). Nesse âmbito, a reestruturação produtiva é um estágio global que as economias centrais desfrutaram de sua total efetividade nos anos 1980.

Conforme Ianni, a globalização do capital é acompanhada da globalização do trabalho, em vista da sociedade global como um íntegro fluxo pertencente ao âmbito da [...] metáfora da fábrica global, as novas formas e novos significados do trabalho [...] (1996, p. 155). Neste *Slogan* que condensa as forças produtivas na atualidade, são aligeiradas estruturas de acumulação e reprodução do capital, a partir da revolução informacional, a partir do domínio do instrumento da eletrônica [...] em uma escala desconhecida anteriormente, desterritorializando coisas, gentes e ideias constituindo-se o trabalhador coletivo desterritorializado (*idem, ibidem*, p. 14 -15). Nesta realidade da reprodução ampliada do capital em status global, multiplica-se a problemática do trabalho e as contradições das relações sociais de produção.

No que se refere às mudanças no mundo da produção, para forçar a reestruturação do capital privado em nome do incremento da “produtividade”, segundo Mattoso (1995), a reorganização do processo produtivo tem um evidente caráter de classe, haja vista que o projeto econômico e político neoliberal ao estatuírem táticas na direção do desenvolvimento

de um moderno formato produtivo, este com direção ofensiva do capital, tendo em vista a maior grau de racionalidade, propiciou a inserção de atuais tecnologias microeletrônicas, formas produtivas e de organização do trabalho, elevando um ataque do capital contra o trabalho e na produção. Dessa forma essa nova tendência de estruturação do mercado, passou a ter como meta primordial a racionalização da produção por meio da máxima atenuação de custos, da estagnação dos fatores produtivos e dos perigos da instabilidade do mercado. Contudo não se pode desconsiderar o fato de que, nesses novos modelos, propostos pelo capital, determina-se a precisão de alteração na correlação de força entre o capital e o trabalho. [...] Assim, o combate ao trabalho é pressuposto para operar os demais “ajustes” com menor resistência daqueles que poderiam enfrentar tal processo: os trabalhadores [...] (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 197).

Antunes (1999) destaca que a atual arremetida do capital à frente das intensas contradições do movimento de acumulação do capital, foi colocada em prática mediante a alteração do padrão produtivo taylorista e fordista, modificado e/ou combinado pelos traços produtivos flexibilizados e desregulamentados, a denominada acumulação flexível⁵² ou toyotista⁵³, sob as inovações da revolução tecnológica. O modelo fordista – keynesiano caracterizava-se por convergir a produção homogeneizada e verticalizada em volta de algumas áreas industriais, administradas por gigantescos monopólios que empregavam uma força de trabalho ampla pela produção de bens de massa para um consumo de massa; pela intensa formas de exploração através da racionalização do processo de trabalho; pelo parcelamento e fragmentação do trabalho conjugado a uma grande extração de sobretrabalho por meio da redução do tempo e do aumento do ritmo de trabalho; pela separação.

Portanto, mais do que nunca, novos processos de trabalho manifestam-se, e trazem à tona a substituição da produção em série e de massa, pela flexibilização da produção, pela especialização flexível, por novos modelos que coloquem as mãos na captura de mais produtividade, por modernos padrões de regulação da produção à lógica do mercado (*conf.* Murray, 1983; Coriat, 1992 e Harvey, 1992).

Dessa forma ensejam-se tipos de desconcentração industrial, procuram-se novas modalidades de gestão da força de trabalho, dos quais a gestão participativa, os círculos de controle de qualidade (CCQs), os programas de demissões voluntárias são expressões visíveis tanto nos países de capitalismo avançado quanto do terceiro mundo tardiamente

⁵²Ver: Harvey, David. A condição pós - moderna. São Paulo: Loyola, 1993.

⁵³Ver: Coriat, Benjamim. Pensar pelo avesso – o modelo japonês de trabalho e organização. Rio de Janeiro: Revan/UFRJ, 1994.

industrializado. Segue-se, efetivamente, que a nova organização do processo de trabalho (tecnologia mais organização do trabalho) desinente de [...] uma opção gerencial orientada pelo objetivo da redução dos custos de mão-de-obra, via subordinação e intensificação do trabalho [...] (CARVALHO, 1987, p. 130 -131), permitindo as empresas a economizarem mão de obra, mantendo e ampliando, a contradição básica do capitalismo.

Nesse sentido, percebe-se que o processo global de acumulação mundial do capital é composto por um conjunto de transformações conjunturais e estruturais marcadas entre o contexto histórico do Estado Federativo, a contratação das políticas sociais e ajuste neoliberal que permite a visualização da emergência de novas relações entre sociedade, mercado e política. Assim, a globalização torna-se capacidade explicativa para todas as mudanças em curso no mundo atual, como a Revolução Técnica – Científica, conceituada “Revolução Informacional” por Lojkine⁵⁴ (1995).

Nessa ótica de análise, novos processos tecnológicos informacionais, consolidaram a base da formação de novos blocos de oligopólios advindos das associações entre o capital industrial e o capital financeiro. Sendo assim,

[...] A experiência de um “mundo novo” **novos arranjos de processos produtivos**, é, sobretudo impactante na esfera da produção. Se a fábrica fordista nem de longe desapareceu, é fato que em setores de ponta os processos de trabalho sofreram profunda metamorfose: além dos novos materiais, “a robótica, máquinas de comando numérico computadorizado, controladores lógicos – programáveis (CLPS), sistemas digitais de controle distribuído (SDCDs) e demais aplicações da microeletrônica, da informática e da teleinformática” (Ferrari, 2005:41), bem como as novas formas de controle e enquadramento da força de trabalho, configuram modalidades e espaços produtivos até então desconhecidos [...] (NETTO, 2007, p. 237, *grifo nosso*).

De modo preciso, os novos arranjos de processos produtivos estão no eixo do bloco de alterações que sustentam o “novo mundo” – metamorfoses na configuração da organização de classes, no proletariado, no grupo dos assalariados, nas estruturas de poder; em síntese, na totalidade social que é edificada pela sociedade burguesa, produto de uma ação intensa do capital sobre o trabalho, logo, representa um retrocesso social sem precedentes inimagináveis há trinta anos.

⁵⁴Em seus estudos, Lojkine (1995) evidencia que a “Revolução Informacional” implicou inúmeras transformações na organização e estrutura dos processos produtivos nos mais variados setores da economia e nas fases do ciclo global da mercadoria em escala mundial, alterando as relações entre nações empresas que inferiram na composição da luta de classes e no mundo do trabalho.

O avanço tecnológico introduziu novas formas de gerencia do processo de produção, a economia foi reestruturada assumindo formas heterogêneas que variam com a particularidade de formação social, política e econômica de cada nação. A tendência à globalização como ponto chave dos padrões de reestruturação do capital, nestes termos, se manifesta por diversos meios referentes à divisão internacional do trabalho. Logo, o comércio mundial veio a crescer mais rápido que a produção mundial, posto que as medidas liberais da política comercial sejam nos níveis locais, regionais e globais, cederam possibilidades fomentadoras da especialização do processo produtivo.

Pode-se aventar que não se deve pensar a reestruturação produtiva, como uma nova estrutura que se sobrepõe à anterior e a substitui. Ao invés de pensarmos a reestruturação produtiva como algo estático, pensemos como movimento e conforme o pensamento de Lencioni (1998) que entende essa reestruturação numa percepção de totalidade dialética que provoca transição e fluxos, provocando mudanças e continuidades, diferentemente de algo mecânico e estável. Sob esta ótica,

[...] Cabe lembrar que as formas anteriores não se dissolvem nesse processo de reestruturação, elas se modificam e são modificadas pela teia de relações em movimento. Tornam-se, sim, subordinadas face ao desenvolvimento dessas novas formas que se reestruturam tanto a sociedade como o espaço [...] (LENCIONI, 1998, p. 7-8).

Deduz-se, então, que o mundo do trabalho passa por novas “relações, processos e estruturas de alcance global” (IANNI, 1996, p. 157), determinando novas condições para o movimento proletário, famílias, etnias e raças, classes, grupos e nações, árduas e “subsumidas ao movimento do capital em todo mundo” (FREIRE, 2010, p. 39), que articula, segundo Harvey (1994) [...] o desenvolvimento histórico – geográfico do capitalismo e transformação ideológica [...] (p. 9).

Nesse sentido, Freire (2010) sustenta apoiada em Marx, que as contradições reproduzidas em formato maior manifestam-se na reestruturação produtiva,

[...] Que se insere na reestruturação política, social e econômica no novo estágio de acumulação. Ela constitui o novo modelo de racionalização das empresas determinando modificações na sua estrutura, nas políticas econômicas de expansão, nos processos de produção, organização e gestão da força de trabalho, com ênfase no controle do processo de trabalho e na criação de uma nova cultura pautada na competitividade do mercado globalizado [...] (*idem, ibidem*, p. 39).

Essas novas determinações configuram o caráter do atual regime político de trabalho dominante, conceituado como hegemônico-despótico por Burawoy (1985). Em síntese, os regimes políticos são caracterizados, segundo esta autora, como padrões regulatórios da

desordem no trabalho, que *(re) produzem* as relações sociais de produção atreladas ao conjunto de acontecimentos políticos e econômicos da sociedade; por conseguinte, provocam um nível intenso de subsunção dos trabalhadores ao capital. A propósito, Pochmann (1998) destaca alguns dos pontos característicos fundamentais dessa nova estrutura produtiva e organizacional ainda em constituição e em sistema de difusão; em outras palavras explicita que há uma contínua transformação da base tecnológica eletromecânica para a microeletrônica, havendo uma crescente introdução de inovações de processo e produtos, um mecanismo de concorrência velozmente regulado pela distinção de produtos e serviços, reorganização do processo de trabalho, especialização da produção (desverticalização) e, por fim, inúmeras metamorfoses na relação capital e trabalho.

Essa nova fase é conceituada por Harvey (2004) de acumulação flexível. Segundo Harvey (1992), a acumulação flexível é uma forma de controle do capitalismo sustentada em três elementos característicos principais: o primeiro é dirigido para o crescimento; o segundo preconiza que este crescimento em valores reais se fixe na expropriação do trabalho vivo no conjunto da produção; o terceiro: o capitalismo possui uma profunda dinâmica tecnológica e organizacional. E pode assim ser explicada:

[...] É marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento dos setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica, organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões de desenvolvimento desigual tanto entre os setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego do chamado setor de serviços, bem como nos conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvida. (...) A acumulação flexível parece implicar níveis relativamente altos de desemprego estrutural (...), rápida destruição e reconstrução de habilidades, ganhos modestos (quando há) de salários reais (...) e o retrocesso do poder sindical – uma das colunas políticas do regime fordista [...] (HARVEY, 1992, p. 140-141).

Nesse sentido, Harvey (1992) complementa Thompson (1963), quando em suas análises retrata que o capital não pode eliminar o trabalho vivo, pois através dos elementos acima referidos exerce determinadas pressões sobre o conjunto total da consciência do trabalhador, consciência esta decorrente da sua experiência de trabalho precarizado vivida e percebida que não pode ser suprimida em sua totalidade pela ideologia dominante. No entanto, a classe trabalhadora sentiu mudanças substanciais com a instituição de novas bases do processo produtivo e da organização do trabalho, criando:

[...] De um lado, em escala minoritária, o trabalhador “polivalente e multifuncional” da era informacional, capaz de operar com máquinas com controle

numérico e de, por vezes, exercitar com mais intensidade sua dimensão mais intelectual. E, de outro lado, há uma massa de trabalhadores precarizados, sem qualificação, que hoje está presenciando as formas de *part-time*, emprego temporário, parcial, ou então vivenciando o desemprego estrutural [...] (ANTUNES, 2008. p. 198.).

Segundo este autor, a flexibilização dos processos produtivos e das relações de trabalho não somente afetam todo o organismo produtivo, mas também dos direitos trabalhistas. Com efeito,

[...] O toyotismo penetra, mescla-se ou mesmo substitui o padrão fordista dominante, em várias partes do capitalismo globalizado. Vivem-se formas transitórias de produção, cujos desdobramentos são também agudos, no que diz respeito aos direitos do trabalho. Estes são desregulamentados, são flexibilizados, de modo a dotar o capital do instrumental necessário para adequar-se a sua nova fase. Direitos e conquistas históricas dos trabalhadores são substituídos e eliminados do mundo da produção. Diminui-se ou mescla-se, dependendo da intensidade, o despotismo taylorista pela participação dentro da ordem e do universo da empresa, pelo envolvimento manipulatório, próprio da sociabilidade moldada na contemporaneidade pelo sistema produtor de mercadorias [...] (*idem*, 1995, p.16).

As mudanças vigentes a escala global de produção redesenharam a estrutura econômica, a aquisição de novos modelos de gestão de empresas, o mercado de trabalho, as condições de vida dos trabalhadores. Essas transformações formaram uma nova perspectiva econômica e societária que se estabeleceram com uma agilidade impar. Porém, os seus impactos sobre os trabalhadores são devastadores, intervindo na identidade dos mesmos tornando-os vulneráveis na estrutura social em curso. Deste modo, essas mudanças que foram conduzidas por mutações tecnológicas, inauguraram um “trabalho atípico” que, de acordo com os estudos de Vasapollo (2005), apresentam um sólido conteúdo de precariedade:

[...] A nova organização capitalista do trabalho é caracterizada cada vez mais pela precariedade, pela flexibilização e desregulamentação, de maneira sem precedentes para os assalariados, **e não assalariados**. É o mal estar do trabalho, o medo de perder seu próprio posto, de não poder ter mais uma vida social e de viver apenas do trabalho e para o trabalho, com angústia vinculada à consciência de um avanço tecnológico que não resolve suas necessidades sociais. É o processo que precariza a totalidade do viver social [...] (p. 27, *grifo nosso*).

Constata-se, por conseguinte, que as consequências mais significativas desse processo são: a) Expansão dos trabalhadores em volta do mundo que são partícipes do processo de produção e de serviços, aumentando, consideravelmente, os níveis de exploração e alienação do trabalho; b) Diminuição ascendente do quantitativo de trabalhadores com estabilidade, característico do toyotismo; c) Aumento aproximadamente de 40% da população trabalhadora nos países avançados, empregados especificamente pelo setor precarizado e desregulamentado; d) Aumento do novo proletariado e do trabalho informal precarizado; e)

Exclusão dos jovens e idosos do mercado de trabalho nos países centrais; f) Inclusão precoce e ilegal de crianças, principalmente, nos países de industrialização intermediária e subordinada (ANTUNES, 1995).

Reconhecendo as contradições advindas dos complexos dos processos de reestruturação da fábrica global, o mundo do trabalho - ou seja, o mundo operário é subsumido ao movimento do capital. Nesse sentido, verifica-se a experiência da precarização do trabalho, primeiro pelas vias da perda da centralidade da luta de classe *que vive do trabalho* e, posteriormente, pelo movimento heterogeneizado, complexificado e fragmentado tanto das estruturas objetivas quanto subjetivas entre o capital e a totalidade do trabalho.

Essa nova dinâmica do capital vem tornando cada vez mais escuro o universo do trabalho, comprovando o caráter radical de alienação. Nesse ponto fica claro que o mundo capitalista desdobrado pelos sintomas da reestruturação produtiva, faz surgir novas estratégias de subordinação das economias periféricas às centrais. Sistemáticamente, nessa conjuntura há um crescimento da pobreza, uma retração das políticas sociais públicas, o aumento do desemprego e o enfraquecimento dos movimentos sociais e sindicais, imprimindo uma contração das conquistas sociais alcançadas pela classe trabalhadora.

Todas essas situações criam indivíduos como que estranhos à sociedade, posto que não conseguem se integrar na mesma, desqualificando-os economicamente, assim como do ponto de vista cívico e político. Estes mesmos consideram-se inúteis sociais, acarretando praticamente uma perda de identidade, já que o trabalho é uma espécie de “bilhete” para alguém fazer parte da sociedade. Essa nova morfologia do trabalho, a que Antunes (2011) faz referencia para explicitar as consequências da reestruturação capitalista, também se aplica aos países da América Latina, como o Brasil, na proporção que esta aparece como estratégia de defesa das empresas como mecanismo de recuperação da crise econômica que atingiu o país na década de 1980. Mas, com a abertura da economia nos anos 1990, em que se dá o aparecimento mais concreto tanto da ideologia dominante, quanto das praticas políticas neoliberais, a reestruturação produtiva assume uma natureza sistemática, como parte das exigências do novo padrão de acumulação do capital.

Segundo Antunes (2011) surge um movimento pendular que caracteriza a classe trabalhadora por um lado, mais composta de homens e mulheres que muito trabalham, em um ritmo frenético, tornando-semelhante àquela pertencente á fase pretérita do capitalismo, no engendro da Revolução Industrial, dando forma a um miguamento, uma contração do trabalho estável no Brasil e por outro, têm-se, muito mais homens e mulheres trabalhadores acham ou conseguem trabalho, mergulhando pelo mundo a procura de qualquer labor, evidenciando o

crescimento do processo de precarização do trabalho a nível global, que vai dos Japão ao EUA, do México a Inglaterra, da Alemanha ao Brasil, sendo que o aumento do desemprego é a sua manifestação mais venenosa. Posto que como o capital não pode acabar por completo o trabalho vivo, consegue reduzi-lo em diversas áreas e expandi-lo em outras, como se percebe através do aumento da apropriação cognitiva do trabalho. Portanto é nesse quadro de precarização estrutural do trabalho que se ampliou a estrutura heterogênea e multifacetada que da forma a classe trabalhadora brasileira.

Assim como houve um fracionamento entre os seus trabalhadores estáveis e precários/precarizados, brancos e negros, de gênero, a aférese entre idosos e jovens, nacionais e imigrantes, qualificados e desqualificados, e por fim entre empregados e desempregados, e além de outras frações que se firmam em função do processo cumulativo da internacionalização do capital, como os personagens desse estudo que se integrando a esse contingente, “voluntariamente”, porém “involuntariamente”, empreenderam a passagem da “estabilidade” para as vulnerabilidades do mundo do trabalho.

Logo se reconhece, sob esse ângulo da função do “capital que rende juros”, ou seja, da sua produtividade, de sua especulação e exploração quase que sem limites da força produtiva do trabalho e de seu desenvolvimento, em seu movimento e suas contradições, entendemos que a empresa Equatorial Celpa, ao implementar o programa de demissão voluntária, é um epítome que reproduz em seu palco as grandes metamorfoses do avesso mundo do trabalho que atingem milhares e milhões de trabalhadores de toda sociedade capitalista, e em particular a brasileira.

Sob o despotismo do mercado globalizado nos vigentes processos de gestão nas empresas, retoma-se a participação do trabalhador nas discussões sobre os processos de trabalho, em verdade mais manipulatória, como mais um mecanismo fetichizado em relação às concepções harmônicas das relações de produção, voltado para garantir a produtividade de acordo com os interesses das empresas, que para garantir tal progresso da acumulação do capital, vem utilizando como estratégias, [...] tecnologias de produção e de informatização, redutoras da força de trabalho; reengenharia combinando fusões de setores em grandes áreas de negócios [...] construção de uma cultura consoante com valores de competitividade a qualquer custo [...] (FREIRE, 2010. p. 52), em função da meritocracia, ou seja, da capacidade individual do trabalhador em superar-se constantemente, atrelado às metas do capital, o que afeta diretamente a subjetividade do trabalhador, sua consciência de classe atingindo suas instituições de representação, das quais os partidos e sindicatos são expressão.

É neste contexto, sob o despotismo do mercado globalizado que se expande o sindicalismo com incisiva orientação política e ideológica preenchida pela ala sindical da nova direita. O sindicalismo de classe foi compelido a ter um papel tão somente defensivo, retraindo a sua tutela de classe no universo do capital. Paulatinamente, os seus traços anticapitalistas que tinham como ideal a preservação do mais elementar dos direitos da classe trabalhadora, sem o qual sua sobrevivência estaria ameaçada: o direito ao trabalho, se perderam, dando lugar ao sindicalismo de participação, isto é, se pode estar presente em tudo, desde que não se faça objeção à legitimidade do lucro, parte nuclear do complexo movente do capital. Assim, os espaços de luta sindical deixam de ser estratégias de superação da ordem burguesa e se transmutam numa via de manutenção reformista do capital, para intermediar a relação do estado neoliberal a burocracia sindical.

Nesse arranjo, a reestruturação produtiva imputa aos trabalhadores a obrigação de garantir o sucesso ou a falência da empresa, incluindo também a manutenção dos seus empregos, em consequência, por viverem subsumidos à instabilidade presente no mercado, os trabalhadores passam a vivenciar um tenso sofrimento psíquico que [...] resulta na ampliação do desgaste físico e mental do trabalhador, crescendo o exército de mutilados e mortos prematuramente [...] (FREIRE, 2010, p. 55), como legitima a desigualdade no cerne da classe trabalhadora, em relação à exclusão do trabalho formal.

O poder destrutivo da reestruturação produtiva pela de extração de mais valia e controle da força de trabalho, como organização opressiva que tem por finalidade, a dominação do trabalho, sem partilha pelo capital, desdobra inúmeros e significativos danos, em sua quase totalidade sobre a classe trabalhadora, nas últimas décadas, pois além de ampliar o número de atividades humanas que podem ser exploradas pelo capital, promove uma expulsão massificada do emprego, amplia as formas de subcontratação, terceirização, trabalho informal, precariza as condições de vida da classe que vive do seu trabalho, reduz direitos coletivos e previdenciários, perdas salariais. Desta forma, tais prejuízos identificam pertinentemente o vigente processo de desestruturação social - extração da mais-valia obscurecendo-a - via reestruturação produtiva apoiada pelas políticas neoliberais, acintosamente desencadeando uma,

[...] mutilação social, não somente em relação aos direitos sociais conquistados, mas também através do processo que denomino atrofia sociopolítica, evidenciado no arrefecimento das lutas [...] como também na autocensura em função da permanente ameaça do desemprego [...] e ainda na reatualização que tem invadido o próprio movimento operário. Esse conjunto implica a organização de uma nova cultura de modo de ser trabalhador, identificada com a construção e reforço do processo de alienação do trabalho [...] (*Idem, ibidem*, p. 56).

No Brasil, somente na sequência dos anos, a marcha do processo produtivo sofreu aceleradas transformações, através da inserção do ideário deliberado no Consenso de Washington, prosseguidas pelos governos de Fernando Collor (1990 – 1992) e de Fernando Henrique Cardoso (1995 – 1998 e 1999 – 2002). Dentre as diversas programáticas neoliberais, depreende-se a abertura dos mercados e o enquadramento do processo, de produção no Brasil, ao arranjo organizacional e tecnológico internacional, a financeirização⁵⁵ da economia e as privatizações.

A liberalização comercial que se deu, no Brasil, no início da década de 1990 teve repercussões no padrão de concorrência intercapitalista, incitando as empresas a aprofundarem a reestruturação produtiva aspirando à adaptação às novas condições da concorrência internacional, o que ocasionou a adoção da terceirização, da demissão incentivada e *downsizing* por grandes empresas do setor privado e setor público, em especial aquelas de forte organização sindical.

Conforme Antunes (2004), Oliveira (1999) e Pochamann (1999), assim, conseqüentemente cresceu, na primeira metade desta década a política de controle da inflação (1990 – 1993), e seus impactos disruptivos sobre o mundo do trabalho organizado - degradação das condições de trabalho, do salário, da redução de benefícios e direitos trabalhistas, o que contribuiu para a explosão do desemprego aberto e a multiplicação da informalidade no mercado de trabalho das regiões metropolitanas no Brasil. Por isso, na fase histórica de desertificação neoliberal, diversos literatos pesquisadores notabilizaram o desmonte do trabalho ou a regressão do trabalho no Brasil.

A década dos “caras-pintadas”, ou seja os anos 1990, em que os ajustes neoliberais cooperaram para por o Brasil na nova ordem capitalista global, da qual a temporalidade histórica é definida pela formação, segundo Alves (2000) do novo (e precário) mundo do trabalho, as políticas neoliberais e o novo arranjo multiforme de reestruturação produtiva do capital impulsionaram mudanças expressivas de larga ameaça na subjetividade e objetividade do mundo do trabalho que de acordo com Marx [...] pressupõem precisamente a produção baseada nos os valores de troca, pois só ela produzi a universalidade da alienação do

⁵⁵De acordo com Chesnais (1997) o capital financeiro se caracteriza por um regime de acumulação mundial, isto é: [...] um modo de funcionamento específico do capitalismo mundial que se distingue pelas taxas de crescimento muito baixo do PIB; taxas de crescimento do valor nominal aos ativos financeiros; taxas de desemprego estrutural elevadas; desenvolvimento de rendimento de origens financeiras constituídas de grupos sociais denominados rentistas: uma conjuntura mundial instável; uma desinflação que mais tarde assume um aspecto de deflação; a marginalização do sistema de trocas e a concorrência internacional sempre mais intensa [...]. (CHESNAIS, 1997, p. 33).

indivíduo para consigo mesmo e para com os outros; mas igualmente a universalidade e a generalidade das suas relações e capacidades [...].

No Brasil, no último quartel do século XX, principalmente, nos anos 2000, desenharam-se contundentemente os traços mais gerais do que tempos por a nova precariedade salarial, ou seja, os novos traços de exploração da força de trabalho que vem a tona nas empresas reestruturadas. A contemporânea precariedade salarial que aflora como resultante sócio histórica da precarização do trabalho na década de 1990 sob repercussão da expansão da regulação neoliberal e do processo de reestruturação produtiva, fundamenta-se no modo de regulação salarial que agrega modos de contratação flexível, gestão e organização da força de trabalho sob o espírito do que Alves (2011) denomina de “toyotismo sistêmico” e o atual eixo técnico informacional da produção com ecos na qualificação sócio profissional. A nova precariedade salarial modificou não tão só a morfologia do trabalho, mas também suscitou o aparecimento de um novo metabolismo laboral com impactos na vida cotidiana do homem-que-trabalha, que se propala. A título de exemplo, pelo crescimento das ocorrências de adoecimento laboral nos postos de trabalho reestruturados.

É nesse contexto de [...] governação – proposta estratégica de conformação ético – política da ‘nova social-democracia’ – a social-democracia da ‘terceira-via’ –, assumida como discurso pelas instâncias que conduzem, mundialmente, o projeto neoliberal em defesa do capital [...] (SALES DE MELO, 2005, p. 400):

Uma nova relação entre o Estado em seu sentido restrito e a sociedade é gestada para este fim. Na linguagem do Banco Mundial (BM), desde os anos 90, novas funções do Estado são necessárias para conduzir um mundo em transformação. Um novo bloco histórico conservador em defesa do capital é gesta do. Os organismos internacionais lançam mão de novas estratégias de ação tanto na condução da política econômica quanto da conformação social dos países. As novas funções do Estado vem desde a gestão das pequenas reformas para implantar as grandes reformas (BM, 1997), até a formulação de uma nova conformação social. O Estado aparece para os países ‘pobres’ novamente como gestor de compensações. Mínimo mas capaz de garantir a execução de uma nova forma de relacionamento social e também de garantir a ordem social, preocupação constante tanto mais se agravam as consequências das reformas com relação ao empobrecimento dos países (*idem*, *ibidem*, p. 400- 401).

Dessa forma, no Brasil, que tem se consolidado as medidas de liberalização de contas do capital externo sob orientação do [...] monetarismo, *suplly side economics* ou minarquia – que retira do Estado a função de favorecer bem-estar social e distribuição de renda que entende-se aqui serem a quintessência do pensamento neoliberal [...] (Williamson, 2003,⁵⁶

⁵⁶ Depois do Consenso de Washington: Uma Agenda para Reforma Econômica na América Latina - John Williamson Senior Fellow, Institute for International Economics - Uma palestra para ser apresentada à FAAP,

apud Vianna, 2006, p. 5), através do qual foram consubstanciadas diretrizes ligadas às desregulamentações implementadas pelo Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional (FMI), Organização Mundial do Comércio (OMC) e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BIRD) em países latino – americanos. Dentre essas medidas austeras, conforme Gomes (2008) [...] a privatização das empresas estatais⁵⁷, objetiva gerar divisas para fazer face ao pagamento da dívida externa aos banqueiros internacionais, sobretudo o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial [...] (p. 156).

Segundo as pesquisas de Gomes (2008), além da perda do patrimônio público, uma das faces mais passíveis de serem vistas dos processos de privatização⁵⁸ dessas empresas [...] é a demissão de um significativo número de trabalhadores⁵⁹ que até então eram considerados estáveis e constituam-se um dos segmentos da **elite** trabalhadora assalariada, e em particular no Estado do Pará [...] (p.155, *grifos da autora*).

4.1 Privatizações: desmonte do setor elétrico paraense

Etimologicamente, privatizar expressa converter para particular aquilo que é administrado pelo Estado. O processo de privatização, que atualmente vai a diante pelo globo como uma onda rija, está perto dos vinte anos. Seus teóricos são descritos por escudarem uma postura conservadora extraídas principalmente, das ideias do economista austríaco Friedrich Hayek, como também, pelo economista Milton Friedman, o pai do monetarismo da Escola de Chicago, ambos ganharam o Prêmio Nobel, em 1974, respectivamente. Versa--se sobre um procedimento de reestruturação do Estado que realiza a desestatização e desregulação da economia executando programas de venda de empresas produtivas estatais e dos setores de saúde, educação, e previdência, assim como direciona mudanças na legislação trabalhista, o que para Chomsky (1997) é, a ‘surdez dos canhões’, pela aceitação pacífica dos governos que se ‘encantam’ frente à ‘graciosidade’ do senil capital recoberto por uma doutrina que

em São Paulo, 25 de agosto de 2003. VER: VIANNA, Andrea. *Privatização sub judice - O futuro da 'Vale' nos tribunais*. Vitória: Reportagens Especiais - Assembléia Legislativa do E. do Espírito Santo. 13/03/2006

⁵⁷Tal fato conforme Faletto (1970) é movido pela atuação de forças sociais internas de cada país ou de grupos de interesses que tem por objetivo galgar através de inserção nas áreas de investimentos que decorrem da privatização. Ver Bresser Pereira, Luis Carlos. “The Iseb development concept revisited”. Revista Dados. (2004). Rio de Janeiro. Vol. 47. Nº1.

⁵⁸Lançado em 27 de junho de 1990, em Washington, em pronunciamento efetuado pelo Presidente norte-americano George Bush, é lançado o Plano conhecido como Iniciativas para a América, compelindo os países pobres da América Latina a seguirem sem alternativas as receitas privatistas e desnacionalizantes elaboradas pela mais sofisticada tecnocracia do Primeiro Mundo. Disponível em: <http://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/viewFile/323/543>. Acesso: 09 de julho 2014.

⁵⁹Conforme dados presentes nos Cadernos do Terceiro Mundo, Nº 144, 1991, p. 19.

vangloria a democracia e o livre mercado como consequência de uma dubitável vitória dos Estados Unidos na Guerra Fria. Assim,

[...] O que esta em causa, na base de reestruturação do Estado, destinada a criar o Estado mínimo e decretar a formação de ‘mercados emergentes’, é a destruição de projetos de capitalismo nacional [...] Em lugar do projeto nacional, [...] o projeto do capitalismo transnacional, transnacionalizado, administrado do alto e de fora [...] (IANNI, 1999, p.110).

Todavia é preciso que recapitulemos, que esse comando efetivo – de Hayek e Friedmam, o extremo do *laissez-faire* - subsunção real do trabalho ao capital, nas palavras de Marx, traz consigo a teoria smithiana. Estes como outros seguidores dessa escola creem que na auto regulação do mercado, a partir de três pontos. O primeiro, diz que a inconstância do capitalismo é desinente do excesso de governo; O segundo expõe que o monopólio empresarial tem valor pequeno para a economia de modo geral; e por fim o terceiro explana que, o Estado tem que, somente, proporcionar a proteção igualitária à sociedade, sem intervencionismo nos limites das alas de liberdade individual, como declarou HUNT, (1981). Esses seriam os elementos basilares do neoliberalismo, e como destaca Paulani [...] nasce logo após o término da Segunda Guerra como uma reação teórica e política contra o Estado intervencionista e de bem-estar. Hayek seria o mentor do neoliberalismo fazendo valer suas ideias depois de quase trinta anos [...] (PAULANI, 2005, p. 122 e 123):

[...] A influência de Smith nas doutrinas econômicas socialmente conservadoras desses dois últimos séculos está principalmente em sua crença de que, numa economia de mercado concorrencial, *laissez-faire* e capitalista, o mercado livre dirig[i]ria todos os atos egoístas, gananciosos e voltados para o lucro para um ‘sistema óbvio e simples’, socialmente benéfico e harmonioso, ‘de liberdade natural’ [...] (HUNT, 1981, p. 81).

A propósito, o debruçar sobre essas elaborações teóricas enlaçadas para a compreensão do objeto de investigação proposta neste estudo, como unidade de diversidades no tempo de capital fetiche, fica nítido o que o neoliberalismo atesta, confirmando a vitalidade do capital. Para tal fim, refere-se à eliminação da educação pública gratuita, da previdência social; da consolidação dos direitos trabalhistas, das leis do salário mínimo, do imposto de renda progressivo, da qualidade dos medicamentos, dos tetos das taxas de juros cobradas por credores, e até de leis que proíbem a venda de heroína. Essas observações remetem à conclusão que, o Estado é tido como vulpino:

[...] o mercado de panacéia. Todos os males parecem poder ser resolvidos pela abertura da economia, pela diminuição do Estado e/ou pela contração de seus gastos. No coração do sistema [do bloco no poder], os EUA atacam de *reagnomics* e *supply side economics*; a Inglaterra vem com Mrs. Thatcher e suas privatizações; para o

Terceiro Mundo reserva-se o Consenso de Washington [...] (PAULANI, 2005, p. 125).

A despeito dessas considerações, em novembro de 1989, as instituições financeiras internacionais: Fundo Monetário Internacional (FMI), Organização Mundial do Comércio (OMC), que substituiu o GATT (Acordo Geral sobre as Tarifas Aduaneiras e o Comércio), em 1995, Banco Mundial, Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), os governos conservadores – liberais e os governos das economias em desenvolvimento, no ano de 1989 reuniram-se em Washington, com o fim de realizar uma avaliação da economia dos países que contraíram empréstimos e que manifestavam poucos resultados, perante a lógica de acumulação de capitais.

Neste encontro, com base na obra “Rumo à retomada do Crescimento Econômico na América Latina”, de Bela Balassa, exigiam-se reformas estruturais, do assentamento de um plano de estabilização econômica e, em brado alto e retumbante se legitimava a proposta neoliberal, como premissa para concessão de mais empréstimos às nações periféricas:

[...] Para expressar as convicções desses senhores do capital, John Williamson elaborou o modelo de reforma a ser aplicado pelos governos nacionais, devedores aos organismos financeiros e credores internacionais. O documento conhecido como Consenso de Washington [...] (KUCZYNSKI; WILLIAMSON, 2004, p. 285).

Este que eficazmente infundiu a ideia neoliberal de desenvolvimento econômico a ser implantada pelos governos nacionais, nas décadas que se seguiriam.

Entre 1999 e 2002 o governo brasileiro aceitou as determinações externas, tornando-se “súdito ímpar” no processo de efetivação de políticas sociais de corte neoliberal no continente sul-americano, a passo que modificou a Carta Constitucional de 1988, através de emendas, leis infraconstitucionais e medidas provisórias, já que estando em acordo com muitos destes organismos internacionais, teria que instituir normas e preceitos jurídicos, que configurassem forma a ordem social e econômica do país exigida por tais. E precisamente, seguiram-se:

[...] A reforma do Estado, da previdência e reforma fiscal, a política de privatização de empresas estatais, a redução orçamentária de gastos públicos nacionais, **com a implementação de programas de demissão voluntária** o controle inflacionário, a política de facilitação de competitividade externa, a desregulamentação e regulamentação pela ótica privada, a estabilidade das instituições bancárias, a liberalização do fluxo de capitais, a obtenção de superávit primário, a política de incentivo do setor privado e de flexibilização dos contratos de trabalho, [...] (*idem*, *ibidem*, p.285, grifo nosso).

Nesse sentido as privatizações, não e tão só um reducionismo do Estado em seu papel clássico, mas sim cumpre o objetivo de reconfigurar e explorar as instituições estatais e seus serviços públicos, colocando-as a pleno dispor do capital e das classes dominantes.

Em uma análise perspicaz, Maciel (1997) assinala que a privatização não é desinente da imprescindibilidade do alinhamento das finanças públicas e da potência de eficiência econômica sobre a estrutura vigente, mas sim, é um movimento de readequação de zonas de valorização para agigantadas massas de capital financeiro. Registra-se perceber que esta argumentação se afina com o pensamento de Vargas (Estado Novo 1937- 1945) que também rebatia as premissas do capital estrangeiro, assim bem explica Branco (1975),

[...] Devo dizer que, até certo ponto nesse propósito, estou sendo sabotado por interesses contrários de empresas privadas que já ganharam muito dinheiro no Brasil, que têm em cruzeiros duzentas vezes o capital que empregaram em dólares, para levá-lo ao estrangeiro a título de dividendo. Em vez de dólares produzirem cruzeiros, os cruzeiros é que estão produzindo dólares e migrando [...] (p. 39).

Nesse sentido, as privatizações assumiram uma ponderável centralidade nas orientações político-econômicas imperantes no final do século XX, baseadas no discurso de retomada do desenvolvimento feito pelas estratégias e suas efetividades da gestão privada nos negócios em muitas alas da economia, antes alicerçados nos investimentos estatais que por sua vez trouxeram consequências deletérias a vida na sociedade. A exemplo destaca-se, o já mencionado enfraquecimento do Estado democrático de Direito em contraposição ao “Estado mínimo” exigido pelo Consenso de Washington.

O programa Nacional de Desestatização brasileiro é considerado um dos maiores do mundo, com um saldo de 85, 2 bilhões de reais, destacando-se entre as estatais vendidas 19 distribuidoras de energia elétrica: esta afirmativa é fruto das investigações para esse estudo ao vislumbrar os dados contidos na obra “O Brasil privatizado”⁶⁰ de Biondi (2003), abaixo destacados no quadro:

Tabela 6 Apresentação dos valores de Vendas das Empresas Estatais que foram privatizadas.

Empresas	Valor de Venda
Telesp	4,96 Bilhões

⁶⁰O BNDES teve um papel especial nos anos iniciais (1980) de privatizações em razão da sua participação acionista em 76 estatais (PINHEIRO; FUKASAKU, 2000). Tratava-se de empresas que anteriormente eram privadas, e em algumas situações, decretaram falimento e, por isso foram incorporadas a essa instituição que as admitiu financeiramente e administrativamente, sem, todavia, retirá-las do rombo.

Vale do Rio Doce	3,13 Bilhões
Telesp Celular	3,07 Bilhões
CPFL (Energia São Paulo)	3,01 Bilhões
Tele Norte Leste	2,94 Bilhões
Light (Rio de Janeiro Distribuidora)	2,35 Bilhões
Embratel	2,27 Bilhões
Usiminas	1,94 Bilhões
Eletropaulo Metro. (Energia São Paulo)	1,77 Bilhões
Tele Centro Sul	1,77 Bilhões
Coelba (Energia Bahia)	1,60 Bilhões
CEEE (Energia Rio Grande do Sul)	1,48 Bilhões
Companhia Siderúrgica Nacional	1,49 Bilhões
CEEE (Energia Centro Oeste)	1,37 Bilhões
Tele Sudeste Celular	1,36 Bilhões
CEMIG (Energia Minas Gerais)	1,05 Bilhões
COPEL (Petroquímica)	861 Milhões
*Rede Ferroviária Federal Sudeste	870 Milhões
Telemig Celular	750 Milhões
Cachoeira Dourada (Energia Goiás)	710 Milhões
Tele Celular Sul	700 Milhões
CRT (Tele Rio Grande do Sul)	660 Milhões
Tele Nordeste Celular	660 Milhões
Cosern (Energia Rio Grande do Norte)	600 Milhões
Aço Minas	600 Milhões
Cosipa	590 Milhões
Enersul	570 Milhões
Energipe (Energia Sergipe)	520 Milhões
Acesita (Siderurgia)	460 Milhões
Tele Centro Oeste Celular	440 Milhões
CEG	430 Milhões
Tele Leste Celular	430 Milhões
Escelsa (Energia Espírito Santo)	430 Milhões
CEMAT (Energia Mato Grosso)	350 Milhões
BANERJ	330 Milhões
*Rede Ferroviária - Centro Leste	320 Milhões
PQU (Petroquímica)	290 Milhões
Mêtro RJ	260 Milhões
Copene (Petroquímica)	270 Milhões
Porto de Santos – Terminal	251 Milhões
Banco Meridional	240 Milhões
Petroflex	230 Milhões
Rede Ferroviária – Sul	210 Milhões
Ultrafértil	205 Milhões

EMBRAER (Indústria Aeronáutica)	190 Milhões
Fosfertil	180 Milhões
Salgema (Petroquímica)	140 Milhões
Ultrafertil	205 Milhões

Fonte: Biondi (2003).

Nota: ** Os preços divulgados para as ferrovias privatizadas são fictícios: houve apenas uma entrada de 10% a 15% (só para a malha Sudeste o percentual chegou a 30%): o valor restante será pago em 30 anos, sem correção para saldo devedor, isto é, com atualizações apenas das prestações, trimestrais. Fonte dos dados brutos: BNDES (BIONDI, 2003, p. 63).

Biondi (2003) identifica que a política de privatização do governo brasileiro se delineou como um “divino” negócio para os compradores mediante o desmantelamento do patrimônio nacional, uma vez que ao passar as mãos-para das empresas para os compradores, nessas condições, aliviaram-se os compromissos do comprador, gerando em troca fardo deficitário para o Tesouro Nacional em consequência das receitas que se perderam com as vantagens concedidas, conforme ilustra o quadro a seguir. Segundo este autor, este fardo deficitário não foi tudo, já que para deixa as empresas estatais até aquele momento mais atraente, através, do desembolso compulsório imposto (prejuízos) ao povo brasileiro sob os mais distintos modos, o governo, pois em prática diversos investimentos que não participaram dos cálculos do preço de venda; assim sendo tratou-se de recursos removidos do fisco público que não regressaram com a venda das empresas.

Tabela 7- Caracterização da situação deficitária das empresas estatais privatizadas.

Ano de Venda	Empresas	Valor da Venda (em Bilhões)	Ano	Perda a 15% de Juros ao Ano (em Bilhões)
1992	Petroquímica	3,0	7	3,1
1993	Aço-Minas	0,4	51/2	0,3
	COSIPA	1,6	51/2	1,3
	CNS	1,0	6	0,9
1997	RFF	3,8	2	1,2
	FEAPA-SP	3,0	2	1,0
	BANERJ	3,3	2	1,0
Total	-	16,10	-	8,7

Fonte: Biondi (2003)

As privatizações, em especial, as ocorridas no setor elétrico, reforçaram a adoção da lógica de “Estado mínimo”, em que o mercado alcança hegemonia e centralidade, sob o discurso ideológico de ser aparelho capaz de destinar com eficiência as verbas e distribuir com equidade os benefícios. Tal ideário favorece a esfera privada em prejuízo da esfera pública para a provisão dos serviços públicos, atribuindo ao Estado, nesse novo arranjo, o

papel de mediador e regulador da sociedade. Por conseguinte, passa-se, de uma visão que concebia a energia como bem social, no ponto de vista de um serviço estatal público, para outra concepção que transforma a energia em uma mercadoria, subordinada as variações da oferta e da demanda, dominada pelo enfoque do lucro. Segundo Chaves (2003) a privatização do setor elétrico, no Brasil teve, como um dos objetivos contribuir para:

[...] ‘o equilíbrio fiscal do setor público, tendo em vista a estabilização financeira do país’. Sob essa lógica é que a Celpa foi privada pelo decreto nº 1.946/97, do governo do Estado do Pará, de 21 de janeiro de 1977, o qual incluía o Programa de Desestatização – PED. Assim, a Celpa foi vendida em leilão por meio da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro ao grupo e ao Consórcio Inepar, que é proprietário de outras distribuidoras de energia elétrica na região Centro-Oeste [...] (CHAVES, 1999 *apud* GOMES, 2008, p.161).

Importar registrar que nos anos de “chumbo”⁶¹, anos [...] de samba no escuro [...] (BUARQUE, 1970), que choravam [...] Marias e Clarisses no solo do Brasil [...] (REGINA, 1979), de [...] vinho tinto de sangue [...] (BUARQUE, 1973), de mosca na sopa (SEIXAS, 1973), no Brasil, ocorreu uma acelerada expansão na infraestrutura energética – entabulando com a finco raízes de problemáticas que se aproximaram. Com a implementação do II Plano Nacional de Desenvolvimento, entre 1973 e 1978, o alargamento da base industrial e o incremento das importações, foi deflagrado á alta da dívida externa, em decorrência das políticas governamentais persuasivas de captação de recursos externos para afinar o saldo negativo do balanço de pagamentos. Destarte, as estatais elétricas foram densamente utilizadas, nesse processo, como instrumentos, para a obtenção de empréstimos.

Então se, por uma via, conseguiram com esses recursos, sustentar e incrementar sua capacidade de investimento, por outra via, foi tomada na contracorrente com a emergência da crise do final dos anos 1970, ocorrida devido à queda da liquidez financeira internacional, acrescida das taxas de juros externas e as máximas desvalorizações cambiais, assim no diz Nader (2007)⁶². Essa sequência de fatos desencadeou o comprometimento financeiro do setor, no caso de ter ido de uma enorme possibilidade de autofinanciamento para o plano de endividamento externo, percebendo-se, claramente, que as estatais do setor elétrico foram, visivelmente, tomadas para proporcionar acumulação privada [...] via contenções tarifárias, preços subsidiados, realização de financiamentos deslocados de suas operações precípuas, priorização de obras desnecessárias, suscetibilidade à pressão de grupos privados [...] (*idem*, 2007) – configurando – se em um pleno fenômeno de desestatização do setor público que até

⁶²Ver:http://www.correiocidadania.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=781:energia9&catid=52:especial-energia-eletrica&Itemid=112&tmpl=component.

hoje efetivou poucas e raras vantagens sociais⁶³ para a sociedade, permanecendo em uma condição estática – de não poder optar por um serviço de qualidade e menores tarifas:

[...] Um levantamento feito pelo Departamento Intersindical de Estudos Socioeconômicos (Dieese) aponta que o aumento médio de 34,9% na cobrança energia elétrica, autorizado pela Aneel nesta terça-feira (5), será o maior reajuste de preços feito pela Rede Celpa desde a privatização da concessionária, em 1998. O **G1** entrou em contato com a Celpa e aguarda posicionamento sobre o reajuste. A Celpa havia encaminhado ofício pedindo um reajuste ainda maior, na casa de 37%, durante o mês de julho. De acordo com a concessionária, o aumento na cobrança era uma necessidade já que a crise nacional do setor energético encareceu a produção de energia, que é comprada pela empresa em leilões do Governo Federal. Segundo o economista Roberto Sena, o aumento é desproporcional. "Desde a privatização da Celpa, em 1998 o reajuste, já alcança mais de 400%, contra uma inflação estimada em 176%", pondera [...] (O GLOBO, 2014⁶⁴).

Se, anteriormente, o planejamento do setor elétrico era normativo, nesta dinâmica este passou a ser tão somente indicativo: no lugar dos preços regulamentados de geração, elaborou-se um novo modelo⁶⁵ para o setor, com a criação de um sistema de regulamentação e, gradativamente com a organização de um Mercado Atacadista de Energia (MAE) (FERREIRA, 2000, *apud* GOLDENBERG; PRADO, 2003). Registra-se que esse novo modelo firmado numa suposta ideia de melhoria da prestação dos serviços elétricos, com o objetivo de organização monopolista [...] obter lucros acima da média e escapar dos efeitos da tendência da queda da taxa de lucro [...] (NETTO; BRAZ, 2007), violou a seu bel-prazer as promessas referentes a expansão da infraestrutura e da força de trabalho, as medidas tomadas corresponderam, tão somente, a transferência de propriedade, com a esterilização da capacidade tecnológica e a subordinação de recursos naturais do país aos interesses externos. O que a constatar que as privatizações de modo geral e no Brasil, são ofertadas como:

⁶³O programa foi criado pela ex-ministra de Minas e Energia Dilma Rousseff e coordenado nacionalmente por Aurélio Pavão de Farias. Ao contrário do programa Luz no Campo lançado em 2000, que cobrava taxa de instalação para levar a luz até as propriedades rurais, no Luz Para Todos o Governo, por meio de um programa sustentado, assume o grosso das despesas e o incorpora na conta de desenvolvimento econômico, não ocorrendo assim a cobrança adicional de instalação ao usuário. Além disso no Luz Para Todos, além de gratuito, o beneficiado recebe a luz até o interior de casa inclusive com 3 pontos de luz. O PLPT foi lançado em novembro de 2003 com o desafio de acabar com a exclusão elétrica no país. A meta era levar energia elétrica para mais de 10 milhões de pessoas do meio rural até o ano de 2008, tendo sido atingida em maio de 2009 e em agosto de 2013 já soma-se mais de 3 milhões de famílias, em todos os Estados do Brasil, ultrapassando as metas iniciais, beneficiando cerca de 14,9 milhões de brasileiros, moradores da zona rural. O programa só tem problemas na região norte, em que cerca de 2,8% dos domicílios não tem energia elétrica e a complexa geografia da Floresta Amazônica impede a rede de ser instalada em pontos remotos de Amazonas e Pará. Ver: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/18951/000733473.pdf?sequence=1>. Acesso 14 de Outubro de 2013.

⁶⁴Disponível em: <http://g1.globo.com/pa/para/noticia/2014/08/reajuste-autorizado-pela-aneel-e-o-maior-desde-privatizacao-da-celpa.html>. Acesso 09 de Agosto 2014.

⁶⁵E para levar a cabo a operacionalização dessa mudança, de acordo com Nader (2007) criaram-se novas entidades constituintes do modelo: dentre as mais importantes, a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), com a função de implementação de políticas e de regulação; o Operador Nacional de Sistema (NOS), para planejar e programar de forma centralizada a geração; e o CCPE - Comitê Coordenador do Planejamento da Expansão (CCPE).

[...] generosos deságios, ser-lhes-iam excelente oportunidade de negócio. Para o capital financeiro internacional, era o melhor do mundo: transformar as dívidas do setor elétrico em ativos capazes de gerar renda. E, ainda por cima, renda assegurada por entidades reguladoras que trabalhariam na prática, à margem do setor público [...] (NADER, 2007, p.2).

Sendo assim os processos de privatização ocorridas nos anos 1990, também se deram no Estado do Pará. Assim foram privatizadas: a Empresa Brasileira de Telecomunicações (EMBRATEL); A Companhia Vale do Rido Doce (CVRD); e a Distribuidora de Energia Elétrica do Pará – A CELPA: dinâmica específica – totalidade constitutiva da totalidade inclusiva que é a sociedade burguesa, referência do real – ideal/material que nesse estudo, na [...] busca captar a legalidade histórica imanente aos processos históricos, que não são separados por “muros rígidos”, mais organicamente vinculados por esta legalidade sistemática – histórica [...] (PONTES, 2010), será aqui estudado com o propósito de transpassar a “zona de consenso”, na qual se localizam heterogêneas visões de mundo, frequentemente restritas em nível mais imediato e mais rasteiro do conhecimento, que o “mirante” [...] cujo ponto mais alto é o mirante da classe proletária [...] (LOWY, 1987), no prisma mais crítico de forma impenitente serve para melhor projetar a perspectiva [...] objetiva de uma visão determinada da paisagem [...] (*idem, ibidem*), ou seja, da problematização aqui posta.

O processo de privatização da CELPA principiou-se com o Decreto Estadual nº 1.946/97, de 21 de janeiro de 1997 (PARÁ, 1997), incorporado no Programa Estadual de Desestatização, instituído pela Lei Estadual nº 5979, de 19 de julho de 1996 (*idem*, 1996), sendo o mesmo concluído em 9 de julho de 1998, em um leilão sucedido na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, com o comprador Grupo Rede e o consorcio INEPAR, com um total de 65% das ações em associação com o Consórcio Inepar – com no 35% das ações, pelo montante de R\$ 450.264.000. 00. A administração estatal fez a venda de 32.727.010. 588 ações da CELPA, pertencendo destas 32.656.150.602 ordinárias, equivalendo, por volta de, 54,98% do capital volante e 70.859.986 ações preferenciais. Nessa ocasião, o Secretário de Estado Planejamento, Simão Jatene, afirma que com a privatização: *o governo do Estado passará a exercer um papel que se considera efetivamente mais importante – o de regulador e disciplinador da prestação do serviço, zelando pela sua qualidade e pelo atendimento de parcelas cada vez maiores da população*⁶⁶.

Em contrapartida desse ideário comenta o diretor jurídico do Sindicato dos Urbanitários que muitos erros foram cometidos na Celpa privatizada *um quantitativo grande*

⁶⁶O Liberal, painel, 05 de março de 1998, p.1.

*de demissão de trabalhadores que de tinham conhecimento; rebaixamento salarial que levou outros profissionais a desistirem de ficar; centralização dos COD's; terceirização desenfreada com a contratação de trabalhadores sem o devido treinamento; centralização das decisões sem ouvir a equipe, e soma-se a isso o serviço não melhorou como esperado*⁶⁷.

O processo ofertava em seu art. 3º, os tipos de desestatização que transparecem a entrega do comando acionário da empresa à iniciativa privada, a agremiação de empregados ou a outros interessados, permanecendo a gerência acionária com que estiver o mais alto montante de ações ordinárias compradas pelas partes. Em relação a isso, Chaves (1999) ressalta que, o governo tucano, demitiu 340 empregados que foram contratados sem concurso público, 300 empregados já aposentados pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), o que ficou conhecido como o “saneamento da empresa”.

Essa medida tinha como meta tornar a empresa mais interessada aos pretendentes à compra da estatal. No que concerne, ao aumento desse capital, sem demora promoveu, com o PED, sancionando-o em Assembleia Geral, em valor excedente ao da quantia inicial, para que a nova pecúnia fosse obtida por terceiros que passariam a dispor do controle da empresa. Fato este que denuncia o mínguo comportamento ético em relação aos investimentos feitos por meio do Tesouro Nacional, a partir dos anos 1940⁶⁸, sem o qual não teria sido realizável o serviço público de energia elétrica no Brasil, elemento que não tinha importância para iniciativa privada por conta dos altos custos, evidenciado que, a posição frente à realidade da época – realidade vigente, feita pelo secretário do Estado, estava – estar em simetria com os princípios liberais que justificaram – justificam a mudança de posição do Estado no país.

De mais a mais, Biondi (2003), apresenta dados sobre esse cenário, conforme podem ser constatados na tabela abaixo:

Tabela 8- Identificação do quantitativo de trabalhadores existentes antes e depois do processo de privatização.

Empresas	Total de Trabalhadores Antes da Privatização	Demissões Privatizar	Antes de Demissões
BANERJ	12.000	5.800	48,33%

⁶⁷Entrevista concedida em junho 2013.

⁶⁸Desde os fins do século XIX até a década de 70 do século XX, grupos privados predominavam no setor elétrico e sua expansão era determinada em função do interesse desses grupos, cujo maior objetivo não era sustentar o desenvolvimento. No entanto, o avanço do setor esteve associado à participação do poder público, eminentemente, após os anos 60, o que levou a um rápido crescimento da capacidade instalada, em função do seu empenho em reinvestir lucros na transferência de tecnologia. Consolidou-se, então, no Brasil, uma eficiente indústria de equipamentos e uma formação de pessoal qualificado para desenvolver tecnologia adaptada às nossas condições (NADER, 2007, p. 2). Disponível em: http://www.correiodocidadania.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=781:energia9&catid=52:especial-energia-eletrica&Itemid=112. Acesso 29 julho 2013

TELECON-Santos	6.000	2.330	38,83%
Centro – Leste	11.000	3.000	27,27%
Malha – Sudeste	7.700	1.110	14,41%
Total	36.700	12.240	33,35%

Fonte: (BIONDI, 2003).

Ainda nessa mesma direção, Chaves (2003), afirma que o governo comercializou, arrendou e/ou transferiu patrimônio por meio de comodatos, tal como havia originado com o processo precedente de [...] terceirização da geração 26 a diesel – o que acontecera, principalmente, nas usinas termoelétricas do interior do Estado – significando que, mesmo antes da privatização, o governo já praticava a venda anunciada, arrendando bens [...] (*idem*, 2003), num recorte preliminar da campanha. Isso englobava: a) cessão das instalações da CELPA; b) donativos de combustível a serem aproveitados pela oligarquia empresarial e c) possibilidade de isenção do ICMS.

A privatização da Celpa metamorfoseou radicalmente e, completamente, a relação de trabalho que havia na distribuidora de energia elétrica, isto é: reforçaram-se práticas de [...] redução da base salarial e da forma de progressão funcional dos trabalhadores que permaneceram em setores cuja formalidade contratual tinha como essencial [...] (CHAVES, 2003), por exemplo, segundo a folha de pagamento⁶⁹ reestruturada da já reestruturada CELPA, se na situação anterior um engenheiro de classe salarial XI, recebia um salário de R\$ 1.664,52, este passaria a classe salarial IX com um salário de R\$ 1.101,55, o mesmo aconteceria com um Assistente Social este antes estabelecido na classe salarial XI e ganhando R\$ 1.664,52, na nova fase pertencia a classe salarial VI com um piso salarial de R\$ 754, 49.

Além disso, um severo quadro de demissões em massa foi instalado, violando todo um processo dos acordos e direitos conquistados pelos trabalhadores. Somem-se essas medidas, segundo Gomes (2008) o clima de ameaça e de pressão que foram depostos 1.200 funcionários, de um todo de 2.200 que ali trabalhavam, momento em que foi instituído o Programa de Demissão Voluntária. O que demonstrou a disposição de cumprir o receituário esmigalhador para a vida do trabalhador impelido pela política neoliberal, bem desempenhada e com eficiência no Pará, pelo governador Almir Gabriel, na vertente do desmonte de conquistas sociais da classe trabalhadora.

Neste sentido, como ressalva, Alves (2012) refere-se que os processos incessantes de enxugamento da força de trabalho, com a disseminação, dos programas de Demissão Voluntária que visam dar “certa” característica não – traumática à “reestruturação” da

⁶⁹Sindicato dos Urbanitários 2002.

subjetividade de classe, suprimindo a memória do trabalhador coletivo, ou seja, suas experiências de classe têm por objetivo diminuir custos salariais e além do mais, engendrar uma arena de incorporação para a nova (e precária) força de trabalho mais propensas à aprender as novas competências cognitivas e comportamentais exigidas pelo capital senil.

Desse modo, apoiado em Hirata (1997), entende-se que o caráter voluntário dos programas de demissão voluntária não existe⁷⁰. Para ambos, quando uma empresa inicia um programa com essa nomenclatura, esta já demarcou a quantidade e quem serão os trabalhadores a serem demitidos. E para este trabalhador, inscrito no bloco da população alvo selecionada, há apenas dois caminhos: ou assina a demissão “voluntária”, a fim de obter os ganhos oferecidos, ou é também demitido, mas sem nada em troca, ou seja, sem qualquer ganho, além dos instituídos nas leis trabalhistas vigentes. E ainda há a possibilidade da empresa usar o instrumento de demissão por justa causa e diminuir mais ainda esses direitos.

Este quadro é fruto das mudanças nos processos produtivos e encontra no modelo japonês, o toyotismo, aquele tem que provocado maior impacto na sociabilidade dos trabalhadores na atual ordem mundializada e globalizada do capital (ANTUNES, 1996), que vem eliminando milhões de trabalhadores⁷¹ do processo produtivo, funções e categorias de trabalho absolutas já foram reduzidas, reestruturadas ou desapareceram.

Gomes (2008) reconhece que a perda de emprego dessa força de trabalho assalariada demitida, repercutiu significativamente na vida profissional, assim como na familiar dos mesmos, tornando-os mais vulneráveis - uma vulnerabilidade social que não apenas fez fronteira com as privações de ordem material, como também com a perda da autoestima, quando os trabalhadores passaram a viver a incerteza, no que concerne quanto à continuação ou não do contrato de trabalho que estes estavam habituadas a ter, enquanto trabalhadores desta empresa e, que, por um longo tempo proporcionou um padrão de vida socioeconômica ascendente:

[...] eles tinham um emprego considerado estável, que lhes garantia importantes serviços de proteção social assegurados pela política social dessa empresa. A situação de vida da maioria desses trabalhadores tornou-se mais vulnerável pelo fato de que, no Brasil, os serviços públicos reduzem cada vez mais a oferta de serviços sociais, sobretudo no que diz respeito à saúde e à educação. A perda do emprego desses trabalhadores teve graves consequências sociais na vida profissional deles,

⁷⁰ Entrevista publicada na Revista Veja em abril de 1999.

⁷¹ Segundo os inúmeros dados da literatura especializada no tema, essa política de demissão voluntária, serve para camuflar o caráter fortemente destrutivo desses novos padrões de organização do trabalho pautado na flexibilização produtiva, que produz um monumental desemprego, que atinge a humanidade que trabalha em escala globalizante (ANTUNES, 1996). Artigo publicado no Jornal Folha de São Paulo, em 14 de Julho de 1996.

estendendo-se da alteração da subjetividade do trabalhador desempregado ao trabalhador precarizado, não somente pela perda da identidade social como trabalhador da Celpa, mas também pela situação de vulnerabilidade social que eles e seus familiares passaram a viver, no que concerne à garantia de suas necessidades sociais de base [...] (GOMES, 2008, p. 162).

No Estado do Pará, esse quadro não diverge do mencionado acima, a pesquisa intitulada “Evolução do Emprego Por Setor na Atividade Econômica” realizada pelo Ministério do Trabalho na Região Metropolitana de Belém, evidência claramente essa problemática. Assistia-se, também à emergência de retração de oferta de empregos no contexto da Região Metropolitana de Belém-RMB que concentra cerca de 60% de todo o emprego urbano formal do Estado, nos cinco anos iniciais da década de 1990 foram eliminados⁷² 27,6 mil empregos, os setores comércio, indústria de transformação, serviços e construção civil tiveram desempenho negativo na geração de postos de trabalho, o que representou 64,20% da redução registrada em todo o Estado.

Figura 4- Mostra do número de trabalhadores admitidos e desligados no Pará, segundo o ramo de atividades no ano de 2013.

Período	Setores	Extrativa Mineral	Indústria e Transformação	Serviço Industrial de Utilização Pública	Construção Civil	Comércio	Serviços	Administração Pública	Agropecuária	Total
jun/13	Total de Admissões	5	851	93	2.600	2.994	4.611	4	127	11.285
	Total de Desligamentos	6	1.071	102	1.981	3.453	5.180	10	112	11.915
	Saldo	-1	-220	-9	619	-459	-569	-6	15	-630
	Variáveis Mensal em %	-0,36	-0,81	-0,2	1,63	-0,46	-0,34	-0,18	0,28	-0,18
Nº Ano	Total de Admissões	30	5.402	1.158	13.637	18.928	30.233	28	1.140	70.556
	Total de Desligamentos	56	5.632	640	12.983	20.490	30.522	42	868	71.233
	Saldo	-26	-230	518	654	-1.562	-289	-14	272	-677
	Variáveis Mensal em %	-8,47	-0,84	12,34	1,71	-1,55	-0,17	-0,42	5,41	-0,19
Em 12 Meses	Total de Admissões	68	10.979	1.700	26.874	42.529	61.658	53	1.908	145.769
	Total de Desligamentos	93	11.687	1.362	26.239	39.557	59.656	96	2.249	140.939
	Saldo	-25	-708	338	635	2.972	2.002	-43	-341	4.830
	Variáveis Mensal em %	-8,17	-2,55	7,72	1,66	3,1	1,2	-1,28	-6,04	1,41

Fonte: DIEESE, Pará, 2014.

Dessa forma, esses dados detalham que o mundo do trabalho passa por novas [...] relações, processos e estruturas de alcance global [...] (IANNI, 1996, p. 157), determinando novas condições para o movimento proletário, famílias, etnias e raças, classes, grupos e nações, árduas e [...] subsumidas ao movimento do capital em todo mundo [...] (FREIRE, 2010, p. 39), que articula, segundo Harvey (1999), [...] o desenvolvimento histórico – geográfico do capitalismo e transformação ideológica [...] (p. 9).

⁷² Ver: <http://www.orm.com.br/tvliberal/revistas/npara/edicao3/indana.htm>. Acesso: 21 de Junho 2014.

Logo como se vê a vigente precariedade salarial, caracterizada pelo continuar intenso das condições de deterioração e subsunção real do trabalho ao capital, manifestando, a equalização descendente da taxa de exploração, por exemplo, o fenômeno do precariado, salientado por Guy Standing é o resultado social, no plano da estrutura de classes, da equalização descendente da taxa de exploração nos países capitalistas europeus, conforme as explicações de ALVES (2014).

Portanto, fisga-se no contexto mundial, que os trabalhadores, e de forma *sui generis* a nova classe trabalhadora brasileira, de acordo com Pochmann, e ou ainda os batalhadores brasileiros, conforme Ruy Braga isto é, o precariado brasileiro, estão ameaçados em suas mais básicas condições de existência, devido ao exacerbamento do desemprego e da vigência de um projeto de governabilidade neodesenvolvimentista⁷³ de cariz modernizador-conservador⁷⁴ incapaz de confrontar o bloco de poder do capital – sociedade política oligárquica e sociedade civil neoliberal que uiva pela reforma trabalhista. Como expressão do capital, dizem “em si” e “para si”, unicamente a tendência de equalização originária da diferença das taxas de exploração. O quimérico para o choque de capitalismo ocorrido seja nos anos austeros do “pai do real” e nos dez anos de Lula e Dilma seria ascender às taxas de exploração do Brasil das taxas de exploração da China.

Esse processo tem transformado as formas de vida em sociedade, fixando com precisão a intensidade da metamorfose na produção da cultura, permitindo experiências sociais diminutivas e entendendo de forma emparelhada com o desenvolvimento contraditório e desigual do capitalismo, - natureza básica conservada e expandida, que “dissocia o trabalho através do processo produtivo – socializado – da apropriação dos resultados do seu produto – privatizada” (IANNI, 1996, p. 168).

Percebe-se, então, a partir dessas determinações mais gerais, que a contemporânea particularidade do processo de restauração do capital em seu processo de valorização, no marco das relações de trabalho contemporâneas a CELPA – em 25 de setembro de 2012, após a

⁷³Dez anos de Lula e Dilma (2003 – 2014), expressaram um evidente fortalecimento da hegemonia burguesa no Brasil e atualização histórica do capitalismo no país em atenção a nova fase neodesenvolvimentista implantada no Brasil a partir dos anos 2000 que se vem se estabelecendo entre a dualidade da reforma social prometida e os constrangimentos impostos pelo capital financeiro. A título de exemplo, dados da Câmara Alta Federal relativos a 2013 demonstram o pagamento de R\$ 718 bilhões em juros e amortização da dívida, o que é proporcional a 40,3% de tudo que foi arrecadado em impostos pelo poder público no ano passado com a amortização da dívida pública. *A pari passu* em que as reformas sociais requerem um maior subsídio de gastos públicos, o orça pública localiza-se retida pelos interesses do capital financeiro (sumos investidores e banqueiros do sistema financeiro internacional). Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD0020130716001240000.PDF>. Acesso: 28 julho 2014.

⁷⁴Como diria Tomaso di Lampedusa, “tudo deve mudar para que tudo fique como está”.

apresentação no mês de maio deste mesmo ano, de seu plano de recuperação judicial e sua consolidação conforme a Lei 11.101/2005, foi vendida novamente, ou seja, reprivatizada, pelo “montante” de R\$ 1 real, para a Equatorial Energia S/A, do Maranhão que adquiriu 65% das ações da mesma, e ainda assumiu as dívidas da concessionária, que chega a R\$ 3, 5 bilhões de reais. Conforme consta no Diário Oficial da União do Estado do Pará

Figura 5 - Trecho do Diário Oficial da União do Estado do Pará.

REDE ENERGIA S.A. Companhia Aberta
CNPJ/MF 61.584.140/0001-49
NIRE 35.300.029.780

Celpa REDE ENERGIA
CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S.A. - CELPA
em recuperação judicial
Companhia Aberta
CNPJ/MF 04.895.728/0001-80
NIRE 15.300.007.232

FATO RELEVANTE
A Rede Energia S.A. e a Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA - em recuperação judicial (“CELPA”) informam a seus acionistas e ao mercado que foi celebrado, nesta data, Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças (“Contrato”) entre os controladores da CELPA e a Equatorial Energia S.A. (“Equatorial”), pelo qual a Equatorial se comprometeu a adquirir dos vendedores, desde que verificadas determinadas condições, ações de emissão da CELPA que lhe conferirão o controle acionário desta. A efetiva conclusão do negócio está sujeita a condições suspensivas, dentre elas a obtenção das devidas aprovações por parte dos órgãos públicos competentes, bem como por parte de determinados credores e investidores, nos termos da legislação, contratos e acordos de acionistas aplicáveis. Caso implementadas as condições suspensivas e efetivada a operação objeto do Contrato, a Equatorial, na condição de acionista controladora da CELPA, fará com que a companhia cumpra com os termos do plano de recuperação judicial aprovado em assembleia geral de credores e homologado em juízo em 1º de setembro de 2012.
São Paulo, 25 de setembro de 2012.
REDE ENERGIA S.A.
CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S.A. - CELPA

Fonte: www.ioe.pa.gov.br_8080_diarios_2012_09_27.09.caderno.09.pdf

A propósito sobre essa conjuntura comenta o diretor jurídico do Sindicato dos Urbanitários do Estado do Pará a repetição de um filme estrelado pelo Grupo Rede, em 1998, quando chegou ao Pará tentando intimidar o Sindicato, demitindo trabalhadores e aumentando a terceirização, o que levou a precarização do serviço, adoecimentos e acidentes de trabalho.

E ainda sobre esse momento, explica o Diretor jurídico em entrevista concedida em junho de 2013:

[...] aconteceu exatamente o que vínhamos alertando há anos. A má gestão e falta de investimento, fatores, aliás, constatados pelo Ministério Público do Estado, levaram o então controlador da Celpa, Grupo Rede Energia, a entrar com pedido de recuperação judicial em maio de 2012. O Sindicato dos Urbanitários, quando da

privatização em 1998, já afirmava que esse dia ia chegar, só não sabíamos quando, pois tínhamos a leitura de que a Empresa que arrematasse a Celpa no leilão de privatização, independente de qual fosse, iria sugá-la até a última gota de sangue [...] (Entrevista com o diretor jurídico do sindicato dos urbanitários, agosto 2013).

[...] Infelizmente tínhamos razão, o Grupo Rede após 14 anos de gestão a frente da Empresa, consolidou consecutivos anos de lucratividade, sem a devida manutenção dos níveis de investimento, que são necessários para uma Empresa cujo maior patrimônio fica exposto as intemperes do tempo, que é o seu SISTEMA ELÉTRICO. Mesmo comercializando um produto essencial a vida moderna, que não precisa de propaganda para ser vendido, e que pela sua natureza é um monopólio natural, sucumbiu às mazelas da má gestão. O fatídico dia chegou, era um sábado, dia 01 de setembro de 2012, num ambiente de luxo se reunirão os principais e maiores credores da falida Celpa, a maior empresa paraense, quanta vergonha e desgosto para um povo maltratado com os péssimos serviços prestados pela concessionária. E os empregados, o que falar, sem dúvida esses, sofreram em dobro, pois além de serem consumidores, dependiam da Empresa para ganhar seu sustento [...] (Entrevista com o diretor jurídico do sindicato dos urbanitários, agosto 2013).

[...] Bancos, investidores, fornecedores, prestadores de serviço, empregados, etc..., todos a postos para apreciar as entranhas do Plano de Recuperação da Empresa, cuja dívida ultrapassava 3,5 bilhões de reais, na época. Os credores pela lei de recuperação eram classificados pela natureza da dívida em três classes de credores: Credores Quirografários, Credores com Garantia Real e Credores Trabalhistas. E neste caso o Plano de Recuperação tinha que ser aprovado pela maioria em cada uma das classes de forma independente [...] (Entrevista com o diretor jurídico do sindicato dos urbanitários, agosto 2013).

[...] Os Credores Quirografários eram quantitativamente a esmagadora maioria, e pela lei da recuperação são os detentores dos créditos com menor prioridade para recebimento, para ter uma ideia esses credores só receberão seus créditos a partir de 2017, muitos não aprovaram, mas foram vencidos, pois a maioria neste caso, não é relacionada à quantidade numérica dos credores e sim ao quantitativo dos créditos que cada um detém contra a Celpa, e neste caso os maiores credores que são os Bancos detinham a grande parte dos créditos, apesar de serem numericamente a minoria. É importante registrar que muitos Credores Quirografários faliram, não suportando ficarem sem receber seus créditos por tanto tempo, pois para muitos os créditos junto a Celpa eram seus maiores recebíveis. Os Credores com Garantia Real, eram em números de 02 apenas, o Banco da Amazônia e o Bid, que tiveram um forte poder de barganha e aprovaram o plano com prioridade no recebimento e baixo valor de deságio [...] (Entrevista com o diretor jurídico do sindicato dos urbanitários, agosto 2013).

[...] Por fim, chegou a vez dos Credores Trabalhistas, que detinham créditos oriundos de ações na Justiça do Trabalho, nesta classe apenas um credor detinha 98 % dos créditos e seu voto era decisivo, pois se votasse contra o Plano de Recuperação, a Celpa era declarada falida e o poder concedente teria que fazer uma intervenção na Empresa e assumir a concessão dos serviços. Esse credor que na assembleia tinha o poder de decidir o futuro da Celpa, independente dos demais era exatamente o SINDICATO DOS URBANITÁRIOS, que tinha a receber R\$ 98 milhões de reais [...] (Entrevista com o diretor jurídico do sindicato dos urbanitários, agosto 2013).

[...] Por um lado queríamos a intervenção do Poder Concedente, pois neste caso a Celpa voltaria a ser estatal, mas por outro lado, sabíamos que com a Falência dificilmente receberíamos nossos créditos, sem contar que na intervenção a situação dos empregos ficaria indefinida. Resolvemos salvar a Celpa e aprovar o Plano de Recuperação, com isso o Grupo Equatorial assumiu os serviços pagando pela Celpa apenas R\$ 1,00 e se responsabilizando em pagar todas as dívidas em até 10 anos, a partir de 2017, com exceção das dívidas trabalhistas que foram pagas no mês de

dezembro de 2012, em uma única parcela, e das dívidas dos Credores com Garantia Real que iniciaram os pagamentos de forma parcelada, mas sem a carência, ou seja, imediatamente [...] (Entrevista com o diretor jurídico do sindicato dos urbanitários, agosto 2013).

Portanto, com base em Marx, compreende-se que todo esse movimento como função de lucratividade do capital selvagem, o que implica conceber que a dinâmica da acumulação capitalista impacta no declínio do valor da força de trabalho, uma vez que, sendo este valor a valer o valor de um determinado quantitativo de bens de consumos precisos à reprodução dos trabalhadores, o acréscimo dos níveis de produtividade do labor, repercute na saúde daqueles que vivem do seu trabalho, uma vez que adoecem em decorrência das manifestações da precarização do trabalho, assim como impõe uma “dessocialização contemporânea”, de acordo com Antunes (2001), ou seja, há um niilismo da força humana que trabalha, muito incitado pelos atos competitivos e individualistas, pelo elidir dos direitos sociais garantidos ao decorrer de bravas lutas de classe. Em que, por fim o homem é “destruído” e precarizado em prol da manutenção do ciclo reprodutivo do capital.

A concentração do capital, todavia, integra o “muro maior” que nenhuma expansão no valor ou valia da força de trabalho alcance os patamares ideias de lucro do capital, a acumulação de capital é confinada, o desemprego em grande escala revive, e a condição salarial é reformulada em um nível congruente com a acumulação do capital. Não por acaso, que se observa que as empresas estão se organizando de modo mais flexível, trazendo a reorganização produtiva, a mudança dos processos de trabalho e, em consequência, nas relações de trabalho. O egresso para as crises dá-se assim, por meio de novos formatos de exploração e dominação do trabalho, materializadas nas atuais modalidades de contratação, de organização do processo de trabalho, de mobilização e disciplinamento da força laboral.

A Equatorial Celpa, como outras mais empresas do setor elétrico que se reestruturaram ao longo dessas décadas 1990 e 2000, ao utilizarem o PDV, deixam claro que esse as ações de reestruturação do processo de trabalho, não se estabelecem apenas no plano de inovação tecnológico-organizacional, se constituindo também como um processo de rearranjo geracional dos coletivos de trabalho nestas empresas, o que Antunes (2007), com base em Castillo (1996) trata como liofilização organizacional do trabalhador coletivo do capital, conforme considera Alves (2011) se caracteriza por um hibridismo tanto geracional, quanto que contratual, nos locais de trabalho, logo há sempre uma “mistura” de jovens trabalhadores contratados no suceder dos anos 2000 que realizam suas tarefas lado a lado em companhia de empregados terceirizados e de velhos operários “sobreviventes” da reestruturação produtiva do capital.

Centra-se também nessa ordem, em que há um revés das conquistas sociais dos trabalhadores, aprofunda a negação ao trabalhador da sua condição de sujeito de direito e de necessidades, que o capital como infere os estudos marxianos, no ato de sua reprodução, alcança somente uma, deixar a classe – que –vive – do – seu – trabalho viva, sob a retórica desse renovado modelo de produção, ou seja, flexível, que neste caso vem alijando a força de trabalho dentre diversas formas, em especial, por via Programa de Demissão Voluntária novamente.

O que muita se destaca, por ser uma particularidade da “questão social” no Brasil, a partir das particularidades do capitalismo no país, que vem metamorfoseando [...] o modo de ser do trabalhador assalariado e seu nexos e seu nexos psicofísico com a produção do capital, ampliando-se, como inovação sociometabólica do capital, a “captura” da subjetividade do trabalho pelos valores empresariais [...] (ALVES, 2011), já que este sendo alvo da população, alvo dos mencionados planos, apenas possui dois caminhos: ou assina a demissão voluntária, a fim de obter os “ganhos” oferecidos pelas empresas ou é demitido, sem nada em troca, ou seja, sem qualquer ganho, além dos instituídos nas leis trabalhistas vigentes; de certo que há possibilidades da empresa usar o instrumento de demissão por justa causa, provocando, ainda mais, a perda dos direitos dos trabalhadores.

5 PROGRAMA DE DEMISSÃO (IN) VOLUNTÁRIA- PDV NA CELPA EQUATORIAL: Inflexões sobre a vida familiar e profissional dos trabalhadores

A Equatorial Celpa, assim como outras empresas do setor elétrico brasileiro que se reestruturaram ao longo dessas décadas 1990 e 2000, ao utilizarem o PDV, deixam claro que as estratégias de reestruturação do processo de trabalho não se restringem apenas no plano de inovação tecnológico-organizacional, à medida que instituem um processo de rearranjo geracional do coletivo de trabalho, o que segundo Antunes (2007), com base em Castillo (1996), é entendido como liofilização organizacional do trabalhador coletivo do capital. Esse processo para Alves (2011) se caracteriza por um hibridismo tanto geracional quanto contratual nos locais de trabalho, logo, há sempre uma “mistura” de jovens trabalhadores que foram contratados nos anos 2000, os quais que realizam suas tarefas lado a lado, em companhia dos empregados terceirizados e de velhos operários “sobreviventes” da reestruturação produtiva do capital.

Na tentativa de obtenção de mais-valia em patamares mais elevados, em função da necessidade do aumento do seu lucro, a EQUATORIAL CELPA instituiu o II PDV para dar legalidade às demissões coletivas e discriminatórias, objetivando substituir os trabalhadores demitidos por terceirizados, com menores salários. Importa registrar que essa empresa lançou uma primeira versão do PDV, em abril de 2013, que teve adesão de 240 trabalhadores. Sendo assim, segundo o Diretor Jurídico do Sindicato dos Urbanitários, a empresa [...] pegou de certa forma, o trabalhador de surpresa, causando inicialmente desconfiança, mas com o aproximar do prazo final de adesão e com a estrutura de comunicação a adesão acabou superando 11 % do efetivo de empregados da Celpa⁷⁵ [...] (SINDICATO DOS URBANITÁRIOS, 2013).

A propósito, o Diretor Jurídico do Sindicato dos Urbanitários comenta:

[...] ocorreram fortes renovações do quadro de pessoal na empresa, ao ponto de afirmar que hoje temos no máximo 10% do efetivo oriunda da empresa estatal. Sem dúvida que isso abalou bastante o sentimento de categoria, pois os empregados que entram são na grande maioria jovens do primeiro emprego, e de uma forma ou de outra, esses eventos acabaram criando oportunidades a esses trabalhadores, **distanciando do movimento sindical e da luta de classe. Sem dúvida que a principal reestruturação que vem sendo colocada em prática na Celpa é a intensificação da terceirização e de sua força de trabalho. Para termos uma ideia do avanço da terceirização na Empresa, somente nos dois primeiros anos de Gestão do Grupo Equatorial registramos aumento significativo da terceirização, passando da relação de 1 terceirizado para cada próprio ao final**

⁷⁵O percentual de rotatividade se aproxima ao da Equatorial CEMAR – Centrais Elétricas do Maranhão que nesses últimos anos é de 14%, em média, mesmo esta tendo lucros anuais aproximados em R\$ 384,9 milhões em 2012 (SINDICATO DOS URBANITÁRIOS, 2013).

da Gestão do Grupo Rede, para 3,5 terceirizados para 1 empregado próprio. Com isso temos a redução dos postos de trabalho na Celpa e a precarização da relação de trabalho nas prestadoras, por consequência aumento do acidente de trabalho nas empresas terceirizadas, que ocorrem com frequência 10 vezes maior que na Celpa, já descontado o efetivo de empregados [...] (DIRETOR JURÍDICO DO SINDICATO DOS URBANITÁRIOS DO ESTADO DO PARÁ,) (grifo nosso).

Conforme pode ser constatado no relato acima, a principal estratégia de reestruturação do processo de trabalho que a empresa Equatorial vem adotando é a terceirização de sua força de trabalho, chegando a proporção de 1 (um) empregado efetivo para cada 3,5 (três e meio) terceirizados, diferentemente do Grupo Rede Celpa cuja proporção de 1 (um) empregado efetivo para cada efetivo. Essa estratégia tem implicado na redução dos postos de trabalho na mencionada empresa, bem como no aumento da precarização da relação de trabalho nas prestadoras de serviços, tendo por consequência aumento do acidente de trabalho nas empresas.

Dado aumento significativo de trabalhadores terceirizados nesta empresa e que o ramo da eletricidade exige uma mão de obra especializada, considera-se pertinente se interrogar sobre quais são os segmentos de trabalhadores que são terceirizados, haja vista o grau de risco de acidente de trabalho que o trabalho neste ramo apresenta e os trabalhadores que estão sendo demitidos são os que possuem mais tempo de serviço na referida empresa e os que estão os substituindo são os mais jovens, os quais, supostamente, não possuem experiência de trabalho nesse ramo. Por conseguinte, são os trabalhadores com maior tempo de serviço que vêm garantindo ainda mais o aumento do percentual lucrativo da empresa, contudo, mesmo tendo uma expectativa de faturamento de R\$ 3 bilhões, e economizando 15% com a folha de pagamento da empresa que antes era de monta de R\$ 13.058.269,00 milhões e, depois do PDV I passou para R\$11.1000.000,00 milhões, ou seja, gastando apenas 5,67% da receita líquida operacional com os trabalhadores, a empresa deu continuidade às demissões coletivas e discriminatórias, lançando em 27 de agosto de 2013, outra versão - que ficou conhecida como PDV II – PROGRAMA DE DEMISSÃO VOLUNTÁRIA II.

O II PDV foi fruto de greves, de discussões em várias assembleias dos trabalhadores da Celpa, de reuniões realizadas entre sindicato e empresa e de um acordo firmado entre os dia 17 e 18 de julho e aprovado pelos trabalhadores da Celpa no dia 25 desse mesmo mês, após um longo período de paralizações da categoria que se iniciou no dia 17 de junho e terminou no dia 29 de julho. Ressalta-se que desde que o Grupo Equatorial assumiu a gestão da Celpa, por meio de seu plano de reestruturação produtiva, vem mantendo uma política perversa de demissões em massas e involuntárias, sob a justificativa de necessidade de conter

custos, devido à situação de recuperação judicial, a prova disso são as 300 demissões involuntárias e por meio do I Programa de Demissão Voluntária instituído nos seis primeiros meses de gestão do grupo.

Segundo o Diretor Jurídico do Sindicato dos Urbanitários a estratégia da Equatorial era demitir 1,5% do quadro ao mês, ou seja, 27 trabalhadores por mês, o que resultaria em mais em 324 trabalhadores demitidos a cada 12 meses. Os maiores alvos para a demissão eram os trabalhadores admitidos quando a empresa ainda era estatal, por perceberem salários mais elevados. Nesse ritmo, em seis anos, a empresa teria seu quadro funcional totalmente substituído, mas essa proposta foi, imediatamente, rechaçada pelo Sindicato dos Urbanitários. É importante mencionar que esse mesmo ritmo de dispensas implementado na Celpa, também foi vivenciado nas Centrais Elétricas do Maranhão – CEMAR, muito embora esta já seja uma empresa “enxuta”.

A proposta de demissão apresentada pela empresa significou um quadro de violência moral para os trabalhadores, conforme revela o depoimento do Diretor Jurídico do Sindicato dos Urbanitários:

[...] Isso é violência moral, uma afronta à história de profissionalismo dos trabalhadores que ao longo de anos dedicaram uma vida à empresa, sempre dando o máximo de si para manter a continuidade e qualidade dos serviços. Não é justo agora sermos postos no olho da rua. Tudo em nome de uma política que visa somente o lucro, como se fossemos objetos. Somos pessoas, temos famílias, sonhos, compromissos a serem cumpridos. Temos filhos, pessoas que dependem de nós para seguir a vida [...] (SINDICATO DOS URBANITÁRIOS, 2013).

Apesar da resistência do mencionado sindicato, de acordo com o Boletim do Sindicato dos Trabalhadores Urbanitários (2013), entre os meses de maio e junho, os fluxos de demissões imotivadas aumentaram, conduzindo este Sindicato a deflagrar o indicativo de greve, com o *slogan* “Venha para a Greve, Mostre a ‘nova direção’ da empresa que o trabalhador não é produto descartável”, pois mesmo depois de várias reuniões realizadas nesse período, os interlocutores da empresa continuavam a apresentar uma proposta que previa mais demissões, justificando que mais ajustes teriam de ser feitos, porém, não mencionavam o porquê desses “ajustes”, justamente, no quadro pessoal da referida empresa.

Deflagrada a greve e depois de alguns dias desta e com 55% de adesão dos trabalhadores, a empresa enviou um documento ao Sindicato dos Urbanitários para iniciar o processo de negociação, porém, este somente se daria se fossem mantidos os serviços essenciais na base de 50% para a operação e manutenção de emergência e operação de usinas

e 50% das demais atividades. Estabelecido o acordo da manutenção dos serviços essenciais, no dia 21 de junho de 2013, no Hotel Regente, reuniram-se empresa e sindicato para discutir diversos assuntos de interesse da categoria e, principalmente, o problema maior das insistentes, sistemáticas e desmotivadas demissões.

No momento da negociação, a empresa apresentou uma proposta que não afirmava e nem negava que o fluxo de demissões seria cessado. Proposta esta que foi rejeitada pelos trabalhadores da Celpa em assembleia realizada no dia 26 de junho. Ainda neste mesmo dia, o sindicato voltou a se reunir com a empresa, objetivando por fim ao conflito apresentando uma contraproposta aos representantes da Celpa. Nesse momento, a empresa recebeu a proposta, afirmando que iria ser avaliada e as negociações continuariam na manhã do dia 28 de junho. Neste dia mesmo, após 10 horas em reunião, nada foi decidido, ficando acordado que as partes voltariam a se reunir no dia 03 de julho, quando se reuniram as partes interessadas e ambas foram a favor de um termo de acordo para por fim a greve. Contudo, haviam pontos colocados tanto pela empresa quanto pelo Sindicato, os quais se fossem aprovados em assembleia pela categoria profissional entraria em vigência, imediatamente e, foi o que aconteceu, posto que a categoria aprovou os mesmos.

No entanto após uma semana de vigência do referido acordo, o mesmo foi "quebrado" e, em 10 de julho de 2013, ocorreram novas demissões, sem justa causa. Segundo o Diretor Jurídico do Sindicato dos Urbanitários, essas demissões foram justificadas pela a empresa, alegando:

[...] o que levou a Celpa ao processo de recuperação judicial foi à forma de trabalho. A Celpa precisa se espelhar na CEMAR, precisa-se se romper com a postura anterior e com a forma ultrapassada de gestão do trabalho, a empresa enfrenta desafios, e precisa estar enxuta [...] (SINDICATO DOS URBANITÁRIOS, 2013).

A partir desse momento, imediatamente o Sindicato dos Urbanitários convocou uma assembleia, na qual a maioria dos trabalhadores decidiu que se defligrasse a greve. E, nesse momento, segundo o Diretor Jurídico do Sindicato dos Urbanitários, a direção do mesmo, se voltou para construir mais uma vez um acordo que pudesse evitar mais demissões e acordaram com a empresa que a próxima rodada de negociações seria nos dia 17 e 18 de julho de 2013, quando se sentaram novamente empresa e Sindicato dos Urbanitários. Nesse momento, o sindicato reapresentou a proposta para usar um sistema de *feedback*, que seria aplicado em agosto e nos meses de fevereiro, março e abril de 2014 a empresa poderia aplicar, novamente, a avaliação de desempenho via *feedback*. Além disso, o Sindicato propôs que: - em outubro se iniciariam as negociações da data base, processo que poderia se estender até

dezembro; - durante 8 meses não houvesse demissões espontâneas, ou seja, que o quadro de trabalhadores da empresa, fosse mantido; - para compensar os dias de greve a jornada de trabalho seria estendida por 30 minutos e que em abril a jornada retornaria para sete horas; - que a empresa reabrisse um programa de demissão voluntária, mesmo entendo que:

[...] de qualquer forma é uma demissão, em geral, com indenizações menores do que o real a ser pago, porém com um sentido menos traumático; o pai ou a mãe – trabalhador (a) tem liberdade para escolher o que é melhor para si no que se refere a sua vida profissional [...] (SINDICATO DOS URBANITÁRIOS, 2013).

Segundo o mencionado dirigente sindical, o sindicato sempre fez linha de frente contra os programas de demissões voluntárias, explicitando para o trabalhador seria melhor continuar na empresa, lutar pelo seu trabalho, do que se arriscar diante das dificuldades do enquadramento no mercado de trabalho. Ressaltou que propor mais um programa de demissão voluntária, a partir do antigo posicionamento do Sindicato, poderia parecer um retrocesso na luta do sindicato, todavia foi pensando naquela conjuntura como uma estratégia para que não houvesse um contingente grande de demissões sem justa causa que expõe o trabalhador, que o Sindicato aceitou a implantação de um outro PDV. Neste sentido o depoimento do Dirigente Sindical é ilustrativo:

[...] Não somos favoráveis aos processos de PDV, pois trazem com sigio a redução do quadro próprio de pessoal e o avanço da terceirização. Por outro lado, considerando a redução do poder de reação da categoria em relação a demissões e considerando também que o PDV acaba sendo uma grande oportunidade para os trabalhadores que já tem as condições de aposentadoria. Diante deste cenário encaramos o PDV como um processo menos traumático de demissão, pois a dispensa depende de uma decisão bilateral. Para a Empresa é uma alternativa de renovar/reduzir o quadro, sem entrar em conflito com os trabalhadores, em que pese o aumento do custo das demissões. Com impacto observo a perda da memória técnica da empresa e o desbalanceamento do quadro de empregados nas diversas áreas, causando com isso uma série de transferência de empregados de uma área para outra após o processo de PDV. Isso muitas vezes impacta na qualidade dos serviços a população e no aumento de acidentes e doença do trabalho [...] (SINDICATO DOS URBANITÁRIOS, 2013).

Pelo exposto, constata-se que a demissão dos trabalhadores pela empresa era inevitável dada à correlação de forças políticas desfavoráveis para os mesmos naquele momento. Assim, foi efetuado um acordo entre o Sindicato dos Urbanitários e a empresa Equatorial Celpa para a instituição do II PDV, enquanto uma estratégia para que os trabalhadores que fossem demitidos não tivessem tantas perdas. Assim, no dia 26 de agosto de 2013, através de uma circular de assunto: “Novo programa de demissão voluntária - PDV”, emitida pela presidência da empresa Equatorial Celpa, direcionada a todos os trabalhadores,

com o objetivo de continuidade ao plano de reestruturação da Celpa, quando estes foram informados sobre a implantação de mais uma edição do PDV II, com o objetivo de adaptar o quadro de funcionários próprios da concessionária de energia às suas necessidades atuais.

Este acordo foi aprovado pelos trabalhadores da Celpa no dia 25 de julho de 2013, após um longo período de paralizações da categoria, que se iniciou no dia 17 de junho e terminou no dia 29 de julho do referido ano. Registra-se que a proposta do II PDV foi, inicialmente, rechaçada pelo Sindicato dos Urbanitários, porém, dada a correlação de forças políticas existentes naquele momento histórico, tornou-se imperiosa a aceitação do mencionado Plano.

Segundo o Diretor Jurídico do Sindicato dos Urbanitários, houve um total de 131 adesões, dentre os quais 69 trabalhadores optaram pelos “benefícios” da proposta 1 e 62 pela proposta 2, o que comprova que as demissões nesta empresa não têm o sentido de solucionar os déficits operacionais e, sim, objetiva possibilitar mais lucratividade para a mesma, desmascarando, assim, a legalidade das mesmas.

Tabela 9 - Identificação do comparativo das propostas apresentadas Sindicato X Empresa.

Comparativo das propostas sobre o quadro de pessoal da Celpa/ Equatorial	
Sindicatos	Celpa
1. Agosto/13....Feedback p/ todos os trabalhadores	1. Agosto/13....Feedback p/ todos os trabalhadores
2. Setembro/ 13....PDV:	2. Setembro/ 13....PDV:
3. Outubro/13...Negociações da Data-Base;	3. Outubro/13....1º Feedback;
4. Novembro/13....Negociações da Data-Base;	4. Novembro/13....2º Feedback;
5. Dezembro/13....Negociações da Data-Base;	5. Dezembro/13... Início das demissões por falta de desempenho;
6. Janeiro/14.....1ºFeedback;	6. Fevereiro/14....Retorno da jornada de 7 h diárias;
7. Fevereiro/14...2º Feedback;	
8. Março/14....3º Feedback;	
9. Abril/14....Retorno da jornada de 7 h diárias	

Fonte: Boletim dos Urbanitários/ junho 2013.

Registra-se que passada a última fase de negociação entre a empresa e o sindicato dos urbanitários foi assinado novo acordo que no dia 29 de julho de 2013, o qual foi aprovado em assembleia pela categoria profissional e entrou em vigência no dia 01 de agosto desse mesmo ano. O acordo firmado citado acima garantiu certas conquistas, sendo que uma das mais significativas foi referente aos 06 (seis) meses sem demissões, pois para todos os trabalhadores é considerada:

[...] uma grande vitória, fruto da luta, da mobilização, da greve de 16 dias e dois dias de paralisação. É uma conquista histórica, que os companheiros do Maranhão não alcançaram. Uma verdadeira quebra de paradigmas, sobretudo para a Equatorial, cujo discurso era o de demitir e demitir [...] (SINDICATO DOS URBANITÁRIOS, 2013).

O depoimento acima evidencia que os trabalhadores lutaram de diversas formas para assegurar os seus postos de trabalho, contudo, o poder político e econômico da empresa Equatorial Celpa sobre os mesmos, não foi possível evitar a demissão, pois o próprio PDV expressa, contraditoriamente, a garantia dos interesses da empresa enquanto representação jurídica do capital, no que tange à acumulação de capital para o setor de distribuição de energia elétrica no contexto paraense, já que implica na demissão de trabalhadores com maior tempo de serviço na referida empresa e com maior salário, os quais provavelmente, serão substituídos por trabalhadores terceirizados que serão subsumidos aos menores salários e às piores condições de trabalho precário.

Trata-se, então, do:

[...] recrudescimento da mercantilização: o capital reafirma a força de trabalho como mercadoria, subordinando os trabalhadores a uma lógica em que a flexibilidade, o descarte e a superfluidade são fatores determinantes para um grau de instabilidade e insegurança no trabalho, como nunca antes alcançado (ANTUNES; DRUCK, 2014, p.17).

Nessas condições, o referido Plano previu o pagamento de todas as verbas legais devidas à modalidade de “Demissão sem justa causa”, ou seja: notificação de aviso prévio indenizado, podendo chegar a três remunerações, conforme o tempo de serviço do trabalhador; Férias vencidas e proporcionais; Gratificação de Férias; 13º Salário proporcional; Multa Rescisória de 40% do FGTS e Saldo de Salários. Além das verbas rescisórias legais acima mencionadas, a empresa pagou, também, aos trabalhadores os incentivos à demissão “(in) voluntária” que foram apresentados sob a forma de duas propostas, a saber:

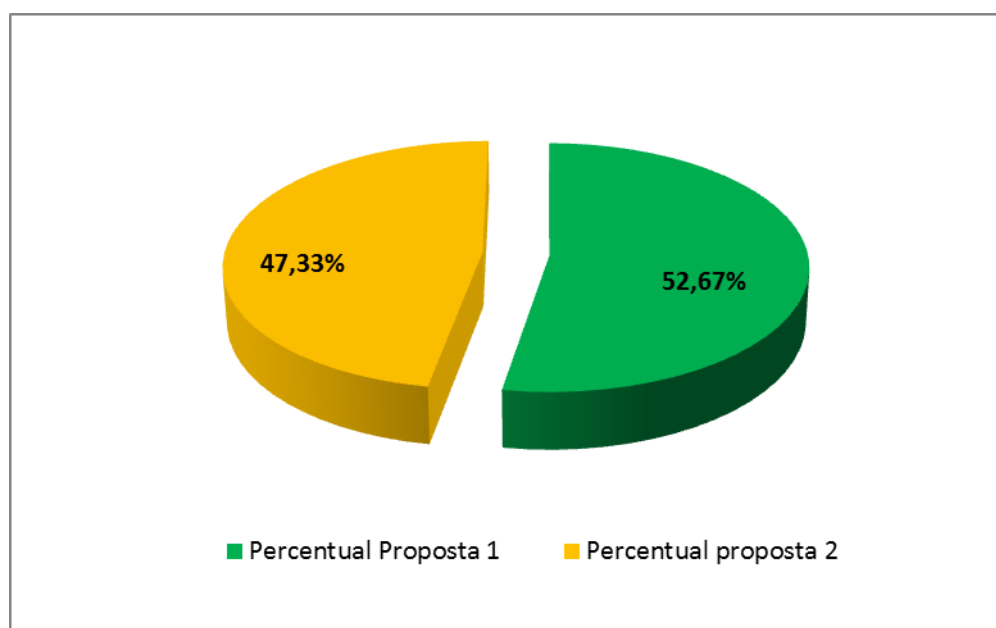
Proposta 01: Indenização financeira de 10% do salário base por cada ano completo de serviço, limitada a três salários base; vale alimentação mensal no valor de R\$590,00 (quinhentos e noventa reais), não reajustável, por um período de dois meses; plano de saúde para o colaborador e seus dependentes registrados na Celpa até a data de adesão ao PDV, por um período de doze meses, o qual a empresa assumiria 100% do valor das mensalidades; o plano de saúde disponibilizado era o mesmo mantido para o quadro ativo de empregados, em todos os seus termos;

Proposta 02: Incentivo financeiro de um salário base, garantido um incentivo mínimo de R\$5.000,00 (cinco mil reais); vale alimentação mensal no valor de R\$590,00 (quinhentos e

noventa reais), não reajustável, por um período de três meses; plano de saúde para o colaborador e seus dependentes registrados na Celpa até a data de adesão ao PDV, por um período de três meses, assumido pela Celpa em 100% do valor das mensalidades; o plano de Saúde disponibilizado será o mesmo mantido para o quadro ativo de empregados, em todos os seus termos; qualquer que seja a opção, para os fins do PDV, o salário-base será o salário nominal do empregado, vigente na data do efetivo desligamento, excluído qualquer adicional ou benefício das verbas rescisórias legais acima relacionadas; sobre o valor da Indenização financeira não incidirá Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF, nem contribuições à Previdência Social e depósitos fundiários (FGTS), não integrando a remuneração do empregado para nenhum efeito de direito.

Os depoimentos dos sindicalistas acima revelam que de fato os trabalhadores que foram alvos do II PDV não tinham escolhas, ou seja: se não optassem por uma dessas propostas seriam demitidos recebendo apenas as verbas rescisórias. Assim, do quantitativo total de 131 trabalhadores, 69 (sessenta e nove) trabalhadores optaram pelos "benefícios" da proposta 1 e 62 (sessenta e dois) pela proposta 2, ou seja, segundo o "benefício" II PVD, a maioria dos trabalhadores (52,67%) "optaram" pela proposta 1, seguida da proposta 2 (47,33%). O gráfico abaixo apresenta uma visão sobre esta situação.

Gráfico 5- Percentual de trabalhadores da Equatorial Celpa que aderiram ao II PDV, no período de 02 a 30 de setembro de 2013, segundo o "benefício".



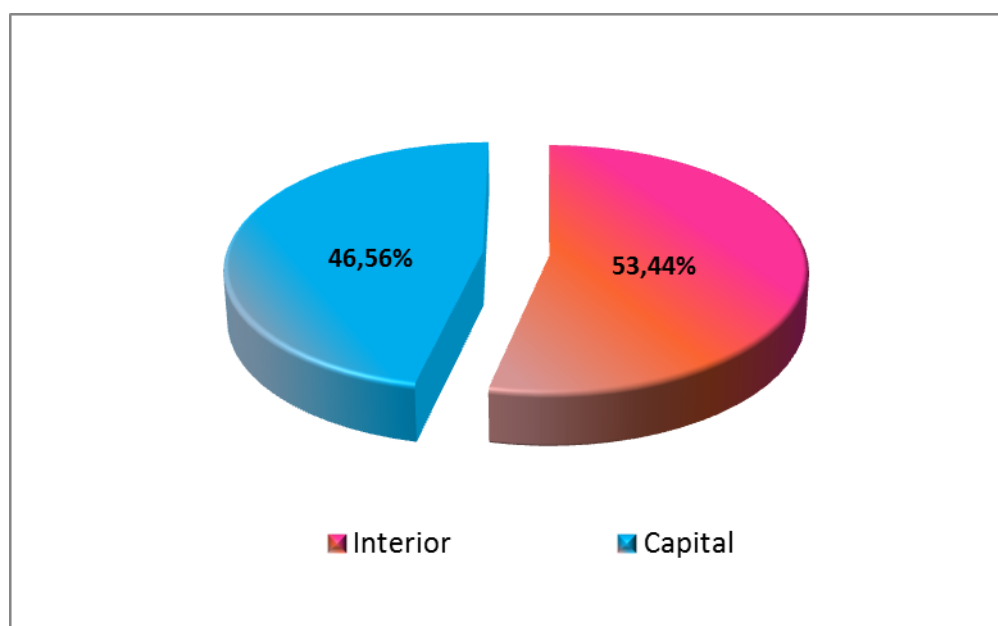
Fonte: Elaboração da autora com base na pesquisa de campo realizada no Sindicato dos Urbanitários nos anos de 2013 e 2014 para este estudo.

Segundo o diretor jurídico do Sindicato dos Urbanitários, as propostas “ofertadas” aos trabalhadores para o incentivo às demissões “voluntárias” evidenciam que as demissões nessas condições, não têm o sentido de solucionar os déficits operacionais, mais sim, a adesão do quantitativo de 131 trabalhadores ao PDV II indica que a força trabalho nesta empresa encontra-se cada vez mais fragmentada, com implicações na ruptura da identidade de classe, promovendo formas de labor heterogêneas: terceirizada, parcial, informal, dentre outras que conduzem ao desmonte da organização dos trabalhadores. Assim, o II PDV conduz a constatação de que o processo de reestruturação desta empresa de energia elétrica tem se desenvolvido numa conjuntura de crise, recessão e desemprego e instabilidade econômica, o que eleva consideravelmente os conflitos nas relações de trabalho e emperra o desenvolvimento de formas de gestão de caráter mais democrático e participativo. Evidencia-se, então, que os arranjos de mudanças que foram implantados nesta empresa do setor elétrico paraense sejam por meio dos PDV's, sejam pela terceirização, sejam por outras técnicas de controle da força de trabalho (metas de produção), provocaram alterações vultosas nos modos de organização do trabalho, antes, estabelecidas na empresa quando estatal.

Porém, não se tem conhecimento, em verdade, de sua real situação de reprodução social dos trabalhadores que aderiram ao II PDV, neste momento atual da dinâmica de acumulação do sistema capitalista que tem implicado, como já foi dito, num aviltamento sem precedentes da exploração da força de trabalho. Sendo esta, portanto, a explícita preocupação - isto é, investigar se esses trabalhadores demitidos via o PDV II instituído pela Equatorial Celpe encontram-se desempregados ou foram reinseridos no mercado de trabalho e quais as repercussões da adesão a esse plano na vida profissional e familiar dos mesmos.

Igualmente, observou-se que no que concerne ao local de residência/trabalho dos trabalhadores que aderiram ao PDV, a maioria reside no interior do estado do Pará, isto é, 53,44% e 46, 56% residem na capital do estado do Pará. Neste sentido, o gráfico abaixo é ilustrativo:

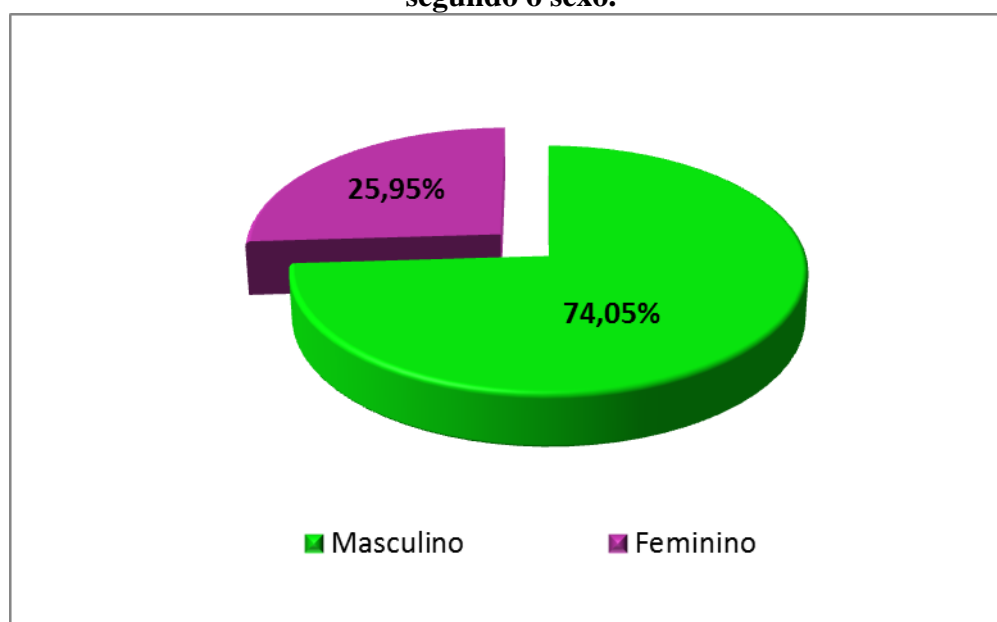
Gráfico 6- Percentual de trabalhadores da empresa Equatorial Celpa que aderiram ao sistema PDV II, segundo o local de trabalho



Fonte: Elaboração da autora com base na pesquisa de campo realizada no Sindicato dos Urbanitários nos anos de 2013 e 2014 para este estudo.

Ao tentar obter conhecimentos sobre o perfil dos trabalhadores que foram demitidos pelo PDV II, verificou-se que a maioria dos trabalhadores da referida empresa que aderiram ao II PDV pertence ao sexo masculino, ou seja, 74,05% dos 131 (cento e trinta e um) e 25,95% são do sexo feminino, conforme evidencia o Gráfico V.

Gráfico 7- Percentual de trabalhadores da Equatorial Celpa que aderiram ao II PDV, segundo o sexo.



Fonte: Elaboração da autora com base na pesquisa de campo realizada no Sindicato dos Urbanitários nos anos de 2013 e 2014 para este estudo.

Entende-se que o fato da maioria dos trabalhadores que aderiram ao PDV pertencerem ao sexo masculino pode estar relacionado à natureza da atividade fim da empresa – distribuir energia elétrica, a qual, em geral, é exercida pelos homens. No que se refere ao cargo, à maioria dos trabalhadores desta empresa estão lotados na diretoria de distribuição. Ressalta-se que dentre esses, 2,56% **trabalhavam** na gestão comercial, seguido dos 3,55% que ocupavam cargos na área de gestão de distribuição, conforme pode ser observado na tabela abaixo.

Tabela 10 - Identificação do percentual dos trabalhadores da Celpa que aderiram ao segundo PDV, segundo a Diretoria da empresa.

Diretoria	Adesão ao PDV				Total	
	Não		Sim		Qtd.	%
	Qtd.	%	Qtd.	%		
Comercial	476	24,87	49	2,56	525	27,43
Distribuição	906	47,34	68	3,55	974	50,89
Administrativa e Financeira	128	6,69	9	0,47	137	7,16
Estratégia e Regulação	23	1,20	1	0,05	24	1,25
Presidência	29	1,52	1	0,05	30	1,57
Gente e Gestão	221	11,55	3	0,16	224	11,70
Total	1783	93,16	131	6,84	1914	100,00

Fonte: Elaboração da autora com base na pesquisa de campo realizada no Sindicato dos Urbanitários nos anos de 2013 e 2014 para este estudo

Como se sabe a diretoria comercial da empresa tem uma função importante para a realização do capital – mercadoria, pois é por meio da venda da mercadoria energia elétrica que ocorre o processo de reprodução do capital – a circulação que é uma fase do processo global da reprodução. Desta forma, “Ao encurtar o tempo de circulação, aumenta a proporção da mais-valia com o capital adiantado, portanto, a taxa de lucro” (MARX, 2008, p.375.). Ora, se é na comercialização da mercadoria – energia elétrica que ocorre a realização do circuito do capital, visto que o comerciante só pode extrair seu lucro do preço das mercadorias que vende, torna-se pertinente se interrogar sobre os motivos que levaram a Equatorial Celpa demitir os gestores das Diretorias Comercial e Distribuição: Esses gestores foram substituídos por outros cujo salário é menor do que o percebido pelos recém-contratados?

Este último questionamento ganha sentido ao constatar que o maior percentual de trabalhadores que aderiram ao II PDV foram os que possuíam maior tempo de serviço na antiga empresa Rede Celpa, ou seja, **37,40% tinham de 11 a 15 anos de concessionária e**

15,27% tinham de 20 a 30 anos de serviço na mesma. A tabela abaixo é elucidativa neste sentido.

Tabela 11 - Apresentação do percentual de trabalhadores da empresa Equatorial Celpa que aderiram ao segundo PDV, segundo o tempo de serviço.

Faixa de Tempo de Serviço	Adesão ao PDV	
	Frequência	% Adesão
Até 05 anos	20	15,27
De 06 a 10 anos	27	20,61
De 11 a 15 anos	49	37,4
De 16 a 20 anos	5	3,82
De 20 a 30 anos	20	15,27
Acima de 30 anos	10	7,63
Total	131	100

Fonte: Elaboração da autora com base na pesquisa de campo realizada no Sindicato dos Urbanitários nos anos de 2013 e 2014 para este estudo.

Em continuidade, constatou-se que os trabalhadores que aderiram ao II PDV tenham sido aqueles que possuíam maior tempo de serviço na empresa, conforme evidencia a tabela abaixo.

Tabela 12 - Comparativo percentual dos que aderiram ao segundo PDV em relação ao tempo médio de serviço e a Idade média.

Descrição	Comparativo	
	Empresa	II PDV
Idade Média em anos	40,26	12,30
Tempo Médio em anos	41,66	14,94

Fonte: Elaboração da autora com base na pesquisa de campo realizada no Sindicato dos Urbanitários nos anos de 2013 e 2014 para este estudo.

A tabela acima permite compreender que os trabalhadores que aderiram ao II PDV foram aqueles que possuíam maior tempo de serviço na empresa e, portanto, recebiam maiores salários, sendo, então, substituídos por trabalhadores com menores salários.

Segundo Marx, o salário é o preço de uma determinada mercadoria: a força de trabalho. Nesta perspectiva, “O salário é, portanto, determinado pelas mesmas leis que

determinam o preço de qualquer outra mercadoria” (p.38), ou seja, a concorrência entre os compradores e vendedores, que é baseada na lei da oferta e da procura. A força de trabalho dos trabalhadores que possuem especialidade no ramo da energia elétrica, diferentemente dos trabalhadores, em geral, não é vendida para qualquer comprador, mas sim, para os compradores do referido ramo.

Assim, no estado do Pará, a única empresa do ramo de energia elétrica existente no estado do Pará é a Equatorial Celpa, o que pode explicar o fato de que os trabalhadores que ganham salários maiores são substituídos pelos trabalhadores com menores salários, pois:

[...] O salário do trabalho subirá ou cairá conforme a relação de oferta e procura, de acordo com a forma que assumir a concorrência entre compradores da força de trabalho, os capitalistas, e os vendedores da força de trabalho, os operários [...] (MARX, 2006, p.44).

Sendo assim, o lucro do capitalista sobe na medida em que o salário cai, e cai na medida em que o salário sobe (*idem, ibidem*, p. 56). Sob esta lógica, é possível compreender o fato de que os trabalhadores que aderiram ao II PDV possuem 42 anos de idade e trabalhavam na empresa em média, entre 12 a 15 anos de serviço na empresa. Desta forma, considera-se importante se interrogar sobre as inflexões do II PDV instituído pela empresa Equatorial Celpa, na vida profissional e familiar dos trabalhadores: esses trabalhadores encontram-se desempregados ou foram re-inseridos no mercado de trabalho? Em caso de encontrarem-se desempregados quais são os motivos para tal? Quais são as principais dificuldades que os mesmos têm encontrado para tal? No caso de terem sido re-inseridos ao trabalho, quais são os novos postos de trabalho ocupados pelos mesmos? Quais são as atuais condições de trabalho dos mesmos? Que impactos a demissão “voluntária” causou na vida familiar desses trabalhadores?

A tentativa de respostas a essas questões conduziram, inicialmente, ao conhecimento sobre quem são esses trabalhadores, assim como sobre o quê mudou na vida dos mesmos após a demissão via II PDV. Desta forma, procurou-se conhecer a trajetória da vida familiar e profissional dos trabalhadores pesquisados, fazendo destaque para as situações dos que ingressaram na Celpa antes da sua privatização; no momento da privatização, em 1988 e, após a privatização. Dentre os 10 (dez) trabalhadores pesquisados, via entrevista e aplicação de um questionário⁷⁶ que foram demitidos via o II PDV, 05 (cinco) ingressaram na Celpa quando a mesma ainda era estatal.

⁷⁶A metodologia da pesquisa consta na primeira parte deste texto. Evidencia-se que para chegar até os pesquisados, foi disponibilizada pelo sindicato dos Urbanitários uma lista com o número de telefone, dos

Dado o compromisso em assegurar o anonimato dos pesquisados e, portanto, com a ética na pesquisa os mesmos foram identificados por nomes de artistas brasileiro, norte-americanos e europeus.

5.1 Trajetórias dos trabalhadores que ingressaram na Celpa antes da sua privatização

Trajetória de vida e de trabalho de *Edgar Degas*

Edgar Degas é natural da cidade de Igarapé-Miri, nasceu no ano de 1967. cursou o ensino médio (antes segundo grau), associado ao curso Técnico em Eletrotécnica, no antigo Centro Federal de Educação Tecnológica do Pará, hoje, Instituto Federal do Pará. O estudo para ele foi uma porta para ter uma melhor condição de vida. Relatou que, atualmente, é casado, tem três filhos e reside no município em que nasceu no bairro de Algodal. Começou a trabalhar aos 18 (dezoito) anos de idade, desempenhando funções de vigilante, ajudante de eletricitista etc; a renda obtida com esses trabalhos propiciou a *Degas* dar continuidade em seus estudos nessa área.

Ingressou na Celpa, no ano de 1988, quando tinha 21 (vinte e um) anos de idade. Informou que a sua motivação para prestar concurso público para trabalhar nessa empresa, naquela época, foi a possibilidade de trabalhar no ramo com o qual se identificava profissionalmente, mas o ponto chave para esse caminho foi a estabilidade e a oportunidade de trabalhar numa grande empresa, receber um salário “justo” e suficiente para sustentar a sua família em todos os aspectos. Revelou que sempre trabalhou muito, mesmo quando a empresa era estatal. Comentou que a sua vida profissional se transformou, significativamente, quando a referida empresa foi privatizada. Relata que a primeira mudança que ocorreu com a privatização foi o deslocamento do local de trabalho que funcionava em um prédio central localizado na Avenida Magalhães Barata, para a Rodovia Augusto Montenegro Km 8,5. Essa mudança, diz *Degas* “bagunçou a vida dos trabalhadores, alterou muito a vida, muitos tiveram

trabalhadores que aderiram o II PDV. Realizou-se em média 90 ligações telefônicas. Algumas vezes os números telefônicos não mais estavam em vigência, impossibilitando o contato. Igualmente, na maioria das vezes em que o contato foi estabelecido, os sujeitos não aceitaram em participar da pesquisa, sob a justificativa de que não queriam lembrar-se desse momento. Quanto aos sujeitos que aceitaram participar da pesquisa, informa-se que em alguns casos, a entrevista foi realizada nas suas residências, no hospital porto dias, haja vista que um entrevistado no momento estava sendo acompanhante de sua conjugue, pois a mesma encontra-se seriamente doente. Outros aceitaram participar, concedendo a entrevista por telefone, e respondendo o questionário por e-mail, nestes casos são os pesquisados que realmente queriam participar da pesquisa e não se expor pessoalmente ou os que não residem na região metropolitana de Belém.

que acorda mais cedo, não havia tantas linhas de ônibus como existem hoje para essa parte da cidade, então, começou a existir um desgaste físico, desde o percurso para o trabalho” (*Sic*).

Referiu-se, também, que antes da empresa ser privatizada, ele trabalhava 07 (sete) horas por dia, depois passou a trabalhar entre nove a dez horas. Por um tempo, essas horas extras foram pagas, mas, posteriormente, “impuseram um sistema de compensação, um banco de horas, mas quase nunca compensou essas horas, pois não conseguia tirar, não havia trabalhadores suficientes para ficar no trabalho” (*Sic*).

Ao ser questionado sobre as mudanças sobre a sua rotina de trabalho, *Degas* respondeu que o ambiente de trabalho ficou mais instável, os trabalhadores ficaram mais inseguros quanto à permanência no emprego. No Centro de Distribuição, o seu setor de trabalho, todos os equipamentos comprados não tinham qualidade, a frota de viaturas não foi renovada. Comentou que na sua regional – Tocantins Marajó, os serviços comerciais, de manutenção de redes, de plantão da distribuição e iluminação pública passaram a ser realizados por empresas terceirizadas. Com essas mudanças, *Degas* informou que nesse momento passou a coordenar equipes de manutenção pesada e, não teve gratificação por essa mudança de função, já que antes era eletricitista.

Relatou que trabalhou como técnico eletricitista, basicamente, em todos esses anos. Foi eletricitista na construção, manutenção e reforma de redes de linhas de distribuição de energia; trabalhou na manutenção emergencial nas linhas de subtransmissão nas tensões de 69 e 138 Kv; realizou atividades nas áreas de substituição de transformadores avariados e manutenção corretiva e preventiva. Trabalhou, também, nos setores de leitura de carregamento de transformadores, medição de valores de aterramento, ligação de consumidores padrão monofásico, bifásico e trifásico, iluminação pública e na atualização de diagrama unifilar, elaboração de croqui, substituição de capacitores, religadores e reguladores de tensão.

Comentou sobre um acidente de trabalho que sofreu. No dia 12 de abril de 2007 às 23h 55, quando esteve realizando manutenção em um poste de madeira de 10 metros, na tentativa de repor um condutor de energia de awg em seu topo, nesse instante, o poste se quebrou e caiu sobre a perna do eletricitista. Acidentado com o fêmur direito quebrado, foi socorrido e levado a um hospital privado. Realizou cirurgia, implantando uma haste metálica nessa parte do corpo e, passou a fazer fisioterapia, diariamente, durante cinco anos. O pedido de afastamento de um ano foi considerado pela Previdência Social pelo código 091⁷⁷. Após o

⁷⁷O benefício acidentário espécie 91 da Previdência Social é o benefício que exige a CAT (Comunicação de Acidente do Trabalho) e é concedido ao segurado que sofre acidente de trabalho, inclusive o de trajeto, ou para

processo de reabilitação profissional realizado pelo INSS e pela Celpa, *Degas* retornou ao trabalho, em abril de 2008, como técnico operacional. Ficou trabalhando. Porém, quando o Grupo Equatorial assumiu a Gestão da Celpa, com mudanças intensas, mais aceleradas, com duras investidas, sob a iminência de demissão, levando-o a um stress constante por não saber o que iria acontecer no dia seguinte. Contou que se antes já trabalhava muito, o seu trabalho dobrou, sentiu-se muito fatigado, estressado e depressivo. Comentou que: ou ele se adequava aquela realidade ou se demitia.

Degas relatou que saia para o trabalho às seis da manhã e trabalhava quase sem parar. Almoçava na sua casa ao meio dia. Retornava ao trabalho às quatorze horas e sempre seu expediente terminava além do expediente normal, mas o trabalho não acabava porque sempre tinha que atender os três celulares que a empresa havia lhe dado, pois a hora que surgisse alguma demanda na regional, tinha que atender. **Foi quando não aguentou mais, conversou com sua família e resolveu aderir o II PDV.** Após a sua demissão, ficou sem trabalho por cinco meses e, desde então, trabalha como gerente num depósito de bebidas, e trabalha com orientações empresariais pelo SEBRAE. As duas atividades são negócios de família. Comentou que mesmo não tendo todos os benefícios da Celpa, vive bem; porém o que faz falta, consideravelmente, é o plano de saúde. Relatou que está feliz, visto que tem mais tempo para a família, para o lazer; a sua saúde melhorou. Afirmou que por mais que a Celpa fizesse uma boa proposta de trabalho, ele não retornaria trabalhar na mesma.

Trajetória de vida e trabalho de *Margarete Keane*

Margarete Keane é natural de Tucuruí, nasceu no ano de 1965, é casada, há mais de 20 anos, tem três filhos, reside no bairro do Guamá em casa própria. Migrou para Belém ainda jovem, com o objetivo de concluir seus estudos, e conseguir um bom trabalho. Estudou no antigo Centro Federal de Educação Tecnológica do Pará, hoje, Instituto Federal do Pará, fez o curso de Técnico em Eletrotécnica. Relata que na época, o setor elétrico privado pouco

aquele trabalhador que se torna portador de doença profissional. O segurado terá direito de receber o benefício até que tenha condições de retornar ao trabalho e ser habilitado para exercer outra função compatível. Muitas vezes, o trabalhador tem doença profissional, adquirida pelos esforços advindos das suas atividades profissionais, e pensa que é doença comum. Assim, invés de requerer a Comunicação de Acidente de Trabalho para dar entrada no benefício auxílio acidentário (B91), acaba requerendo o B31 (auxílio doença previdenciário). O benefício de auxílio doença comum (B31) é concedido ao segurado impedido de trabalhar por doença ou acidente, mas que não guarda nexos com o trabalho. Este tipo de benefício não gera estabilidade. Em ambos os casos, o segurado deve ficar afastado por mais de 15 dias consecutivos e a incapacidade para o trabalho após os primeiros 15 dias tem que ser comprovada mediante perícia médica do INSS. Contudo, a transformação do auxílio doença previdenciário (B31) em acidentário (B91) corresponde a prática de conversão de um para outro, caso fique comprovado mediante perícia médica que a doença ou acidente decorreu de práticas laborais. Ou seja, o trabalhador pode se afastar, requerer o auxílio doença e, após ser submetido a perícia que comprove a origem laboral de sua incapacidade, transformar o benefício em acidentário.

absorvia mão de obra feminina e, acreditava que para permanecer nessa área teria que ser aprovada em um concurso público, então, a mesma prestou concurso para a empresa de telefonia do Estado e para a Celpa; foi contratada, primeiro, pela Telepará. Trabalhou na empresa de Telecomunicações do Pará, empresa pertencente ao sistema Telebrás que foi privatizado por meio de leilão internacional, em julho de 1998. Nessa empresa, ela relata ter sofrido um acidente de trabalho e pediu demissão. No ano de 1987, *Keane* ingressou na Celpa, na qual trabalhou todos esses anos no laboratório químico.

Ao ser interrogada sobre o processo de privatização da Celpa, *Keane* comentou que foi um momento difícil de ser vivenciado, pois as demissões em massa assustaram os trabalhadores. Informou que no setor onde trabalhava houve algumas demissões, e desde então, sempre o departamento ficou com um número de trabalhadores pequeno para realizar as atividades. Aumentou-se a oferta de serviços e o número de trabalhadores diminuía a cada semestre. “Não havia contratações, os trabalhadores terceirizados aumentaram” (Sic). *Keane*, afirmou que quando a empresa foi privatizada, ficou preocupada ao pensar na perda do direito de sua estabilidade, que o funcionalismo público garante.

Com relação à nova gestão implantada pelo Grupo Equatorial, *Keane* disse que a nova organização do trabalho imposta girava em torno de eficiência e eficácia organizacional, os custos teriam que ser reduzidos, o trabalho seria por metas. Foi exacerbada a competitividade entre os colegas de trabalho. Os ambientes de trabalho se tornaram desconfiantes, os trabalhadores se sentiam todo tempo vigiados, controlados, vivenciavam um sentimento de exigência continua devido terem que trabalhar por metas.

Essas condições de trabalho levaram *Keane* sentir-se desvalorizada. Segundo o seu relato, esse sentimento aumentou quando um colega de trabalho sofreu um acidente de trabalho e faleceu. Sensação esta que aumentou ainda mais, quando ficou sabendo que poderia ser demitida, por ser antiga na empresa. Acerca desse momento informou que sentiu um vazio, pois passou sua vida toda ali trabalhando, sem acompanhar direito o crescimento dos seus filhos, sem muito passear com a família. Afirmou que chegou um tempo que esteve quase sem convívio familiar, pois quando chegava do trabalho, era somente para jantar e dormir, devido ao intenso cansaço, foi nesse momento em que a empresa divulgou o II PDV. Nesse momento, a mesma buscou informações sobre o seu processo de aposentadoria, sabendo que poderia solicitá-la, fez a adesão ao programa de demissão voluntária, pois preferiu sair da empresa por essa via do que ser demitida.

Atualmente, *Keane* relatou que não está trabalhando de forma assalariada. Trabalha como dona de casa, acompanhando de perto o a vida dos seus filhos. Referiu-se que, hoje, ela

tem um convívio melhor com seu marido e com o resto de sua família, pois está mais presente, está participando de reuniões familiares. Informou que melhorou sua vida religiosa, inclusive é integrante do Coral de sua paróquia; está fazendo atividade física e um curso de corte e costura com o objetivo de fazer roupa para si própria e para a família. Comentou que não quer mais trabalhar fora do lar e também não se arrepende da decisão que teve, pois mesmo não tendo os benefícios sociais de quando trabalhava Rede Celpa, é de opinião que está conseguindo administrar sua aposentadoria e ter qualidade de vida.

Trajatória de vida e de trabalho de *Pierre Auguste Renoir*

Renoir é natural de Belém, nasceu em 1965, é casado há mais de vinte anos, tem dois filhos. Reside, atualmente, no bairro da cidade velha, em sua casa própria. De origem simples, falou que, fez curso técnico de eletrotécnica e, após ter concluído o ensino médio, antigo segundo grau, começou a trabalhar com 19 anos: trabalhou como ajudante instrumentista na empresa de Transportes Aéreos da Bacia Amazônica - a extinta TABA. Relatou que logo após ser demitido desta empresa que naquele momento estava em processo de falência, foi aprovado no concurso para trabalhar na empresa Celpa. O fato de ter prestado concurso na Celpa foi devido o seu interesse em poder ter melhores perspectivas de ascensão ao trabalho em uma empresa pública e, com 20 anos no ano de idade, em 1984, iniciou suas atividades na empresa. Nesse mesmo momento, *Renoir* ingressou no ensino de nível superior, no curso de Direito.

Segundo *Renoir*, até os quatro anos de faculdade custeou os estudos sozinho, mas no último ano resolveu aderir ao programa de ajuda financeiro ofertado pela empresa. Após a conclusão deste curso, fez pós-graduação em Direito e Processo do Trabalho, mas sempre buscou se atualizar: realizou cursos, frequentou palestras, seminários, etc. A Celpa foi o seu primeiro e último emprego, trabalhou a vida toda nessa empresa na área de manutenção de transmissão e sempre teve um salário em torno de 5 salários mínimos.

Este pesquisado afirmou que após a privatização da Celpa, houve muitas mudanças nas condições de trabalho: as demissões explodiram. Os aspectos relacionados à segurança do trabalho, por exemplo, sofreram um declínio; os acidentes de trabalho aumentaram exponencialmente. Adoecimentos no trabalho se multiplicaram, assim como, casos de assédio moral, também, se tornaram bem frequentes. Explica que nesse momento sentiu-se fragilizado, assim como, os outros trabalhadores, com medo de perder seu emprego. *Renoir* continuou dizendo que as cobranças, o aumento do número de trabalhadores terceirizados,

aumentava a sua sensação de fragilidade. Relatou que somente não houve mais mudanças porque houver resistência da parte da categoria organizada no sindicato dos urbanitários. Avalia que o processo de privatização foi desastroso para os trabalhadores e para a sociedade paraense.

Referiu-se que no momento em que o Grupo Equatorial assumiu a Celpa, a partir de todas as modernas ferramentas de administração, deixou bem claro que teria que ser feito a minimização dos custos para a maximização dos lucros. “E para maximizar os lucros, intensificou mais o trabalho, por meio de alcance de metas, e da polivalência” (Sic). Comentou que nesse momento sentiu saudades do Grupo Rede, pois segundo ele, esse grupo fazia menos exigências em cima dos trabalhadores, em comparação ao atual. Disse que viu o sentimento de pertencimento dos trabalhadores em relação à empresa ser quebrado - houve um sentimento de desvalorização geral.

Assim, como os trabalhadores, em geral, *Renoir* também se sentiu desvalorizado na empresa. Sentia medo por ter trabalhado a sua vida inteira nessa empresa e ser demitido, e ficar sem nada, visto que o trabalho por meta não parava de aumentar e que por esse motivo viveu dias de muito estresse. Relatou que todos os dias ao ir para o trabalho, para um ambiente de exigências sistemáticas, sentia vontade de sair da empresa e não se enxergava por muito tempo trabalhando na empresa. Ao ser questionado sobre o processo de reestruturação produtiva que estava sendo implantando na empresa, *Renoir* informou que o projeto de reestruturação divulgou uma ideia de que o trabalho de todos os funcionários teria que ter mais qualidade, assim, a empresa teria excelência e sairia de toda a crise, mas essa ideia tinha um outro lado: o interesse maior era encobrir a lógica de mais trabalho. (Sic).

A propósito, *Renoir* foi interrogado sobre as motivações que o levaram ao aderir ao II PDV, tendo o mesmo informado que percebeu que já era hora de sair mesmo da empresa, pois já não havia qualquer empatia com o local de trabalho, também, tal adesão se apresentava como uma oportunidade de sair e garantir a minha verba rescisória, pois não tinha certeza se a empresa iria se recuperar; não queria perder tudo o “fruto do que trabalhei” (Sic). Atualmente, *Renoir* está aposentando e com o valor da aposentadoria tem que suprir os custos dos antigos benefícios que tinha acesso quando trabalhava na Celpa: plano de saúde, odontológico e alimentação. Está estudando e afirma que, hoje, tem uma saúde melhor, uma vez que quando trabalhava passou por momento de pressão alta e arritmia cardíaca no trabalho; dispõe de mais tempo para a família e para atividades físicas. A exemplo, de *Keane*, afirmou que se fosse convocado para voltar a trabalhar na Celpa, não aceitaria.

Trajatória de vida e de trabalho de *Candido Portinari*

Portinari é natural de Belém - Pará. Nasceu no ano de 1957, foi casado, teve dois filhos. Atualmente, vive em união estável e tem uma enteada. Mora em casa própria no bairro da Sacramenta. Relatou que começou a trabalhar aos 13 anos de idade. Trabalhou na feira vendendo legumes e temperos com o pai que também consertava bicicleta. Comentou que mesmo trabalhando, não abandonou os estudos; estudou na maioria do tempo em escola pública, e por estudar em escola pública, realizou um curso de inglês, o qual concluiu. Depois que terminou o segundo grau, hoje, ensino médio, ministrou aulas em um curso de idiomas e, ao mesmo tempo, estudava para prestar concurso na Celpa, pois foi anunciado que nessa empresa haveria um concurso. No ano de 1981, com 24 anos de idade foi admitido na Celpa para exercer o cargo de auxiliar de escritório, permanecendo nessa função até o ano de 2013.

Ao ser solicitado a emitir opinião sobre a privatização da Celpa, *Portinari* falou que “os trabalhadores resistiram, foi um período tenso, mas de muita organização coletiva, houve muitas assembleias, muitas conversas com os parlamentares para que os seus votos fossem contra a ideia do governo” (*Sic*). Comentou que depois que o governador Almir Gabriel privatizou a empresa, ele passou 15 anos pensando que quando estivesse chegando para trabalhar iria receber um comunicado de demissão. Informou que houve no primeiro momento da privatização muitas demissões sistemáticas. Os trabalhadores demitidos foram os mais antigos, devido haver um passivo chamado Plano Bresser que estes tinham direito. Todos os trabalhadores começaram a trabalhar mais horas previstas no acordo coletivo. *Portinari* comentou que não modificaram o seu salário, mas teve sua função rebaixada e, por isso sentiu-se prejudicado. Ressaltou que o trabalho mudou, as exigências passaram a ser mais incisivas e que “muitos acidentes aconteceram devido à redução do quadro. “O trabalhador tinha que exercer sua função cansado, em condições as vezes estressantes de trabalho” (*Sic*).

Portinari, ao ser interrogado sobre o processo de recuperação judicial da Celpa e sobre a implantação da nova gestão do grupo equatorial, referiu-se que as relações e as condições de trabalho se tornaram mais severas para o trabalhador. A nova gestão da empresa começou a criar estratégias para reduzir alguns direitos estabelecidos nos Acordos Coletivos assinados nos anos anteriores, como por exemplo, o aumento da hora da jornada trabalho de 7 para 8 horas.

O trabalho por metas foi implantado, a questão da polivalência foi espreada, o volume de trabalho se tornou mais denso, levando a certo cansaço mental. A maioria de seus colegas que foram demitidos e que estão em idade média de 40 anos, ainda não conseguiram

se recolocar no mercado de trabalho, e por isso estão depressivos e alcoólatras. *Portinari* disse que a vivência do trabalho por metas, associada a uma possível demissão, já que era um dos trabalhadores antigos, com um salário medianamente, fez com que ele aderisse ao II PDV, pois os dois pontos o deixavam preocupados, chegando ao ponto de afirmar que se fosse demitido, mesmo tendo perdas ficaria feliz.

Atualmente, *Portinari* é aposentando, trabalha com sua esposa em uma microempresa que organiza festas. A microempresa já existia há algum tempo e com uma parte de sua verba rescisória investiu na melhoria da mesma. Assim, avalia que, no momento, a sua vida é bem melhor, pois tem tempo para cuidar de si e de sua família. Disse que a renda da sua aposentadoria somada aos lucros da microempresa estão possibilitando uma vida confortável.

Trajatória de vida e de trabalho de *Salvador Dalí*

Salvador Dalí, nasceu em Belém, sua idade atual é de 55 anos, é casado, pai de três filhos. Residente no bairro do Tapanã. Relatou que após terminar o curso de Técnico em Eletrotécnica no antigo Centro Federal de Educação Tecnológica do Pará, hoje, Instituto Federal do Pará, foi estagiar na empresa Celpa. Assim, no dia a dia de estágio percebeu que essa empresa era um bom lugar para trabalhar. E na busca de uma estabilidade profissional e de um bom trabalho, estudou para prestar concurso público, tendo sido aprovado no concurso desta empresa para o cargo de técnico eletrotécnico, no ano de 1981. A Celpa foi seu primeiro emprego. Depois de um tempo foi aprovado no vestibular do curso de economia em uma instituição privada. O salário obtido com o trabalho na Celpa possibilitou *Dalí* pagar esse curso e obter o seu nível superior; depois que terminou o curso Economia. Comentou que participou de várias atividades voltadas para capacitação profissional custeada pela Celpa, quando a mesma era estatal. Informou que trabalhou no departamento de manutenção preventiva e corretiva em equipamentos e instrumentos de subestações e usinas hidrelétricas a diesel da Celpa. Segundo ele, esse trabalho não era rotineiro, era dinâmico. *Dalí*, quando questionado sobre o processo de privatização da Celpa, disse que depois de quase vinte anos trabalhando nessa empresa, nunca pensou em viver o que viveu naquela transição. A organização do dia a dia de trabalho mudou por completo. Com as demissões, os trabalhadores começaram a acumular funções e o ritmo de trabalho aumentou. O dia a dia de trabalho passou a ser conflituoso, houve muitas perdas salariais e a perda da estabilidade foi o mais prejudicial. Ao lembrar-se desse momento, comentou que da mesma forma que não

pensava em ter vivido a privatização, não pensava que iria ver a empresa anunciar falimento e que outro grupo assumiria a sua gestão.

Esta situação passou a ser vivida, novamente, quando o Grupo Equatorial ao assumir a gestão da Celpa, voltou ao ciclo de demissões e de contratações de terceirizadas. As mudanças foram pontuais. “Andando pelos corredores via angustia nos olhos dos trabalhadores, que estavam sendo cobrados” (*Sic*). Afirmou todos demonstravam estar apreensivos e com medo. Segundo *Dali*, a cada reunião convocada esse sentimento se tornava maior, assim como a mão de obra era maximizada para a produtividade. Ressaltou que nesse momento nem almoçava direito, sobretudo depois que ficou sabendo que poderia ser demitido. Diante desta situação, comentou que, de fato, não estava mais feliz com e no trabalho; essa realidade de produtividade e trabalho por meta estava deixando-o triste e que não dormia bem, pois ficava pensando na quantidade de trabalho que teria no outro dia. Falou que só sentia que esse sentimento passava quando ele bebia, às vezes começava a ingerir bebida alcóolica desde quinta-feira. Sendo assim, para *Dalí*, seria menos traumático sair da empresa via o II PDV, do que ser demitido, depois de trabalhar anos e anos nessa empresa. Por esta razão, *Dalí* contando com o apoio de sua família deu entrada no seu processo de aposentadoria e aderiu ao referido PDV. Hoje, ele vive com uma renda inferior ao salário que percebia na Celpa, e diz que “dá para viver, faz falta o auxílio alimentação e o plano de saúde, mas vivo melhor, somente bebo socialmente, convivo melhor com a família, desfruto de lazer” (*Sic*).

A tentativa de conhecer a trajetória de vida dos pesquisados que ingressaram na Celpa, antes de sua privatização, permitiu a compreensão acerca das contradições sociais dos principais acontecimentos ocorridos na vida pessoal, familiar e profissional dos mesmos. Assim, foi possível analisar o percurso da vida dos referidos pesquisados, desde a sua origem até a inserção ao trabalho quer seja antes mesmo de tornarem-se trabalhadores da Celpa ou não, até a demissão via PDV e as suas inflexões na vida dos deles. Desta forma, foram evidenciadas principais diferenças e similitudes das condições de vida e trabalho desses trabalhadores após a demissão. Em resumo, tentou-se verificar se esses trabalhadores foram inseridos ao trabalho e quais as condições de vida dos mesmos após a demissão.

Para tal, conforme foi referido na parte introdutória deste trabalho que trata da metodologia, a partir de uma pesquisa de campo foi efetuada a seleção do conteúdo das falas dos trabalhadores pesquisados, os quais foram relatadas no item 4.1 acima. Tratou-se de esforço intelectual considerável para efetuar o recorte das falas tendo em vista a aproximação sucessiva com o objeto de estudo, com base na interpretação crítica, a partir da apreensão do

movimento dialético determinado pelo contexto histórico vivenciado pela sociedade brasileira, quando da privatização e da demissão. Nesta perspectiva, tentou-se evidenciar os principais acontecimentos na vida dos sujeitos da pesquisa, a saber: vida escolar, vida familiar, vida profissional e a situação de vida após a demissão da Celpa Equatorial, a fim de olhar os dados empíricos com *L'oeil par derrière*, ou seja, com o olho por detrás dos dados, como se refere Laurence Bardin (1977).

Conforme pode ser constatado pelos relatos acima, todos os pesquisados são naturais do Estado do Pará, sendo alguns nascidos nos municípios de Tucuruí, Igarapé-Miri e Belém. Contudo, o percurso da vida pessoal dos mesmos se inicia com a inserção na escola tendo em vista a formação profissional para obter um **“bom” emprego**. No caso dos oriundos do interior do estado foi necessária a migração para a capital do estado do Pará. Trata-se, então de um dos principais acontecimentos ocorrido na vida dos mesmos, à medida que o acesso ao ensino técnico profissional, possibilitou o acesso aos concursos promovidos pela Celpa, tornando-os trabalhadores da Celpa. Alguns pesquisados, antes de ingressarem na Celpa, desenvolveram atividades remuneradas em outras empresas que não apresentavam as condições de trabalho desejáveis pelos mesmos.

Assim, todos os pesquisados afirmaram que procuravam um emprego que lhes possibilitasse estabilidade e os meios para assegurar a satisfação das necessidades básicas de seus familiares. Desta feita, a aprovação no concurso público na antiga Celpa estatal, se constituía uma oportunidade “em poder ter melhores perspectivas de ascensão ao trabalho em uma empresa pública” (*Sic*). Com o ingresso na Celpa, esses trabalhadores tiveram condições objetivas para constituir famílias, pois esta empresa, além de oferecer um salário acima da média dos trabalhadores brasileiros (05 salários mínimos), dispunha também vários serviços sociais, tais como: plano de saúde, vale alimentação, clube de lazer, auxílio escolar, etc. fundamentais para a reprodução dos mesmos.

O interesse dos pesquisados em prestar concurso na Celpa foi devido à possibilidade de obtenção de um trabalho que lhes proporcionasse melhores perspectivas de ascensão ao trabalho em uma empresa pública. Desta forma, o acesso ao ensino técnico se constituiu estratégico para a concretização do projeto de vida profissional dos mesmos, pois, em geral, os pesquisados ingressaram na referida empresa aos 20 anos de idade, inclusive para alguns se constituiu o primeiro emprego, assim como, tiveram a oportunidade de participar de cursos de aperfeiçoamento profissional e, deste modo, obter qualificação que lhes permitia exercer os cargos específicos do ramo da eletricidade, isto é, tornaram-se trabalhadores deste ramo de

atividade; ademais, uma minoria conseguiu até obter subsídios para custear cursos de nível superior.

Contudo, após a privatização da Celpa, os pesquisados foram unânimes em destacar que houve muitas mudanças nas condições de trabalho: as demissões e a terceirização explodiram, os trabalhadores começaram a acumular funções (polivalência), as cobranças aumentaram, o dia a dia de trabalho passou a ser estressante e conflituoso (desentendimentos entre os trabalhadores), porém as perdas salariais e a perda da estabilidade foram os aspectos considerados mais agressivos pelos pesquisados. A segurança no trabalho foi negligenciada, os acidentes de trabalho aumentaram, exponencialmente e, os adoecimentos no trabalho se multiplicaram, assim como, casos de violência no trabalho e assédio moral, também, se tornaram frequentes.

Estas mudanças tiveram fortes impactos na pessoal e profissional dos referidos trabalhadores, podendo se destacar: - a preocupação com o não cumprimento das metas de produção imposta de forma autoritária pelas chefias; - a instabilidade no emprego e a iminente perda do emprego que provocaram medo, tensão e estresse, o que levou os trabalhadores se sentirem fragilizados, a despeito da forte luta do Sindicato dos Urbanitários do Estado do Pará, em resistir a privatização da empresa e as essas condição adversas e degradantes que os trabalhadores passaram a conviver após a mencionada privatização.

Constata-se, então, que as condições de trabalho que esses trabalhadores foram submetidos a partir da privatização da Celpa, expressam situações de extrema preocupação, tensão e insegurança, o que pode ter exposto os trabalhadores a acidentes de trabalho, ao adoecimento e/ou ao desgaste físico e mental dos mesmos. Desta forma, depreende-se que os trabalhadores passaram a se submeterem a formas mais perversas de exploração e dominação, invertendo completamente o sentido do trabalho atribuído por eles ao ingressarem na empresa. Segundo Silva (2011), a intensificação da dominação se estendeu através do mundo contemporâneo, atingiu a vida mental dos trabalhadores e o “medo é um instrumento poderoso nesses processos [...]” (p.236). “E o esforço para controlar o medo gera enorme tensão [Idem, p.284]”. Estas são algumas formas de manifestação do desgaste físico e mental que os referidos trabalhadores passaram a vivenciar.

A propósito, segundo Alves (2013), “os adoecimentos laborais expressam uma das formas prementes de precarização do trabalho nas condições de capitalismo global: a precarização do homem-que-trabalha (no sentido do homem como um ser humano-genérico)” (p.13). Para este autor:

[...] o adoecimento laboral é a explicitação contingente, no plano da singularidade do homem singular, das contradições insanas da sociedade burguesa hipertada. Na verdade, o que está em questão no século XXI é a capacidade histórica de o movimento do proletariado como classe dar respostas efetivas, no plano histórico-mundial, às novas condições objetivas da luta de classes no capitalismo global [...] (*idem, ibidem*, p. 14).

Sob este entendimento, é possível compreender que o adoecimento laboral dos trabalhadores da Celpa após a sua privatização:

[...] é a expressão no plano da singularidade humana, do processo de desefetivação do ser genérico do homem, que, nas condições da crise estrutural do capital, assume dimensão ampla e intensificada com a superexploração da força de trabalho [...] (*idem, ibidem*, p.15).

Em concordância com as análises efetuadas por Alves (2013), ao afirmar que o adoecimento laboral no século XXI coloca em questão a capacidade histórica de o movimento do proletariado como classe dar respostas efetivas, no plano histórico-mundial, às novas condições objetivas da luta de classes no capitalismo global, é possível compreender o fato de que as lutas políticas e sociais do Sindicato dos Urbanitários do Estado do Pará, não foram suficientes para combater as condições de trabalho degradantes e perversas à saúde dos trabalhadores e a precarização do trabalho via a terceirização na Celpa. Assim, questiona-se: os sindicatos enquanto organização política dos trabalhadores encontra-se, em particular, o mencionado Sindicato dos Urbanitários para negociar com as empresas? A esta interrogação, Salerno (1993) *apud* Ramalho (1997) refere-se que:

[...] A tendência do movimento sindical parece evoluir de uma perspectiva que se caracteriza por atuar sobre projetos empresarias já definidos e em execução, o que de certa forma expressa uma posição de resistência diante de algo em que não se consegue (ou não se pensa) intervir, para uma postura que sugere a intervenção e a negociação antecipadas [...] (p.100).

Em consequência, as formas de exploração e dominação da força de trabalho na Equatorial Celpa vêm se ampliando e se intensificando, conforme foram reveladas pelos pesquisados: o trabalho por metas foi implantado, a polivalência foi espalhada, o volume de trabalho se tornou maior e mais denso, levando a exaustão mental; demissão de trabalhadores com idade média de 40 anos; trabalhadores depressivos e alcoólatras, etc.

Assim:

[...] a pressão psicológica que sofria para dar conta das metas, associada ao conhecimento de sua demissão, fez com que ele aderisse ao II PDV, pois se encontrava no seu limite, chegando ao ponto de afirmar que se fosse demitido, mesmo tendo perdas ficaria feliz [...] (*Portinari*).

[...] quando o Grupo Equatorial assumiu a Gestão da Celpa, implantou mudanças mais desgastantes, mais aceleradas, com duras investidas, ordens severas para trabalhar mais, sob possibilidade de demissão, levando-o a quase um surto por não saber o que iria acontecer no dia seguinte, há uma desorientação. Se antes já trabalhava muito, o trabalho dobrou, viveu uma máxima sobrecarga de trabalho, sem folga nos fins de semana, em virtude do cumprimento de sobreaviso nos fins de semana; sentiu-se muito fatigado, estressado e depressivo. Ou me adequava aquela realidade ou me demitia [...] (*Dali*).

[...] vivi uma situação de estresse constante e pressão psicológica; saia para o trabalho às seis da manhã e trabalhava sem parar. Almoçava em casa ao meio dia. Retornava ao trabalho às quatorze horas e sempre seu expediente terminava as vinte horas, mas o trabalho não acabava porque sempre tinha que atender os três celulares que a empresa havia lhe dado, pois a hora que surgisse alguma demanda na regional, tinha que atender e ir trabalhar [...] (*Degas*).

[...] a nova gestão implantada pelo Grupo Equatorial, impôs uma nova organização do trabalho que girava em torno de eficiência e eficácia organizacional, os custos teriam que ser reduzidos, o trabalho seria por metas. As condições de trabalho, os equipamentos e o material de trabalho não melhoraram. Em contrapartida foi exacerbada a competitividade entre os colegas de trabalho, que se esvaiu a ética e a confiança. Alguns colegas para se manterem no emprego delatavam os erros no trabalho de outros trabalhadores: os ambientes de trabalho se tornou desconfiante, os trabalhadores se sentiam todo tempo vigiados, controlados [...] (*Keane*).

Os depoimentos acima revelam que a nova gestão adotada pela Equatorial Celpa foi muito mais severa, na medida em que foi intensificada a jornada horas de trabalho, as exigências pelo cumprimento de metas foram exacerbadas, levando ao aumento da competição entre os trabalhadores e a desconfiança entre os mesmos. A superexploração e a dominação sobre os trabalhadores atingiu um limite tal, que o trabalho naquelas condições perdeu o sentido, fazendo com os trabalhadores solicitassem a demissão (in) voluntária via II PVD, pois “se fosse demitido, mesmo tendo perdas ficaria feliz”.

Após a demissão desses trabalhadores, os mesmos continuaram as suas trajetórias de vida de forma diferenciadas, conforme revelam os depoimentos abaixo:

[...] Hoje, vivo com uma renda inferior ao salário que percebia na Celpa, mas dá para viver, faz falta o auxílio alimentação e o plano de saúde, mas vivo melhor, somente bebo socialmente, convivo melhor com a família, desfruto de lazer[...] (*Dali*).

[...] Atualmente, estou aposentando, trabalho com a minha esposa em uma micro empresa de organização de festas. A microempresa já existia há algum tempo e com uma parte da verba rescisória investi na melhoria da mesma. Avalio que no momento a minha vida é bem melhor, pois tem tempo para cuidar de si e de sua família. A renda da sua aposentadoria somada aos lucros da microempresa estão possibilitando uma vida confortável[...] (*Portinari*).

[...] Atualmente, não estou trabalhando de forma assalariada. Trabalho como dona de casa, acompanhando de perto a vida dos meus filhos. Hoje, eu tenho um convívio melhor com o meu marido e com o resto de minha família, pois estou mais presente, está participando de reuniões familiares. A minha vida religiosa melhorou, inclusive

sou integrante do Coral de minha paróquia; faço atividade física e um curso de corte e costura com o objetivo de fazer roupa para mim própria e para a minha família. Não quer mais trabalhar fora do lar e também não me arrependo da decisão que tomei, pois mesmo não tendo os benefícios sociais de quando trabalhava Rede Celpa, estou conseguindo administrar a minha aposentadoria e ter qualidade de vida [...] (*Keane*).

[...] Depois da demissão fiquei sem trabalho por cinco meses e, desde lá, trabalho como gerente num depósito de bebidas, e trabalho a com orientações empresariais pelo Sebrae. As duas atividades são negócios de família. Mesmo não tendo todos os benefícios da Celpa, vivo bem; mas o que faz falta, consideravelmente, é o plano de saúde. Estou feliz, tenho mais tempo pra a família, pro o lazer; a sua saúde melhorou. Por mais que a Celpa fizesse uma boa proposta de trabalho, eu não retornaria trabalhar na mesma [...] (*Degas*).

Como pode ser constatado pelos relatos acima, alguns pesquisados aposentaram-se; outros continuam trabalhando por conta própria para assegurar a sua reprodução social e afirmam estarem tendo uma vida melhor do que quando estavam tralhando na Equatorial Celpa; contudo, ressaltaram que sentem falta do plano de saúde que a empresa oferecia o quê provavelmente, pode ser explicada pela precariedade dos serviços públicos de saúde, no Brasil, hoje. Deduz-se, então, que a condição de vida atual desses trabalhadores se relaciona diretamente à trajetória que os mesmos percorreram para tornarem trabalhadores assalariados da Celpa. Sendo assim, questiona-se sobre as condições de vida dos trabalhadores que ingressaram na Celpa no momento de sua privatização.

5. 2 Trajetória dos trabalhadores que ingressaram na Celpa no ano de sua privatização (1998)

Trajetória de vida e de trabalho de *Camille Claudel*

Camille Claudel nasceu na cidade de Belém no ano de 1969. Camille Claudel informou que é solteira, não tem filhos. Mora em um apartamento alugado, sozinha no bairro do Marco. Relata que cursou o segundo grau, hoje, ensino médio, o fez associado ao curso de técnico em eletrotécnica no antigo Centro Federal de Educação Tecnológica do Pará, hoje, Instituto Federal do Pará. Sobre a sua vida escolar, destacou que um ano antes de começar a trabalhar na Celpa, ingressou no Curso de Engenharia Elétrica da Universidade Federal do Pará, o qual não chegou a concluí-lo. Retornou seus estudos, no Curso de Tecnologia em processamento de dados, e o concluí-o. Camille Claudel começou a trabalhar com 17 anos, ocupando o cargo de Desenhista projetista em seus primeiros empregos. Na Rede Celpa, ela foi nomeada como servidora pública, no início do ano de 1988, mesmo ano que a empresa foi privatizada. Destacou com bastante ênfase que o seu interesse maior em buscar uma vaga de

trabalho na referida empresa, teve por base dois motivos: - o primeiro era que, depois da Eletronorte, a empresa que seria o único lugar que ela poderia ter um bom trabalho na área; - o segundo era que essa empresa era pública e poderia garantir a ela estabilidade em todos os sentidos. Comentou a possibilidade de ter uma vida estável financeira, daria condições para a mesma se organizar em sua vida pessoal. Sua primeira função na empresa no setor de Geração a Diesel, como técnica de oficina de campo, em usinas a diesel, executando manutenção corretiva em equipamento diesel. Depois de um tempo mudou de cargo. Trabalhou como Coordenadora de Oficina e de Operadores de Usinas. Posteriormente, foi transferida para o Laboratório Químico, neste setor ocupava o cargo de Técnica de Laboratório, realizava ensaios em óleos minerais isolantes nas subestações. Nesse tempo todo, o seu salário base foi sempre de 3 salários mínimos e sempre teve dias corridos de trabalho. Relatou que quando a empresa foi privatizada se sentiu prejudicada, mesmo o seu salário não tendo sido alterado, o fato da perda de sua estabilidade impactou muito na sua vida. Menciona que com a privatização da empresa, naquela época, aumentaram as cobranças, fiscalizações e demandas de trabalho, para o trabalhador. A contenção de despesa foi instaurada, muitas demissões ocorreram. Destacou que com a perda do sistema de estabilidade vitalícia, começou a viver a sensação do medo do desemprego. Comentou que esse sentimento foi vivenciado pela maioria dos trabalhadores. Recordou que, naquela época, muitos trabalhadores adoeceram fisicamente, mentalmente, acidentes de trabalho ocorreram em um número expressivo. Com mais atividades de trabalho, os trabalhadores adoecidos ficaram mais adoecidos, pois não fizeram o tratamento correto. Sobre isso comentou que, longas licenças médicas não são bem-vindas, numa empresa privada.

Registrou, dando destaque em sua fala que em alguns setores, nada mudou, não houve muitos investimentos. Fala que as chefias depois da privatização, não buscavam melhorias, já que questionamentos desse tipo poderiam desencadear a perda de seus postos de trabalho. Para Camille Claudel a privatização da Celpa foi uma perda para a sociedade paraense. E imaginou que essa tragédia iria se estender, com a venda por R\$ 1,00 para o Grupo Equatorial, que assumiu a concessionária paraense com dívida bruta de R\$ 1,893 bilhões de reais no fim do ano de 2012 por processo de recuperação judicial.

Comentou que nesse momento sonhou com o processo de federalização da empresa. Identificou que toda essa mudança foi tensa e intensa, os trabalhadores passaram a trabalhar por metas, alguns sentiram que estava na hora de se aposentar, mesmo ainda se achando aptos ao trabalho, outros aderiram os programas de demissão voluntária. Camille Claudel percebeu que para empresa naquele momento era mais lucrativo dispensar o trabalhador, desse modo, a

nova racionalização na gestão das pessoas foi altamente rígida. Relatou que ficou com muitas tarefas, e que não se enxergava de forma confortável nessa empresa trabalhando e, por isso, aderiu o programa de demissão voluntária - disse que não se arrependeu dessa decisão. Atualmente, trabalha por conta própria em um *Pet Shop*, é gerente. Comentou que gosta do que está fazendo, pois tem flexibilidade em relação ao horário de trabalho. Considera que sua vida teve mudanças significativas, principalmente, em relação à saúde.

Dentre os pesquisados, apenas um, ingressou na Rede Celpa no momento da privatização da mesma. Contudo, considera-se muito significativo, visto que a mesma expressou com muita clareza a situação de trabalho vivenciada por ela e pelos demais trabalhadores. No que concerne a sua trajetória de vida pessoal, apesar da mesma ter sido sintética, foi possível perceber que a busca pela escolarização, se constituía estratégica para ter acesso a um trabalho que lhe possibilitasse estabilidade financeira e no trabalho como meios necessários para organizar a sua vida. Assim, o interesse em ingressar na Rede Celpa possui similitudes com os interesses dos trabalhadores que ingressaram na Celpa ainda estatal. Mas esse projeto de vida, ao longo de 15 (quinze) anos de trabalho foi desconstruído em decorrência do processo de privatização da empresa,

[...] aumentaram as fiscalizações e as demandas para o trabalhador. A contenção de despesa foi instaurada, muitas demissões ocorreram (...) com a perda do sistema de estabilidade vitalícia, começou a viver a sensação do medo do desemprego, sentimento que foi vivenciado pela maioria dos trabalhadores; muitos trabalhadores adoeceram fisicamente, mentalmente, acidentes de trabalho ocorreram em um número expressivo. Com mais atividades de trabalho, os trabalhadores adoecidos ficaram mais adoecidos, pois não fizeram o tratamento correto; longas licenças médicas não são bem-vindas, numa empresa privada [...] (*Sic*).

Este relato reafirma o quê foi apontado pelos trabalhadores que ingressaram quando a empresa era estatal. Porém, o que chama atenção neste relato e que se apresenta como disjunções em relação àqueles trabalhadores, são: o salário por ela percebido que era em torno de 03 (três) salários mínimos, pois o deles era entre 05 (cinco) salários mínimos; a explícita contenção de despesas via o custo do trabalho, ou seja, demissões; e o aumento do número de acidentes de trabalho e de adoecimentos sem o devido tratamento, visto que as licenças para o tratamento a saúde não eram “bem vistas” pela gerência. A manifestação a respeito de possíveis melhorias na empresa por parte dos trabalhadores poderia resultar na perda de seus postos de trabalho. Para *Camille Claudel* “a privatização da Celpa foi uma perda para a sociedade paraense”.

Deduz-se, então, que a gestão da força de trabalho da Equatorial Celpa tem sido baseada no acirramento das contradições sociais, a mediada em que a a dominação pela

superexploração do trabalho expressa pelas intensivas horas de trabalho, pelos salários reduzidos, o que revela e muito, a “superioridade do poder político” da referida empresa em relação aos trabalhadores, conduzindo ao por tipo de desperdício, o das pessoas, ou seja a forte produção de uma “população supérflua” e subsumida a dominação da gerência da empresa que não atende minimamente aos direitos de cidadania, como é o direito à saúde dos trabalhadores. Se a privatização da Rede Celpa destruiu o projeto de trabalho para Camille Claudel, e fez com que a mesma não se enxergar-se de forma confortável trabalhando na referida empresa e, por isso, aderiu o programa de demissão (in) voluntária, cabe se interrogar sobre a trajetória de vida dos trabalhadores pesquisados que ingressaram na empresa quando a mesma já estava privatizada.

5.3 Trabalhadores que ingressaram na rede Celpa privatizada: o que mudou?

A Trajetória de vida e de trabalho de *Frida Kahlo*

Frida Kahlo é natural de Belém, nasceu em 1987. Sempre residiu na mesma cidade, no bairro do Marco, na casa dos seus pais. Relata que após o seu casamento e o nascimento de seu primeiro filho, se mudou. Estudou o ensino regular médio, ao mesmo tempo em que fazia o curso de eletrotécnica. Começou a trabalhar ainda na juventude como babá. Também fez alguns “bicos” como demonstradora de produtos em supermercados e, aos 18 anos de idade, teve seu primeiro emprego com carteira assinada, exercendo o cargo de recepcionista em uma empresa terceirizada do ramo de serviços gerais que prestava serviços para a Rede Celpa. No ano de 2008, foi admitida pelo Grupo Rede – Celpa, e tinha como cargo – atendente de consumidor. Referiu-se que o maior motivo que a incentivou a sair da condição de terceirizada e ingressar no quadro efetivo da Rede Celpa, foram os muitos benefícios, dentre esses, o principal foi o plano de saúde e os 3 (três) salários mínimos que receberia.

Depois de 02 (dois) anos nessa função, começou a refletir sobre o seu trabalho. Comentou que esse fato se deu, após uma conversa que teve com sua chefia para reivindicar melhores formas de trabalho e de treinamentos, pois percebia que a sua área, estava ficando obsoleta. Contou que passado seus questionamentos, começou a ser “marcada” pela sua chefia e a cada dia que passava, ela se sentia mais desconfortável em estar ali, pois vez ou outra no horário de expediente havia falas de repressão. Sentia sensações de angústias e tremedeiras todas as vezes que a chefia convocada uma reunião. Todo esse desgaste se seguiu. E quando o

Grupo Equatorial assumiu a Celpa a situação do setor em que trabalhava ficou mais agravante - os ritmos de serviços só aumentavam.

Kahlo, com sentimento de ressentimento, diz que o Grupo Equatorial quando assumiu a Celpa, não teve nenhum cuidado com os trabalhadores que estavam ali naquele setor. Demitiram vários atendentes, enquanto que os ficaram, os deixaram em uma sala com equipamentos velhos que não funcionavam de fato, não contribuindo no dia a dia de trabalho, fazendo com que os atendentes ficassem o expediente todo quase sem trabalhar, gerando um sentimento de “sem valor” para todos. Nessa época estava grávida, no auge do meu descontentamento pessoal e profissional, trabalhava sem gosto e sem vontade. O clima de intensas mudanças, todos os dias ao entrar e ao sair, a sensação de instabilidade, estavam “me matando”. Quando “estava próximo de eu sair de licença maternidade, lançaram o II PDV, não pensei duas vezes, fiz a adesão” (SIC). Comentou que ficou pensando na sua vida, se ficasse ali, pensou quando acabasse a sua licença maternidade, será que não seria demitida, ou como seria a vida dos seus 02 (dois) filhos, já que todo tempo voltada desgastada e estressada do trabalho. Como seria a sua vida? Pois há tempo queria cursar um nível superior, mas não tinha a chance, o excesso de trabalho, fazia com que a mesma chegasse em casa, muito cansada.

Kahlo permaneceu sem vínculo empregatício por meses e, nesse momento, apenas seu marido sustentava a família, como seu trabalho de mecânico em máquinas pesadas. Após sua adesão ao II PDV, mudou-se para o município de Parauapebas⁷⁸, sudeste do Pará.

Atualmente, é nessa empresa que Kahlo trabalha 8 horas por dia, como eletricitista de máquinas de trabalho, recebendo 3 ½ (três) salários e meio mínimos e mais os benefícios proporcionais ao que recebia na Equatorial Celpa. Ressaltou que a sua maior vitória foi ingressar no curso de nível superior público, hoje, cursa Administração na Universidade Federal Rural da Amazônia – UFRA, no horário noturno. Afirmou que o trabalho na empresa Vale é “duro”, porém, é melhor, emocionalmente, não me sinto mais desvalorizada ou humilhada, às vezes parecia que o meu trabalho era “pedir um favor”. Trabalhou 5 (cinco) anos de trabalho na Celpa. E disse que não voltaria atrás de sua decisão ao aderir o II PDV.

⁷⁸Que segundo o IBGE (2010) é o sexto município mais populoso do Estado do Pará, tendo uma taxa de Produto Interno bruto (PIB), de R\$ 19,8 Bilhões, isto é o maior do Estado. Conforme O Atlas Brasil (2013) Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, apresenta um índice de desenvolvimento municipal de 0, 715. A extração do minério de ferro representa a principal fonte de recursos do município. A companhia Vale S.A, considerada a terceira maior mineradora do mundo, empresa privada de capital aberto, antes estatal, privatizada nos anos 1990, é a que mais que mais emprega na região, cerca de 8 000 pessoas diretamente e cerca de 20 000 indiretamente.

A Trajetória de vida e de trabalho de *Vincent Van Gogh*

Vincet Van Gogh nasceu em 1983, tem 32 anos. É natural da cidade de Macapá. Relata que se mudou para a cidade de Belém, quando ingressou no curso de engenharia elétrica, o qual realizou na Universidade Federal do Pará. Nos primeiros anos de universidade, realizava manutenção e pequenos ajustes em computadores e, por isso afirma que nessa época não trabalhava e, sim, fazia pequenos serviços. Comentou que depois começou a trabalhar, ao realizar trabalhos de manutenção elétrica.

Estando quase concluindo o curso acima mencionado, a sua mãe se aposentou na condição de servidora pública do extinto território federal do Amapá, voltou a morar com sua mãe, em casa própria, condição esta que se segue na atualidade. Depois de um tempo de formado, aos 27 anos foi admitido na Rede Celpa. Van Gogh declarou que naquele momento sentia que a partir sua entrada na Celpa, o seu objetivo de trabalhar em uma grande empresa do setor elétrico estava se materializando e que iria realmente trabalhar, conquistar um espaço e crescer como profissional, como engenheiro; trabalhou na Gerência de Expansão do Sistema, na função de fiscal de obras de transmissão e subestação de energia. Quando iniciou suas atividades laborais nessa empresa, tinha em mente que o trabalho não seria fácil, pois ele tinha conhecimento sobre a situação do processo de privatização da empresa ocorrido nos anos 1990; diz que a privatização como proposta de melhoria da prestação do serviço de distribuição de energia no Estado do Pará, foi um “fiasco”, como também em outras empresas desse setor que também foram privatizadas. Ao falar desse fato, diz que no Estado do Pará não houve melhorias, pelo contrário houve piora das condições operacionais do sistema e das condições de trabalho, acarretando um péssimo serviço dispensado à população.

Van Gogh afirma que depois de dois anos de trabalho percebeu o quanto estava cansado, que não tinha vontade de sair aos fins de semana para passear, mas, sim, queria apenas de dormir, sentia sua mente e corpo sempre exaustos. Era muito trabalho, muitas fiscalizações, muitos detalhes que não podiam ser deixado de lado, pois o setor elétrico é dotado de tarefas altamente especializadas e, por isso, afirma que as cobranças são maiores, pois o atual modelo de gestão adotado pela empresa, impõe à distribuidora que haja altos níveis de investimento para que o sistema opere em condições satisfatórias. Essas cobranças se intensificaram, chegando a trabalhar 10 horas por dia na sede da empresa. Mas, ainda assim, achava que todo esse esforço fazia parte da consolidação da sua vida profissional, do caminho para um cargo melhor, mais renomado.

Van Gogh revela que quando passou a trabalhar em campo por mais de 18 horas seguidas, após o Grupo Equatorial ter assumido, percebeu que nesse momento estava mais cansado, sem animo total, as suas condições de trabalho estavam se depauperando e que a pressão era o dobro. Refere-se que o seu nível de estresse aumentou, dada à intensificação do trabalho, as exigências de sua chefia para o cumprimento das metas, já que a mensagem da empresa era clara, produzir. Explica que se não fosse cumprida a tarefa seria taxado de incompetente e passível de demissão. Em consequência, as insatisfações se adensaram e Van Gogh, em particular, estava triste com seu trabalho, visto que o seu trabalho, a empresa não mais o “alimentava”, e que queria fazer outra coisa. Diante desta situação, ele ficava pensando na sua vida nebulosa, assim como pensava no salário, nos benefícios que eram bons e na de dificuldade que seria se reinsserir numa empresa de grande porte. Van Gogh avalia que todo esse processo de sofrimento e incerteza, teria que ser enfrentado, ficava a todo tempo buscando estratégias para vencer o caos, ficava pensando porque não aderiu o primeiro programa de demissão voluntária, foi quando a empresa apresentou o II PDV, com o objetivo de continuar “arrumando a casa”, melhorando as mudanças. Após pensar muito sobre tal situação, decidiu aderir ao mencionado PDV.

Depois de sua demissão na Celpa, Van Gogh passou três meses estudando. A ideia era fazer concurso público e engajar em alguma empresa ou instituição estatal. Comentou que ele prestou vários concursos, na capital, no interior e em outros Estados, todas sem êxito. Informou que com o tempo buscou uma nova posição de trabalho na sua área de atuação. Arranjou um emprego de consultoria, em que trabalhava na manutenção industrial e coordenação de obras de transmissão de energia para uma empresa que prestava serviços terceirizados para a Celpa. Após o término deste trabalho, passado pouco tempo foi contratado por uma empresa, para trabalhar em um estaleiro executando projetos elétricos das embarcações produzidas, bem como, o seu comissionamento. Atualmente, trabalha com carteira assinada, mas o único benefício que a empresa oferece é o plano de saúde. Afirma que o salário é bom, mas não tem os benéficos que antes tinha na Celpa e isso faz com o salário seja “pouco”. Van Gogh trabalhou 06 anos na Celpa e contou que se estivesse trabalhando na empresa, hoje, e fosse proposto um PDV, certamente não aceitaria, acredita que as incertezas do mercado de trabalho aqui fora, são maiores.

A Trajetória de vida e de trabalho de *Claude Monet*

Monet nasceu no ano de 1976, na cidade do Moju, localizada na região Norte do estado do Pará. Coursou o ensino médio técnico profissionalizante na área de eletrotécnica, no antigo Centro Federal de Educação Tecnológica do Pará, hoje, Instituto Federal do Pará e, posteriormente, realizou o curso técnico em eletrônica. Informou que sempre que disponha tempo, ainda nos seus primeiros anos de trabalho em 1998, sempre procurou se atualizar profissionalmente. Relatou que é casado há 19 anos e têm 03 filhos; voltou a residir no município de Moju, no Bairro Novo Horizonte, faz quase que 10 anos, depois de ter solicitado sua transferência para trabalhar nesse município, a qual a empresa deferiu.

Logo quando *Monet* finalizou os seus estudos, se inseriu no mercado de trabalho; aos 20 anos começou a trabalhar em uma empresa terceirizada da Celpa, na função de Leiturista Entregador, durante 3 (três) anos. E nos três anos seguintes, trabalhou por conta própria fazendo instalações elétricas prediais, residenciais. No ano de 2002, aos 26 anos ingressou na Celpa, pois tinha interesse em sempre trabalhar nessa área, por isso nunca se afastou da mesma, embora trabalhando como autônomo. Além disso, revelou que tinha desejo e expectativa em tornar-se um trabalhador efetivo do quadro da Celpa, desde quando prestava o serviço na condição de terceirizado, pois ele ficava observando o prestígio dos trabalhadores dessa empresa, os salários, os benefícios, os abonos, etc., e isso fez com ele sempre estivesse atento aos processos seletivos que fossem ocorrer na referida empresa. Assim, conseguiu ser contratado como eletricitista, para atuar na área no setor comercial.

Como eletricitista passou 13 (treze) anos trabalhando de segunda-feira a sexta-feira, 07 (sete) horas por dia, teoricamente, porém quase todo o dia trabalhava mais duas horas totalizando nove horas; trabalhou no turno da noite de seis da manhã a meia noite. Nos finais de semana, trabalhava doze horas seguidas, podendo ser de seis da manhã a meia noite ou meia noite às seis da manhã. Porém, esta situação mudou depois que a empresa deixou de pagar todas as horas extras. *Monet*, insatisfeito. Comentou que o principal motivo de isso acontecer foi que o Grupo Rede levava os lucros “daqui” para outras concessionárias que faziam parte do mesmo e que esse processo de má gestão teve como consequência inúmeras demissões, pois a empresa justificava que estava em crise. Em certos momentos da sua vida profissional, vivenciou situações de assédio moral, sobrecarga de trabalho, adoecimento e esta situação o deixava cada vez mais desestimulado a trabalhar nessa empresa, fato este tomou

uma dimensão maior, quando a empresa mudou de razão social, isto é, quando o Grupo Equatorial assumiu a Celpa via recuperação judicial.

Em suas reflexões acerca desse momento, afirmou que a troca do modelo de gestão foi muito radical e objetiva, era tudo ou nada, e os trabalhadores tinham que se adaptar se não “rua”. *Monet* avaliou que viveu uma etapa penosa, devido esse processo de reestruturação no setor elétrico, pois as mudanças que ocorreram e ocorrem no trabalho são duras “e, são mais para quem trabalhou ou trabalha na rua, em cima de postes” (Sic). Relatou que não há alterações positivas nas condições de trabalho, pouca coisa mudou, mais a intensidade do trabalho aumentou e aumenta a cada dia. Lembrou-se do fato ocorrido que devido ele sempre participar das ações do sindicato, dentro dessa nova lógica, para empresa o trabalhador ser “bom”, ele não deve estar “metido com o sindicato”. Revelou que a questão das cobranças, do muito trabalho, da ideia de trabalhar com metas incessantemente, levou a um quadro de desânimo, chegando a avaliar que a sua condição de vida naquele momento era de total esgotamento; sentia-se mais ausente de sua família, visto que sempre vivenciou essa ausência desde quando começou a trabalhar na Celpa.

Foi nesse momento que *Monet* decidiu aderir ao II PDV. Ressaltou que na época, inicialmente, teve uma relutância em aderi-lo, pois “achava este programa uma proposta fria, com o trabalhador que ali está suando a camisa” (Sic). Informou que após 08 (oito) meses de desligamento da empresa, ainda se encontrava desempregado, pois não sabia se queria ficar trabalhando na área ou montar algum tipo de negócio. Mas, depois começou a prestar serviços na área de eletrotécnica e trabalhar por conta própria; falou que está indo bem, gosta de ser seu próprio patrão, controla seu tempo e o dinheiro esta aparecendo. Exclamou: o que faz falta são os benefícios, mas o emprego em si não!, pois mesmo tendo trabalhado durante 13 (treze) anos na empresa, não tem arrependimentos por ter feito a adesão ao PDV e não voltaria a trabalhar na mesma.

Os relatos dos pesquisados que ingressaram na Celpa já privatizada revelam que a trajetória de vida e de trabalho dos mesmos apresenta similitudes com a dos demais pesquisados, no que concerne ao percurso para tornaram-se trabalhadores da referida empresa. Assim, alguns deles migraram de municípios paraenses e até mesmo de outro estado (Macapá) para prosseguirem os seus estudos, sobretudo, o Curso Técnico em Eletrônica, na perspectiva de obterem um “bom” trabalho. Contudo, há que se ressaltar a evidência de algumas disjunções, pois a maioria desses trabalhadores tiveram experiências de trabalho remunerado, antes de ingressar na Celpa, tais como: trabalhadores terceirizados na própria

Celpe (ramo da eletricidade), babá, serviços prestados no comércio, etc., enquanto que aqueles que ingressaram na Celpe estatal, em geral, se constituíam o primeiro emprego.

Assim, a condição de trabalhadores temporários e em condições instáveis, provavelmente, conduziram os pesquisados à expectativa de trabalharem em uma grande empresa que pudessem conquistar um espaço e crescer como profissional: o ingresso na Rede Celpe se apresentou para eles como uma oportunidade para a materialização dessa expectativa, sobretudo, atraídos pelos benefícios sociais que a empresa oferecia (plano de saúde, vale alimentação, auxílio escolar, etc). Embora as condições de trabalho degradantes expressas pelos plantões cansativos e estressantes, visto que às vezes a equipe trabalhava quase 12 (doze) horas por dia, atendendo os chamados, “no contracheque no fim do mês recompensava, devido às horas extras e mais periculosidade” (*Sic*). Contudo, a forma de gestão da força de trabalho adotada pela Equatorial Celpe baseada em “vamos trabalhar, andar na linha” impactava na saúde dos trabalhadores (sensações de calafrios, angústias e tremedeiras todas as vezes que a chefia convocada uma reunião), aumentava o desgaste dos trabalhadores:

[...] Todo tempo era assim, a mesma coisa, mais desgosto com o trabalho. [...] o clima no trabalho piorou, todas as mudanças chegavam sem informação prévia, havia um sentimento de desinformação a todo tempo. É o que mais angustiava nesse movimento, era não saber o que poderia acontecer, chegar pela manhã e trabalhar e no fim do expediente ser demitida. Sentia uma sensação de frustração de todo tempo ser “mandada e não ser valorizada”. [...] (*LOUISE*).

[...] a questão do muito trabalho, da ideia de trabalhar com metas incessantemente, levou a um quadro de desânimo, chegando a avaliar que a minha condição de vida naquele momento era de total esgotamento; sentiu-se mais ausente de sua família, visto que sempre vivenciou essa ausência desde quando começou a trabalhar na Celpe. Foi nesse momento que decidi aderir o II PDV. Logo no início eu tive uma relutância em aderir por que eu achava este programa uma proposta desonesta da empresa, fria, com o trabalhador que ali está suando a camisa. (...) depois de dois anos de trabalho percebi o quanto estava cansado, que não tinha vontade de sair aos fins de semana para passear. Era muito trabalho, muitas fiscalizações, muitos detalhes que não podiam ser deixado de lado; o setor elétrico é dotado de tarefas altamente especializadas e, por isso, as cobranças são maiores, pois o atual modelo de gestão adotado pela empresa, impõe à distribuidora que haja altos níveis de investimento para que o sistema opere em condições satisfatórias. Essas cobranças se intensificaram, chegando a trabalhar 10 horas por dia na sede da empresa. [...] (*VAN GOGH*).

Conforme pode ser constatado acima, a relação de trabalho na Celpe Equatorial se tornou uma relação entre coisas. E a acumulação do capital tão somente é realizável se o trabalhador for extremamente exaurido em todas as suas dimensões. Trata-se, então, de transformá-lo em submisso, de simular a ideia de que o trabalhador somente tem existência se o capital “conceder” oportunidades de contratação, posto que é este que gera a riqueza social. Todavia, para que possa haver a continuidade dessa lógica, o capital, ao longo dos tempos criou e cria estratégias para que o trabalhador não se reconheça no que ele produz, afim de

que a propriedade privada, tecida pela respectiva ação do trabalho, venha a ser algo estranho, alheio, externo ao trabalhador.

E isso é precípua para a perenidade do modo de produção capitalista, posto que corresponde a um “maquinismo” para controlar a força de trabalho. Nas relações de extorsão do capital sobre o trabalho, é primordial que se garanta a ordem, requerendo uma estrutura que esteja acima dos interesses de classe. Nesta era de acumulação flexível, os PDV’s instituídos sob a lógica do neoliberalismo apresentam-se como uma “nova prática”, acrescida de diversos instrumentos “novos” que agravam a precarização do trabalho, em particular no setor elétrico e incide na garantia da ordem de lucratividade das relações de produção.

Dentre esses novos instrumentos, destacam-se os mencionados PDV’s, pois a empresa com o objetivo de não ter efeitos negativos em seus processos e ambientes de trabalho, tem esse instrumento como uma forma de justificá-lo pela preocupação com a eficácia organizacional, com o interesse no trabalhador - em valorizá-lo. A propósito, os depoimentos abaixo são ilustrativos:

[...] o PDV é uma forma de tirar de cena a pessoa que tu quer que saia sem que tu fique sendo o mal. Ah! tá tirando gente que dá o sangue pela empresa sem motivo, que já deu o sangue pela empresa há muito tempo. É para diminuição de quadro mesmo! Muita gente com medo disso (falando da demissão sem justa causa), preferiu pedir para sair (trabalhadores que aderiram II PDV) para não sair demitido. É uma sensação muito ruim, a gente se sente menosprezado, parece que não ajudou em nada [...] (DEGAS).

[...] O que eu te digo é o seguinte: o PDV é um programa desgraçado, que ele atrai, realmente! A empresa joga ali aquela vantagem e o trabalhador que está quase em surto de tanto trabalho, se sente realmente atraído, fica com medo de não aceitar e depois ser demitido, e depois mesmo quando não entra no jogo é demitido mesmo, sem dó [...] (CANDIDO PORTINARI).

[...] Muitos trabalhadores vivenciaram como uma ameaça e muitos como uma chance de ter algo e iniciar uma nova etapa profissional. Mas o PDV no fim das contas é uma proposta da empresa fria com quem está alí suando a camisa. Uma decisão que para muitos pode dar certo para outros não [...] (KAHLO).

Os depoimentos acima revelam que as demissões via PDV removem o trabalhador do seu emprego contra a sua vontade e vem se tornando uma prática recorrente para a concretização de objetivos de lucros, racionalização e eficácia das empresas. Constata-se, ainda que ainda não se esculpa como um tema abertamente discutido. Segundo Sarsur e Cruz (2011), esses programas oferecem variadas compensações para impulsionar os trabalhadores a deixarem “voluntariamente” o emprego. Nestes sistemas, os gestores elegem a população de trabalhadores passíveis de demissão e recomendam que uma parcela se demita

“voluntariamente” em troca dessas compensações. Os depoimentos abaixo são elucidativos, neste sentido:

[...]Teve gente que eles “avisaram”. Teve colega que me disse: poxa eu vou sair do departamento. A situação não é fácil! Os caras disseram que vão fazer isso, eu vou embora. Depois de tantos anos de trabalho e sair assim [...] (PORTINARI).

[...] No setor que eu trabalhava que era o *Call Center*, eles retiraram os atendentes que não serviam mais para a empresa e os jogaram em uma sala velha com vários equipamentos velhos para não fazer nada o dia inteiro, incentivando o empregado a se desligar, porque você vai trabalhar sem gosto e sem vontade [...] (LE BRUN).

[...] O que eles queriam era tirar, diminuir o quadro, assim, mas direcionado a pessoas que tinham muito tempo de empresa, a nossa área o pessoal tinha muito tempo de empresa. Gente que estava de benefício, inclusive uma turma que estava entrando na justiça para retornar ao benefício. E aí com o meu salário, contratariam dois, foi o que aconteceu, vão ter que fazer o mesmo serviço, dar conta, nisso a empresa, tá claro economizando. Tem dois trabalhando com o que eu ganhava [...] (KEANE).

Os depoimentos acima permitem deduzir que os PDV's se constituem mecanismos de controle do sistema capitalista, à medida que tentam conter, num plano superior, as tensões sociais decorrentes de reestruturação produtiva, pois neste caso não se tratou tão só de remover [...] as fricções arbitrariedades desnecessárias (como no caso das tensões vivenciadas na cotidianidade do trabalho), mas sim de conseguir a desejável integração ideológica do operário na empresa [...] (FREDERICO, 1979, p.81). Tenta-se reordenar a superestrutura por meio do pressuposto, segundo qual a empresa não é apenas um lugar de exploração do trabalho, mas sim um *locus* que a todo tempo quer proporcionar ascensão e vantagens tanto para si quanto que para os seus “colaboradores”. Desse modo, muitos dos trabalhadores dessa “nova” empresa, com novos objetivos, ao perceberem esse movimento de desintegração “de si” enquanto trabalhador e, com medo de uma dispensa sem justa, aderiu ao referido programa, pois:

[...] Foi o físico, o meu corpo já não produzia o que minha mente esperava que produzisse. A possibilidade de gerenciar meu próprio negócio. E esperar minha aposentadoria de forma mais tranquila [...] (PORTINARI);

[...] Se a carga de estresse estava ruim, ia ficar pior, ia ter mais trabalho, a empresa acha que a gente pode trabalhar de qualquer jeito, eu já não tinha tempo para nada, aí que não ia ter, e eu já sabia que estava na lista de demissão da empresa, se não aderisse, ao menos sair com tudo o que eu tinha direito, é quase tudo [...] (DALI);

[...] As pessoas que aderiram o plano, até onde sei estavam desestimuladas e cansadas de trabalhar na empresa, como a mim. Eu estava insatisfeito com meu atual

trabalho e não aguentaria mais esperar até que a empresa se reestruturasse, era muita loucura. Aquilo não me alimentava mais [...] (MONET);

[...] O tempo todo assim de vida de casado, estive ausente da minha casa devido ao trabalho, e chegou o momento que eu achei que tinha que vir para casa, eu disse: ta na hora de eu ir para casa viver com meus filhos, ficar junto da minha mulher, a sobrecarga de trabalho me fez cada dia mais ter indisposição de trabalhar, devido ao cansaço foram muitos anos trabalhando, eu achei melhor [...] (DALI);

[...] Assinei o PDV, porque queria melhorar minha condição e vida, queria sair do esgotamento, minha insatisfação era grande o fato de não saber o que ia acontecer comigo [...] (DEGAS).

Esses depoimentos revelam que os PDV's se constituem estratégicos para os trabalhadores que chegaram a exaustão, aos limites de sua capacidade física, mental e psicológica para suportarem a dominação e a exploração do trabalhador pelo capital, a medida em que possibilitam uma perspectiva de ganhos ao serem demitidos da empresa. Para a empresa esses programas são duros mecanismos

[...] de reorganização do coletivo do trabalho que se tornaram predominantes em época da reestruturação produtiva. Eles têm uma função estrutural: renovar as gerações dos coletivos do trabalho tornando-os mais adequados para as novas formas de “captura” da subjetividade do trabalho pelo capital. Enfim, PDV é o modo de reestruturação produtiva: a reestruturação geracional onde o capital instaura um novo metabolismo social do trabalho [...] (ALVES, 2014)⁷⁹.

Sabe-se que quanto mais o capitalismo avança, mais os empresários e seus gestores introduzem métodos refinados para aumentar a racionalização econômica caracterizada pela busca produção enxuta, como por exemplo, o modelo de gestão dos processos de trabalho toyotista que pensa e age para em favor do capital, [...] para a produtividade, sob a aparência da eliminação efetiva do fosso existente entre elaboração e execução no processo de trabalho [...] (ANTUNES, 2000, p. 42). Trata-se, então de uma resposta perspicaz e explícita a crise contemporânea sociometabólica do capital. É sob esta lógica, se expressam os mencionados programas como uma tendência geral de subordinação do trabalho ao novo padrão de acumulação do capitalismo globalizado, para aumentar a contribuição de cada trabalhador para a criação da riqueza.

Nessa perspectiva, considera-se importante se interrogar sobre as inflexões e os impactos dos PDV's sobre a vida os trabalhadores, quer seja pessoal, familiar e profissional. Esses trabalhadores conseguiram se re-inserir ao trabalho ou não? Como vivem, atualmente,

⁷⁹Registra-se que enquanto autora deste trabalho, ao iniciar a pesquisa de campo que subsidiou este estudo, contatei com o Prof. Dr. Giovanni Alves, para saber o seu pensamento à respeito dos PDV's instituídos na atualidade, tanto por empresas do setor privado quanto do setor público.

esses trabalhadores que aderiram ao II PDV instituído, em 2013, pela empresa Celpa Equatorial?

A propósito dessas questões, as falas dos pesquisados revelam que a maioria dos desses trabalhadores demitidos pelo referido PDV, se re-inseriram ao trabalho informal, o qual nessa nova dinâmica do capital vem se tornando cada vez mais uma alternativa de trabalho, haja vista que os postos de trabalho assalariado, formal com carteira assinada vem diminuindo consideravelmente nas últimas décadas, visto que o mundo capitalista faz surgir novas estratégias de subordinação das economias periféricas às centrais. A exemplo destaque-se a situação da América Latina, em particular do Brasil, em que a sua inserção na divisão internacional do trabalho se dá via a exportação de matérias-primas (soja, minério, madeira, etc.). Em consequência, há o crescimento da pobreza, a retração das políticas sociais públicas, o aumento do desemprego e o enfraquecimento dos movimentos sociais e sindicais, imprimindo uma contração das conquistas sociais alcançadas pela classe trabalhadora:

[...] Mudei de ramo de atividade. Hoje trabalho por conta própria, faço meu próprio horário, trabalho mesmo do jeito que me faz bem. Sou Gerente de um Petshop [...]
(CLAUDEL).

O fato dos trabalhadores demitidos pelo PDV II, passarem a trabalhar em outra atividade diferente daquela que exercia na Celpa Equatorial, de alguma forma tem possibilitado uma renda completar a da aposentadoria e, assim, assegurar o padrão de vida que possuíam quando trabalhavam na referida empresa. Além disso, os pesquisados foram unânimes em afirmar que, hoje, possuem uma condição de vida melhor em termos de saúde do que quando trabalhavam na mesma.

As formas de trabalho que os referidos trabalhadores estão inseridos (negócio próprio, pequenas vendas, comércio e serviços) podem ser compreendidas a partir da nova morfologia do trabalho, a que Antunes (2005) faz referência para explicitar as consequências da reestruturação capitalista que aparece como estratégia das empresas para recuperação da crise econômica que atingiu o país o Brasil, na década de 1980 e para responder às exigências da abertura da economia, nos anos 1990, quando mais concretamente começa a ser operacionalizado o projeto neoliberal, como parte das exigências do novo padrão de acumulação do capital.

O projeto neoliberal, no Brasil, traz em seu bojo o aumento da precariedade do trabalho expressa pela intensificação do trabalho, redução do acesso os direitos sociais e a instabilidade no emprego que provocam o medo, causando aflição a consciência de classe,

fazendo pressão acerca da fragilidade política e organizativa dos trabalhadores. Logo, os trabalhadores se sentem inseguros, independente de sua qualificação profissional, competência técnica ou posição social:

[...]. Desde que sai da Celpa, estive 08 meses desempregado, ai depois procurei trabalhar de forma autônoma, fazendo instalações elétricas, esta indo, o dinheiro da para viver [...] continuo trabalhando muito, trabalho é trabalho, mas eu não vivo aquela realidade [...] (MONET).

Assim, com o objetivo de encontrar um trabalho para a sua reprodução social, os trabalhadores que foram demitidos pelo PDV II, têm tido o **Trabalho Informal** como uma das principais alternativas. Esta forma de trabalho tem recebido diversos tratos, desde que os que observam atentamente o trabalho informal como a redenção da nova economia até os que vêem nele um intenso risco à ordem social⁸⁰. É certamente um dos amplos temas que tratam do mundo do trabalho, neste século. Tornou-se motivo de estímulo crescente à produção acadêmica, e assunto em destaque nas páginas de revistas políticas económicas e sociais em níveis internacionais, nacionais e locais. O aumento do trabalho informal, caracterizado, também, pelo quantitativo cada vez maior de atividades económicas que atuam a margem da economia formal, discute para além das expressões da questão social decorrentes, o sistema estatal de arrecadação tributária e de fiscalização, criando uma determinada produção de riquezas que não é documentada nos estudos estatísticos, pois:

Cuando el trabajo nos pertenece [...] Esta práctica, reconocida en las estadísticas del DANE (Departamento Administrativo Nacional Español de Estadística) como “trabajador por cuenta propia” se desarrolla en los buses de transporte público intraurbano de la ciudad de Medellín, abarcando todas las calles, avenidas y rutas principales. Es decir, su espacio de trabajo es la ciudad, el espacio público, incluyendo los medios de transporte (buses públicos en este caso). A este escenario han llegado muchas personas en los últimos años, lo cual ha desatado medidas de control al interior de este espacio, promoviendo prácticas de poder y control territorial expresadas en intimidación, terror y violencia, lo cual niega de entrada las garantías que deben tener en su condición de trabajadores en términos de espacios adecuados, esto, sin contar con otras condiciones como el clima, la variación de pasajeros en algunas horas del día donde no es tan afluente y la precariedad para

⁸⁰ O Conceito aqui adquire significado, com bases em estudos económicos e sociais que vinculam informalidade, ou melhor, o subemprego a atividades periféricas, precárias, quase não rentáveis, não registradas em carteira de trabalho. Contrário do termo trabalho formal, que segundo a legislação brasileira diz que é: o trabalho é formal se, e somente se, o trabalhador possui carteira de trabalho assinada ou registro de autônomo ou, ainda, status de empregador.

Ver DARCANCHY, Mara Vidigal. Direito ao trabalho. Disponível: <<http://jus.com.br/revista/texto/2358/direito-ao-trabalho>> Acessado em: 12 nov. 2012.

Ver PASTORE, José. A questão da Informalidade. Disponível <http://www.josepastore.com.br/artigos/ti/ti_003.htm> Acessado em: 12 nov. 2012.

satisfacer sus necesidades básicas (alimentación, sanitarias, etc.). La precariedad laboral expresa otras manifestaciones de la cuestión social como la pérdida de derechos sociales, la violencia y la competencia laboral y social. Esto revela aún más la contradicción constitutiva del capital. (GÓMEZ, 2001, p. 05) (*grifo nosso*).

Ademais, este é o fundamento do capitalismo agregado à ideologia neoliberal, a condensação cada vez maior dos meios de produção, subordinando àqueles que estão à margem do processo de acumulação do capital, a buscar sua sobrevivência no grupo das atividades não formais - a forma de relações “informais” ou “incompletas de emprego”, “esta ampliação da insegurança do emprego”, conforme relata Mattoso (1993), deu-se:

em praticamente todos os países avançados [...] através da redução relativa e absoluta de empregos estáveis ou permanentes nas empresas e da maior subcontratação de trabalhadores temporários, em tempo determinado, eventuais, em tempo parcial, trabalho em domicílio ou independentes, etc...”. (MATTOSO, 1993, 126).

O trabalho informal pode ser caracterizado pela natureza e pela estrutura do processo de trabalho produtivo e pelo ponto de vista da ligação trabalhista ao marco regulatório. O conceito de informalidade deriva do conceito da formalidade que possa haver em determinado período. Essa compreensão está sujeita à forma de contrato formal predominante região, setor econômico e categoria profissional. As percepções de informalidade podem ser definidas através de múltiplos marcos teóricos que, por sua vez, podem ocasionar objetos diversos de análises. Entretanto, essa questão não pode encobrir o fato de que o exército de reserva de trabalhadores paupérrimos em todo mundo, se incorporem num conjunto de condições que podem ser demonstradas de diferentes modos de inserção no mercado informal. Soares (2008) em sua dissertação intitulada “Trabalho Informal: da funcionalidade à subsunção ao capital”, realça a idéia de ampliação do conceito de trabalho informal, posto que este deve ser entendido, analisado e pesquisado não apenas como uma atividade de subsistência, mas sim conforme os estudos de Tavares (2002), como uma relação entre trabalho e capital que de forma constante extrai mais-valia de forma (in) visível.

De acordo com Soares (2008), o trabalho informal vem se introduzindo, como uma das possibilidades de geração de renda e ocupação; a cada dia é maior o quantitativo de trabalhadores excluídos do mercado formal de trabalho, visto que:

“Verifica-se que a expansão do trabalho informal tem beneficiado o capital no que se refere à exploração do trabalho e a produção de mais-valia de forma disfarçada. Dessa forma, o trabalho informal em vez de ser uma anomalia do sistema produtor de mercadorias é, na verdade, produto do capitalismo” (SOARES, 2008, p. 10 e 11).

Apesar dos estudos baseados na visão hegemônica tratarem o trabalho informal, apenas, como um problema de excesso de mão de obra disponível, entende-se, a partir de uma leitura materialista dialética das relações de produção da sociedade, que essa abundância de mão-de-obra representa um papel importante no desenvolvimento do capitalismo. O grupo de trabalhadores conceituado informais, ou seja, como biscateiros, subempregados, autônomos, contra própria “foram compor o Exército Industrial de Reserva⁸¹, ou a superpopulação relativa excedente” (SOARES, 2008, p. 43).

Segundo Marx (1996), a superpopulação relativa apresenta as seguintes características: a) a forma líquida, que revela a condição de que o número de trabalhadores em longo prazo aumenta inversamente em relação à demanda por força de trabalho; b) a forma latente, que corresponde à parcela rural da população que se encontra de forma perene e iminente de deslocamento para proletariado urbano; c) a forma estagnada refere-se ao conglomerado de trabalhadores que apresentam ocupação irregular e condições de vida abaixo da média. Assim, observando que os trabalhadores informais apresentam essas três características, pode-se inferir que o trabalho informal é uma base ampla para diversos ramos da exploração do capital sobre o trabalhador.

Silva (1997) para designar a informalidade refere-se que: “colocada ao empobrecimento da maioria dos trabalhadores, passando pela situação de pobreza de segmentos sociais que apenas conseguem acionar estratégias de sobrevivência que reproduzem as dificuldades de sua incorporação produtiva” (SILVA, 1997, p. 26-27). E continua o autor: “o avanço do processo de informalidade coloca em risco a construção da democracia e limita o exercício da cidadania” (SILVA, 2003, p. 18).

Nesse quadro Soares (2008) diz que se cria um mundo onde:

As atividades precárias e potencialmente o trabalho informal aparece aí como produto da dinâmica capitalista, que leva à produção de um excedente populacional e ao rebaixamento dos salários. Ora os trabalhadores vão se dirigir ao que é chamado de trabalho informal porque o salário recebido no chamado “mercado formal” não dá condições dignas de sobrevivência, ora irão desenvolver atividades informais porque não dispõem de outra opção a não ser montar um negócio de estrutura precária, que sobreviverá à margem da economia (p. 24).

Em termos de mercado de trabalho, é pertinente presumir que o início dos anos de 1990 representou um rompimento na dinâmica crescente de formalização do trabalho. Desde então, tem expandido a “informalidade”. É possível que esse aumento mostre claramente uma

⁸¹ Composto pela força de trabalho, desempregada e parcialmente empregada, criada e reproduzida no processo de produção capitalista. Ver. K. Marx, cap. XXIII, livro I, v. II, 1996.

mundança brusca na história de um aparente percurso em direção a um quadro uniforme do mercado de trabalho; pode também ser reflexo do mau desempenho macroeconômico dos países desenvolvidos e em desenvolvimento nos anos 1990, ou, além disso, ser consequência da acelerada internacionalização da economia. Um grande número de economias sofreram mutações similares.

Pelo exposto, constata-se que se vive um dos períodos mais árduos em relação à situação dos trabalhadores e do sindicalismo; de modo especial desde os anos 1970, em decorrência do que se tem conceituado de crise do padrão taylorista e fordista, do Estado intervencionista Keynesiano, da regulação da social-democrata. Os princípios rígidos da linha de montagem do taylorismo e do fordismo, presentemente, dão lugar a empresas flexibilizadas, com trabalhadores multifuncionais, desespecializados, atuando em variadas dimensões.

Logo, mantém-se em continuamente um exército de subtrabalhadores, de trabalho parcial. Assim a “informalidade” é resultado dessas mutações⁸² - consolidação da flexibilização das relações de trabalho, a partir de 1994, da terceirização do trabalho, precarização do trabalho, explosão do trabalho informal e aumento do trabalho temporário autônomo que atualmente perdura.

Assim, deduz-se que o II PDV enquanto estratégia do processo de reestruturação da concessionária de energia elétrica Equatorial Celpa tem se desenvolvido numa conjuntura de crise, recessão e desemprego e instabilidade econômica, o que eleva, consideravelmente, a instalação de conflitos nas relações de trabalho e emperra o desenvolvimento de formas de gestão de caráter mais democrático e participativo. Evidencia-se que os arranjos de mudanças que foram implantados nesta empresa do setor elétrico paraense, seja por meio de planos parciais, seja através de técnicas mais amplas, melhores sistematizadas, provocaram alterações vultosas nos seus modos de organização do trabalho e, conseqüentemente, nas relações de trabalho, antes estabelecidos.

Segundo os relatos dos trabalhadores entrevistados, podemos perceber, em suas falas, as mudanças nas relações de trabalho determinadas pelo comando do capital. Assim, indagado a respeito de como são as relações de trabalho diante do plano de reestruturação da Equatorial vigente desde novembro de 2012, o sr. *Re noir*, aposentando, depois de trabalhar 29 anos na empresa, destaca que: [...] A Celpa quer tirar o sangue mesmo, quer que o pessoal se mate trabalhando mesmo [...] (2013). Dessa forma, visualiza-se que os trabalhadores tiveram o seu

⁸² Ver Noronha (2003)

cotidiano de trabalhado reconfigurado a partir da implantação do plano de reestruturação produtiva:

Foi uma mudança muito grande, muito radical, tinha que trabalhar com todo aquele sentimento, porque às vezes no fim do expediente lá estava o chefe com tua carta de demissão [...] (MONET);

[...] o que mudou foi somente o chicote, se do grupo Rede era 70 centímetros a Equatorial veio com um de um metro e quarenta centímetros que era para tingir um maior número maior pessoas, quando desse a lambada, quando começasse a bater, foi exatamente o aconteceu, redução maior tanto de pessoas quanto de vantagens. A maior preocupação era retirar o pessoal mais antigo e colocar tudo novato, mudaram muito o quadro [...] (DEGAS);

[...] todo mundo ia trabalhar achando que ia ser demitido. A qualquer momento, esse período foi difícil, porque, a gente ficava sabendo, ficava aqueles rumores, vai ter demissão, vai ter demissão. A gente só ficava esperando para saber quem era. Quem eram os demitidos [...] (DALI);

Desse modo, a reestruturação desta empresa, na qual a crise do grande capital somado à crise do setor elétrico nacional funcionou como uma pressão acentuada, provocando um fluxo de reorganização dos processos de trabalho da referida empresa, conforme os novos paradigmas produtivos e de lucratividade, acarretando impactos sobre a vida de seus trabalhadores que passaram a conviver com o desemprego, com a mudança na estrutura de cargos, com a exigência de um perfil polivalente, redução de salários e com o aumento do movimento da terceirização que:

[...] caracteriza-se pelo uso de uma empresa contratar, de outras empresas produtos e serviços necessários para o seu processo de produção. As empresas contratantes, ou seja, as que estão terceirizando parte do processo de produção, vão implementar a redução dos custos provenientes da força de trabalho, por meio das relações de trabalho precárias, como a contratação de pequenas empresas e de cooperativas; a subcontratação de trabalhadores, cujas as atividades são desenvolvidas em domicílio; o trabalho por tempo parcial e o trabalho sem registro em carteira [...] (SOARES, 2008, p.).

Assim,

[...] sem dúvida, depois dos programas de demissões voluntárias, a intensificação da terceirização de sua força de trabalho é o principal mecanismo de reestruturação que vem sendo colocada em prática na Celpa. Para termos ideia do avanço da terceirização na empresa, somente nos dois primeiros anos de gestão do Grupo Equatorial registramos um aumento significativo da terceirização, passando da relação de 1 terceirizado para 3,5 terceirizados para 1 empregado próprio. Com isso temos a redução dos postos de trabalho na Celpa e a precarização da relação de trabalho nas prestadoras, por consequência aumento do acidente de trabalho nas empresas terceirizadas, que ocorrem com frequência 10 vezes maior que na Celpa, já

descontado o efetivo dos empregados [...] (SINDICATO DOS URBANITÁRIOS, 2014).

A substituição dos trabalhadores com maior salário pelos que ganham menor salário, permite maior fonte de lucro para a empresa e a terceirização tem se constituído uma das importantes estratégias para a referida empresa. No Brasil, segundo Faria (1994), a palavra “terceirização” virou moda e não possui, exatamente, o sentido “outsourcing” (a busca de suprimentos) utilizado nos países industrializados. Assim, existem duas modalidades de terceirização no país, a saber: uma originária dos países industrializados que objetiva alcançar tanto elementos de produtividade quanto condições novas de competitividade; a outra:

[...] mais geral e bem mais ao gosto do atraso empresarial brasileiro tem embutida a estratégia de confronto, de enfrentamento e consiste em apenas reduzir custos. É o *outsourcing* tunipiniquim” no estilo e conceito empresarial fazendeiro. Esta modalidade de terceirização mantém o antagonismo com os empregados e com o movimento sindical. (...). É o posicionamento do ganha-perde. Objetiva-se obter lucros no curto prazo – a redução de custos faz-se com a redução da mão-de-obra [...] (FARIA, 1994, p. 43).

A propósito,

[...] Nesta última década no Brasil, o crescimento e a difusão da terceirização a reafirmam como uma modalidade de gestão, organização e controle do trabalho num ambiente comandado pela lógica da acumulação financeira que, no âmbito do processo, das condições e do mercado de trabalho, *exige total flexibilidade em todos os níveis*; ela institui um novo tipo de precarização que passa a dirigir a relação capital-trabalho em todas as suas dimensões. E, num quadro em que a economia é comandada pela lógica financeira sustentada no curtíssimo prazo, as empresas do setor industrial buscam garantir seus altos lucros, exigindo e transferindo aos trabalhadores a pressão pela maximização do tempo, pelas altas taxas de produtividade, pela redução dos custos com o trabalho e pela “volatilidade” nas formas de inserção e contratos [...] (ANTUNES; DRUCK, 2014, p. 16-17, *grifos do autor*).

Registra-se que neste cenário, a terceirização no grupo Equatorial vem ocorrendo também na empresa Centrais Elétricas do Maranhão - CEMAR EQUATORIAL, no estado do Maranhão. Neste sentido, a tabela abaixo é ilustrativa:

Tabela 13 – Identificação do quantitativo de trabalhadores terceirizados na Cemar/Equatorial (Maranhão), nos anos 2007, 2008, 2009, 2010, 2011 e 2012

Quantitativo de trabalhadores terceirizados na Cemar/Equatorial (Maranhão)						
	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Empregados próprios	1213	1291	1309	1250	1181	1182
Empregados terceirizados	-	-	5.072	5.296	5.905	6.079
Número de demissões	206	202	178	157	153	120
Percentual de rotatividade	17,07%	15,07%	13,62%	12%	13%	10%
Lucro (milhões)	180,1	227,8	219,7	278,6	247,5	384,9
Ebitida (milhões)	-	-	495,5	499,9	482,1	533,2

Fonte: Boletim dos Urbanitários 2013.

Conforme pode ser constatado na tabela acima, nos anos de 2010, 2011 e 2012 o número de trabalhadores terceirizados na empresa Cemar Equatorial aumentou em aproximadamente 60 e 70% respectivamente. Segundo Federação Nacional dos Urbanitários - FNU/CUT (2009), a principal motivação das empresas do setor elétrico ao empreender a terceirização é a redução de custos, seguida por motivos como aumento na qualidade dos serviços e uso de novas tecnologias. “Em nome da redução de custos, as empresas têm aproveitado largamente da inexistência de uma legislação que incida sobre os trabalhadores terceirizados” (*idem, ibidem*, p.290),

[...] os serviços comerciais, manutenção de redes, plantão da distribuição e iluminação pública eram realizados por trabalhadores da Celpa, todos esses serviços passaram a ser realizados por terceirizadas [...] (DEGAS).

A inexistência de uma legislação específica que limite ou proíba a terceirização tem sido debatida numa perspectiva de liberação total (ANTUNES; DRUCK, 2014). Contudo, há que registrar que o Projeto de Lei n. 4.330 de 2004 que “dispõe sobre o contrato de prestação de serviços a terceiros e as relações de trabalho dele decorrente decorrentes, de autoria do deputado Sandro Mabel, empresário do setor de alimentação” (*idem*, p.21) que tramitava no Congresso nacional foi aprovado pela Câmara dos Deputados com 324 votos a favor e 137 contra e 02 abstenções, em 08 de abril de 2015. O mencionado Projeto de Lei prevê a

[...] possibilidade de que as empresas passem a terceirizar não só a atividade-meio (aquelas que não são inerentes ao objetivo principal da empresa, ou seja, serviços necessários, mas não essenciais), mas também a atividade-fim (aquela que caracteriza o objetivo principal da empresa) é um dos itens mais controversos do projeto de lei que regulamenta a prestação de serviços por terceiros. Os críticos dizem, no entanto, que a flexibilização dos contratos "precariza as relações de trabalho". Eles também argumentam que, ao serem empregados como terceirizados, os trabalhadores perdem os benefícios conquistados pela categoria, como, por exemplo, piso salarial maior, plano de saúde, vale-alimentação, participação nos lucros, entre outros. "Esse projeto de lei precariza as condições de trabalho no país. Dizem que mais empregos serão gerados, mas com que padrão? Padrão chinês?", critica o juiz Germano Silveira, vice-presidente da Anamatra (Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho), em referência às más condições de trabalho em fábricas na China. Há hoje no Brasil quase 13 milhões de trabalhadores terceirizados, contra 35 milhões de trabalhadores contratados [...] (BARRUCHO, 2015, s/p).

Pelo exposto constata-se que a:

[...] terceirização assume centralidade na estratégia patronal [...], tornando-se uma verdadeira epidemia nas últimas duas décadas que contaminou a indústria, os serviços, a agricultura, o serviço público, generalizando-se também não só para as chamadas atividades-meio, mas também para as atividades-fim [...] (*idem, ibidem*, p.17).

Desta forma, no âmbito da organização do trabalho evidencia-se que a terceirização tem definido:

[...] condições de trabalho e de salário para trabalhadores de primeira e segunda categorias, como para o trabalho análogo ao escravo, e a discriminação se dá não apenas por parte da empresa contratante, mas também entre os próprios trabalhadores contratados diretamente e os chamados "terceiros" cuja denominação já revela a distinção ou à condição à parte, de fora, externa [...] (*idem, ibidem*, p.17).

Pelo exposto, constata-se que continua em curso um conjunto de metamorfoses nas relações de trabalho que faz o capital não só permutar as suas estratégias de dominação, mas também ampliar novas formas de dominação sobre o trabalho. Nessas circunstâncias, tem-se um novo modo de dominação do capital sobre o trabalho via PDV's que mutilam, transformam os trabalhadores num ser parcial, degradando-os, tornando-os um apêndice do processo de trabalho, submetendo-os ao despotismo do capitalismo contemporâneo que cada vez mais traz a tona estratégias de economia do trabalho vivo.

Por conseguinte, visualiza-se, a composição de uma nova ordem social, legitimada pelo ideário neoliberal totalitário de acumulação e reprodução social voltado à flexibilização e desregulamentação das leis trabalhistas, através da qual o grande capital vem alcançando o desmonte da classe trabalhadora tanto pelo desemprego estrutural, quanto pela sua fragmentação, instaurando novas estratégias de controle que toma corpo no seio da sociedade brasileira, subordinando cada vez mais o trabalhador aos maiores desígnios imperativo da

hegemonia do grande capital. A canção *Cérebro eletrônico* (1996), de Gilberto Gil retrata precisamente essa situação da classe trabalhadora:

O cérebro eletrônico faz tudo. Faz quase tudo. Faz quase tudo. Mas ele é mudo. O cérebro eletrônico comanda. Manda e desmanda. Ele é que manda. Mas ele não anda [...]. Eu posso decidir. Se vivo ou morro por que. Por que sou vivo. Vivo pra cachorro e sei. Que cérebro eletrônico nenhum me dá socorro. No meu caminho inevitável para a morte. [...]. Que o cérebro eletrônico nenhum me dá socorro. Com seus botões de ferro e seus olhos de vidro. Cérebro eletrônico, Gilberto Gil. Gege Edições Musicais. LTDA. (Brasil e América do Sul) / Preta Music (resto do mundo). Todos os Direitos Autorais.

Neste caso cumpre observar que o modo de produção capitalista é um processo contínuo de reificação que por meio de seus petrechos de poder e de suas ações, repeli o trabalhador, que “em pessoa” cooperou em construir, ordenando-lhe modos de vida, condições e inclusive tentando homogeneizar o que é prevaecente no ser social, sua consciência, com o objetivo de que a sua ordem social não seja comprometida, pois:

[...] Mais lucro, o interesse maior é o lucro. Porque se fosse mesmo uma questão de investimento, ia sem investir, como eu já falei, iam investir no próprio funcionário, como é que me trás um menino sem experiência nenhuma e esse menino já vai para o campo [...] (KEANE).

[...] o neoliberalismo realmente existente não é senão o Estado do grande capital que, por meio da derrota da classe operária, impôs rupturas ou limitações aos pactos corporativos do pós-guerra; implantou uma nova disciplina fabril e uma austeridade salarial; também nos gastos sociais; e descontou sobre os trabalhadores os custos da crise [...] (TOLEDO, 1997, p. 84).

[...] não tinha equipamentos novos no laboratório químico, era muito complicado. Quando a empresa era pública nos tínhamos equipamentos que iam comprar fora do país, equipamentos alemães e agora querem comprar qualquer aparelho e querem dizer que é eficiente [...] compraram um aparelho que não teve doido para carregar, o aparelho muito pesado [...] (KEANE).

Portanto, presencia-se, ao mesmo tempo com a crise do sistema capitalista, a crise da sociedade do trabalho e não do trabalho. Pois neste estudo, constata-se que o trabalho mais uma vez vem se reorganizando e se readaptando em decorrência das exigências do capitalismo, propiciando sua preservação e beneficiamento da acumulação do capital. Logo, as sociedades capitalistas não vivenciam o fim do trabalho, pois em conformidade com a concepção de trabalho, segundo Marx e Engels (2000), este é o primeiro ato histórico [...] fator ontologicamente primário na explicação da história [...] (COUTINHO, 1984), pois segundo Marx e Engels (2002) “[...] toda história deve partir dessas bases naturais e de sua modificação, através da ação dos homens, no curso da história, uma vez que ao produzir os

seus meios de existência, os homens produzem indiretamente a sua própria vida material [...]” (p. 45).

Contudo, a concepção sobre trabalho, nos mais recentes anos nos mais recentes, vai deixando de ser considerado um direito adquirido que resultaram de plurais momentos de lutas sociais. Ou seja, os direitos sociais trabalhistas que, apesar de serem gloriosas conquistas políticas de determinada conjuntura histórica, na atualidade padecem por rijas restrições. Os direitos são decretados pela administração política, pelo poder, este [...] não se torna estranho ao direito, pelo contrário, sua legitimidade é mais que nunca afirmada [...] (LEFORT, 1983, p. 53).

Nessa esteira, os direitos sociais que os trabalhadores da empresa Celpa Equatorial conquistaram via Acordos Coletivos, vêm sendo cada vez mais ameaçados. O depoimento de dos trabalhadores pesquisados ilustra tal afirmação:

[...] olha o Grupo Rede era Padrasto né. Mas se descobriu que o Grupo Equatorial era mais rigoroso em questões financeiras. O grupo Equatorial é sim mais rigoroso, prova disso é que desde que assumiu a empresa, nunca mais fechou a acordo coletivo, antes da virada do ano, como na gestão passada [...] (RENOIR).

[...] eu trabalhava em média 10 horas por dia [...] (Van Gogh):

Apesar desses direitos estarem sendo reduzidos ou até mesmo extintos, em função do aumento do lucro da empresa, o trabalho vivo continua, impreterivelmente, necessário para o acúmulo da riqueza e para a legitimação da sociedade capitalista. Sendo assim, o II PDV enquanto uma das estratégias da reestruturação produtiva da empresa Celpa Equatorial, propicia a demissão “legal” de trabalhadores que percebem maiores salários para “ceder” lugar à contratação de trabalhadores terceirizados por menores salários e em piores condições de trabalho, tendo em vista a busca pela lucratividade.

Trata-se, então, de uma [...] retroalimentação que impõem ao capital a necessidade de encontrar uma força de trabalho ainda mais complexa e multifuncional que deve ser explorada de maneira mais intensa e sofisticada, ao menos nos ramos produtivos dotados de maior incremento tecnológico [...] (ANTUNES, 2000, p. 124). Na Celpa Equatorial, esse quadro pode ser constatado pela instituição de regras de controle de frequência dos empregados ao trabalho.

Tabela 14: Identificação das exigências da empresa para o registro de frequência ao trabalho

DESCRIÇÃO	TEMPO MÁXIMO PERMITIDO	MEDIDAS ADOTADAS	OBSERVAÇÃO
Antes do início do primeiro expediente	30 minutos	-	-
Após o início do primeiro expediente	30 minutos	Atrasos a serem compensados automaticamente com as horas de crédito do final do primeiro e segundo expediente.	-
Após o final do primeiro expediente	30 minutos	Crédito para compensação automática de atrasos e saídas.	-
Antes do início do segundo expediente	30 minutos	Não é computado na jornada de trabalho para nenhum efeito expediente.	-
Após o início do segundo expediente	30 minutos	Atrasos a serem compensados automaticamente com as horas de crédito do final do primeiro e segundo expediente	-
Antes do final do segundo expediente	00 minutos	Nada a ser tratado	-
Após o final do segundo expediente	15 minutos	Crédito para compensação automática de atrasos e saídas.	Somente após esse horário que é considerado hora extraordinária, necessitando de prévia autorização da chefia.
Atrasos diários permitidos	45 minutos	Serão compensados automaticamente ao longo do mês com as horas de crédito do final do primeiro ou segundo expediente.	
Saída em licença – Diária permitida	Sem limite	Serão compensados automaticamente ao longo do mês com as horas de crédito do final do primeiro ou segundo expediente.	
Total de atrasos e saídas de licença mensais permitidos	16,5 horas		Os atrasos e saídas em licença não compensados dentro do mês serão descontados do salário do empregado

Fonte: Boletim dos Urbanitários, 2013.

Essas medidas expressam parte das mudanças nas formas de gestão das relações de trabalho instituídas pela empresa, pois:

[...] a troca do modelo da gestão foi dura e objetiva, era tudo ou nada. E os trabalhadores tinham que se adaptar se não rua. O setor elétrico vive um momento difícil, penoso, aí essas mudanças no trabalho, em como fazer o trabalho, também se tornam penosas. São mudanças que não mudam em nada, continua a mesma exploração [...] (MONET).

Assim, observa-se que as mudanças instituídas pela empresa são determinadas pela correlação de forças e pela fragilidade dos trabalhadores que se vêm obrigados a colocar na frente de seus afligimentos a tentativa de permanência no emprego – desemprego, o que possibilita a ampliação das taxas de lucro via a intensificação do trabalho, pois:

[...] não existe reestruturação produtiva, o que existe é o se trabalho pelo regime de meritocracia, você é obrigado a bater as metas tem que, produzir para no fim da história ganhar um bônus [...] (KAHLO).

Sendo assim, as mudanças na forma de gestão da força de trabalho em decorrência reestruturação produtiva representam:

[...] um novo tipo de hegemonia ideológica no estágio atual da internacionalização do capital e do capitalismo, fundadas nas teorias do fragmentário, do efêmero, do descontinuum que fortalecem a alienação e reificação do presente, fazendo-nos perder de vista os nexos ontológicos que compõem a realidade social e distanciando-se cada vez mais da compreensão da vida social [...] (SIMIONATO, 1996, p. 86).

Portanto, as ações de controle e coesão social sobre o trabalhador pela mão invisível desta empresa, [...] tornar-se-á, ao lado da ética do trabalho, amplamente hegemônico, na medida em que a sociedade burguesa se consolida. Trata-se de uma sociedade fundada no mérito de cada um em potencializar suas capacidades [...] (BEHRING, 2008 p. 6), sem divergir das condições impostas, supostamente, naturais do mercado.

Nesse contexto de reestruturação produtiva e de flexibilização das relações de trabalho que avança sobre a força de trabalho, os trabalhadores se veem impelidos a se sujeitarem às péssimas condições de trabalho, em decorrência do acirramento da competição entre os próprios capitalistas que é inerente ao próprio modo de produção capitalista. A propósito, Antunes (1995) explica que a sociedade capitalista contemporânea tem sua base

produtiva caracterizada pela dualidade: de um lado, provoca a diminuição dos postos de trabalho do chão de fábrica ou da empresa, devido às novas técnicas de gestão e produção do trabalho, associadas à inserção de tecnologia ao processo de trabalho, por outro se vivencia uma subproletarização intensificada, com a expansão do trabalho precário, com o trabalho parcial, terceirizado, subcontratado, temporário, ocasionando um processo de heterogeneização, fragmentação e complexificação da classe que vive do seu trabalho. O que se contrapõe a ideia de alguns autores que anunciam o fim da centralidade do trabalho na sociedade.

Nos últimos anos do século XXI tem-se, cada vez mais, a diminuição dos postos de trabalho formal e aumento das atividades informais, situação esta que conduz o trabalhador à perda e/ou a redução dos seus direitos trabalhistas e previdenciários (férias, 13º salário, previdência social, seguro desemprego, etc.) vinculados ao trabalho formal.

Desta forma, como bem analisa Antunes (1995):

[...] vivem-se formas transitórias de produção, cujos desdobramentos são também agudos, no que diz respeito aos direitos do trabalho. Estes são desregulamentados, flexibilizados, de modo a dotar o capital do instrumental necessário para adequar-se a sua nova fase. Direitos e conquistas históricas dos trabalhadores são substituídos e eliminados do mundo da produção. Diminui-se ou mescla-se, dependendo da intensidade, o despotismo toyotista, pela participação dentro da ordem e do universo da empresa, pelo envolvimento manipulatório, próprio da sociabilidade moldada na contemporaneidade pelo sistema produtor de mercadorias [...] (p. 16).

Deduz-se, então, que em tempo algum o modo de reprodução de base material capitalista regulou tanto o ser social, o trabalhador, posto que [...] aquilo que eles (os homens) são coincide, portanto com a sua produção, com o que produzem e também como produzem. Aquilo que os indivíduos são depende, portanto das condições materiais da sua produção [...] (MARX; ENGELS, 2002, p. 46). Assim, a função do trabalho, sob essa lógica, é central nesse processo e, conseqüentemente, para a vida dos homens – trabalhadores.

Compreende-se, assim, que esse conjunto de transformações não repercute tão somente nas relações de trabalho, mas vem acarretando mudanças radicais e penosas na vida cotidiana do trabalhador, como por exemplo: na saúde, no lazer, na educação, nos direitos, na sua vida social e familiar privada, na medida em que se constata o aumento da concentração do capital para um parcela restrita e a diminuição da distribuição da riqueza para uma maioria pobre, o que implica no aumento das desigualdades sociais.

Nesse contexto, verifica-se que o trabalhador vem se movimentando entre formas perduráveis de exclusão, visto que os seus direitos constitucionais, trabalhistas e

previdenciários, historicamente, conquistados são comutados pelos direitos contratuais, o que não garante melhores condições de sobrevivência (moradia, saúde, educação, etc.) do trabalhador devido os diminutos níveis salariais e vulnerabilização social, pois:

[...] o capital forja uma forma específica de sociabilidade humana em que o sujeito criativo entra numa relação de estranhamento com aquilo que produz através de suas objetivações. O indivíduo subordina-se à produção do capital na medida em que o trabalhador alienado, aliena do homem, primeiro a natureza e segundo a si mesmo, a sua função ativa própria, a atividade vital, aliena do homem o gênero, passando o trabalho a ser somente um mero meio de satisfazer as necessidades, o que vai na contramão da realização do homem enquanto ser genérico, do caráter dessa atividade, enquanto ser consistente livre, de acordo com o que nos dizia Marx (MUSTAFA; BENATTI, 2010, p. 12).

Embora

[...] o desenvolvimento das forças produtivas acarrete necessariamente o desenvolvimento da capacidade humana, mas aqui emerge plasticamente o problema do estranhamento, o desenvolvimento da capacidade humana não produz necessariamente o desenvolvimento da personalidade humana, mas, ao contrário, pode desfigurá-la e aviltá-la [...] (LUKÁCS, 1981 *apud* ANTUNES 2000, p 172).

Com efeito, longe de proporcionar a otimização do desenvolvimento da capacidade humana, o trabalho de modo intenso, na contemporaneidade, passo a passo precariza a vida humana, em decorrência de que todo o tempo da vida passa a ser destinado para o trabalho, pois, se antes já era excessivo, hoje é duplamente mais - é uma condição de barbárie similar a do advento da revolução industrial que, perfeitamente, aponta Marx (1984) quando analisa o surgimento do pauperismo:

[...] O pauperismo constitui o asilo para inválidos do exército ativo de trabalhadores e o peso morto do exército industrial de reserva. Sua produção está incluída na produção da superpopulação relativa, sua necessidade na necessidade, dela e ambos constituem uma condição de existência da produção capitalista do desenvolvimento da riqueza (p. 209).

Observa-se que no cenário de reestruturação da produção mundial e, em particular da Celpa Equatorial, o tempo destinado ao trabalho em função do aumento do lucro do capital se sobrepõe sobre a qualidade das necessidades humanas, pois:

[...] se a mera quantidade do trabalho funciona como medida de valor sem qualquer consideração para com a qualidade, isto pressupõe que o trabalho simples se tornou privo da indústria. Pressupõe que o trabalho foi equalizado pela subordinação do homem à máquina ou pela extrema divisão do trabalho; que os homens são obliterados pelo seu trabalho, que o pêndulo do relógio se tornou uma medida tão acurada da atividade relativa de dois trabalhadores como o é da velocidade de duas locomotivas. O tempo é tudo, o homem é nada; ele é, na melhor das hipóteses, carcaça de tempo. A qualidade não mais importa. A quantidade sozinha decide tudo; hora por hora; dia por dia [...] (MARX, apud Mészáros, 2002, p. 615).

Nessa perspectiva, tomando por base a teoria marxiana, considera-se que a quantidade da lucratividade exerce o controle sobre a qualidade, como a sociedade dos objetos levados pela premência de auto-expansão do capital e pelas suas imposições reprodutivas controlam a vida humana. [...] a desvalorização do mundo humano aumenta na razão direta do aumento do valor do mundo das coisas. O trabalho não cria apenas bens; ele também produz a si mesmo e o trabalhador como uma mercadoria, e, deveras, na mesma proporção em que produz bens [...] (MARX, 1970, p. 90).

Sendo assim, [...] o trabalhador durante toda a sua existência, nada mais é que força de trabalho e que, por isso, todo seu tempo disponível é por natureza e por direito tempo de trabalho, portanto, pertencente à autovalorização do capital (MARX, 1984, p. 211). Na Celpa Equatorial esta situação tão é vivenciada pelos trabalhadores,

[...] porque muitas vezes a gente trabalha de oito até onze horas da noite, aí que eu voltava para casa descansar, mas pensando no trabalho do outro dia que às vezes era maior, na área da manutenção ficou assim, não tem sábado, não tem domingo, de segunda a segunda. O que acontecia era que se o Centro de Operação ligasse, falando de uma bronca, na subestação tal, tinha que atender; o carro me apanhava para resolver o problema e se acabasse quatro da manhã, às oito tinha que ir de novo para o trabalho, normal [...] (DALI).

Este depoimento revela, claramente, a subsunção da força de trabalho em função da obtenção da mais-valia e, conseqüentemente, do lucro obtido por meio do trabalho alienado, fetichizado que somente é interessante em plena potência física e intelectual e na condição de consumidor de mercadorias, em razão de que é somente através da força de trabalho que o capital obtém a sua autovalorização. Assim, [...] quando o cenário não é o do desemprego aberto e direto, presenciamos o crescimento da erosão do emprego contratado e regulamentado, que foi dominante no século XX [...]. Temos então a erosão do emprego e a corrosão do trabalho [...] (*Idem, ibidem*, p.22).

Assim, diante da erosão do emprego e de corrosão do trabalho formal, os pesquisados não tiveram alternativa, a não ser aderir (in) voluntariamente ao II PDV: o cansaço, o aumento do nível de estresse provocado pela intensificação do trabalho, as

exigências das chefias para o cumprimento das metas, as condições de físicas e emocionais dos trabalhadores estavam se depauperando.

Desta forma, percebe-se que a partir das demandas de reestruturação e expansão do capital que delimitam os critérios de utilidade da força de trabalho e de seu tempo de uso, os PDV's funcionam como um instrumento de expropriação perversa do trabalhador, uma vez que este torna o trabalho, aparentemente, supérfluo tendo carência de utilidade, assim como, representa uma dimensão coercitiva da lógica de acumulação do capital devido a eterna ambição por maior lucratividade.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados da pesquisa que se realizou foram, em sua maioria, surpreendentes e entusiasmantes para a autora. O esforço de interpretação do vasto volume de material empírico coleado foi provocador o tempo todo, processo que exigiu um “coração valente”. Acredita-se que tal situação é singular, quando a pesquisa é tratada de forma ética rigorosamente, quando o desconhecido se torna algo construído pela razão dialética, onde a mediação se torna o cerne entre o imediato e a mediato. Toda pesquisa é, à vista disso, “garatuja” que se imbrica entre os tons positivos e negativos, como qualquer outro projeto na vida.

Por conseguinte, com a análise de dados capturados nessa investigação, constatou-se que há um quantitativo expressivo de trabalhadores que aderiram o II PDV que, hoje, encontram-se aposentados, ou em processo de aposentadoria; além desses, há trabalhadores que estão vivenciando diversas alternativas de reinserção do mercado de trabalho. Sendo assim, constatou-se que a adesão ao II PDV repercutiu de formas distintas para a vida dos mesmos.

A propósito, os trabalhadores que conseguiram conservar o mesmo padrão de vida, estando aposentados, apesar de gastos com plano de saúde e a perda do ticket alimentação, em geral, à adesão ao referido PDV teve repercussões positivas na vida dos mesmos. Atualmente, estes trabalhadores possuem autonomia para realizarem atividades segundo os seus interesses e a sua criatividade; possuem uma rotina em que o tempo não é mais o seu inimigo e, sim, possibilita a liberdade, por exemplo, quando desenvolvem atividades de corte e costura ou gerenciam imóveis particulares. Essa lógica positiva também pode ser constada em alguns trabalhadores que hoje trabalham de forma independente (alguns estão contribuindo com o INSS), dentre esses, há trabalhadores que até aumentaram a sua renda e outros que tiveram a renda diminuída.

Contudo, mesmo que os mesmos tenham custos com plano de saúde e alimentação, afirmma que, atualmente, têm uma vida melhor, sobretudo, no que concerne às relações familiares, posto que com maior aproximação dos seus familiares, os laços afetivos foram fortalecidos. Ressalta-se que esse processo é proporcionado pela liberdade de escolha, ou seja, como utilizar o tempo de vida, já que não estão mais vivendo somente para o trabalho. Esses trabalhadores estão construindo novos projetos de vida, a partir de seus objetivos, dos interesses familiares, já que antes de aderirem ao II PDV, a vida desses trabalhadores, em sua

maioria, era subsumida aos ditames da empresa, isto é, aos imperativos da acumulação capitalista.

Destaca-se que, apesar da maioria dos trabalhadores que aderiram ao II PDV relatarem que tal adesão teve repercussões positivas na vida deles, não escondem os sentimentos de mágoa que ainda carregam em si, atravessados pela indignação da perda de identidade, da estabilidade no emprego, pois eram funcionários públicos, com alto padrão salarial e muitos deles ocupavam cargos que faziam com que eles se sentissem valorizados. Mas, devido o processo de privatização da empresa, toda a dedicação com os estudos e o compromisso com a profissão que desempenhavam na empresa não foi recompensado.

Em se tratando de trabalhadores cuja reinserção ao trabalho se deu através do trabalho precário, ou seja, para os que ficaram desempregados por mais de cinco meses e não conseguiram se reinserir, de forma rápida, no mercado de trabalho, ou se reinserindo sem carteira assinada, ou com carteira assinada mais sem garantia de todos os direitos trabalhistas e para os que estão no mercado de trabalho informal, as repercussões sociais da adesão ao II PDV foram drásticas, posto que começaram a vivenciar situações de incerteza quanto à continuação do contrato de trabalho, à garantia de seus rendimentos para assegurar a sua própria subsistência e a de sua família. Esses trabalhadores vivem em condição de vulnerabilidade social que não é associada apenas às restrições de ordem material, mas, conjuntamente, passam por problemas emocionais, como a perda da autoestima, sobretudo os trabalhadores mais jovens.

Apesar de que os resultados, as análises sobre o objeto são passadas iniciais que indubitavelmente requisitam aprofundamento e análises posteriores, ao mesmo tempo, pensa-se que o corolário deste trabalho sinaliza novos caminhos e frutíferos para o estudo não tão só do segmento pesquisado, mas do mesmo modo para a compreensão capitalismo contemporâneo – conhecido como capitalismo financeiro e seus rebatimentos sobre o trabalho, sobre a força de trabalho na sociedade como um todo, na perspectiva de apreender a particularidade da sociedade brasileira na totalidade do processo de acumulação da riqueza mundial.

Com base nas constatações empíricas, verifica-se que as profundas modificações então sofridas pelo capitalismo, aqui entendemos enquanto tendências das transformações das bases da organização dos processos produtivos se encontram estreitamente ligadas às reformas estruturais pelas quais as economias capitalistas centrais e periféricas (em desenvolvimento) vêm passando desde o período dos anos 70. No âmbito geral trata-se de um reordenamento da dinâmica sociometabólica da exploração capitalista: [...] todo o processo

conhecido como reestruturação produtiva nada mais é do que a permanente necessidade de resposta do capital às suas crises [...] (DIAS apud MOTA, 1998, p. 14). Posto que, para fazer-lhe vanguarda é essencialmente indispensável ao Capital e aos capitalistas, reformatar não somente a sua estruturação econômica, ademais, redesenhar, continuamente, a relação entre os modos mercantis e o aparato estatal que lhe sustenta. Dessa forma, a contemporaneidade da subsunção real do trabalho ao capital determinou uma transformação na organização da sociabilidade capitalista.

Assim, diante do exposto constatou-se que a precarização do trabalho assumiu novas formas sociais. Entende-se que desde a década de 1970 que ficou conhecida pela presença pela pertinência de um cenário de incertezas, em que se impeliam estratégias que dessem respostas à crise e que pudessem fazer reaparecer velozmente os ganhos do capital. O capitalismo, neste sentido, não recusou a essência de avivar o passo da mais-valia, contudo, acentuou extensivamente as contradições fundamentais, juntamente, a novos elementos contraditórios da processualidade do trabalho e da valorização do capital. Objetivamente, este movimento concretiza-se na formulação de modernas formas de produção das mercadorias, através da racionalização do trabalho vivo, pela utilização frequente da ciência e da tecnologia dirigido pela implantação de novos processos de organização e gestão do trabalho, permitindo aos conglomerados capitalistas o aumento da produtividade e a redução dos custos da produção.

Assim, no âmago das “soluções” para a onda larga de declínio da taxa de lucro, nos países centrais da economia capitalista, iniciou-se um processo de reorganização do modo de produção e reprodução do capital, com reverberações nas organizações políticas e ideológicas de dominação. No que se refere às mudanças no mundo da produção, para forçar a reestruturação do capital privado em nome do incremento da “produtividade”, segundo Mattoso (1995), a reorganização do processo produtivo tem um evidente caráter de classe, haja vista que o projeto econômico e político neoliberal ao estatuírem táticas na direção do desenvolvimento de um moderno formato produtivo, este com direção ofensiva do capital, objetivando um maior grau de racionalidade, propiciou a inserção de atuais tecnologias microeletrônicas, formas produtivas e de organização do trabalho, elevando um ataque do capital contra o trabalho e na produção.

Desse rearranjo produtivo, fazem parte a reestruturação da produção e do trabalho, com o desmonte dos direitos do trabalho e da rede de proteção social, a terceirização e o desmantelamento de todo e qualquer contrato social firmado entre o capital e trabalho nos anos 50/60, a desmontagem do setor produtivo estatal – e o seu processo de privatização,

conjunto necessário para a re aquisição dos patamares de lucratividade. Fatos estes que nos permitem inferir que a recomposição do capital vem reiterando práticas no sentido de fragilizar objetivamente e subjetivamente, as resistências da classe trabalhadora.

Assim, as reflexões construídas nos possibilitam concluir que a privatização das empresas do setor de elétrico brasileiro, assim como a privatização das Centrais Elétricas do Pará, hoje Celpa- Equatorial, são processos que culminam no adensamento da precarização das relações de produção e reprodução da classe trabalhadora brasileira, pois contribuem para a expansão do desemprego e, conseqüentemente, para o aumento da exclusão social e da concentração de renda existente no país, em particular, na região norte.

Nesse sentido, apreende-se que as contradições estão mais nítidas “[...] o destino social do homem não está em harmonia com o destino essencial do cidadão [...]” (MENDELSSOHN, 1784 *apud* BENSAID, 2010, p. 13). A radicalização da questão social, passa nesta ocasião, por nova composição histórica originária das repercussões da crise estrutural do capital e seus impactos na esfera do trabalho e da relação entre Estado e sociedade civil.

Logo, entende-se que os elementos analisados neste estudo indicam que o processo de reestruturação produtiva, no Brasil, foi modernizador – conservador, onde os trabalhadores são fortemente mutilados socialmente, tanto na direção de seus direitos sociais, quanto que na atrofiação da sua constituição sociopolítica, evidenciando um arrefecimento das lutas sociais em termos gerais. Nesta análise, compreendemos que precarização do trabalho via reestruturação produtiva, no Brasil, na era neoliberal, constitui um novo modelo de ditadura do acúmulo de capital, com bases na demasiada lógica reducionista do trabalho vivo. Sendo assim, compreende-se que os PDV’s, se constituem estratégias de gestão para acumulação capitalista, posto que, são duros mecanismos

[...] de reorganização do coletivo do trabalho que se tornaram predominantes em época da reestruturação produtiva. Eles têm uma função estrutural: renovar as gerações dos coletivos do trabalho tornando-os mais adequados para as novas formas de “captura” da subjetividade do trabalho pelo capital. Enfim, PDV é o modo de reestruturação produtiva: a reestruturação geracional onde o capital instaura um novo metabolismo social do trabalho [...] (ALVES, 2014)⁸³.

Observa-se que, no Brasil, esse processo da experiência da precarização do trabalho, se dissemina, radicalmente, a partir da degradação salarial regulada, marcada pela minimização dos direitos trabalhistas e previdenciários e tributários, frutos da contra reforma

⁸³ A pesquisadora ao iniciar essa pesquisa, entrou em contato com Giovanni Alves, para saber o seu pensamento à respeito dos programas de demissões voluntárias instituídos na atualidade tanto por empresas do setor privado, quanto do setor público.

do Estado. Igualmente, o valor fetiche de novas organizações do trabalho, implica diretamente na destruição do sindicalismo de bases trabalhistas, reconvertendo a morfologia sindical das greves, em práticas *neocorporativas - concertivas* no âmbito empresarial do capital neoliberal – greves por empresa.

Destaca-se, neste momento e, por fim, conclui-se que o Sindicato dos Urbanitários mesmo podendo ter essa característica, algo que não se pode afirmar, este é combativo, faz oposição em favor da classe trabalhadora e, isso é claro, foi constado na empiria – na apreensão da realidade de greve, motivada pelo grande número de demissões que houve na empresa Celpa, no momento de sua “revenda”, ou seja, no período de sua recuperação judicial, em que o ponto cume da postura combativa e de classe trabalhadora, se faz presente, em todas as negociações contra as demissões, no momento que, mesmo sendo contra aos PDV’s, o Sindicato dos Urbanitários acordou, sabendo que o trabalhador não seria demitido, mais precarizado, pois, entende-se, assim como os dirigentes sindicais do sindicato acima referido, que esse processo não é voluntário e nem há ganhos, mas admite suas negatividades na sua forma particular como demissão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Cristiane. **Cidadania e Bem-Estar: Formação Histórica e Fundamentos Teóricos do Welfare State**. Dissertação de Mestrado em Teoria Política. UFMG. Minas Gerais, 2003.

ALVES, Giovanni. **Trabalho e a nova precariedade salarial no Brasil: A morfologia social do trabalho na década de 2000**. Coimbra: Centro de Estudos Sociais, 2012.

_____. **Trabalho e subjetividade – O espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório**. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **O Novo (e precário) mundo do trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo**. São Paulo: Boitempo, 2000.

ANTUNES, Ricardo. **A desertificação neoliberal no Brasil (Collor, FHC e Lula)**. Campinas: Autores Associados, 2004.

_____. **As metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. Navta Pei, 1996

_____. **Adeus ao Trabalho?** São Paulo: Boitempo; 2011.

_____. **Os sentidos do trabalho**. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2001.

_____. Qual a crise da sociedade do trabalho? In: **Adeus ao Trabalho?** São Paulo: Cortez, 1995.

_____. A era da informatização e a época da informalização: riqueza e miséria do trabalho no Brasil. In ANTUNES, Ricardo (Org). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.

_____. **O caracol e sua concha**. Ensaio sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. Trabalho e Precarização numa Ordem Neoliberal. In: GENTILI, Pablo; FRIGOTTO, Gaudêncio (Orgs). **A cidadania negada – Políticas de Exclusão na Educação e no Trabalho**. São Paulo: Cortez, 2001a.

_____; ALVES, Giovanni. **As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital**. Campinas: Educação e Sociedade; vol. 25, n.87, 2004.

_____.POCHMANN, Marcio. A desconstrução do trabalho e a explosão do desemprego estrutural e da pobreza no Brasil. In: **Produção de pobreza e desigualdade na América Latina** / Alberto D. Cimdamore; organizadores: Antonio David Cattani, Alberto D. Cimdamore; tradução: Ernani Só. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2007.

ANTUNES, Ricardo e DRUCK, Graça. A Epidemia da Terceirização. In: ANTUNES, Ricardo (org.). **Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil III**. São Paulo, Boitempo, 2014.

ARRETCHE, Marta. **Emergência e Desenvolvimento do Welfare State: Teorias Explicativas**. Boletim Informativo Bibliográfico: Rio de Janeiro, 1995.

AZEVEDO, Beatriz Regina Zago de. O Setor Informal. p.1645-198. In: **A Economia Gaúcha e os anos 80**. Uma trajetória regional no contexto da crise brasileira. Porto Alegre: FEE, 1990, t1.

BARBIANI, Rosangela. **Sobre o ato de conhecer e o conhecer em ato... onde está o sujeito da frase?** In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social. Porto Alegre: Abepess, 2004.

BARDIN, Laurence. **L'analyse de Contenu**. Paris: Presses Universitaire de France, 1997.

BARRUCHO, Luiz Guilherme. **Câmara vota projeto que regulamenta terceirização**; Entenda. In: <http://noticias.uol.com.br/ultimas-Noticias/BBC/2015/04/07>. Acesso em 20 de julho de 2015.

BEVERIDGE, William. **Social Insurance and Allied Services**. London. His Majesty's Stationery Office, 1942.

BENSAÏD, Daniel. **Marx, o intempestivo: Grandezas e misérias de uma aventura crítica (séculos XIX e XX)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

BEHRING, Elaine; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: Fundamentos e História**. São Paulo: Cortez, 2008.

BIONDI, Aloysio. **O Brasil privatizado: um balanço do desmonte do Estado**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

BOLORINO, Eliana. **Educação e serviço social: elo para a construção da cidadania**. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

BRANCO, Catullo. **Energia elétrica e capital estrangeiro no Brasil**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.

CAMPOS, Lauro. **A crise completa a economia política do não**. São Paulo: Boitempo, 2001.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. **Dependência e Desenvolvimento na América Latina: Ensaio de Interpretação Sociológica** Rio de Janeiro: LTC, 1970.

CARVALHO, Ruy de Quadros. **Tecnologia e Trabalho industrial: As implicações da automação microeletrônica na indústria automobilística**. Porto Alegre: L&PM, 1987.

CASTILLO, Juan. **Sociologia del Trabajo**. Madrid: CIS, 1996

CHAVES, ANDREA. **Metamorfose no mundo do trabalho: o caso Telemar**. Dissertação de mestrado em Sociologia. Universidade Federal do Pará; 2002.

_____. **Privatização e novas estruturas de mercado: Rede Celpa em questão**. Tese de Doutorado em Desenvolvimento Sócio-Ambiental. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) – Universidade Federal do Pará, 2003.

_____. **Poder público e sindicato: um olhar ao caso Celpa**. . Dissertação de mestrado em Serviço Social. . Universidade Federal do Pará, 2000.

CHESNAIS, François. **A emergência de um regime de acumulação mundial predominantemente financeiro**. São Paulo: Praga – Revista de Estudos Marxistas, Hucitec, 1997.

_____. **A mundialização financeira: gênese, custos e riscos**. São Paulo: Xamã, 1998.

CHOMSKY, Noam. **As várias caras da dominação**. Rio de Janeiro: Cadernos do terceiro mundo, 1997.

COUTINHO, Carlos Nelson. **“Marxismo e Política a dualidade de poderes e outros ensaios”**. São Paulo: Cortez, 2008.

DAVIS, MIKAEL. **Chega de Chiclete**. In: DAVID, Harvey. *Ocupy*. São Paulo: Boitempo, Carta Maior, 2012.

DE OLIVEIRA, Francisco. “Apocalypse Now: O ‘coração das trevas’ do neoliberalismo”. In Francisco de Oliveira; Alvaro Comin (orgs.). **Os Cavaleiros do antiapocalipse. Trabalho e política na indústria automobilística**. São Paulo: Entrelinhas/Cebrap, 1999.

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Martin Claret, 2002.

DREIFUSS, René. **A época das perplexidades. Mundialização, globalização e planetarização: novos desafios**. Petrópolis: Vozes, 1996.

DRUCK, Maria das Graças. **Terceirização: (des) fordizando a fábrica**. São Paulo: Boitempo, 1999.

ENGELS, Friedrich. **Dialética da natureza**. São Paulo: Paz & Terra, 2000.

ERNEST, Mandel. **O capitalismo Tardio**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

_____. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS URBANITÁRIOS (FNU). **Terceirização no Setor Elétrico: situação atual e perspectivas**. In: DAU, Denise Motta; RODRIGURS, Iram Jácome e CONCEIÇÃO, Jefferson José da (orgs.). **Terceirização no Brasil: do discurso da inovação à precarização do trabalho (atualização do debate e perspectivas)**. São Paulo: Annablume; CUT, 2009.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

FIORI, José. **Estado do Bem-Estar Social: Padrões e Crises**. Rio de Janeiro: Instituto de Medicina Social, 1995.

FREIRE, Lúcia. **O serviço social na reestruturação produtiva: espaços, programas, direções e processos do trabalho profissional**. São Paulo: Cortez, 2010.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real**. São Paulo: Cortez, 1996.

_____. **Educação e crise do trabalho**: perspectivas de final de século. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

GEOFFREY, Kay. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento uma análise marxista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

GYÖRGY, Lukács. **Ontologia do Ser Social: os princípios ontológicos fundamentais de Marx**. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

GONÇALVES, Maria Augusta. **Sentir, pensar, agir – corporeidade e educação**. São Paulo: Papirus, 1994.

GRANEMANN, Sara. **Processos de trabalho e serviço socialII**. In: Curso de capacitação em serviço social e política social. Brasília: CEAD; UnB, 1999.

GRESPLAN, J.L. **O Negativo do Capital – O Conceito de Crise na Crítica de Marx à Economia Política**. São Paulo: Editora Hucitec/FAPESP, 1999.

GIANNOTTI, José Arthur. **Origens da dialética do trabalho**: estudos sobre a lógica do jovem Marx. Porto Alegre: Editores L&PM, 1985.

GOLDENBERG, José; PRADO, Luiz Tadeu. **Reforma e crise do setor elétrico no período FHC**. São Paulo: Tempo Social – USP, 2003.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar**: Como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GORZ, André. **Adeus ao proletariado**: para além do socialismo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

GOUGH, Ian. **Economia política del estado del bienestar**. Madrid: H. Blume Ediciones, 1978.

GRAMSCI, Antonio. **Americanismo e fordismo**. In: Maquiavel, a política e o Estado Moderno. São Paulo: Civilização Brasileira, 1986.

GUERRA, Yolanda. **A instrumentalidade no trabalho do Assistente Social**. Capacitação em Serviço Social e Políticas Públicas. Módulo IV: O trabalho do assistente social e as políticas sociais. Brasília: UNB, CEAD. 2002.

HABERMAS, Juergem. **A Nova intransparência**: a crise do estado de bem estar social e o esgotamento das energias utópicas. In: Revista Novos Estudos CEBRAP. São Paulo, 1987.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1999.

_____. et al. **Occupy: movimentos de protesto que tomaram as ruas**. Trad. João Alexandre Peschanski et al. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2012.

_____. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.

_____. **Neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Loyola; 2008.

_____. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2004

_____. **O enigma do capital e as crises do capitalismo.** São Paulo: Boitempo, 2011.

HIRATA, Helena. Os mundos do trabalho: convergência e diversidade num contexto de mudança dos paradigmas produtivos. In: CASALI, Alípio e al. (orgs.). **Empregabilidade e educação: novos caminhos no mundo do trabalho.** São Paulo: EDUC 1997.

HOBSBAWM, Eric. **A era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. **A era das revoluções: 1789-1848.** São Paulo: Paz e Terra, 2010.

_____. **A Era dos Extremos: O breve século XX: 1914-1991.** São Paulo: Companhia das Letras; 2004

HUNT, E.K. **História do pensamento econômico.** Rio de Janeiro: Campus, 1981.

IAMAMOTO, Marilda. **Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** São Paulo: Cortez; 1998.

_____. **Trabalho e indivíduo social.** São Paul: Cortez, 2001.

_____. **Serviço social em tempos de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social.** São Paulo: Cortez, 2012.

_____; CARVALHO, Raul. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico- metodológica.** São Paulo, Peru: Cortez: Celats, 1998

IANNI, Octavio. **A era do globalismo.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

_____. **O Estado - Nação na época da globalização.** Rio de janeiro: Revista da Pós-Graduação em Economia da UFF; 1999.

_____. **O Mundo do trabalho.** In: Revista Perspectiva. São Paulo: Fundação SEADE, 1994.

_____. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica.** 16ª edição. São Paulo: Cortez, 2004.

JEREMY Rifkin. **"O Fim dos Empregos: O Declínio Inevitável dos Níveis dos Empregos e a Redução da Força Global de Trabalho"**. São Paulo: Makron Books, 1995.

KEHL, Maria Rita. Fetichismo. In: BUCCI, Eugênio; KEHL, Maria Rita. **Videologias: ensaios sobre a televisão.** São Paulo: Boitempo, 2004b.

KONIG, Helmut. **A Crise da sociedade do trabalho e o futuro do trabalhador: crítica de um debate atual.** In: Werner Market A Respeito da Centralização do Trabalho. Rio de Janeiro, 1994.

LACOMBE, Francisco; HEILBORN, Gilberto. **Administração: Princípios e Tendências.** São Paulo: Saraiva, 2003.

LAURELL, Asa Cristina. **Estado e políticas sociais no neoliberalismo.** São Paulo: Cortez, 1995.

_____. **Structural Adjustment and the Globalization of Social Policy in Latin America.** *Internacional Sociology*, 2000.

LEFEBVRE, Henri. **Critique de l'aveie quotidienne.** Paris: L'Arche; 1968-1981.

_____. LEFEBVRE, Henri. **Le materialisme dialectique.** Paris: Press Universitaires de France, 1975.

LEHER, R. **Da Ideologia do desenvolvimento à ideologia da globalização:** a educação como estratégia do Banco Mundial para “alívio” da pobreza. Tese de doutoramento em educação. Universidade de São Paulo, 1998.

LENIN, Vladimir. **Materialismo ed Empiriocriticismo:** note critiche su uma filosofia reazionaria. Milano: Lota Comunista, 2004.

LOJKINE, Jean. **A revolução informacional.** São Paulo: Cortez, 2002.

LÖWY, Michael. “A teoria do desenvolvimento desigual e combinado”. In: **Marxismo, modernidade e utopia.** São Paulo: Xamã, 2000.

MANDEL, Ernest. **Tratado de economía marxista.** México: Ediciones Era, 1977.

_____. **As aventuras de Karl Marx contra o barão de Munchhausen:** Marxismo e Positivismo na sociologia do conhecimento. São Paulo: Busca Vida, 1987.

MARINI, Ruy Mauro. **Subdesarrollo y Revolución.** México: Siglo Ventiuno Editores, 1969.

_____. **Dialética da Dependência.** Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

_____. **Sobre a Dialética da Dependência,** O conceito de Trabalho Produtivo, socialismo e democracia e Desenvolvimento e Dependência. In: STEDILE, João Pedro. TRASNADINI, Roberta (org.). Ruy Mauro Marini: Vida e Obra. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Pesquisa qualitativa:** elementos conceituais e teórico-metodológicos. Encontro de Pesquisadores do Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional. Campos dos Goytacaze, 2005.

MARSHALL, T. H. **Política Social.** Tradução de Meton P. Gadelha. Rio de Janeiro; Zahar Editores, 1967.

MARX, Karl. **O leitor de Marx.** NETTO, José. (Org). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

_____. **O Capital.** São Paulo: Nova Cultural, 1988.

_____. **A ideologia alemã:** crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas. Karl Marx, Friedrich Engel ; tradução: Rubens Enderle, Nélis Schneider, Luciano Cavini Martorano. – São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. **Contribuição à crítica da economia política.** São Paulo: Martins Fontes, 1983.

_____. **Manifesto do Partido Comunista**. Tradução: Antonio Carlos Braga. São Paulo: Editora Escala, 1998.

_____. **Cuadernos de París**: notas de lectura de 1844. México: Era; 1980. (Cf. Karl Marx, *Historisch- ökonomische Studien - Pariser Hefte*. Berlin: Dietz Verlag, 1981. MEGA, B. 2, S. 454).

_____. **O Capital**. São Paulo. Abril Cultural, 1983.

_____. **O capital: crítica da economia política**. L. 1. v. 1. t. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

_____. **O Capital: crítica da economia política**. Livro I. Volume I. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. 3ª edição. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

_____. **O Capital**. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe, São Paulo, Abril Cultural, 1984.

_____. **O Capital: crítica da economia política**. Livro primeiro, vol. II. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda, 1996.

_____. **O Capital: crítica da economia política**. Livro III: o processo global de produção capitalista. Volume V. Tradução Reginaldo Sant'Ana. Rio de Janeiro, 2008.

_____. **“Prefácio”, em Contribuição à crítica da economia política** (trad. Maria Helena Barreiro Alves). 2. ed., São Paulo: Martins Fontes, 1983.

_____. **O 18 brumário e cartas a Kugelmann**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

_____. **Elementos Fundamentales para la Critica de la Economia Politica, 1857-1858.12**. Ed. Mexico: Siglo XXI, 2v, 1980.

_____. **Grundrisse: Foundations of the Critique of Political Economy** (trad. Martin Nicolaus). Londres: Penguin, 1973.

_____. **Das Kapital, Marx-Engels Werke**. Berlim: Dietz Verlag, 1962.

_____. **Grundrisse der Kritik der Politischen Ökonomie**. Marx-Engels Werke, Berlim: Dietz Verlag, 1974.

_____. **Miséria da filosofia: resposta à Filosofia da Miséria, do Sr. Proudhon**. Tradução de José Paulo Netto. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

_____. **Miséria da filosofia**. Tradução de José Carlos Orsi Morel. São Paulo: Ícone, 2004.

_____. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.

MATTOSO, Jorge Eduardo. **A desordem do trabalho**. São Paulo: Scritta 1995.

MÉSZARÓS, István. **Estrutura social e formas de consciência**: a determinação social do método. São Paulo: Boitempo, 2009.

_____. **Socialismo ou Barbárie**. São Paulo: Boitempo, 2003.

_____. **Para Além do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.

_____. **O poder da ideologia.** São Paulo: Boitempo, 2004.

_____. **O desafio e o fardo do tempo histórico.** SP: Boitempo, 2009.

MINAYO, Maria Cecília de; SANCHES, O. **Quantitativo-qualitativo:** oposição ou complementaridade? In: Cad. Saúde Pública. Rio de Janeiro, 1993.

_____. **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

_____. **O desafio do conhecimento:** pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: HUCITEC, 1998.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETO, Maria Lúcia. **Estado, classe e movimento social.** São Paulo: Cortez; 2011.

MOTA, Ana Elizabete. **A Cultura da Crise e Seguridade Social.** São Paulo: Cortez, 1995.

_____; AMARAL, Ângela. Reestruturação do capital, fragmentação do trabalho e Serviço Social. In: **A Nova Fábrica de Consensos:** Ensaio sobre a reestruturação empresarial o trabalho as demandas ao Serviço Social. São Paulo: Cortez, 1998.

_____. **Crise contemporânea e as transformações na produção capitalista.** In: CEFESS; ABEPSS. Serviço Social: Direitos sociais e competências profissionais. - Brasília: CFESS/ABEPS, 2009.

NETTO, José Paulo. “**Florestan Fernandes:** uma recuperação marxista da categoria revolução”. In: **Marxismo impenitente:** contribuição à história das ideias marxistas. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. **Crise do Socialismo e Ofensiva Neoliberal.** Edição. São Paulo; Cortez, 2000.

_____. BRAZ, Marcelo. **Economia Política:** Uma introdução Crítica. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. **Crise do socialismo e ofensiva neoliberal.** São Paulo: Cortez, 1995.

_____. **Cinco notas a propósito da questão social.** Temporalis. Brasília: Revista da ABEPSS, 2001.

_____. **Capitalismo e reificação.** São Paulo: Ciências Humanas, 1981

_____. A Dialética do Averso. In: **Crítica Marxista.** N°14, São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

PAULANI, Leda. **Modernidade e discurso econômico.** São Paulo; Boitempo, 2005.

OFFE, Claus. **Trabalho e sociedade:** problemas estruturais para o futuro da sociedade do trabalho. São Paulo: Brasiliense, 1989.

_____. **Trabalho como categoria sociológica fundamental?** Trabalho e sociedade. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

_____. **Problemas estruturais do Estado capitalista.** Tradução de Bárbara Freitag. Tempo Brasileiro: Rio de Janeiro, 1984.

OLIVEIRA, Francisco. **O elo perdido:** classe e identidade de classe. São Paulo: Brasiliense, 1987.

_____. **Crítica à razão dualista.** O ornitorrinco. São Paulo: Boitempo, 2003.

_____; BRAGA, Ruy; RIZEK, Cibele (Org.) **Hegemonia às avessas:** economia, política e cultura na era da servidão financeira. São Paulo: Boitempo, 2010.

PEREIRA, Potyara. **A metamorfose da questão social e reestruturação das políticas sociais.** Capacitação em serviço social e política. Módulo I: Crise contemporânea, questão social e serviço social. CEAD: Brasília, 1999.

_____. **Política Social: Temas e questões.** São Paulo: Cortez, 2008.

_____. Discussões conceituais sobre política social como política pública e direito de cidadania. In: BOSCHETTI et al. (Orgs) **Política Social no capitalismo: tendências contemporâneas.** Cortez: São Paulo, 2008.

_____. **Necessidades humanas:** subsídios à crítica dos mínimos sociais. Cortez: São Paulo, 2002.

PETTY, William. **Tratado dos impostos e contribuições.** São Paulo: Nova Cultural, 1986.

PINHEIRO, Armando; FUKASAKU, Kiichiro. **Privatization in Brasil:** the case of public utilities. Rio de Janeiro: BNDS – OCDE, 1999.

POCHMANN, Marcio. **O trabalho sob fogo cruzado:** exclusão, desemprego e precarização no final do século. São Paulo: Contexto; 1999.

_____. **Mudanças (para pior) no mercado de trabalho.** São Paulo: Gazeta Mercantil; 15.ago, 2000.

_____. **O emprego na globalização:** a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu. São Paulo: Boitempo, 2001.

_____. **“O Excedente de mão-de-obra no Município de São Paulo”.** In: CUT, Mapa do Trabalho informal do Município de São Paulo. São Paulo: CUT, 2000.

_____; MORETTO, Amilton. **A retomada do emprego numa economia em marcha lenta:** implicações para as políticas públicas de mercado de trabalho. Minas Gerais: Trabalho apresentado no XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambú, 2004.

PONTES, Reinaldo. **Mediação e serviço social:** um estudo preliminar sobre a categoria teórica e sua apropriação pelo serviço social. São Paulo: Cortez, 2010.

RAMALHO, José Ricardo. Precarização do Trabalho e Impasses da organização Coletiva do Trabalho. In: ANTUNES, Ricardo et all. **Neoliberalismo, Trabalho e Sindicatos: reestruturação produtiva na Inglaterra e no Brasil.** São Paulo: Boitempo, editorial, 1997.

ROBERT, Castel. **As metamorfoses da questão social:** uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes; 2013.

RODRIGUES, Iram. A trajetória do novo sindicalismo. In: _____ (org.). **O novo sindicalismo vinte anos depois**. Petrópolis/São Paulo: Vozes/ EDUC-PUC-SP/UNITRABALHO, 1999.

RODRIGUES, Dani. **Goodbye Washington Consensus, Hello Washington Confusion?** Harvard University, 2006.

RUBIN, Isaac Dlich. **A teoria marxista do valor**. São Paulo: Polis, 1987.

SALAMA, Pierre; VALIER, Jacques. **Uma introdução à economia política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; 1975.

SALAZAR, SILVIA. **Trabalho e educação nas práticas de economia solidária: uma sociabilidade na perspectiva emancipatória?** Tese de Doutorado em Serviço Social. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2008

SANTOS, Josiane. **“Questão social”**: particularidades no Brasil. São Paulo: Cortez, 2012.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2000.

SETUBAL, Aglair. **Pesquisa em serviço social: utopia ou realidade**. São Paulo: Cortez, 2013.

SILVA, Edith Seligmann. **Trabalho e Desgaste Mental: o direito de se dono de si mesmo**. São Paulo: Cortez editora, 2011.

SOARES, Laura Tavares. **Os custos sociais do ajuste neoliberal na América Latina**. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. **O desastre social**. Rio de Janeiro: Record, 2003

THOMPSON, Edward. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

VAZQUEZ, AS. **Filosofia da práxis**. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra; 1990.

VENTURA, Jaqueline. **Educação de Jovens e Adultos ou educação da classe trabalhadora?** Concepções em disputa na contemporaneidade brasileira. Tese de Doutorado em Educação. Universidade Federal Fluminense, 2008.

ZALUAR, Alba. **Teoria e prática do trabalho de campo: alguns problemas**. In: Cardoso, Ruth org. *A aventura antropológica*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

WILLIAMSON, John; KUCZYNSKI, Pedro-Pablo. **Depois do Consenso de Washington**. São Paulo: Saraiva, 2004.

WOLFF, Simone. **Informatização do trabalho e reificação: uma análise à luz dos Programas de Qualidade Total**. Campinas, Dissertação (Mestrado) - Departamento de Pós-Graduação em Sociologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 1998.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Pobreza exclusão social: expressões da questão social no Brasil**. Brasília: Revista Temporalis, 2001.